

Ricardo Feijó

# Economia e Filosofia na Escola Austriaca

Menger ■

■ Mises

Hayek



ECONOMIA E FILOSOFIA  
NA ESCOLA AUSTRIACA  
MENER, MISES E HAYEK

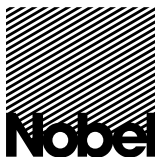
A Editora Nobel tem como objetivo publicar obras com qualidade editorial e gráfica, consistência de informações, confiabilidade de tradução, clareza de texto, impressão, acabamento e papel adequados. Para que você, nosso leitor, possa expressar suas sugestões, dúvidas, críticas e eventuais reclamações, a Nobel mantém aberto um canal de comunicação.

Entre em contato com:  
CENTRAL NOBEL DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR  
Fone (11) 3933-2822 — Fax (11) 3931-3988  
End.: Rua da Balsa, 559 — São Paulo — CEP 02910-000  
Internet: [www.livrarianobel.com.br](http://www.livrarianobel.com.br)



RICARDO FEIJÓ

ECONOMIA E FILOSOFIA  
NA ESCOLA AUSTRIACA  
MENGER, MISES E HAYEK



© 2000 Ricardo Feijó

Direitos desta edição reservados à

**Livraria Nobel S.A.**

Rua da Balsa, 559 – 02910-000 – São Paulo, SP

Fone: (11) 3933-2822 – Fax: (11) 3931-3988

e-mail: ednobel@livrarianobel.com.br

*Coordenação editorial:* Clemente Raphael Mahl

*Assistente editorial:* Marta L. Tasso

*Revisão:* Sara Gedank

Produção gráfica: Fábio Cardoso/Mirian Cunha

*Capa:* César Landucci

*Composição:* FA Fábrica de Comunicação

*Impressão:* Bartira Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Feijó, Ricardo

Economia e Filosofia na Escola Austríaca : Menger, Mises e Hayek / Ricardo

Feijó. — São Paulo : Nobel : 2000.

Bibliografia.

ISBN 85-213-1137-0

1. Economia - filosofia 2. Escola Austríaca de Economia Política 3. Hayek, Friedrich August von, 1899-1992 4. Menger, Carl, 1840-1921 5. Von Mises, Ludwig, 1881-1973 I. Título.

00-3069

CDD-330-157

---

Índice para catálogo sistemático:

Escola Austríaca : Economia 330.157

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, copiada, transcrita ou mesmo transmitida por meios eletrônicos ou gravações sem a permissão, por escrito, do editor. Os infratores serão punidos pela Lei nº 9.610/98.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

## Agradecimentos

---

Desejo expressar minha sincera gratidão às pessoas que me ajudaram a concluir o árduo trabalho de escrever este livro. Agradeço aos dedicados funcionários das bibliotecas que visitei e do laboratório de informática da pós-graduação. Agradeço aos colegas pela paciência que tiveram com minhas idiossincrasias intelectuais, especialmente aos professores da FEA-USP/ Ribeirão Preto. Gostaria de fazer uma menção às pessoas que efetivamente leram a obra e fizeram valiosas sugestões para o seu aprimoramento. A Francisco Anuatti que com uma só pergunta me fez perceber como poderia melhorar em muito a estrutura do trabalho. A Jorge Soromenho pelas suas observações sobre Hayek e outros comentários pontuais extremamente úteis e a Eduardo Giannetti que me proporcionou *insights* filosóficos importantes. Giannetti percebeu que apesar dos problemas apresentados na versão preliminar do livro, e no meu caso eram muitos, eu havia de fato desenvolvido uma contribuição significativa, desde que fosse capaz de lapidá-la. Isso me motivou bastante. Jorge me fez compreender que eu poderia escrever de uma maneira mais livre e refletida. Mauro Boianovsky e Laura Valadão participaram da defesa final do trabalho e fizeram comentários muito valiosos que procurei incorporar na versão definitiva. Gostaria de me dirigir de modo especial ao meu orientador Eleutério Prado agradecendo-lhe a compreensão, o apoio institucional e a confiança depositada em minha pessoa.

Na vida íntima, tive o afeto dos meus filhos Ana Carina e Pedro e da Suzan mesmo quando a presente tarefa me afastou um pouco deles. O meu pai Ivan Lima Feijó, homem versado nas letras, foi muito prestativo em ajudar-me no desenvolvimento do livro, lendo, fazendo correções e me incentivando de todas as formas.

O autor

*O grande entendimento é amplo e sem pressa;  
o pequeno entendimento é exíguo e atarefado.  
As grandes palavras são claras e límpidas,  
as pequenas palavras são estridentes e rixentas.*

Tchuang-tsé (século IV a.C.)

Em memória de *Gildete Chaves Feijó*

# Sumário

---

Apresentação	9
1 Origens do Pensamento Econômico Austríaco	15
A CRÍTICA AO HISTORICISMO	15
INFLUÊNCIAS DE WEBER NA FORMAÇÃO DA ESCOLA AUSTRIACA	20
A REVOLUÇÃO MARGINALISTA	28
A RELAÇÃO DE MENGER COM O MARGINALISMO	51
2 O Naturalismo de Carl Menger	56
O APARECIMENTO DO <i>GRUNDSÄTZE</i> E SUAS IDÉIAS BÁSICAS	56
O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO FUNDAMENTAL EM MENGER	67
TEORIA DE PREÇOS E NATURALISMO	84
3 O Racionalismo da Praxeologia de Mises	92
MISES E O DEBATE DO CÁLCULO SOCIALISTA	92
A EPISTEMOLOGIA DE MISES	102
CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES À TEORIA AUSTRIACA DO VALOR	117
4 O Subjetivismo Evolucionista de Hayek	123
A ÊNFASE NO PROBLEMA DAS FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS	123
A EPISTEMOLOGIA DE HAYEK	130
OS ATRIBUTOS DA ORDEM DE MERCADO	159



5 Conclusão	171
AS DIFERENÇAS ENTRE AS EPISTEMOLOGIAS DE MENGER, MISES E HAYEK	171
CRÍTICAS RELEVANTES À DOCTRINA AUSTRIACA	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
APÊNDICE	196
Posfácio	197
Notas	200
<i>Referências Bibliográficas</i>	213

## Apresentação

---

A Escola Austríaca de Economia reúne em torno de si uma gama considerável de autores distribuídos ao longo de cinco ou mais gerações de economistas. O início dessa tradição de pesquisa acontece com a publicação do *Grundsätze*, de Carl Menger, em 1871, um autor até então desconhecido que residia em Viena.<sup>1</sup> Menger desde então tornou-se conhecido como o pai ou o fundador de um movimento específico no interior do pensamento econômico. A trajetória das idéias austríacas, desde essa época, pode ser traçada em seus aspectos gerais. Menger notabilizou-se pela sua exposição dos fundamentos da teoria do valor econômico, pela sua minuciosa descrição dos processos de produção e consumo e por um número de definições que viriam a ser incorporadas pela ortodoxia econômica no século XX. Mas Menger não se tornou muito conhecido à sua época, cabendo a dois seguidores, Böhm-Bawerk e Wieser, o papel de divulgadores de suas idéias para o público internacional. De fato, esses últimos tornaram-se muito respeitados na comunidade acadêmica e suas contribuições teóricas foram bastante aproveitadas na edificação de uma teoria do valor, da produção, dos ciclos econômicos e da lógica da escolha entre o início do século XX e os anos 30. Por essa época não havia uma clara distinção entre a tradição austríaca e a ortodoxia econômica que se firmara na Inglaterra, nos EUA e em outros países, mas a Escola Austríaca sempre guardou um afastamento da tradição marginalista e marshalliana que passou a predominar nesses meios.

Na literatura especializada, os ensaios de Jaffé e Streissler demonstraram que a tradição austríaca em Menger mantinha uma especificidade de conceitos e idéias de modo a não poder ser confundida com a abordagem de um William Stanley Jevons ou de um Leon Walras, nomes usualmente colocados ao lado de Menger como representantes do epi-

sódio conhecido como Revolução Marginalista.<sup>2</sup> Ao processo de separação de idéias entre Jevons, Walras e Menger, Jaffé cunhou a expressão “desomogeneização” (*de-homogeneized*) para indicar tratar-se de três tradições distintas que se filiam a diferentes técnicas de análise e *pedigrees* filosóficos, e como consequência cada qual focaliza a Economia de um modo bem particular.<sup>3</sup>

Além da originalidade conceitual e teórica, Menger notabilizou-se por seus escritos em filosofia da Economia, compreendendo questões de método e epistemologia do conhecimento. Suas posições, no tocante, rivalizaram-se com as da Escola Histórica Alemã, gerando um famoso debate nos anos 80 do século XIX, conhecido como “Batalha dos Métodos”. No entanto, os representantes da Escola Austríaca após Menger caminhariam em diferentes direções no que tange a questões filosóficas em Economia, de modo que não foi pela filosofia da Economia que os austríacos se tornaram conhecidos como escola, mas sim pela sua interpretação teórica de importantes fatos econômicos como o papel da moeda numa economia de trocas, a natureza do capital e a explicação dos ciclos econômicos. Nos anos 20, uma nova geração de economistas dessa escola iria desenvolver estudos sistemáticos sobre flutuações econômicas que deram projeção mundial aos nomes de Ludwig von Mises e seu jovem assistente Friedrich von Hayek.

Hayek, como representante da quarta geração de economistas austríacos, notabilizou-se a partir dos anos 30 pelas suas críticas à ortodoxia teórica, na qual propôs uma revisão do conceito de equilíbrio e, a partir dela, uma nova explicação do fenômeno dos ciclos econômicos. A explicação de Hayek, embora tenha tido um considerável impacto inicial, foi se tornando menos aceita em função das críticas de Piero Sraffa<sup>4</sup> e do crescente predomínio das idéias de John Maynard Keynes, que fariam uma revisão metodológica da Economia em direção à abordagem macroeconômica, jamais aceita por Hayek mas que se tornou predominante até o início dos anos 70.

Desde a ascensão do keynesianismo, a contribuição da Escola Austríaca havia perdido sua força como via teórica independente, permanecendo como objeto de estudo nos compêndios de história das idéias ou se mantendo viva apenas em escritos isolados. Houve então um renascimento dessa escola com a crise do paradigma keynesiano e o ressurgimento das teses do liberalismo econômico no interior da teoria. Hoje em dia, a escola neo-austríaca constitui uma importante literatura versando sobre os mais diversos temas, donde destacamos suas revisões de conceitos teóricos, críticas aos métodos de controle macroeconômicos, ques-

tões ligadas à economia institucional e uma importante contribuição no campo da filosofia econômica.

Feita esta breve apresentação da Escola Austríaca, vejamos agora qual o propósito principal do presente estudo. Iremos explorar as diferenças entre os três mais importantes sistemas epistemológicos que foram construídos ao longo da evolução do pensamento austríaco. Referimo-nos às idéias de Menger, Mises e Hayek sobre a origem e a natureza do conhecimento econômico.<sup>5</sup> A literatura secundária tem explorado essas diferenças<sup>6</sup> mas ainda não apareceu um estudo que procurasse não apenas demarcar posições mas estabelecer critérios de comparação entre elas com base em um sistemático esforço classificatório. Nesse sentido a nossa tarefa reveste-se de originalidade. Desejamos realçar esses três autores e não outros no interior da Escola porque consideramos os seus sistemas filosóficos mais completos; de fato eles são os que têm sido mais examinados pelos especialistas.<sup>7</sup>

Tomando-se o espírito do trabalho de Jaffé, podemos dizer que estamos propondo um processo de desomogeneização entre os próprios austríacos, com base no enfoque epistemológico. As diferenças nesse tocante também têm implicações para a construção de teorias, mas enquanto a separação epistemológica é gritante, as suas implicações para a teoria econômica técnica são mais sutis. No entanto são significativas e iremos explorar sempre que possível como a desomogeneização epistemológica possui um significado imediato na interpretação de proposições teóricas *stricto sensu*.

A fim de que esse objetivo seja cumprido, iremos estruturar a presente obra em cinco capítulos. O primeiro capítulo identifica a origem dos elementos epistemológicos comuns entre os economistas austríacos e sua relação com a evolução do debate em filosofia do conhecimento social que se desenvolveu na primeira metade do século XX e que viria a afetar as idéias austríacas. Portanto, nesse capítulo não estamos ainda preocupados em demarcar posições entre os austríacos, mas em apresentar suas idéias epistemológicas como um todo não diferenciado, mostrando sua particularidade em relação a outros desenvolvimentos que se processaram fora da Escola Austríaca e que tiveram alguma influência sobre ela. Destacaremos notadamente as idéias de Max Weber que tiveram muita penetração entre os cientistas sociais do século XX. A identificação de pressupostos compartilhados permite o isolamento de uma unidade básica a qual iremos nos próximos capítulos esmiuçar, no sentido de mostrar as importantes diferenças que se projetam muito acima dos pontos de convergência. Já nesse capítulo inicial, porém,

veremos que no que tange à interpretação da natureza das instituições Menger, Mises e Hayek mantêm posições díspares entre si.

Assim no capítulo dois, três e quatro estudaremos em detalhes as características de cada uma das epistemologias em Menger, Mises e Hayek, nesta ordem. Em cada capítulo, como estratégia expositiva, iremos nos pautar em seguir três objetivos:

1. Identificar a origem da visão filosófica do autor em questão com base em sua trajetória pessoal e no ambiente intelectual à sua época.
2. Apresentar a epistemologia e as conseqüentes questões de método que caracterizam a visão do autor.
3. Examinar as suas implicações na elaboração de conceitos econômicos.

O estudo prolongado dos três expoentes da escola Austríaca permite-nos associar um nome genérico a cada uma das epistemologias. No caso de Menger denominaremos sua visão de “naturalista”, Mises representa o “racionalismo” e Hayek adere ao que poderíamos chamar de “subjetivismo evolucionista”. Não se trata apenas de atribuir nomes que identifiquem as respectivas epistemologias, mas de um esforço classificatório que nos possibilitará uma minuciosa comparação entre o que é concebido em cada caso e nos demais autores, fornecendo assim uma régua de medida que situará cada enfoque diante de critérios que iremos construir a partir das seguintes questões:

1. *Quanto ao chamado “dualismo epistemológico”*: a epistemologia diz respeito ao conhecimento do agente econômico ou ao conhecimento do investigador que observa o fenômeno econômico? Ou seja, que tipo de conhecimento está em jogo, o do ator ou o do observador? As proposições que dizem respeito à natureza de um deles também se aplicam ao conhecimento do outro ou seriam dois tipos de conhecimento que não se confundem de modo algum? A crença de que há uma separação entre as duas esferas de conhecimento denominamos de dualismo epistemológico.
2. *Quanto ao assim chamado “dualismo ontológico”*: o conhecimento do agente econômico é produto de um processo genuinamente criativo comandado apenas por elementos subjetivos ou essa subjetividade estaria ancorada na disposição física de elementos que a precedem? O que se passa na mente é apenas um subproduto do que é projetado no cérebro ou a mente e os estados cognitivos possuiriam uma certa autonomia em relação aos aspectos neurológicos? O dualista ontológico acredita que a mente é autônoma em relação ao cérebro. O ponto de vista oposto seria aceitar que a mente é apenas um refle-

xo de estados cerebrais. Há também um campo intermediário que considera a existência de alguma interação entre eles, sem pretender o reducionismo completo de se explicar estados mentais como sendo determinados por disposições neurológicas. As conclusões do “problema mente-cérebro” para a epistemologia do ator também se aplicariam ao conhecimento do investigador econômico?

3. *Quanto à natureza do subjetivismo*: o elemento subjetivo do conhecimento de que se fala referir-se-ia apenas ao conhecimento do agente econômico, mantendo a objetividade do conhecimento na teoria econômica? Ou o contrário, a teoria é que seria subjetiva (no sentido de que ela é diferente em cada um dos prismas de investigadores particulares) e o conhecimento dos atores é objetivo (no sentido de que todos eles consideram os mesmos dados objetivos e os interpretam da única forma objetivamente válida<sup>8</sup>)? Ou seriam ambos subjetivos? Sempre que se imputa subjetividade ao conhecimento do ator ou ao conhecimento do teórico (não precisa ser a ambos) podemos falar em epistemologia subjetivista; neste sentido Mises e Hayek são subjetivistas, enfatizando respectivamente o subjetivismo do agente e da teoria em si, como veremos ao longo deste livro.
4. *Quanto ao papel do “mundo externo”*: na esfera subjetiva temos interpretações de fatos; até que ponto esses fatos seriam apenas projeções da mente ou apresentariam uma existência objetiva inteiramente alheia à mente humana? O mundo externo seria constituído apenas de significados a ele atribuídos pela subjetividade ou ele é um conjunto de elementos objetivos que interfere sempre da mesma maneira nos planos subjetivos de diferentes indivíduos? Não se está aqui abordando a ultrapassada questão filosófica do solipsismo, o que pretendemos é examinar o grau de ênfase com que cada uma das epistemologias trata o subjetivismo: no subjetivismo mais radical tudo são interpretações de fatos e não se pode reportar para nada além do reino da subjetividade, enquanto uma outra via subjetivista poderia se interrogar como os processos subjetivos são formados a partir da interação com elementos externos à consciência objetivamente considerados.

A separação das epistemologias em naturalista, racionalista e subjetivismo evolucionista em Menger, Mises e Hayek é seguida pela preocupação em posicionar cada uma das vertentes em face das questões básicas anteriormente enumeradas. Portanto, acreditamos estar se fazendo aqui algo de novo e original, tratando-se assim de demarcar as

importantes diferenças epistemológicas entre os principais sistemas austríacos em um estudo criterioso. É de se estranhar que tal feito ainda não tenha surgido na literatura, mas não é difícil encontrar explicações para tanto. Primeiramente temos a questão da especialização profissional: em geral os estudiosos ficam muito presos a determinado autor por força da necessidade de aprofundamento e perdem com isso visibilidade da Escola Austríaca como um todo. Um estudo abrangente pareceria a eles um empreendimento um tanto arriscado e que tomaria muito tempo. Certos especialistas do pensamento austríaco enfatizam mais a unidade de pensamento no interior da escola, com medo de que a distinção de idéias entre seus autores pudesse enfraquecer a coesão doutrinária do movimento.<sup>9</sup> Outros estudiosos poderiam imaginar que a demarcação de posições epistemológicas seria de interesse apenas para a erudição não se revestindo de significado prático para a construção de teorias. Alguns estudos que procuram identificar as peculiaridades de cada autor austríaco estão preocupados com outras questões e, portanto, tomam a questão das particularidades como um elemento secundário. Diferentemente do que se tem encontrado na literatura, estamos aqui propondo um estudo sistemático no sentido de desomogeneizar a contribuição da Escola Austríaca a partir da identificação dos pressupostos filosóficos.

Após os capítulos sobre os quais discorreremos, um último e conclusivo capítulo fará uma síntese do que no livro foi visto até então, tecendo-se considerações finais sobre as diferenças que separam Menger, Mises e Hayek. Aproveitaremos também esse capítulo para uma avaliação crítica do pensamento austríaco, mostrando alguns de seus problemas na fundamentação de um conhecimento econômico e social consistente.

Para contato com o autor:  
e-mail: riccfeij@usp.br

# 1

## Origens do Pensamento Econômico Austríaco

---

### A CRÍTICA AO HISTORICISMO

A Escola Austríaca surge como uma reação à tradição historicista do conhecimento social.<sup>1</sup> Sabemos que a chamada Escola Histórica dominou amplamente o pensamento social no século XIX, não apenas nas nações que iriam compor a Alemanha unificada onde a tradição se notabilizou na Escola Histórica Alemã, mas também na Áustria e no mundo de língua inglesa, muito embora nesse contexto ela tenha tido menos força.<sup>2</sup> Nos EUA, um certo comentarista nos conta que a tradição historicista alemã havia dominado completamente o ambiente acadêmico por essa época.<sup>3</sup> Outro autor fala das influências do historicismo alemão, na sua vertente romântica, nos círculos intelectuais de Viena.<sup>4</sup>

É preciso, portanto, desfazer-se um engano freqüentemente cometido até por historiadores das idéias. Embora a teoria do valor subjetivo, em oposição à teoria clássica do valor trabalho, seja um dos aspectos centrais que viriam a caracterizar a Escola Austríaca a partir de Menger, não foi como uma oposição teórica à Escola Clássica que se firmaram as idéias austríacas.<sup>5</sup> Isso se justifica facilmente. Primeiramente, a Áustria na segunda metade do século XIX não é muito influenciada pelos economistas clássicos. A Escola Clássica sempre permaneceu relativamente confinada ao seu local de origem, nos domínios da Inglaterra. Não havia muita comunicação desta com o continente, excetuando-se talvez a França em que Jean Batiste Say teve um papel importante em divulgar as idéias clássicas.<sup>6</sup> No contexto do ambiente austríaco e



alemão, existia uma longa e, de certa forma desconhecida, tradição econômica em que surgiam, por vezes, argumentos que procuravam explicar a origem do valor econômico na utilidade do bem. Então Menger não tinha muito em que se opor a essa tradição; pelo contrário, ele se via como um continuador dela. Por outro lado, não havia muita necessidade de contestar a doutrina clássica, pois em seu próprio país de origem ela vinha passando por grande descrédito. Muitos na Inglaterra depositavam esperanças de que a Escola Histórica poderia salvar a ciência econômica do estado de crise em que ela se encontrava desde meados dos anos 60.

O historicismo na Alemanha predominava de modo absoluto, onde Gustav Schmoller, seu representante máximo na época de Menger, era a maior autoridade acadêmica. Isso não significa que não se pudesse identificar dentre os economistas alemães os que seguiam uma via mais teórica e abstrata como von Thünen, Rau, Hermann e Mangoldt que já antecipavam o marginalismo e o uso de técnicas matemáticas.<sup>7</sup> Mas tais autores eram criticados e relativamente desconhecidos nas universidades alemãs nas quais imperava o historicismo.

Para um melhor entendimento do impacto das idéias austríacas nesse contexto, devemos identificar os pressupostos do pensamento historicista. Muita coisa poderia ser dita e sabemos que há variações do seu significado entre os representantes dessa vertente. No entanto, podemos reunir dois pontos mais ou menos compartilhados entre eles que serão depois objeto de crítica dos economistas austríacos:

1. A crença de que os fenômenos econômicos não estão dissociados dos demais aspectos sociais que condicionam a conduta humana.
2. Os fatos históricos podem se reproduzir em outro momento porque a realidade histórica não é composta por um conjunto caótico de elementos; mas, pelo contrário, ela se apresenta de modo previamente estruturado. As ocorrências históricas, entretanto, somente se repetem em contextos geográficos e temporais muito próximos entre si. Sendo assim, não é possível a explicação de recorrências com base nas leis da teoria abstrata; elas podem apenas ser identificadas por meio de estudos monográficos de onde se poderiam extrair leis empíricas de alcance limitado.

Esses dois pontos explicam a forte aversão que os economistas históricos mantinham em relação à Escola Clássica. Ela era acusada de assentar-se inteiramente no método dedutivo e de pretender com ele alcançar conclusões universais e atemporais sobre fatos econômicos.<sup>8</sup>

Também acusavam-na de descuidar da observação detalhada desses fatos. Menger, embora estivesse sob forte influência dos antigos mestres alemães da Escola Histórica, principalmente Wilhelm Roscher, mantinha-se insatisfeito com a ênfase excessivamente indutivista deles e com a aversão alemã à teoria pura.<sup>9</sup> Muitos autores importantes no contexto alemão viriam a fazer coro a seu descontentamento. Surge no último quartel do século XIX um importante movimento orquestrado contra o historicismo, embora cada autor dentro desse movimento tenha agido de forma relativamente isolada.

Na Inglaterra temos a importante defesa da coexistência dos métodos indutivo e dedutivo em Economia feita por Neville Keynes.<sup>10</sup> Na Alemanha aparece em destaque a ascensão de Max Weber na carreira universitária, contestando a autoridade suprema de Gustav Schmoller e criando as bases de uma ciência social teórica.<sup>11</sup> Na Áustria, aparecem o *Grundsätze*, de Menger, com uma descrição puramente abstrata da economia, e depois, em vista do ataque alemão a essa obra, o seu importante tratado crítico de epistemologia da Economia o *Untersuchungen*.<sup>12</sup> Essas ações isoladas possibilitaram um espaço para a emergência ou manutenção de uma ciência abstrata no campo dos fenômenos sociais que acabou desbancando o predomínio anterior do historicismo.

É nesse ponto que se tornam claras as peculiaridades do pensamento de Menger que no tocante também estarão presentes em seus seguidores austríacos: Menger, como Neville Keynes e Max Weber, nunca se opôs ao uso do método histórico, simplesmente acreditava que o método de indução histórica não daria conta de uma explicação completa dos fenômenos econômicos e que portanto a via abstrata e dedutiva também desempenharia um papel primordial nas ciências sociais. Mas as diferenças entre os argumentos de Menger e Weber na oposição ao historicismo precisam ser explicitadas. Menger se define desde o início como um economista, e tal ciência teria uma autonomia em relação às demais disciplinas do campo social. A Economia possui assim um objeto à parte que pode ser estudado visando a diferentes metas de investigação. A História e a Estatística, a teoria pura, a ciência aplicada e a morfologia econômica, cada qual persegue propósitos específicos.<sup>13</sup> Menger fala de uma ciência genuinamente econômica, segmentada em campos distintos, afastados, mas que se relacionam de alguma maneira, onde se encontra em um deles a teoria econômica pura. Weber nunca se definiu como um economista, ele se via como um cientista social e não considerava possível para a teoria extrair uma representação apenas econômica da realidade.

Para Weber, os fenômenos que condicionam a ação social estão todos interligados, e o investigador deve considerar as escolhas humanas no seu contexto cultural global. Podemos seguir a orientação de um certo autor em opor o *homem construído* de Weber ao *homo oeconomicus* particularizado pela Escola Clássica e mantido pelos ramos ocidentais da Revolução Marginalista em Jevons e Walras.<sup>14</sup> Mas Menger nunca trabalhou sob as hipóteses restritivas do *homo oeconomicus*, embora Weber o tenha interpretado nesse sentido. Ainda assim Menger fornece um tratamento puramente econômico do fenômeno humano que não existia em Weber. Podemos concluir que Menger rompe com o pressuposto 1 da visão historicista enquanto Weber ainda o mantém.<sup>15</sup>

Por outro lado, Weber rompe radicalmente com o segundo pressuposto historicista de que a realidade histórica já se encontra estruturada de modo que podemos obter leis empíricas a partir dela. A contestação de Menger quanto a esse ponto é menos incisiva que a de Weber. Vejamos mais de perto esse importante aspecto que separa um do outro. Para Menger a sociedade e até os eventos históricos estão estruturados, no sentido de que apresentam seus fenômenos dispostos segundo uma ordem orgânica. Mas em Menger essa ordem não pode ser reconhecida pela observação histórica e estatística direta. Até podemos obter leis empíricas de validade limitada, isto é, sujeitas a exceções, mas o arranjo ordenado da sociedade somente será compreendido pelo *método analítico-compositivo* que parte das unidades básicas que compõem os fenômenos econômicos (conceitos como bens e necessidades) e com elas procura reconstituir a totalidade dos fenômenos sociais, acreditando que esses fenômenos decorrem dos elementos básicos segundo leis exatas. Menger justifica o fato de as leis empíricas estarem sempre sujeitas a exceções pela liberdade de escolha dos indivíduos.

Admitimos quase sem reservas que os fenômenos humanos reais não são estritamente típicos. Nós admitimos que, por essa mesma razão e também como um resultado da liberdade da vontade humana – e nós, é claro, não temos intenção de negá-la enquanto categoria prática –, leis empíricas estritamente absolutas estão fora de questão no reino dos fenômenos da atividade humana.<sup>16</sup>

Um estudioso da obra de Menger afirma que nela a refutação ao historicismo parte da negação de uma *teleologia* ou desígnio absoluto na história. Todos os desígnios são individuais e a história é concebida como

um encontro e interação quase aleatório das maneiras em que se dão os esforços individuais na perseguição de seus fins subjetivos próprios com os resultados, desejados ou não, de suas ações.<sup>17</sup>

Já em Weber, a realidade é explicitamente reconhecida como sendo um conjunto caótico de eventos que jamais poderiam se apresentar organizadamente aos olhos do observador. Comentando a perspectiva de Weber, certo autor é incisivo nesse ponto.

O que parecia problemático a Weber a respeito da abordagem de Roscher e Knies era que ela pareceu repousar sobre suposição “bioantropológica”, feita por eles, de que alguma “estrutura orgânica” ou “sistema proposital” funcionaria como uma “entidade concreta” ou totalidade, em que eventos históricos particulares e ações poderiam ser vistos como providos de significado. Em outras palavras, essa suposição de uma realidade estruturada permanecendo além dos fatos empíricos específicos funcionaria como uma “base ontológica para o fenômeno cultural individual”, sendo tarefa da História explicá-lo. Esse ponto de vista, argumentou Weber, necessitava da aceitação de alguma “essência misteriosa” ou “entidade metafísica” que não poderia em si mesma ser encontrada pelo emprego do método histórico e, em sua opinião, a Escola Histórica teria herdado essa crença da filosofia hegeliana da história.<sup>18</sup>

A possibilidade de enquadramento analítico dessa realidade caótica é ainda assim possível pelo uso dos “tipos ideais”. Veremos na próxima seção o significado desse importante conceito weberiano. Adiantamos que tal conceito não se faz presente, da mesma maneira, entre os austríacos, embora outro conceito central em Weber, a idéia de *Verstehen*, tenha um papel primordial em Menger, Mises e também seja aceito por Hayek.

Enquanto Menger critica a Escola Histórica pelo fato de ela desconsiderar a existência independente da teoria pura, ainda assim ele acredita que mesmo nos domínios da “teoria exata” a investigação histórica é importante por suscitar à análise a estrutura “típica” que compõe os fenômenos econômicos investigados pela teoria. História e teoria são ramos isolados do conhecimento econômico mas há uma importante interação entre eles; isso, no entanto, não nega a necessidade metodológica de um tratamento diferenciado para cada um dos ramos. Outro austríaco, von Mises, opõe-se ao historicismo com base em argumentos diferentes, não enfatiza tanto a divisão do conheci-

mento econômico; seu argumento principal é o de que os conceitos teóricos são pré-requisitos para a interpretação do material histórico. Um terceiro economista austríaco, Friedrich August von Hayek, critica o historicismo mostrando as deficiências do tratamento estatístico e a necessidade da construção abstrata de padrões genéricos que descrevam os fenômenos.

De um comentador retiramos uma boa síntese do que seria a crítica austríaca à visão historicista da realidade.

A falácia subjacente ao historicismo surgiu de se conceber a realidade histórica e as instituições sociais como entidades orgânicas de um tipo naturalista, obedecendo a leis que podem ser concebidas através de métodos típicos do conhecimento naturalista-comparativo, juntamente com a crença de que era possível deduzir um conhecimento de ordem teórica e prática, tendo-se tratado o fenômeno social a partir dessas leis em si mesmas.<sup>19</sup>

Tendo discorrido sobre a crítica ao historicismo, vejamos mais a fundo os elementos weberianos compartilhados pelos austríacos.

## INFLUÊNCIAS DE WEBER NA FORMAÇÃO DA ESCOLA AUSTRÍACA

As bases filosóficas do pensamento econômico austríaco desenvolveram-se de maneira bastante independente, de modo que não devemos apontar que elas sejam uma continuação da obra de Weber ou de qualquer outro autor contemporâneo ou antecedente. Isso não significa dizer que os austríacos não sofreram influências de Weber e de outros autores. Pelo contrário, a identificação das influências principais que incidiram em cada um deles é um procedimento fundamental para o processo de desomogeneização. Veremos que Menger segue uma visão aristotélica e romântica não compartilhada e mesmo incompreendida por Weber. Mas o pensador alemão nutria uma certa simpatia por Menger, posicionando-se ao lado dele e contra Schmoller na Batalha dos Métodos. Nessa controvérsia, Weber esteve com Menger contra as críticas de Schmoller e Lujó Brentano que ele considerava injustas.<sup>20</sup> Schmoller tinha grande admiração por Weber que não era totalmente correspondida. A autoridade esmagadora de Schmoller nas universidades alemãs era tida por

Weber como uma ingerência do poder político no trabalho acadêmico. Weber respeitava as idéias de Mises mantendo com ele influências comuns enraizadas na filosofia neo-kantiana.<sup>21</sup>

Iremos arrolar elementos de aproximação entre Weber e a Escola Austríaca:

1. A adesão ao “individualismo metodológico” e à idéia de uma ciência da ação humana.
2. O uso do método *Verstehen*.
3. A teoria das instituições.

O conceito de “tipo ideal” não consta nessa lista, pois enquanto que para Weber a categoria teórica do tipo ideal é o ponto de partida para a construção de uma teoria social, nos austríacos ela não é importante.<sup>22</sup> Como para Weber não é possível se obter os conceitos diretamente da observação do fenômeno social, há de se impor um ardil puramente teórico, isto é, um conceito intelectualmente construído. Então o tipo ideal procura ordenar os fatos, mas a ordem não advém diretamente da observação dos fenômenos sociais; ela é obtida a partir do emprego de conceitos. O tipo ideal é um recurso cognitivo de que se vale o investigador, não é obtido indutivamente de observações históricas mas não é inteiramente arbitrário. A experiência com o material histórico deve fornecer, junto com o trabalho criativo do cientista social, o tipo ideal no qual a teoria deve se referir. Por exemplo, o homem de negócios da Inglaterra vitoriana é um tipo ideal. A teoria social não o descreve como o *homo oeconomicus* mas como um indivíduo que age guiado por um sem-número de condicionantes socioculturais (valores éticos, crenças religiosas, visão da sociedade, a maneira como concebe os objetivos de sua própria vida etc.). Nenhum indivíduo que se pudesse observar isoladamente no contexto histórico daquela época se enquadraria perfeitamente no tipo ideal em questão. É nesse sentido que o conceito é um trabalho do teórico, mas ele não poderia postular o asceta hindu como o tipo ideal representativo de uma classe na sociedade inglesa.

O fato de o tipo ideal ser uma imposição analítica à realidade parece enfraquecer a objetividade da teoria social weberiana. Mas Weber nunca abandonou a idéia de uma teoria social, não apenas objetiva mas também isenta de valores. Como ele concilia esses aspectos é uma questão algo complicada que não pretendemos explorar. Os austríacos nunca aderiram ao preceito metodológico de se usar os tipos ideais weberianos.<sup>23</sup> Talvez porque não souberam conciliar o tipo ideal com a idéia, também

presente em Weber, de que a ciência social deve partir do estudo da ação humana.<sup>24</sup> A ação humana nos austríacos é a ação abstratamente concebida, enquanto Weber parece perseguir em seus estudos a compreensão da ação de um tipo humano previamente definido. Alguns economistas austríacos, como no caso de von Mises, acreditam que o tipo ideal é só um esquema de classificação de dados empíricos (por exemplo, os padrões humanos observados numa sociedade são pelo “tipo ideal empírico” enquadrados em algumas categorias de comportamento). Mises escreve que

como genuína praxeologia – e a Economia é uma ramo da praxeologia – ela aspira a uma compreensão universal e atemporal que poderia englobar toda a ação humana (se ela é ou não bem-sucedida nessa tarefa é outro problema). Mas isso é algo que aqui pode apenas ser indicado. Para torná-lo evidente, teríamos de mostrar que um tipo ideal não pode ser construído com base em uma ciência teórica e formal como a praxeologia, mas somente com base em dados históricos concretos.<sup>25</sup>

Na sua obra *Ação Humana*, Mises diz que o conceito de tipo ideal

é sempre a representação do fenômeno complexo da realidade, quer seja do homem, das instituições ou das ideologias.<sup>26</sup>

Mas não devemos nos esquecer de que os tipos ideais weberianos, embora sejam suscitados pela experiência histórica, são construções analíticas e não meros esquemas passivos de classificação.

A expressão “individualismo metodológico” foi proposta pela primeira vez pelo célebre economista J. Schumpeter e designa o projeto teórico de explicar os fenômenos sociais a partir do comportamento individual. Menger usava a expressão “método analítico-compositivo”, o que é a mesma coisa. Menger acredita que também as ciências naturais utilizam o método analítico-compositivo, só que seus elementos individuais de partida não são tidos como empíricos; cita o caso da Física na qual o átomo não teria, acredita ele, uma existência empírica. Daí o privilégio das ciências sociais que partem do indivíduo, elemento empírico diretamente conhecido pela possibilidade do *Verstehen*.<sup>27</sup> Esse é um importante ponto em comum entre austríacos e weberianos.

O uso do método *Verstehen*, que já aparece em Weber, também é um preceito amplamente adotado pelos austríacos. O seu uso, no entanto, não tem início em Weber, ele é na verdade bastante antigo. É a

idéia de que a interpretação de significados culturais pode ser obtida pela ampla vivência do observador, que pelo uso da introspecção alcança o entendimento desses significados. O conhecimento de alguns aspectos envolvidos nos fatos sociais pode, portanto, ser obtido pela introspecção, quando bem respaldada pela familiaridade do investigador com os elementos da análise. Isso permite que um conjunto de suposições que caracteriza e descreve o fenômeno social possa ser ancorado em elementos subjetivos do analista observador, dando a ele uma segurança quase factual.

O *Verstehen* é utilizado por Menger para legitimar a identificação pela teoria econômica “exata” dos elementos estruturais subjacentes aos fenômenos do consumo e da produção, que ele acredita estarem situados na essência mesma do fenômeno econômico. O *Verstehen* permite a compreensão da essência do valor, escreveu Menger no *Untersuchungen*.<sup>28</sup> Um importante estudioso da obra de Menger acredita que o austríaco tenha partido do pressuposto de que

Como seres humanos podemos compreender a ação humana de um modo que não podemos compreender a natureza. Podemos compreender o valor (econômico) porque o significado da satisfação de uma necessidade [do alemão *Bedürfnis*] não é baseado em uma propriedade externa objetiva do bem consumido ou de um fundamento biológico do ato; antes disso, a satisfação da necessidade possui um significado para nós enquanto agente econômico. O economista observador pode compreender a ação de um agente econômico porque ele, economista, também é certamente um agente econômico.<sup>29</sup>

As categorias fundamentais da ação humana em Mises (ação propositada, ação que ocorre no “tempo real” etc.) estão sustentadas, entre outros pilares, também no argumento do *Verstehen*. Mises não é muito explícito, entretanto, com relação ao uso do método *Verstehen* em teoria pura, embora possamos inferir que a base de seu modelo teórico é de natureza introspectiva. Mises na sua obra *Ação Humana* enaltece o método *Verstehen* na história:

É o método que todos os historiadores e todas as outras pessoas sempre aplicam ao comentarem os eventos humanos do passado e ao preverem eventos futuros. A descoberta e a delimitação da compreensão foi uma das mais importantes contribuições da moderna epistemologia.<sup>30</sup>



A compreensão do conceito de plano subjetivo dos agentes comandando suas ações, tal como aparece no ensaio “Economics and Knowledge”, de Hayek, também tem uma base de apoio no uso desse método.<sup>31</sup> Hayek trabalha com o conceito de plano individual no intuito de realçar o papel do conhecimento subjetivo do agente na análise do fenômeno de equilíbrio de mercado. Lachmann, entretanto, considera a noção de plano como um elemento-chave no estudo da teoria das instituições em Weber e também nos austríacos (de qualquer instituição e não apenas dos mercados).<sup>32</sup> Voltaremos a esse ponto logo adiante. Por ora veremos apenas algo dessa teoria.

O preceito adotado do “individualismo metodológico” não é incompatível com a existência de instituições sociais. Ele afirma simplesmente que as instituições podem ser explicadas como resultantes de escolhas individuais.<sup>33</sup> A presença de instituições, entretanto, afeta o espaço em que se processam tais escolhas condicionando o comportamento individual. Na tradição que estamos analisando, diz-se que as instituições operam sobre os indivíduos fornecendo-lhes normas de comportamento que devem ser observadas. Então os conceitos de instituição e norma social são indissociáveis. Permanece é claro um problema de circularidade lógica semelhante ao paradoxo “ovogalinha” (quem surgiu primeiro?), já que as próprias escolhas pressupõem a existência prévia de instituições. Esse problema tem sido discutido na literatura especializada e por ora não iremos aprofundá-lo deixando para a conclusão do livro comentários adicionais a esse respeito.

Austríacos e weberianos acreditam na existência de dois tipos de instituições:

1. As que são criadas deliberadamente pelos indivíduos que em suas mentes particulares concebem todos os elementos de um arcabouço institucional, tal como um jurista que prescreve um código de leis. São as chamadas “instituições designadas ou planejadas”.
2. Instituições criadas espontaneamente como uma consequência não intencional da ação humana. Os indivíduos agem com vistas a propósitos específicos e o efeito combinado dessas ações é a emergência de instituições que não haviam sido pré-idealizadas na mente de ninguém. A linguagem é o exemplo mais citado. Denominamos de “instituições espontâneas ou orgânicas”.

A primeira apresentação sistemática de uma teoria das instituições entre os austríacos apareceu em 1883, na parte 3 do *Untersuchungen* de Menger, denominada “A Visão Orgânica dos Fenômenos Sociais”,

onde ele se vale das idéias de Edmund Burke e da Escola Histórica do Direito de Savigny na discussão das instituições orgânicas. Menger também aceita a existência de instituições planejadas na sociedade, mas a sua ênfase recai nas tais instituições orgânicas. Considera que a preocupação básica da Economia e de toda investigação social deveria consistir em explicar a origem e a função das instituições que surgem de modo não intencional.

Se as instituições orgânicas são “não intencionais” significa, é claro, uma certa não transparência dos processos sociais para os indivíduos já que eles desconhecem tudo o que possa advir de suas ações particulares combinadas com as ações dos demais membros da sociedade. Isso pode ser interpretado como um desdobramento lógico da tese do limite cognitivo da mente humana individual em compreender o funcionamento da sociedade. Mises e Hayek trabalham, é verdade, com a tese do limite do conhecimento apoiados respectivamente em premissas filosóficas de inspiração neokantiana e em uma “teoria da mente”. Mas Menger não utiliza explicitamente nenhuma hipótese de limitação cognitiva para apoiar as suas crenças. As conseqüências não intencionais da ação humana não estão simplesmente além do horizonte de conhecimento individual e a expansão desse horizonte não resolveria o problema. No momento em que o indivíduo age, elas ainda não existem e a sua consolidação enquanto instituição dependerá de ações específicas desencadeadas ao longo do tempo por muitos outros indivíduos que poderão sancionar ou não a emergência de certas instituições.

A linguagem é sempre o melhor exemplo. É claro que Shakespeare, Cervantes e Camões escreveram numa época em que suas respectivas línguas ainda não haviam alcançado o pleno desenvolvimento gramatical, e em suas obras contribuíram intencionalmente para a fixação de normas da linguagem culta. Muitos outros indivíduos também contribuíram com um ou poucos tijolos isolados na construção do edifício monumental da linguagem; não poderiam conhecer entretanto o alcance de suas propostas e nem se elas seriam aceitas pelos demais. A construção de instituições orgânicas é para Menger algo que surge no entrecurso de diversas ações e como nem todas elas e seus futuros efeitos combinados podem ser conhecidos, há um elemento de espontaneidade no processo de fixação das instituições orgânicas.

Podemos concordar com um autor que comentando o esquema de Menger afirma que as tais instituições orgânicas não são um produto do erro humano – quando os indivíduos esperavam outras conseqüências sociais de suas ações ou não esperavam nada para além de seus

estreitos horizontes pessoais. Mas o mesmo autor incorre em grave equívoco ao considerar que no modelo de Menger o espaço para a emergência delas seria consideravelmente reduzido à medida que as pessoas tivessem acesso a um leque maior de informações.<sup>34</sup>

Menger aceita a coexistência de instituições orgânicas com instituições planejadas na estrutura maior que compõe o tecido social. Na sua visão, o conjunto de instituições sociais planejadas configura uma estrutura global em cujo interior se formam interstícios que fornecem espaços para o desenvolvimento de instituições espontâneas. Mas o estudo da relação entre esses dois tipos de instituições em Menger não é tão penetrante quanto o que encontramos em Max Weber. Em algumas passagens do *Untersuchungen*, Menger parece contemplar a existência desses dois tipos de instituições como se desenvolvendo de modo independente um do outro.

A interpretação da teoria das instituições em Menger requer que antecipemos algo da epistemologia desse autor; no entanto, o esclarecimento completo do argumento fica condicionado ao estudo que será desenvolvido no próximo capítulo. Nele, veremos que o “naturalismo” de Menger concebe o conjunto de instituições sociais que configura a sociedade como uma ordem natural que advém de relações causais que operam a partir dos elementos constituintes mais simples da sociedade. Para ele, a existência de necessidades humanas, o desejo pela satisfação delas e o encadeamento dos bens que possibilitam tal satisfação são os elementos simples que permitem a emergência de uma totalidade complexa organicamente estruturada a partir deles. Em Menger, pelo método compositivo de estudo das instituições, nós podemos derivá-las “geneticamente”, partindo de elementos econômicos fundamentais e de “leis exatas” que se estabelecem comandando processos básicos.<sup>35</sup>

A idéia de instituições como uma ordem orgânica natural não é aceita pelos demais austríacos e muito menos por Weber. Mises e Weber não pressupõem, no estudo das instituições, a existência de uma realidade natural externa às ações individuais. A análise desses autores parte apenas dos elementos subjetivos contidos no plano individual, e as instituições são pensadas como um mecanismo que possibilita aos planos particulares trabalharem com elementos, tais como as normas de conduta individual, que possam guiar a percepção subjetiva individual no sentido de gerar uma maior correspondência dos planos uns com os outros. Ambos consideram as normas oferecidas por instituições específicas como parâmetros ou restrições, interpretados subjetivamente, que são obedecidos na formulação dos planos. Tais normas tornam a conduta dos de-

mais, que deve ser antecipada no plano, menos volátil e mais previsível e portanto mais plausível o processo de coordenação social.

Mas a epistemologia “racionalista” de Mises trabalha apenas com a lógica *a priori* da ação na análise da consistência entre planos, enquanto Weber usa de modo mais freqüente os argumentos metodológicos do *Verstehen* e o conceito de tipo ideal. O plano subjetivo individual para Mises só é conhecido pelo teórico na medida em que seus elementos são revelados pela execução do plano na forma de ações concatenadas. Já em Weber há todo um aparato de análise dos elementos constituintes do plano pelo exercício do *Verstehen* antes mesmo que a ação seja executada. Mais uma vez lembramos ao leitor que esses pontos epistemológicos só serão bem compreendidos após os capítulos em que se discorre sobre a epistemologia de um autor austríaco em particular.

Mantida a mesma observação no caso de Hayek, vejamos essa última concepção particular da natureza das instituições. A teoria das instituições de Hayek não pretende lidar com instituições naturais concretas que tenham uma existência objetiva. Ele fornece uma reconstrução abstrata das instituições com base na identificação de um padrão geral que dê conta de seus aspectos básicos. O padrão em si mesmo é resultado das abstrações que se processam na mente do investigador e que, portanto, estão condicionadas aos processos cognitivos inerentes à ordem sensorial. O estudo das instituições pressupõe portanto uma “teoria da mente” que busque o entendimento da relação entre os esquemas de conceitos e o mundo externo. Há uma interação dinâmica entre os esquemas mentais e os dados do mundo externo que resulta num processo evolutivo de reformulação do conhecimento à medida que a mente se modifica sob a ação de elementos externos. A compreensão desse ponto requer o estudo do “subjetivismo evolucionista”, objeto do capítulo 4.

Vemos portanto que Menger, Mises e Hayek não oferecem exatamente o mesmo modelo de instituições sociais. A consideração da base epistemológica em cada qual esclarece algo dessas diferenças; há também diferenças práticas sobre o papel que cada um deles atribui às instituições. Menger acredita que as instituições orgânicas são benéficas à sociedade, mas ele não segue autores alemães que lhes fazem uma exaltação conservadora unilateral. Cabe à ciência resolver, em cada caso, a questão de se aceitar ou não a instituição orgânica, mas para isso é necessária uma perfeita compreensão de seu papel, não se tomando de antemão uma posição contrária a ela. Hayek, embora enalteça a instituição do mercado, critica a idéia de que as

instituições orgânicas existam apenas por serem benéficas. Na verdade, Hayek segue outras influências em sua análise das instituições. Enquanto Menger inspirou-se em Edmund Burke e Savigny, as idéias de Hayek nesse tocante têm mais a ver com os autores da tradição liberal clássica Josiah Turcker, Adam Ferguson, David Hume, Mandeville e Adam Smith. Por não levar em conta as peculiaridades das premissas filosóficas de Menger, Hayek não havia compreendido completamente a natureza do método compositivo e a teoria das instituições orgânicas de Menger.<sup>36</sup>

As idéias básicas sobre a ordem institucional nos austríacos apresentam uma certa proximidade com a visão de Weber nesse tocante, resguardadas as diferenças que apontamos anteriormente. Vemos portanto que no individualismo metodológico, no uso do *Verstehen* e na teoria das instituições há uma base comum interligando a Escola Austríaca com a importante tradição weberiana que foi uma das principais vertentes que comandaram o desenvolvimento das ciências sociais no século XX. E a consideração dessa proximidade é muito importante para se entender as origens e a peculiaridade do pensamento econômico austríaco, em Menger, Mises e Hayek, como uma reação ao historicismo.

## A REVOLUÇÃO MARGINALISTA

Vimos que a crítica ao historicismo e os novos preceitos filosóficos colocam os austríacos e Max Weber numa arena comum que viria a caracterizar um importante ramo do pensamento social no século XX. Mas os austríacos firmaram-se como economistas e Weber nunca se considerou enquanto tal, portanto entre eles somente a Escola Austríaca procurou particularizar o fenômeno puramente econômico na esfera social.<sup>37</sup> Resta neste capítulo inicial, que procura identificar sumariamente o contexto em que se originaram as idéias austríacas, situá-las entre as outras vertentes do pensamento econômico que a partir do último quartel do século XIX lutaram por um papel de hegemonia na ciência econômica.

Não se pode negar que Menger tenha o seu nome associado aos famosos anos de 1871 a 1874 que assistiram ao aparecimento de outras duas importantes obras, além do *Grundsätze*, a *Teoria da Economia Política*, de William Stanley Jevons, e os *Elementos de Economia Política Pura*, de Leon Walras.<sup>38</sup> Episódio esse que se tornou conhecido, um tanto

inapropriadamente, na historiografia das idéias como Revolução Marginalista. Hoje sabemos que não se tratava de uma “revolução científica”. Do ponto de vista técnico, as duas idéias mais importantes associadas a esse movimento foram a teoria do valor subjetivo e o uso da ferramenta do cálculo marginal. Sabemos entretanto que a teoria do valor subjetivo já possuía na época uma longa tradição desde os tempos remotos de Aristóteles e que tinha sido ostensivamente articulada na explicação do valor econômico muitas décadas antes pelo alemão Hermann Gossen, inteiramente desconhecido no período da “revolução”. Mas havia, mesmo na Inglaterra, autores como Lloyd, Senior, Jennings e Whately que já faziam críticas à teoria do valor trabalho e propunham a teoria da utilidade na explicação dos preços. Os franceses foram além, pois Jules Dupuit não só lançou a idéia de utilidade como buscou articulá-la teoricamente na explicação dos preços, enquanto os ingleses haviam ficado só na exposição de princípios. É verdade que a teoria de Dupuit era totalmente errada por confundir utilidade marginal com preços, sem perceber que ela assumia implicitamente a hipótese de que toda variação da renda deveria refletir um incremento igual na utilidade. Uma teoria dos preços consistente com base no uso da noção de utilidade e na idéia do cálculo marginal, de fato, aparece pela primeira vez em Jevons e Walras.

A idéia do uso da análise marginal na explicação de preços tem a sua origem na obra de Cournot, França, e von Thünen, Alemanha, mais ou menos na mesma época, cerca de trinta e poucos anos antes do episódio revolucionário. Não são portanto esses elementos, o marginalismo e o subjetivismo na questão do valor, que dão às obras de Menger, Jevons e Walras um tom revolucionário. É inegável que, exce- tuando-se talvez a contribuição de Gossen, não havia antes da *Teoria*, de Jevons, um uso sistemático do hedonismo de J. Bentham, o célebre filósofo moral utilitarista, em teoria econômica e que, fora Cournot anos antes, não havia nada que se comparasse ao uso ostensivo de gráficos e expressões algébricas que constam nos *Elementos*, de Walras. A análise de Menger que procura mostrar como os valores subjetivos são determinados a partir da estrutura de necessidades é também bastante inovadora.<sup>39</sup> Se há um conteúdo revolucionário entre eles, esse conteúdo não se deve ao subjetivismo e nem ao marginalismo mas às peculiaridades metodológicas e epistemológicas desses autores.

Isso, porém, não é suficiente para que se possa falar em revolução, pois seus representantes não articularam um movimento em torno de um novo paradigma: Jevons foi posto em segundo plano pela auto-

ridade de Marshall, Walras permaneceu desconhecido, exceto entre autores suíços, italianos e suecos (caso de Wicksell), e Menger, tendo se retirado precocemente da vida acadêmica, só teve suas idéias difundidas pela influência de seus discípulos diretos Wieser e Böhm-Bawerk.<sup>40</sup> Então o que se denomina de revolução não o foi propriamente. Observa-se ao longo do século XIX um movimento lento de avanços e paradas que se propagou sem que houvesse muita quebra com o passado. Pensadores solitários desenvolvem, cada um por si, a nova técnica sem estarem cientes do trabalho de seus precursores. No entanto, manteremos a denominação usual caracterizando o episódio como revolução, ressaltando que devemos sempre tomar o sentido da palavra como estando ela entre aspas.

Nossa avaliação do impacto da Revolução Marginalista no desenvolvimento histórico do pensamento econômico começa pela construção de um quadro resumido do estado da ciência econômica no período imediato que a antecedeu. Nele, constata-se o predomínio de diferentes doutrinas econômicas entre os países europeus. Assim, não é verdade que teorias que tiveram grande domínio e autoridade na Inglaterra tenham tido prestígio similar em toda a Europa. Até porque havia pouca comunicação entre a Inglaterra e o Continente. Entre 1840 e 1860, praticamente não ocorrera um intercâmbio de idéias de uma região a outra, excetuando-se talvez as influências de Augusto Comte e da Escola Histórica Alemã. É notório o isolamento da Economia Clássica Inglesa no período. Os franceses não foram muito influenciados por David Ricardo. Na Itália, ele era pouco lido e compreendido. Os alemães, que tinham naquele século grande tradição acadêmica, seguiam um caminho próprio, ligado à tradição historicista e ao *nacionalismo* de Georg Friedrich List e Adolph Wagner.<sup>41</sup> Mesmo ainda pouco difundida, a doutrina da Escola Inglesa tornou-se mais influente na França do que na Alemanha e na Áustria. O quadro da ciência econômica no período pré-revolucionário que estaremos descrevendo irá se concentrar no cenário acadêmico britânico, resguardados portanto os limites nacionais dessa análise.

Na Inglaterra, entre 1850 e início dos anos 60, a teoria econômica ortodoxa tinha conquistado a confiança da opinião pública e era vista como autoridade suprema. Ampliado e aperfeiçoado por John Stuart Mill, o sistema teórico de David Ricardo imperava absoluto. Dois elementos extra-teóricos proporcionavam-lhe grande prestígio: a prosperidade econômica que se seguiu à abolição da “lei dos cereais” e os escritos metodológicos de Mill na exposição dos princípios da disciplina.<sup>42</sup> Contudo, entre meados dos anos 60 e início dos 70, mudanças em

fatores ambientais reverteram as expectativas, levando à rejeição dessa teoria. Na época, começaram a aparecer severas críticas às teorias clássicas do valor e da distribuição da renda.

A teoria da distribuição de Ricardo e Mill estava apoiada em dois pilares que entraram em colapso: a teoria do fundo de salários e a doutrina da taxa natural de salários. A primeira acreditava na existência de um montante de capital destinado à manutenção dos trabalhadores. Os salários médios seriam determinados pela “comparação do fundo de adiantamento com o número de trabalhadores que deveriam ser mantidos pela sociedade. A teoria partia da hipótese de trabalho homogêneo, assumida explicitamente por Mill no capítulo “Os salários” do livro *Princípios de Economia Política*. A doutrina da taxa natural de salários, por outro lado, é uma implicação direta da teoria da população de T. Malthus. Ela identifica um nível de salários que manteria inalterada a oferta de trabalho.

No fim dos anos 60, apareceram vários ataques à teoria do fundo de salários, desferidos por dois grupos de economistas ingleses: os economistas históricos e aqueles que mesmo negando o historicismo não se alinhavam à Escola Clássica. Tais críticas representaram um ponto importante no descrédito da ortodoxia. Entre elas, destaca-se a conhecida refutação feita por Cliffe Leslie, representante do primeiro grupo. Somam-se a isso, as deficiências apontadas pelos economistas não historicistas Fleming Jenkin, Francis D. Longe, John Elliot Cairnes, William T. Thornton e Jevons.<sup>43</sup> Em busca de uma interpretação alternativa que pudesse vir a substituir a teoria do fundo de salários, esses autores desenvolveram novas idéias.

Longe resgata o conceito malthusiano de demanda geral de trabalho; Thornton desenvolve as suas “curvas pretendidas de demanda e oferta de trabalho”, que são curvas que dependem de estimativas subjetivas do futuro. Ele também discute o conceito de “excedente do consumidor” e avalia a ação dos sindicatos. Seu trabalho foi pioneiro no tratamento gráfico.

Cairnes, nos seus *Some Leading Principles of Political Newly Expounded*, faz a distinção entre oferta e demanda realizada (*ex post*) e estimada (*ex ante*). Ele lança os fundamentos para uma separação entre demanda e oferta geral agregada e demanda e oferta para uma mercadoria específica. Diz que as demandas e ofertas agregadas são sempre iguais e a partir delas não se poderia determinar o que recebem capitalistas e trabalhadores. Cairnes considerou entretanto ser possível fazê-lo desenvolvendo a “teoria dos salários agregados médios”, a sua versão da



teoria do fundo de salários. Trata-se de uma doutrina que procura analisar como são determinados os investimentos em geral e os diferentes tipos de investimentos, em particular os que acarretam a contratação de novos trabalhadores. Ele investiga o que condiciona no agregado a proporção investida em capital fixo, matéria-prima e salários.<sup>44</sup> Cairnes procurou reestabelecer as credenciais da teoria do fundo de salários flexibilizando a hipótese de trabalho homogêneo. Na sua defesa, ele introduziu o modelo multifatores de trabalho, onde indivíduos diferenciados competem entre si, preferindo cada um as profissões mais bem pagas. No equilíbrio, os salários relativos seriam explicados pelas diferenças de talento e qualificação individual. Flexibilizando a hipótese milliana de trabalho homogêneo, Cairnes propôs uma teoria *ad hoc* sobre a existência de grupos não competitivos em um modelo de múltiplos fatores primários. No entanto, Cairnes era excessivamente malthusiano e sua defesa de Mill acabou comprometendo ainda mais o sistema teórico clássico.

Na Alemanha, a teoria do fundo de salários já tinha sido demolida por Friedrich von Hermann em 1832. Ele e seus compatriotas Karl Heinrich Rau e Hans von Mangoldt, autor da importante obra alemã de Economia Política *Grundriss der Volkswirtschaftslehre*, de 1863, fizeram a ligação teórica do salário com a produtividade. A produtividade determinaria a distribuição de renda e a demanda do consumidor. Schumpeter nos diz que nos anos 70 “matar a teoria do fundo de salários tornou-se o esporte favorito entre os economistas”.<sup>45</sup> Não apenas Jevons mas os economistas que viriam a aderir ao marginalismo criticaram a doutrina do fundo de salários. Mesmo Mill, em 1869, acabou abandonando-a.

A teoria da taxa natural de salários considerava o crescimento da população uma variável endógena. Os salários eram mantidos no nível de subsistência pela pressão demográfica. Nas décadas de 50 e 60, o crescimento demográfico na Inglaterra e a concomitante melhoria no padrão de vida resultou na crescente falta de credibilidade tanto da teoria populacional clássica quanto da idéia de salário de subsistência.<sup>46</sup> O crescimento permanente no padrão de vida da classe trabalhadora tornava obsoleta a noção de nível de subsistência. Nassau William Senior, Hearn, J.R. M'Culloch e Robert Torrens, mesmo mantendo os termos e conceitos da Economia Clássica, criticaram a teoria da população de Malthus e propuseram em troca interpretações mais flexíveis do problema. Nos anos 70, poucos economistas ainda não haviam rejeitado por completo a teoria da taxa natural de salários por parecer inconsistente com os fatos.<sup>47</sup> Além disso, as novas versões propostas

dessa teoria apresentavam pouco conteúdo empírico.<sup>48</sup>

Os críticos viam a existência de muitas exceções às teorias de salário de Ricardo e Mill, tendo as exceções se tornado mais importantes que o caso geral. Mas não havia algo mais elaborado que pudesse substituir as teorias vigentes. Nessa época, inicia-se o desenvolvimento de explicações que elaboram pensamentos em direção à análise da produtividade marginal. A partir de então, cada vez mais, explicar salários pela produtividade passa a ser visto como algo natural.

Em meados da década de 60, começava a se destacar entre os economistas ingleses um grupo de homens na faixa dos quarenta anos, vinte anos mais jovens que Mill. Grupo esse identificado pela rejeição à teoria ortodoxa de valor e salário. Ele era composto por economistas históricos, como Cliffe Leslie e Walter Bagehot, e economistas teoréticos como Fleming Jenkin, Harrison, Henry Dunning MacLeod, Longe e Jevons. Esses últimos direcionaram seus ataques à teoria em si mesma, enquanto que os primeiros criticavam principalmente o método e as conclusões políticas da Economia Clássica. Tais ataques abalaram a confiança nessa escola nos anos 60 e 70. O início dos anos 70 era de fato um momento apropriado para o aparecimento de novas idéias na Inglaterra. Predominavam, contudo, as críticas destrutivas. Inicia-se um processo revolucionário com um forte viés negativo e destrutivo. No seu pior momento, a Economia Política quase foi eliminada da respeitada “Associação Britânica para o Avanço da Ciência” quando Francis Galton tentou excluir a assim chamada seção F.<sup>49</sup> Em meio a um interregno confuso de duas décadas, não se firmou um acordo entre os revoltosos sobre o que deveria substituir as teorias ortodoxas.

A teoria do valor trabalho, outro pilar da Economia Clássica, naqueles anos, também começou a ser vista por muitos como inadequada. Embora quase todos criticassem essa teoria não havia algo muito articulado que a substituísse. Modificações superficiais foram tentadas. Mill e Cairnes no estudo das trocas internacionais já abriam exceções na idéia clássica do valor valendo-se de uma teoria do valor dependente da demanda.<sup>50</sup> Havia uma estreita ligação teórica entre as mudanças na teoria do salário e o descrédito para com a teoria do valor.

Os três nomes representativos da Revolução Marginalista não pouparão críticas à visão clássica do valor econômico. Jevons apontou três tipos de deficiências na abordagem do valor em Ricardo:

1. Ela requer uma teoria especial para mercadorias com oferta fixa, como estátuas raras; o que prova que o custo em trabalho não é essencial para o valor.

2. Elevados custos em trabalho não conferem alto valor à mercadoria se a demanda futura for erroneamente prevista.
3. O trabalho é heterogêneo e só pode ser comparado pelo valor do produto.<sup>51</sup>

Menger critica a teoria da renda de Ricardo, perguntando-se por que o valor da terra não dependeria também do custo em trabalho para mantê-la.<sup>52</sup> No *Grundsätze* ele contesta a divisão clássica dos fatores de produção entre terra, trabalho e capital na determinação do valor

que um grande e importante grupo de fenômenos não pode ser reconciliado com as leis gerais da mesma ciência que se interessa por esses fenômenos é uma prova clara da necessidade de se reformar esta ciência.<sup>53</sup>

Walras aponta para a falta de generalidade da teoria clássica e, referindo-se diretamente a Ricardo, diz que não existe uma classe de mercadorias com uma oferta que pudesse ser acrescida indefinidamente, pois nenhum recurso produtivo pode estar disponível em quantidade ilimitada. Walras também não aceita a diferenciação ricardiana entre bens escassos e bens reproduzíveis.<sup>54</sup> Outro argumento da crítica de Walras é o de que os preços dos produtos e dos fatores produtivos têm efeitos uns sobre os outros e mesmo o valor de um fator afeta o de outro. Destarte, não se pode atribuir uma determinação causal do valor do bem partindo-se dos preços dos fatores.

Temos quatro pilares básicos da Economia Clássica que foram bastante criticados: a doutrina da população de Malthus, a teoria do fundo de salários, a teoria do valor trabalho e, poderíamos acrescentar, a teoria da renda. Essa última era contestada por não se acreditar na lei da produtividade decrescente da terra ou porque alguns autores, como Richard Jones, criticavam o próprio conceito ricardiano de renda da terra.

Um outro elemento importante que contribuiu para a crise da Economia Clássica foram as críticas de natureza metodológica, muito embora não se deva exagerar o impacto dessa controvérsia. Na Inglaterra, argumentos metodológicos foram muito utilizados nos ataques impetrados pelos economistas adeptos da Escola Histórica Inglesa.<sup>55</sup> Também de fora do país vieram críticas metodológicas contundentes à Escola Clássica, principalmente dos economistas históricos alemães. Na época que estamos considerando, grandes esperanças de desenvolvimento da ciência econômica recaíam no historicismo inglês.

A Escola Histórica Inglesa era composta por autores ingleses e irlandeses. É difícil caracterizá-la como um todo passando ao largo das especificidades das contribuições de cada autor. Há, contudo, elementos comuns entre eles. Em geral, por serem hostis às idéias de Malthus são mais otimistas que os clássicos. Eles consideram a Escola Clássica excessivamente abstrata e irrealista. Em troca dela, desejam relacionar a Economia com outras ciências sociais. Espelham-se no exemplo do evolucionismo de Charles Darwin e Herbert Spencer, aplicando-o no exame da sociedade.

Contrários ao método abstrato e *a priori*, esses economistas enaltecem o papel da observação dos fatos.<sup>56</sup> Contra o postulado do *homo oeconomicus*, apelam para o homem real com suas paixões, seus desejos e seus condicionantes históricos. Alguns deles seguem as idéias de Comte ou dos historicistas alemães.<sup>57</sup> Outros são menos críticos ao método abstrato de Ricardo, embora restrinjam a sua aplicação a sociedades em estágios desenvolvidos.<sup>58</sup> Todos criticam o viés ideológico dos clássicos, implícito segundo eles na noção de *homo oeconomicus*, e enfatizam em troca o progresso moral e a solidariedade humana.

Muito embora em geral compreendam mal os clássicos, os historicistas ingleses também lhes fazem críticas teóricas, propondo inclusive teorias alternativas.<sup>59</sup> É interessante investigar por que a Escola Histórica não prevaleceu no ambiente acadêmico inglês como sucessora da Economia Clássica. Podemos identificar duas razões para tanto. Em primeiro lugar, embora a Escola Histórica Inglesa tenha fornecido alguma inovação teórica, os seus trabalhos foram, via de regra, fragmentários e apresentavam inconsistências.<sup>60</sup> A segunda explicação para o ocaso do historicismo inglês é que o seu prestígio devia-se em grande parte à autoridade acadêmica conferida à Escola Histórica Alemã. Com o encolhimento subsequente dessa, os ingleses ficaram desamparados. Na Alemanha, a Escola Histórica dominou amplamente na segunda metade do século XIX, embora convivendo com economistas teóricos como Rau, Hermann, Mangoldt e von Thünen. Os historicistas alemães foram de fato muito influentes também em outros países e nos Estados Unidos conquistaram completamente o meio acadêmico até o final do século XIX.<sup>61</sup>

Por que no início do século XX a Escola Histórica Alemã praticamente sucumbiu?<sup>62</sup> A resposta é complexa e não poderia ser dada sem uma reconstrução detalhada do movimento intelectual responsável pelo fato. A Escola Histórica foi atacada por economistas e cientistas políticos. Em relação aos primeiros, no mundo inglês as colocações

metodológicas de Neville Keynes foram publicadas no mesmo ano de 1890, data do lançamento da primeira edição dos *Princípios de Economia*, de Alfred Marshall. Em teoria econômica, os ensinamentos de Marshall em pouco tempo dominaram completamente nessa matéria a academia inglesa. É bem verdade que esses autores fizeram alguma concessão à Escola Histórica, evitando assim criticá-la por inteiro. Nem por isso deixaram de restringir o alcance do método indutivo defendido pelo historicismo. Marshall tinha clara predileção por teorias abstratas, embora concedendo um papel para a história. No fim das contas, a visão estritamente historicista foi descartada em seu país. O mesmo vale para a França, onde tal escola nunca chegou a ser realmente importante. Nos próprios domínios da cultura germânica, a Economia de Carl Menger propiciou seguidores competentes na Áustria, isolando parcialmente esse país da influência da Escola Histórica Alemã. Em relação aos cientistas políticos, a abordagem histórica foi sobrepujada também na história da teoria política, no mesmo período, principalmente pelo impacto da visão de Max Weber que se caracterizou por substituir o empirismo cru dos historicistas pela teoria abstrata.

A rejeição da Economia Clássica e a consolidação do marginalismo econômico estiveram vinculadas às críticas teóricas e metodológicas de seus adversários. Também contribuíram para a mudança fatores que envolvem o ambiente social e econômico da época. Ao lado do descrédito para com os aspectos técnicos da teoria ortodoxa, verifica-se, no período em questão, um movimento na opinião pública que levou a um escrutínio hostil aos princípios tradicionais que orientavam a política econômica. A fim de compreendermos a gênese desse movimento faz-se mister uma breve exposição dos eventos sociais que marcaram essa época na Inglaterra.<sup>63</sup>

As décadas de 1850 a 1870 foram marcadas por uma notável prosperidade econômica impulsionada pelo crescimento da industrialização. As técnicas produtivas executam grandes saltos com o aumento no tamanho das fábricas, especialmente nas indústrias dos setores de mecânica, aço, ferro, transporte e comunicação. Nas firmas, a “sociedade limitada” é substituída pela “sociedade anônima”, propiciando um novo e privilegiado instrumento de mobilização e controle do capital. Essa prosperidade, no entanto, não se refletiu positivamente nas relações sociais, pelo contrário, os problemas sociais só se agravaram no período.

Observam-se algumas inovações organizacionais trazidas pelos novos métodos na administração das empresas, que resultaram em uma

relação mais hierárquica e burocrática no interior das firmas, acompanhada pela introdução da figura do gerente de fábrica. Não só no plano interno das empresas, mas também na sociedade como um todo, o período assiste ao agravamento das relações sociais. Ao lado da deterioração das condições de trabalho e do prolongamento em sua jornada, novas mudanças são propiciadas pela incorporação no mercado de trabalho de mulheres e crianças. A resposta dos trabalhadores fez-se sentir no avanço da organização sindical. Os sindicatos conquistaram grande poder de mobilização, que parecia ameaçar interesses econômicos de grupos empresariais. Por outro lado, as firmas intensificam o uso de práticas de conluíus, com fusões e formação de cartéis. Há um crescimento generalizado no poder de monopólio delas. A vida social exacerbada por uma configuração mais conflituosa entre as classes, que se traduzia em tensões crescentes na política, levou a uma ação mais incisiva do Estado na economia com o objetivo de atenuar esses conflitos.<sup>64</sup>

Os anos 70 acentuaram as contradições da sociedade inglesa. O processo de mudança estrutural mantém sua continuidade e até se intensifica. A economia desse país enfrenta agora uma reversão cíclica com o aparecimento de dificuldades econômicas. Trata-se da “grande depressão” cujo epicentro se localiza no ano de 1873. Esse grave período da economia fez aumentar ainda mais a intervenção do Estado. Os problemas da economia inglesa afetavam a outros países. A Inglaterra já não consegue exercer com a mesma eficácia o seu papel de coordenador internacional do mercado de capitais. Graves crises financeiras verificam-se, em diferentes países, nos anos de 1873, 82, 90 e 93. O sistema bancário inglês, o emprestador mundial em última instância, não mantém o controle da situação.

A situação na agricultura também não é boa. O trigo inglês não consegue competir com a produção dos Estados Unidos, gerando grande queda na renda dos agricultores. O crescimento no comércio internacional, sob a égide do padrão-ouro, acirra a competição, o que leva parte da opinião pública inglesa a clamar por maior protecionismo. A intervenção do Estado aumenta em consequência desses eventos, não só para dirimir os conflitos sociais internos mas também visando melhorar o desempenho da economia e reestabelecer a competitividade internacional daquela nação européia.

Um outro movimento pode ser observado no plano das idéias. O *laissez-faire* cedia cada vez mais espaço para a necessidade de uma doutrina que regulasse a intervenção do Estado com base em princípios

racionais de ação da esfera pública inspirados nos avanços das ciências. Já nos anos 60 nota-se a eclosão de um interesse renovado pela Economia Política e pela investigação social em geral. A crença generalizada nas potencialidades da ciência em modelar a vida social levou a uma proliferação de várias seitas sociais. Os pensamentos sociais de Stuart Mill, Comte e Spencer; a filosofia política de T.H. Green, a cruzada de Henry George, o socialismo de Karl Marx, o evolucionismo biológico de Darwin e outras correntes proporcionaram um rico painel de idéias, de variadas matizes, que na época iluminaram as mentes dos entusiasmados da reforma social, ao mesmo tempo em que a doutrina do livre mercado, ainda forte, passa a encontrar rivais à altura, que se valeram do mau resultado da competição econômica no lado da distribuição para galvanizar os descontentes. Há no fim do século XIX uma crescente ênfase no problema da distribuição ao mesmo tempo em que a Economia Clássica é admoestada por ter-se preocupado em demasia com o lado da produção.

Tanto os marginalistas quanto os clássicos defendem o *laissez-faire*. Há uma continuidade nesse sentido. Mas o problema da acumulação, eminentemente tratado pelos clássicos, pareceu aos olhos da época menos importante enquanto o problema da má eficiência alocativa sobressaía num momento de grande depressão econômica. Os marginalistas explicavam que a inabilidade do capitalismo em controlar a anarquia de mercado era apenas aparente e que esse controle poderia ser reestabelecido se o governo combatesse as coalizões internas feitas pelas classes de trabalhadores e patrões. De fato, ao lado dos problemas internos à teoria clássica, há razões externas que explicam a sua crise. O ressurgimento de um conflito social claro e endêmico tornou a comunidade acadêmica e os círculos políticos críticos à teoria clássica e particularmente receptivos à nova teoria.<sup>65</sup>

Aos olhos da época, a principal doutrina que poderia substituir a Escola Clássica não seria certamente a da Economia Marginalista, dado o isolamento de seus proponentes e o fato de ela ir contra as principais tendências acadêmicas da segunda metade do século XIX que apontavam na direção de trabalhos interdisciplinares e de modelos evolucionistas. O marginalismo não fez concessão a essas tendências. Na Inglaterra, somente Jevons se projetara no momento da revolução; não em função do seu uso da teoria marginalista e sim pela notoriedade alcançada em seus trabalhos estatísticos. Maiores esperanças de desenvolvimento da ciência econômica eram depositadas nos adeptos da Escola Histórica. O historicismo inglês e alemão, po-

rém, se enfraqueceram no começo do século XX, pelos motivos já explorados.

Entre os anos de 1870 a 1890, a Escola Histórica dominava a Inglaterra, embora a velha Economia Clássica ainda tivesse seu público cativo, revitalizado pelo aparecimento dos escritos de Cairnes e Henry Sidgwick, obras que seguiam a antiga moldura clássica.<sup>66</sup> No ambiente acadêmico inglês, aquelas duas décadas foram profícuas em discussões metodológicas. As teses metodológicas de Neville Keynes e os *Princípios* de Marshall acalmaram o debate. A crescente insatisfação com a velha visão fora atenuada na Inglaterra pelas novas teorias marginalistas inteligentemente acopladas, nos escritos de Marshall, aos velhos conceitos e noções clássicas.

Podemos buscar outras doutrinas que no período poderiam vir a ocupar o espaço hegemônico da Economia Clássica. Além da Escola Histórica, sobre cujo fracasso nesse intento já discorreremos, poderíamos citar os institucionalistas americanos e os marxistas. Que a ciência econômica caminharia na direção da microeconomia da utilidade marginal não era algo que pudesse ser percebido já naquela época. A Economia Política dos anos 60 não parecia indicar isso. Havia mais de um modelo para onde se pudesse prever que iria a economia ricardiana. O conceito-chave de utilidade marginal estava no ar, mas não se conclui daí que ele seria inevitável.<sup>67</sup> De fato, a emergência da Revolução Marginalista na década seguinte não era um fenômeno que se pudesse prever. Um historiador das idéias identifica para o período em tela dois passos teóricos prováveis no desdobramento da Economia Clássica Inglesa: a generalização da análise marginal da teoria da renda de Ricardo para qualquer fator de produção e a transformação da teoria do valor clássica em uma análise do tipo insumo-produto.<sup>68</sup>

O institucionalismo conquistou um certo prestígio nos Estados Unidos, principalmente nos escritos de Veblen, na época da Primeira Guerra Mundial.<sup>69</sup> Nada que impedisse a aceitação da Economia Marginalista e seu aprimoramento em trabalhos de brilhantes economistas norte-americanos como Irving Fisher e John Bates Clark. O institucionalismo, que foi nos EUA o sucessor da Escola Histórica, padecia da fraqueza de não propor uma compreensão teórica dos problemas.

O legado de Marx seria outra possibilidade a substituir a Escola Clássica se tivesse atraído para si os descontentes da época com a Economia ricardiana. Marx, porém, não os galvanizou. Antes da década de 1880, a sua obra em nada afetou o ambiente acadêmico dos economistas. Embora o primeiro volume da sua obra máxima *O Capital*



tenha sido de 1867, ele só foi traduzido para o inglês em 1887. Marx morreria desconhecido em 1883.<sup>70</sup>

Os clássicos preocupam-se principalmente com o crescimento dos recursos produtivos ao longo do tempo. As suas teorias giram, portanto, em torno da questão do crescimento econômico. A Economia Marginalista fornecera, em relação aos clássicos, não uma nova solução a uma antiga questão teórica, mas um desvio de foco, iluminando por conseguinte novos problemas que passaram a fazer sentido dentro de uma renovada visão da ciência econômica e da sociedade. O problema econômico central para os marginalistas é a alocação de recursos em função de preços e de fatores com oferta fixa. Os fatores de produção são dados e são escassos. Sua oferta é determinada de modo independente. Pergunta-se então qual a sua forma ótima de emprego. Agora a ênfase recai na idéia de alocação eficiente, mantido o mesmo marco institucional anterior.

Partindo de interesses específicos, clássicos e marginalistas enfatizam elementos distintos. Para os primeiros, a oferta e a produção, para o marginalismo, a demanda e o consumo. Não se analisa mais como a oferta de fatores afeta o crescimento; prioriza-se agora a construção de um modelo de equilíbrio estático. Os clássicos viam a competição como um processo ao longo do tempo. Eles trabalham com capitais que têm a sua estrutura modificada para produzir qualquer combinação de produtos, e que possuem mobilidade, sendo transferidos pelos agentes de um setor a outro no processo de equalização de lucros. Os marginalistas enfatizam mais uma situação estática com um montante de capital fixo.<sup>71</sup>

Os marginalistas procuraram explorar uma notória deficiência teórica dos clássicos, qual seja, a assimetria da teoria do valor trabalho que não tratava com a devida ênfase o lado da demanda. No processo de estudo do fenômeno da demanda, os marginalistas concluíram que a sua análise deveria remeter e penetrar na noção de utilidade.<sup>72</sup> Uniram o “cálculo na margem” com a antiga idéia de utilidade para chegarem ao conceito de utilidade marginal, o ápice no desenvolvimento da nova visão.<sup>73</sup>

A origem do conceito fundamental de utilidade pode ser encontrada em Aristóteles. O uso de uma teoria da utilidade aparece em Bentham nos seus *Principles of Moral and Legislation*, de 1789. Mas ele não desenvolve uma teoria da utilidade do comportamento econômico, sua preocupação era com ética. Daniel Bernoulli, em 1738, já usou a utilidade marginal decrescente na solução do “paradoxo de São

Petersburgo”, no qual afirma que “a utilidade resultante de algum pequeno incremento na riqueza será inversamente proporcional à quantidade de bens previamente possuídos”.<sup>74</sup>

Bernoulli, quando propôs discutir esse “paradoxo”, estava tratando da teoria da probabilidade. Ele imaginou quanto alguém estaria disposto a pagar para disputar um jogo de lançamentos de moeda se ganhasse US\$1 para a ocorrência “cara” na primeira jogada, US\$2 na segunda, US\$4 se só no terceiro lançamento desse cara e assim por diante. Enfim, paga-se  $US\$2^{n-1}$  quando a ocorrência de cara ocorrer na  $n$ ésima jogada após uma seqüência de coroas.

Entre o ano de 1834 e o início da década de 70, uma leva de autores trabalhou isoladamente com o cálculo marginalista.<sup>75</sup> Nem todos tiveram a idéia de explorar a demanda do consumidor com o uso da ferramenta da teoria da utilidade. Porém, todos compartilhavam entre si um núcleo comum de idéias econômicas espalhadas em diversos países da Europa. Esses autores compreenderam o ferramental marginalista, embora tenham percebido a sua significância somente em relação a um determinado problema. Por conseguinte, deixaram de desenvolvê-lo como instrumento analítico geral e assim não houve, até os anos 70 daquele século, uma aplicação geral do conceito de contribuição marginal às teorias da utilidade, do custo, da receita e da produção.<sup>76</sup>

Um sistema teórico marginalista mais geral estivera em germinação entre 1862 e 1873, desenvolvendo-se na mente dos três expoentes da Revolução Marginalista. Eram na ocasião jovens autores, novatos na Economia Política: Jevons na Inglaterra, Carl Menger na Áustria e Leon Walras na França.<sup>77</sup> Eles não tinham até então nenhum compromisso com a Economia Política e, embora não se conhecendo mutuamente, estavam unidos pelo mesmo senso de missão, qual seja, o de magnificar a parte que os desejos e a utilidade desempenham na compreensão da economia. Eram adeptos, portanto, de uma consideração maior dos elementos subjetivos na teoria econômica.

Jevons, Menger e Walras, mesmo compartilhando elementos teóricos essenciais em suas teorias, pertenciam a distintos paradigmas ou o que um importante economista denominou de “visões” da Economia.<sup>78</sup> Eles estavam inseridos em contextos culturais muito distintos e ligados a raízes filosóficas inteiramente díspares: o utilitarismo empirista na Inglaterra, a filosofia aristotélica na Áustria e a filosofia cartesiana na França. Esses três países possuíam diferentes níveis de desenvolvimento econômico, de modo que é implausível relacionar os trabalhos des-

ses autores com mudanças na estrutura de produção nacional ou nas relações entre classes sociais.<sup>79</sup>

A aceitação gradual da nova teoria não se deve às suas recomendações práticas, até porque ela era irrelevante aos problemas concretos<sup>80</sup>. A teoria da utilidade foi empregada para explicar o comportamento econômico, particularmente o comportamento do consumidor. Apenas secundariamente ela seria utilizada para recomendar ou justificar políticas econômicas. As possíveis conseqüências práticas que se poderiam extrair da teoria estavam em continuidade às dos clássicos.<sup>81</sup> Mais do que diretivas de ação, os marginalistas edificaram uma nova visão da ciência econômica, no que diz respeito tanto a aspectos teóricos quanto a seu método e à natureza do seu objeto.

A Economia Política dos clássicos era essencialmente política, estando voltada para a compreensão das relações socioeconômicas entre os homens em sua capacidade como produtores (as relações de classes). Essas relações é que determinariam em última análise suas relações de mercado. Os marginalistas abstraem da ciência econômica as classes sociais e com elas as relações sociais, e voltam-se para a relação psicológica entre atores individuais abstratos e bens finais.<sup>82</sup> A Economia Marginalista julga que seria possível separar relações puramente econômicas de relações de natureza política e que seria possível para a ciência econômica um trabalho analítico sem referências a questões políticas.

Os marginalistas não negam que a Economia é uma ciência com uma dimensão social, eles acreditam entretanto na existência de um núcleo teórico que pode e deve mesmo abstrair-se dos elementos sociais. Para eles, no passado, os estudiosos desse campo confundiram-se ao formularem suas teorias, por não separarem a Economia puramente teórica da Economia Aplicada. Walras, no início dos seus *Elementos*, distingue a Economia Pura, da Economia Aplicada e da Economia Social. A primeira é uma ciência físico-natural neutra, trata da teoria da riqueza social, o que para ele se concentra na teoria dos preços no mercado em concorrência perfeita. Tal ciência procura demonstrar matematicamente as condições de equilíbrio na economia de mercado. A Economia Aplicada é um conjunto de estudos de casos, em que são apontadas em cada um deles as condições técnicas e econômicas mais favoráveis à produção da riqueza social. Por último, a Economia Social envolve julgamentos éticos sobre que grupos serão favorecidos pelas decisões do gestor de políticas.

A teoria pura em Walras é análoga às ciências físicas, ela trata de relacionar coisas; lida com *factos naturais*, cujo teatro é a natureza, e não

com os fatos humanitários que dizem respeito aos homens. A estratégia de Walras de separar o conhecimento teórico da Economia Prática verifica-se freqüentemente em escritos da segunda metade do século XIX. O próprio Mill chegou a realizá-la em seus trabalhos metodológicos e outros autores clássicos também o fizeram. Só que nos clássicos essa demarcação não buscou isolar o núcleo teórico da Economia das considerações políticas e sociais, e não serviu para separar a Economia abstrata e dedutiva da Economia empírica e indutiva. Percebendo tal ausência foi que Neville Keynes fez a sua famosa defesa do método da Economia Clássica, contra o ataque dos economistas históricos ingleses e alemães. Para Keynes, é bem distinta a Economia Positiva da Economia Normativa. A primeira é a Economia Política propriamente, que investiga fatos e descobre suas verdades, a segunda é a arte ou a investigação ética, que se preocupa com as aplicações práticas do conhecimento ditando regras para a vida.<sup>83</sup> Menger, também contra a Escola Histórica, procurou do mesmo modo compartimentar o saber econômico dividindo a Economia entre a ciência prática ou tecnológica da economia nacional, que fornece os princípios de ação possíveis no campo da política e das finanças, e a Economia Teórica, que lida com o que é geral na natureza e nas conexões entre fenômenos econômicos. A primeira trata, portanto, de fenômenos individuais concretos e de suas relações também individuais concretas no tempo e lugar, envolvendo a história e a estatística. A segunda preocupa-se com as *formas típicas* e suas *relações típicas* expressas em leis. Jevons também viu a Economia como uma ciência natural exata. Ele criticou os trabalhos do economista histórico inglês Cliffe Leslie dizendo ser absurdo procurar extrair uma ciência da história.<sup>84</sup>

Os três expoentes da Revolução Marginalista comungam posições metodológicas semelhantes sobre o papel da teoria pura e sua relação com conclusões políticas. Todos atacam a Escola Histórica. Entretanto, não se pode concluir que esses autores compartilhem o mesmo paradigma metodológico e epistemológico, pelo contrário, suas posições nesses aspectos são bem diferentes. Todos enfatizam o problema da escassez e buscam um refinamento da lógica econômica, fornecendo um tipo de lógica da escolha econômica racional, mas subsistem entre eles diferenças importantes. Jevons e Walras propuseram-se estender a aplicação da análise matemática à teoria econômica. Jevons afirma que

minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático. Mais ainda, acreditando que as quantidades com as quais lidamos devem estar su-

jeitas a variação contínua, não hesito em usar o ramo apropriado da ciência matemática, não obstante envolva a consideração ousada das quantidades infinitamente pequenas. Como a teoria perfeita de quase todas as outras ciências envolve o uso daquele cálculo [diferencial], não podemos, então, ter uma verdadeira teoria da Economia sem seu auxílio.<sup>85</sup>

No fim do século XIX, poucos ingleses mostraram-se tão entusiasmados com o uso da matemática quanto Jevons. Walras também adotou o método matemático com fervor.<sup>86</sup> Menger, por outro lado, acredita que se deve evitar o emprego de formulações matemáticas somente aplicando-as em casos extremos.<sup>87</sup> Para Jevons, os termos matemáticos tratados na teoria referem-se a quantidades mensuráveis que devem ser testadas empiricamente

Não hesito em dizer, também, que a Economia pode ser gradualmente elevada à condição de ciência exata, desde que as estatísticas comerciais sejam bem mais completas e exatas do que são no presente, de sorte que a doutrina possa ser dotada com um sentido preciso por meio do auxílio dos dados numéricos... A ciência dedutiva da Economia deve ser comprovada e tornada útil pela ciência puramente empírica da Estatística.<sup>88</sup>

Se Jevons acredita no teste empírico da teoria, em Menger há um abismo separando as ciências teóricas da Economia das ciências históricas e estatísticas. Diz ele que a Economia teórica não é testada empiricamente assim como não se testa a geometria. Jevons e Walras esforçaram-se no desenvolvimento de uma teoria dos preços. Menger desconfiou de qualquer teoria dos preços e enfatizou a barganha, a incerteza e a descontinuidade na determinação dos preços de mercado.

A caracterização da Economia entre os autores marginalistas como uma ciência natural acena para o uso da matemática. Os novos elementos conceituais do marginalismo também contribuem nesse sentido. Se para os clássicos a lei dos rendimentos decrescentes é um elemento *ad hoc* usado especificamente na teoria da renda da terra, na Economia Marginalista tal hipótese torna-se um elemento central que equivale matematicamente a funções convexas. Essas funções fazem-se presentes nos problemas alocativos, onde se conclui logicamente pela substituição dos fatores na margem, aplicando-se para tanto o princípio da *equimarginalidade*. Essa noção liga-se estreitamente ao princípio de maximização envolvido nas escolhas ótimas. Os dois princípios facilitaram a aplicação do aparato matemático à Economia, principalmente

do cálculo diferencial. Nos clássicos há também em última análise a idéia de maximização individual e o princípio de substituição, mas essas noções aplicam-se na determinação de equilíbrios sucessivos ao longo do tempo e não na alocação eficiente de recursos no curto prazo.<sup>89</sup> Ricardo e Smith descreviam a maximização de lucro como um processo temporal onde os agentes arbitram entre mercados, realocando constantemente seus recursos de um setor a outro da economia. Entretanto, não desenvolvem os teoremas de alocação ótima dos recursos no curto prazo e nem o comentado processo de arbitragem conduz aos princípios eqüimarginais.

Os marginalistas com o uso da matemática nada mais fizeram do que seguir a tendência do século XIX de cultivar as técnicas reforçadas pelo triunfo da Física. Com isso lograram obter grande unidade em suas estruturas teóricas centrais, mesmo que à custa de substituir o agente como um dado sociológico e histórico pelo indivíduo maximizador.<sup>90</sup> Eles reconhecem dessa feita um núcleo lógico no processo econômico que está acima das instituições. A postulada maximização de alguma função pelo agente confere unidade e universalidade ao processo de escolha envolvido nas diferentes situações econômicas.

A Revolução Marginalista pode ser vista nos seus aspectos positivos ou negativos: de um lado, ela representou um estágio crucial na criação de uma teoria unificada do comportamento econômico genuinamente científica e que poderia a princípio ser empiricamente testável. Ela é criticada, porém, como uma desastrosa fuga dos problemas reais pertinentes à economia socialmente relevante em prol de um formalismo estéril.<sup>91</sup> O mais importante a se destacar é que nessa revolução há uma mudança de estrutura e método na análise econômica. Surgem novos princípios unificadores, integrando-se as teorias do consumidor e da firma, do valor e da produção, que estavam fracamente conectadas no pensamento clássico. O princípio do cálculo marginalista entra como um mote unificador aplicado nas teorias de preços. A teoria guia-se pela busca do estabelecimento de posições ótimas de equilíbrio, onde consumidores e produtores maximizam respectivamente a utilidade e o lucro. Dá-se menos ênfase ao crescimento econômico em troca do objetivo de localizar posições de equilíbrio com as quantidades totais de recursos dadas. A Economia é tão-somente a ciência que trata da alocação de uma dada quantidade de recursos totais, não se perguntando como o *quantum* é determinado e como ele poderia crescer.

A busca de posições ótimas, dados os recursos, leva ao desenvolvimento de argumentos matemáticos. Relações funcionais são estabele-

cidas entre variáveis econômicas por meio de equações e gráficos. A ênfase da análise econômica desloca-se das quantidades totais para pequenas variações nessas quantidades. Isso conduz ao emprego sistemático do cálculo diferencial.

Há razões internas e externas que explicam a ocorrência da Revolução Marginalista em determinado momento histórico. Na óptica internalista, a eclosão desse movimento tem a ver com o vazio teórico que acompanhou o descontentamento com a Escola Clássica. A ortodoxia clássica parecia inábil em fornecer argumentos que solucionassem uma série de problemas teóricos e a sua explicação do valor era tida como insatisfatória. Na perspectiva externalista, podemos verificar como as transformações históricas na política e nas instituições favoreceram o surgimento do marginalismo.

O momento histórico das três últimas décadas do século XIX é bastante conturbado. Anteriormente discorremos sobre as mudanças sociais e tecnológicas verificadas no período e o concomitante agravamento das tensões sociais. É difícil precisar até que ponto esses fatos explicariam a ascensão gradual do marginalismo na teoria econômica. É necessário ter-se em conta que o marginalismo apareceu gradualmente em diversos países que em nada se assemelhavam no tocante ao ambiente econômico e social. E ele surgiu de modo muito lento e gradual a partir de iniciativas que partiram de diversos autores espalhados entre diferentes épocas e nações ao longo do século XIX. Se as primeiras iniciativas teóricas em direção ao marginalismo e a uma teoria subjetiva do valor não podem ser entendidas como o desdobramento de elementos externos, a sua posterior aceitação e difusão nas primeiras décadas de nosso século foram impulsionadas pelo debate ideológico presente nas controvérsias políticas. É que, com o passar do tempo, a teoria clássica aproximou-se cada vez mais de uma visão crítica ao liberalismo. Esse movimento culmina com a obra de Marx, mas antes dele correntes teóricas do socialismo usaram a teoria de Ricardo para criticar o capitalismo.

A geração dos revolucionários Jevons, Menger e Walras de forma nenhuma pode ser vista como uma que deve contribuições à teoria econômica advinda de uma resposta aos socialistas e a Marx em particular. Jevons preocupava-se com questões eminentemente técnicas, diz que sua teoria “deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual”.<sup>92</sup> Menger absteve-se no início de sua carreira de preocupações políticas e Walras era até tido como socialista.

Devemos reconhecer, no entanto, que outras gerações de autores que se juntaram às fileiras do marginalismo atacaram diretamente

a Marx, usando os *insights* subjetivistas para contestar a pretensão científica dos marxistas.<sup>93</sup> Nesse aspecto, não tanto a eclosão mas a difusão do marginalismo foi facilitada pela crítica aos conceitos clássicos de classe, excedente, exploração etc. empregados também pelos adeptos do socialismo. A nova teoria permitiria assim a demonstração de um tipo quase perfeito de organização social, realizável numa economia competitiva, em que os mercados propiciariam a alocação ótima e a harmonia de interesses, maximizando a consecução de objetivos individuais.

A teoria da utilidade serviu como um modelo para a escolha alocativa ótima de recursos escassos. O problema da escassez tornou-se central à teoria pura na nova visão e ele passou a representar o que há de essencialmente econômico no comportamento dos indivíduos e na descrição de um sistema social. Talvez a ênfase na escassez tenha alguma correlação com a época histórica de crise econômica em que esse conceito foi alçado ao primeiro plano. Podemos associar o problema alocativo e seu corolário a escassez à crise externa no sistema econômico nos países que o suscitaram para a teoria. Imaginamos que essa crise tenha tornado mais escassos os bens e mais premente o seu uso adequado, sinalizando certos elementos teóricos para a nova escola econômica que emergira no período. Mas é temerário localizar na história econômica um fator determinante que teria condicionado os aspectos básicos da análise marginalista, já que outras crises também ocorreram anteriormente no século XIX e nem por isso o marginalismo se havia consolidado nessas ocasiões.

Os eventos externos explicam em parte a consolidação da Economia Marginalista, não a sua gênese mas a sua difusão. Contudo, não se pode traçar um caminho linear. O marginalismo também foi usado na crítica ao capitalismo, como na defesa da maior igualdade de renda com base na idéia de utilidade marginal decrescente.

A aceitação das técnicas marginalistas na análise econômica foi acompanhada de um crescente grau de institucionalização dessa ciência. No fim do século XIX, a Economia assiste a um processo de profissionalização com o desenvolvimento de associações, revistas e profissionais especializados dedicando-se a ela em tempo integral. A anterior ausência de comunicação entre economistas de diferentes países, que marcou o período de crise da Economia Clássica, não mais se faz presente no momento em que a profissionalização do ofício de economista encontra o seu caminho com a Revolução Marginalista. No entanto, o caminho em direção a um maior intercâmbio entre os eco-



nomistas foi lento. É suficiente lembrar que, a partir da data de publicação de suas principais obras, Jevons e Walras demoraram mais de dez anos para se corresponderem.<sup>94</sup> Menger veio a contactar Walras por carta, mas ele jamais conhecera Jevons.

A personalidade que mais contribuiu para o desenvolvimento institucional da Economia como profissão foi Alfred Marshall, na Inglaterra. Embora tradicionalmente os historiadores das idéias não o coloquem entre os expoentes da Revolução Marginalista, limitando-a aos três nomes de que falamos, Marshall também é citado no descobrimento, aplicação e desenvolvimento da teoria marginalista. Marshall aplicou o conceito de utilidade marginal na análise da demanda nos seus *Princípios*, de 1890, e reivindicou originalidade, remetendo-se aos seus trabalhos entre 1867 e 1870. Mas sabemos que por essa época Marshall de fato ainda não havia derivado a curva de demanda da maximização de utilidade. Ele aproximou-se lentamente da análise marginalista do comportamento do consumidor aplicando-a inicialmente em sua análise da moeda. Embora um certo comentador considere que Marshall tenha descoberto de modo independente a teoria da utilidade marginal,<sup>95</sup> sabemos que ele nada publicou sobre isso antes dos anos 70. De fato, é difícil sustentar que Marshall tenha descoberto a teoria da utilidade marginal de modo independente,<sup>96</sup> muito embora a biografia de Marshall escrita por Maynard Keynes diga o contrário. Nada de Marshall tinha sido publicado antes de Jevons que fizesse referência ao valor terminal da utilidade, termo que Marshall diz já ter sido empregado por ele nessa época com o significado de utilidade marginal. Em sua revisão da *Teoria* de Jevons, o economista de Cambridge nada dissera sobre sua anterioridade e só falou de utilidade três vezes. Mas não se pode negar o mérito de Marshall de ter construído os seus *Princípios*, a obra que mais contribuiu para a difusão da idéia de utilidade marginal e outros conceitos marginalistas.

À luz do que dissemos até aqui percebe-se a dificuldade de se identificar uma única causa para que no último quartel do século XIX a Economia desenvolvesse uma nova técnica. O marginalismo não foi estimulado por uma visão filosófica alternativa unificadora, até porque já sabemos que Jevons, Menger e Walras filiam-se a diferentes perspectivas filosóficas. Podemos conjecturar que a Economia Marginalista deve seu triunfo no século XX a certos aspectos teóricos que a tornaram atraente e a colocaram em vantagem competitiva em relação aos clássicos. Ela restringiu o escopo da Economia direcionando

a sua ferramenta de análise para o estudo de problemas de alocação de recursos. Com isso, buscou estreitar o âmbito dos modelos teóricos, perguntando-se basicamente como o processo alocativo poderia ser otimizado em uma economia de mercados operando no ponto de equilíbrio, ou como os recursos seriam substituídos entre si na margem. A questão pela sua própria natureza dá ensejo a raciocínios matemáticos. O ótimo alocativo remeteu ao princípio de maximização que seria tratado pelo uso do cálculo matemático e, de fato, facilitou o uso desse cálculo.

Se há um impulso no uso da matemática na Economia com a Revolução Marginalista, tal uso não se constituía em completa novidade entre os economistas. Já em 1814, Malthus tinha sugerido o uso potencial do cálculo matemático para a Economia e ciências correlatas. No ano seguinte, Georg von Buquoy aconselha os fazendeiros a maximizarem sua renda no ponto de máximo, dado pelas condições de derivada primeira igual a zero e derivada segunda negativa do cálculo diferencial. Em 1824, Perronet Thompson emprega o cálculo marginalista no estudo da receita pública. No ano de 1839, Charles Ellet já discute a tarifa ótima que maximiza o lucro na linha de trem.<sup>97</sup> William Whewell também foi um dos primeiros autores a associar matemática e Economia.<sup>98</sup> Muitos outros autores, que não eram economistas e desconheciam os textos clássicos dessa disciplina, desenvolveram o método matemático ao longo do século XIX. Tal método foi aplicado inicialmente na solução de problemas práticos relativos a cobranças de pedágios, preços de monopólio, preços do serviço de transporte ferroviário, pagamento de salários etc. Entre esses autores destacamos Cournot, Dupuit e von Thünen. Problemas específicos ainda não tratados pela Economia Clássica facilitaram a incorporação da matemática. Coube à Revolução Marginalista o papel de difundir uma tendência latente ao uso da matemática já presente na comunidade de economistas.

Os economistas resistiram de início ao uso da matemática, o que inclusive dificultou a aceitação das idéias de Jevons e Walras. Com o tempo, entretanto, viram que ela representava um atrativo, pois com ela a Economia estava se espelhando na boa reputação das ciências físicas que apoiavam toda a explicação dos fenômenos pertinentes a seu campo em uma base matemática. Na época em que apareceram os trabalhos de Jevons e Walras, a matemática era mais um obstáculo do que um atrativo aos leitores.<sup>99</sup> Um certo autor é incisivo ao comentar a questão:

Qualquer que seja a questão no debate sobre o uso da matemática em Economia e sobre que tipo de matemática, há ao menos uma consequência maior da modelagem sistemática favorecida pela Escola de Lausanne: ela explica largamente porque demorou tanto tempo para que suas idéias penetrassem a comunidade de economistas, seja porque havia uma oposição ao uso da matemática, seja porque os economistas eram muito ignorantes em matemática para compreenderem o que estava por vir.<sup>100</sup>

Nem todos os adeptos do marginalismo eram matemáticos. Os austríacos tanto Menger e seguidores como Böhm-Bawerk, eram avessos ao uso desse ferramental. O economista norte-americano J.M. Clark também era não matemático. Alguns fizeram uso limitado da matemática como Marshall, Knut Wicksell, Jevons, Philip Henry Wicksteed e Gustav Cassel. Por outro lado, Cournot, Walras, Francis Ysidro Edgeworth e Vilfredo Pareto eram bastante matemáticos.<sup>101</sup>

O uso mais ostensivo da matemática por Jevons, Walras e outros economistas que se uniram às fileiras do marginalismo não explica por si só a consolidação das novas técnicas de análise econômica. Mais importante para tanto foram as vantagens metodológicas apresentadas pelo arcabouço teórico que emerge com o marginalismo e que aos poucos foram se tornando evidentes. E isso facilitou em muito a migração para uma nova Economia.

O modelo explicativo dos clássicos assumia hipóteses bastante restritivas, principalmente na explicação dos preços industriais. Na manufatura, trabalhavam com processos produtivos de coeficientes insumo-produto fixos e postulavam custos unitários constantes, indiferentes às proporções estabelecidas entre os insumos combinados. Não havia, portanto, necessidade de separar custo médio de custo marginal, já que nesse caso eles são identicamente iguais. No caso da produção agrícola, assumiam explicitamente os efeitos da escala e a lei dos rendimentos decrescentes, associando essa última não às proporções dos insumos, mas às diferenças de fertilidade do solo. Então somente na agricultura apareciam descompassos entre um e outro conceito de custo.

Os modelos clássicos restringiam-se à análise de mercados competitivos em que, por definição, receitas médias e marginais são idênticas para as firmas. Não é à toa que o instrumento da análise marginal não aparece nos clássicos, pois sua importância é mais claramente percebida quando unidades sucessivas similares de um bem ou fator têm um significado diferente no que diz respeito ao retorno monetário ou físico. Isso explica por que trabalhos pioneiros que empregaram o concei-

to marginal apareceram no estudo de problemas agrícolas e na análise do monopólio.<sup>102</sup>

A Economia Clássica não fornecia uma explicação simétrica e unificada dos preços. Havia a teoria dos preços agrícolas em contração aos preços industriais.<sup>103</sup> Separa-se também a teoria dos preços dos fatores como um caso especial distinto dos preços dos bens de consumo. Enfim, não há uma explicação unificada, diferentemente da Escola Marginalista que forneceu uma teoria da determinação de todos os preços a partir de um único princípio. A teoria da utilidade mostrou então suas vantagens acadêmicas ao proporcionar uma explicação unificada dos valores de qualquer bem.<sup>104</sup> E mais, enquanto os clássicos não fizeram aplicação sistemática do postulado da maximização, utilizando-o explicitamente mais no âmbito das firmas, os marginalistas estenderam esse princípio para cobrir também o comportamento dos consumidores.<sup>105</sup>

Com a Revolução Marginalista temos uma mudança na agenda e nos métodos dos economistas. Surgem novos problemas e velhos problemas são reavaliados ou simplesmente postos de lado. Os marginalistas acreditam que tais mudanças tornariam possível um avanço científico com teorias mais rigorosas e gerais sobre valor e distribuição. O âmbito dos problemas tidos como logicamente relevantes estreitou-se e tal estratégia contribuiu para a difusão da ciência econômica e para a sua consolidação como disciplina acadêmica.

## A RELAÇÃO DE MENGER COM O MARGINALISMO

Jevons, Menger e Walras ofereceram contribuições muito diferentes. As suas respectivas filiações filosóficas distam muito entre si. Jevons está sob influência marcante do hedonismo, só nele temos a “teoria do prazer e da dor” exposta tal como em Bentham e apenas aqui aparece a preocupação de uma explicação psicológica do mecanismo das sensações humanas. Walras não segue o hedonismo, ele se limita a descrever um modelo de sociedade composta por agentes atomizados representados por curvas de oferta e demanda. Nem o conceito de utilidade ou *rareté* apresenta-se como central na análise de Walras. Prova disso é que na segunda parte dos *Elementos*, onde ocorre todo um arrazoado para explicar o mecanismo da “troca simples” em

cinco capítulos, apenas no quarto capítulo ele introduz a *rareté*. As conclusões do modelo atomista de Walras e a análise de equilíbrio geral independem da aceitação do conceito de utilidade. Assim Walras não tem nada do psicologismo hedonista de Jevons.

Nossa avaliação que minimiza a importância do conceito de utilidade em Walras é respaldada em três importantes comentadores de sua obra. Milton Friedman critica a teoria da *rareté* de Walras e a considera totalmente dispensável para a teoria do equilíbrio geral. Diz que a noção de utilidade teria mais interesse para a história das idéias do que para o trabalho teórico atual dos cientistas. Para Friedman, as considerações de Walras sobre a utilidade parecem ser “algo introduzido artificialmente como estando em um nível diferente do restante da análise e passível de ser extraído dela sem alterar em nada a sua essência”.<sup>106</sup> Outro autor, T. Hutchison, também considera pouco importante o conceito de utilidade na teoria de Walras.

Walras não está comprometido com o conceito de utilidade e provavelmente não se oporia a deixá-lo de lado ou excluí-lo... a descoberta da utilidade marginal é, diferentemente de Jevons e Menger, uma parte menor dos achados teóricos de Walras e alguém pode se aventurar a achar que sob a pressão da crítica ele estaria preparado a reformular seu sistema sem o conceito de utilidade, como o fez o seu mentor Cournot antes dele e seus seguidores Pareto e Cassel após ele.<sup>107</sup>

Finalmente, um terceiro autor, W. Jaffé, afirma que o conceito de *rareté* em Walras nada mais é do que um parâmetro exógeno do modelo e que

O aparato que o economista tem ao seu dispor não o autoriza mais a derivar suas funções dos presumidos determinantes fisiológicos, psicológicos e sociológicos dele do que derivar essas funções da experiência do consumo.<sup>108</sup>

As discrepâncias entre Menger e os outros dois “revolucionários” são ainda mais gritantes. Por incrível que pareça Menger não é “marginalista”, no sentido técnico da palavra, e de certo modo nem ao menos se enquadra no subjetivismo. Não queremos antecipar pontos que serão vistos no próximo capítulo, mas podemos dizer que o marginalismo não é uma hipótese substancial da técnica de análise mengeriana aparecendo apenas como um resultado de suas investigações. Uma passagem na literatura crítica é bastante esclarecedora neste ponto:

O conceito de valor de Menger... não tem nada a ver, contudo, com o conceito microeconômico tradicional de valor como preço unitário. E nem ele é idêntico ao conceito neoclássico tradicional de valor como utilidade marginal, uma vez que a margem ainda não fora introduzida. A margem, na teoria de Menger, é uma conseqüência da lógica de seu argumento. Ela não é, como na teoria walrasiana, uma suposição inicial e nem uma hipótese comportamental de natureza instrumental.<sup>109</sup>

Enquanto em Walras o cálculo marginal é um instrumento de análise que surge no início da construção lógica, em Menger ele só aparece como um resultado do argumento econômico.

Em Menger, a subjetividade do ator só interfere na determinação de preços, enquanto o valor econômico é derivado de elementos dispostos objetivamente para a análise, como a estrutura de necessidades, as propriedades dos bens em atender a essas necessidades e o processo fisiológico mecânico em que se atinge a satisfação delas. O conhecimento do ator é importante para a análise econômica, mas a teoria pura revela uma estrutura essencial e exata que não é alterada ao arbítrio da subjetividade individual do agente.

É claro que a ortodoxia econômica passou por uma importante transição da Economia Clássica para a Escola Neoclássica e Marginalista do século XX. Essa transição porém foi lenta e gradual, deve-se mais a outros nomes como Marshall na Inglaterra, Wicksell na Suécia, Fisher nos EUA e Böhm-Bawerk na Áustria. A técnica marginalista e o uso das funções de utilidade, hoje em dia vastamente utilizadas em macroeconomia, teoria dos mercados financeiros, economia do setor público e outras disciplinas econômicas, como vimos, só se tornaram majoritários nas revistas especializadas a partir dos anos 40 do século XX.

O maior problema na interpretação do legado de Carl Menger, que ainda hoje persiste, é que sua contribuição teórica somente se torna compreensível à luz dos seus pressupostos filosóficos.<sup>110</sup> Não estamos nos referindo, é claro, às apresentações esquemáticas e um tanto estereotipadas que aparecem freqüentemente em livros-textos versando em temas como ordenação lexicográfica e teoria da produção. Os próprios seguidores diretos de Menger tiveram dificuldades em situar as idéias do *Grundsätze* dentro do arcabouço filosófico que permitiu a sua construção.

Menger apresenta uma descrição básica dos processos de consumo e produção que se tornou a base da interpretação econômica austríaca

ca. Ao lado disso ele oferece uma análise econômica que não parte da hipótese de equilíbrio e nem utiliza expressões matemáticas para espelhar relações econômicas.<sup>111</sup> Menger não trabalha com variáveis infinitesimais. Para ele o agente não possui conhecimento perfeito, mas pelo contrário Menger enfatiza elementos como incerteza, risco e busca de informação. Os ajustamentos dos agentes aos erros de previsão não são instantâneos e envolvem custos. No entanto, a hipótese de conhecimento perfeito é usada pela teoria exata para descrever a essência do fenômeno econômico, como veremos no próximo capítulo. Todos esses fatos elementares básicos da análise mengeriana destoam completamente do teor da teoria de Jevons e Walras. Isso já é bem conhecido e o processo de desomogeneização entre eles unanimemente aceito entre os especialistas.

O que é menos enfatizado é que esses elementos não permitiram a partir de Menger um surgimento de uma tradição de pensamento entre os austríacos que tenha seguido à risca os mesmos pressupostos filosóficos de Menger. Podemos dizer, portanto, que o único mengeriano autêntico tenha sido o próprio Menger. Todos os seus seguidores destoaram do mestre em um ou outro ponto. Ao que se sabe suas bases epistemológicas assentadas no aristotelismo, como veremos no próximo capítulo, nunca foram perfeitamente aceitas e nem compreendidas mesmo entre seus seguidores diretos. E não é para menos, já que o aristotelismo e as influências românticas que se exerceram em Menger andavam bastante desacreditadas nos meios intelectuais vienenses já no fim do século XIX.

Saindo do campo epistemológico, do ponto de vista de teoria econômica *stricto sensu* alguns preceitos mengerianos foram observados e outros não. Uma análise de equilíbrio, não presente no esquema de Menger, aparece nos estudos de Mises e Hayek das flutuações econômicas, nos anos 20 e 30, embora seus modelos teóricos enfatizem o desequilíbrio dos mercados reais. A idéia de uma estrutura objetiva de preferências individuais foi negada pelo subjetivismo radical de Mises. Ele também fornece uma outra interpretação da lei da utilidade marginal decrescente. Böhm-Bawerk constrói uma teoria dos juros diferente da de Menger etc.

Isso reforça o argumento central deste livro de que Menger, Mises e Hayek precisam ser desomogeneizados para que a especificidade de suas contribuições possa ser mais bem compreendida. Mesmo discípulos mais próximos de Menger, casos de Wieser e Böhm-Bawerk, seguem outra epistemologia econômica como se verifica no ensaio de

White.<sup>112</sup> Mas para efeito desta obra são sistemas filosóficos menores que não tiveram a mesma extensão e originalidade dos de Mises e Hayek, autores que selecionamos em nosso estudo.

A origem das idéias de Menger, e por que não dizer da Escola Austríaca, ocorre em meio a uma peculiar confluência de aspectos que nortearam a trajetória de vida e o ambiente intelectual que conheceu em Viena. Menger não tinha que lutar contra uma pesada tradição que se opunha às novas idéias como foi o caso de Jevons, na Inglaterra.<sup>113</sup> Menger admirava a Escola Histórica Alemã e seu *Grundsätze* foi dedicado a Roscher. Mas para ele faltava a essa escola uma teoria que expusesse os conceitos elementares e as leis exatas que na sua visão comandariam os fenômenos econômicos. Não havia inicialmente em Menger um ímpeto de ruptura com uma tradição anterior, mas à medida que as controvérsias filosóficas foram se ampliando Menger acabou por romper com a Escola Histórica Alemã e a hostilidade do outro lado foi ainda maior.



# 2

## O Naturalismo de Carl Menger

---

### O APARECIMENTO DO *GRUNDSÄTZE* E SUAS IDÉIAS BÁSICAS

Menger nasceu em 1840 em uma região da Áustria que já não faz parte das fronteiras atuais do país.<sup>1</sup> A sua vocação para a análise econômica foi despertada um tanto tardiamente quando ele já contava com 35 anos de existência. No entanto, as suas reflexões sobre problemas sociais vinham de longa data, graças principalmente às influências do pai, um advogado atuante, e à notável biblioteca doméstica da família, com muitos volumes tratando da temática social.<sup>2</sup> De início, ele optou em seguir a carreira do pai, tendo ingressado na Universidade de Viena em 1859 e obtido o seu doutorado oito anos depois em Cracóvia. Mas ele não militou profissionalmente como advogado, preferindo atuar como jornalista. O exercício dessa função atraiu a atenção de Menger para as questões econômicas. Mesmo depois, no emprego público, ele permaneceu voltado para a observação de fatos econômicos escrevendo periodicamente relatórios sobre a situação dos mercados. Hayek diz que Menger

ao estudar os relatórios de mercado, se deu conta do marcante contraste existente entre as teorias tradicionais sobre os preços e os fatos que pessoas de experiência prática consideravam decisivos para a determinação dos preços.<sup>3</sup>

É possível que o interesse de Menger por uma teoria dos preços tenha nascido nessa época, mas ele só se preocupou seriamente em construir a sua própria teoria a partir de 1867.<sup>4</sup> Menger demonstrou descontentamento com a análise econômica então vigente. Para ele, uma teoria dos preços verdadeiramente científica deveria dar conta da experiência cotidiana dos homens práticos.

O ensino de Economia na Áustria era um tanto deficiente. A maioria dos professores que ministravam a matéria provinha da Alemanha e possuía uma formação mais de sociólogo do que de economista. Ainda ensinavam essa disciplina com base em livros associados ao Cameralismo do século XVIII.<sup>5</sup> A origem do nome deve-se à câmara da casa real do governo alemão no qual se encontravam pessoas para tratar de questões ligadas à administração do tesouro real. Tornou-se conhecida como a ciência das finanças e da tributação, parte da ciência econômica como um todo. Hayek nos conta que até 1846, na Áustria, o ensino de Economia nas universidades usava o livro cameralista de Joseph von Sonnenfels que foi então substituído pelo trabalho de J. Kudler, *Grundlehren der Volkswirtschaft*, que continha alguma discussão da relação do valor com a utilidade e sobre o significado dos diferentes graus de necessidades atendidos por várias mercadorias.<sup>6</sup> O pouco que se discutia de ciência econômica na Áustria era quase uma reprodução do historicismo econômico alemão. Como sabemos, havia muito pouco de teoria pura nessa literatura. Os raros autores alemães que faziam teoria dividiam-se entre os que, como Hans von Mangoldt, apóiam-se na noção de utilidade e os que se deixavam levar pelas influências da Economia Clássica, teorizando sobre preços de modo a explicá-los a partir dos custos de produção, caso de Karl Heinrich Rau.<sup>7</sup>

O Cameralismo já havia incutido em Menger a importância do conceito de utilidade e a consideração das estruturas de necessidades humanas na explicação dos preços e ele, a partir de então, começou a se preocupar em rever essas noções no intuito de proporcionar uma explicação consistente do fenômeno econômico. Portanto, ele não teve que romper com nenhuma tradição anterior, muito embora Rau, com sua teoria de inspiração clássica, tenha alcançado certa popularidade a ponto de motivar Menger a elaborar a sua própria teoria como uma contraposição ao livro de Rau.<sup>8</sup>

Menger estudou cuidadosamente o livro de Rau antes de escrever o *Grundsätze*. Hayek nos conta que a teoria de Rau e as outras que prevaleceram nesse período

ofereciam explicações completamente diferentes dos determinantes dos preços em se tratando de bens cujas quantidades possam ou não ser aumentadas; no primeiro caso elas localizam os preços dos produtos nos seus custos de produção, isto é, nos preços dos fatores utilizados, que por sua vez não eram adequadamente explicados.<sup>9</sup>

Menger publicou apenas uma única obra em teoria econômica, que ocupou os seus pensamentos de 1867 a 1871, data da publicação do *Grundsätze*. Ele tinha idealizado um projeto editorial mais ambicioso que comportaria além deste livro mais três volumes, vistos como continuação da obra: um versando sobre teoria monetária e salários, outro sobre Economia aplicada à produção e comércio e por fim um volume voltado à crítica ao modelo econômico vigente e sugestões de reforma econômica. O projeto nunca foi realizado e apenas o primeiro livro foi escrito.<sup>10</sup> O *Grundsätze* concentrou-se em elaborar os fundamentos dos conceitos e das noções econômicas, fornecendo uma descrição básica da ordem econômica. Os temas teóricos principais desse livro foram as suas discussões sobre valor e preço.

O livro foi cuidadosamente escrito. Mais do que análise econômica ele se destaca também por uma perspectiva metodológica e epistemológica particular que lhe permitiu uma descrição muito própria e original dos processos econômicos. Hayek conta que Menger “escrevera o *Grundsätze* em um estado de excitação doentia”, e não poupa elogios a esse trabalho:

poucos são os livros que passaram por uma preparação mais cuidadosa do que esse, e raramente qualquer esboço de idéia foi planejado e seguido mais conscienciosamente em todas as suas ramificações e detalhes.<sup>11</sup>

É muito difícil acompanhar as influências intelectuais que confluíram nessa obra. A interpretação dos seus pressupostos filosóficos será objeto da próxima seção, mas antes disso serão vistos os aspectos centrais da teoria econômica mengeriana.<sup>12</sup>

Podemos começar pelo que foi dito no capítulo anterior. Menger concebe a esfera econômica como uma totalidade orgânica e natural. A estrutura econômica é naturalmente construída como efeito das escolhas individuais objetivando o atendimento de necessidades. O pressuposto ontológico da análise é o indivíduo com sua escala de necessidades e desejos que requerem permanentemente o seu atendimento. A “causa” da satisfação de necessidades é o consumo de bens. Os bens

não são desejados em si mesmos, mas porque somente eles permitem preencher necessidades. A aptidão ou capacidade do bem que lhe possibilita ser colocado em “nexo causal” com a satisfação de necessidades é a sua “utilidade”. Somente os bens econômicos possuem valor. O valor é a propriedade que eles adquirem, dada a existência de escassez ante o conjunto de necessidades a serem atendidas. Um bem com oferta ilimitada para o atendimento de necessidades humanas e disponível a custo zero não é um bem econômico e, portanto, não possui valor, embora tenha utilidade.

Para que um bem tenha valor econômico é preciso que exista uma hierarquia prévia de desejos não inteiramente satisfeitos, a disponibilidade de bens escassos que devem ser economizados no atendimento deles, priorizando-se os desejos mais importantes, e o conhecimento do agente de que determinado bem pode ser colocado em nexo causal com a satisfação de necessidades. Se todos esses elementos estiverem presentes, o processo econômico segue-se segundo um encadeamento causal submetido a leis econômicas exatas. Partindo de conceitos básicos como necessidades, bens econômicos e satisfação, Menger identifica as leis causais que explicam a relação que se estabelece entre eles ao longo do tempo. Há também leis que permitem determinar a emergência da ordem na sociedade a partir dos processos de economização levados a cabo pelos indivíduos.

Nossa interpretação de Menger coincide com o comentário de um autor que afirma:

O interesse de Menger focaliza o complexo de leis da natureza que forma a base da satisfação de necessidades humanas e a evolução dele ao longo do tempo à medida que o leque de necessidades humanas se expande. Ele mantém que o ponto de partida não é representado por uma perspectiva racionalista, ou uma abordagem hedonista como em Jevons, mas antes pela naturalidade das necessidades.<sup>13</sup>

Então temos no modelo de Menger a descrição de um núcleo de fenômenos econômicos subjacentes à sociedade e submetidos a leis de funcionamento que operam em qualquer sociedade, independentemente de fatores históricos e geográficos. Esses fenômenos configuram uma estrutura básica permanente e é tarefa da teoria econômica pura estudar de modo “exato” os mecanismos que os descrevem e as leis que os comandam.

O processo econômico elementar depende do conhecimento humano individual; o agente deve saber quais são as suas necessidades e

quais bens devem ser economizados no atendimento delas. É sempre possível o erro, o indivíduo pode desconhecer suas necessidades objetivas, pode não saber que certo bem possuía a propriedade objetiva de atender a uma dada necessidade etc. Mas onde quer que o conhecimento individual do agente esteja disponível na quantidade adequada, o processo econômico segue-se em obediência estrita às regularidades descritas na teoria exata. O problema de escassez de informação faz-se presente em situações concretas e Menger nunca postulou a hipótese de informação perfeita, porém, em qualquer situação em que as circunstâncias permitam a economização de bens, os resultados do processo já estarão descritos na teoria. A hipótese de perfeito conhecimento não é necessária ao argumento de Menger porque a teoria exata não se refere a uma escolha particular, mas aos elementos universais e permanentes que comandam qualquer escolha em qualquer contexto desde que haja economização.

Parece-nos satisfatória a interpretação que assevera:

Sempre que a ciência procura formular “relações típicas do fenômeno” (leis exatas), a ciência exata não se interessa ela mesma pelo modo como os fatos realmente ocorrem. Antes disso, ela examina como fenômenos mais complicados se desenvolvem a partir dos mais simples, que são em parte elementos quase não empíricos do mundo real em seu isolamento (aproximadamente não empírico) de todas as outras influências, com a consideração constante de medidas exatas (aproximadamente ideais!).<sup>14</sup>

Os indivíduos podem não economizar, isto é, eles podem não eleger as necessidades mais importantes a serem atendidas em primeiro lugar pelo usufruto de bens escassos, no entanto, nesse caso estarão incorrendo em erro. O bem-estar individual não será maximizado dessa forma. O erro explica-se por ausência de informação adequada e isso de fato ocorre em situações práticas. A teoria pura não se preocupa diretamente com esse fato, embora ele deva ser cuidadosamente examinado por outros ramos da investigação econômica. Ela somente procura dar conta dos processos universais que comandam a economização identificando as relações causais exatas que ocorrem no tempo.

Vejam os pormenores as leis principais presentes no fenômeno de economização apontadas no *Grundsätze*. A teoria pura lida com um quadro de conceitos que requerem uma definição cuidadosa, e de processos que devem ser descritos de modo preciso. O quadro posto dian-

te do investigador não pode ser apreendido pela observação direta. Menger recorre ao uso do método *Verstehen* para interpretá-lo. Começando pelo conceito de valor, o austríaco não separa valor de uso de valor de troca como conceitos antagônicos. Não há nele nenhuma preocupação com o chamado “paradoxo do valor” discutido em Smith e Ricardo.<sup>15</sup> A aptidão do bem em satisfazer necessidades confere-lhe “utilidade”, mas o valor mesmo não é algo que surja de uma propriedade do bem, mas algo que aparece quando se estabelece uma relação entre o bem e a satisfação de necessidades, de modo que o primeiro apareça como um meio para a consecução de um fim. É no contexto de relações entre meios e fins que emana o fenômeno do valor.

Um intérprete de Menger que foi contemporâneo a ele escreve que

A palavra [valor] parece emergir fundamentalmente da relação entre meios e fins, e de acordo com ela tomará várias formas ajustando-se ao fim que está sendo concebido.<sup>16</sup>

Para Hayek, a teoria do valor mengeriana sempre é precedida pela análise da relação entre meios e fins:

O que a tornou tão efetiva [a teoria austríaca] foi que ela ofereceu uma explicação do valor que surge de uma análise das condições determinantes da distribuição de bens escassos entre usos competitivos e do modo como diferentes bens competem ou cooperam para a satisfação de diferentes necessidades – em suma, o que tem sido chamado de “estrutura, meios e fins”.<sup>17</sup>

O que confere valor a um bem é a importância do fim a ele associado. Menger define o valor não como algo inerente aos bens, mas

é simplesmente a importância que determinados bens concretos – ou quantidades concretas de bens – adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só podemos atender às nossas necessidades à medida que dispusermos deles.<sup>18</sup>

Mais adiante, ele escreve que o valor

é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua

vida e de seu bem-estar e, portanto, “só existe na consciência das pessoas em questão”.<sup>19</sup>

O valor é subjetivo no sentido de que é o indivíduo que avalia essa importância, mas podemos pensar, como o faz a teoria pura de Menger, que o indivíduo tenha uma escala hierárquica objetiva de necessidades, determinada por fatores de natureza fisiológica, e nesse caso o valor também poderia ser visto como elemento objetivo. Já que o conteúdo das necessidades individuais que está na base do fenômeno do valor pessoal é visto em Menger como um fato objetivo que independe da vontade individual:<sup>20</sup> é mais interessante chamar esse valor de “valor pessoal”.<sup>21</sup>

O caráter objetivo das necessidades humanas é realçado em Menger quando ele afirma que

uma vez presente essas necessidades, o valor que os bens têm para nós não pode ser mais algo de arbitrário, mas simplesmente a consequência necessária do conhecimento de sua importância para nossa vida ou para nosso bem-estar.<sup>22</sup>

E também logo adiante onde se lê:

Para nós, a importância do atendimento das diversas necessidades não encontra sua medida em nosso arbítrio, mas antes na importância que independente de o querermos ou não, tem o atendimento de cada necessidade para nossa subsistência ou para nosso bem-estar.<sup>23</sup>

Além do valor pessoal um bem pode possuir um valor objetivo. O valor pessoal está relacionado ao ganho de bem-estar, enquanto o valor objetivo refere-se a um resultado técnico de engenharia. Por exemplo, uma lata de tinta possui um valor objetivo de pintar uma parede mas o seu valor pessoal depende da importância desse feito em nossa escala de necessidades. A teoria econômica não se preocupa com o valor objetivo do bem enquanto dado de engenharia ou resultado concreto de um processo físico. Mas há uma classe de valores objetivos que a ela interessa: é o valor de troca objetivo ou, num sentido mais restrito, o preço dos bens. Os bens em geral podem ser trocados no mercado por outros bens numa certa proporção de quantidades. O valor de troca tem uma dimensão objetiva e outra subjetiva e ambas interessam à análise econômica. O valor de troca subjetivo é a importância

que atribuímos aos bens que serão recebidos em troca do bem que possuímos no momento. É, portanto, um valor pessoal. O valor de troca objetivo, as proporções que se estabelecem na troca, é de fato um aspecto objetivo mas é também um fenômeno de mercado. Entretanto, na visão de Menger, o que se processa no mercado é a resultante de escolhas individuais e sendo assim a objetividade que associamos ao valor de troca trata-se apenas de fenômeno advindo de composição e interação entre valores pessoais. Portanto, o valor de troca objetivo também se assenta, em última instância, em valores pessoais, e a teoria do valor de Menger está, em qualquer caso, associada ao valor pessoal.

Tendo discorrido sobre a natureza do valor econômico em Menger vejamos como ele é determinado pela escala hierárquica de importância dos bens que cada indivíduo carrega consigo. O ordenamento de importâncias é feito pelo indivíduo, mas nem é preciso que ele reconheça explicitamente a sua escala de necessidades; o importante é a aceitação pela teoria da sua existência, que em cada agente assume contornos próprios. Menger pensa no caso de um bem que satisfaz a diferentes tipos de necessidades. O trigo, por exemplo, permite diferentes usos: como semente, insumo para farinha, alimento etc. A cada um desses usos ele associa um algarismo romano, e a ordem de importância dentro de cada classe é representada por números inteiros. A partir disso, podemos obter um entendimento do processo de escolhas com economização observando a tabela abaixo:

<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>...</b>	<b>X</b>
10	9	8	...	1
9	8	7	...	0
8	7	6	...	
7	6	5		
6	5	4		
5	4	3		
4	3	2		
3	2	1		
2	1	0		
1	0			
0				



Na hipótese de que temos a provisão de apenas seis unidades homogêneas de trigo, qual seria a maneira mais eficiente de alocá-las de modo a se obter o melhor resultado em termos de satisfação? Ora, logicamente teríamos destinado três unidades ao primeiro uso, duas ao segundo e apenas o primeiro *quantum* da terceira classe ficaria atendido, conforme mostram os números em negrito. Qualquer outro arranjo reduziria o nível de bem-estar alcançado.<sup>24</sup> Esta análise lembra o que na historiografia das idéias se tornou conhecido como a Segunda Lei de Gossen: em seus diferentes usos que foram viabilizados, o bem atende ao mesmo nível final de satisfação (no caso representado pelo número oito). Na construção da tabela demonstrada, já havíamos adotado a “Primeira Lei de Gossen” ou a idéia de utilidade marginal decrescente em um uso específico do bem.<sup>25</sup>

A associação entre Menger e Gossen, entretanto, gera mais dificuldades de interpretação do que esclarece a natureza da análise do economista austríaco, por vários motivos. De início há que se chamar atenção para o fato de Menger nunca ter enunciado uma lei psicológica das satisfações decrescentes com o consumo ininterrupto de um bem. A tabela é estática e diz respeito apenas à possibilidade de se discriminar uma ordem de importância no atendimento de necessidades. Menger nunca utilizou a expressão “utilidade marginal” e, como vimos, nele o conceito de utilidade é secundário na determinação do valor, indicando apenas uma aptidão ou capacidade do bem, e o cálculo marginal não aparece como uma hipótese analítica de trabalho, sendo apenas um resultado que se poderia inferir de sua análise. Além disso, os números na tabela indicam apenas um ordenamento na importância das necessidades satisfeitas, e o mesmo número, quando aparece em duas colunas diferentes, só indica que ambos os usos, no nível em que nos encontramos em cada classe, originam um grau de satisfação de mesma importância relativa.<sup>26</sup>

Também é importante observar que os níveis iniciais de satisfação em cada coluna da tabela dependem do grau de consumo prévio em que o indivíduo se encontra. As necessidades adquirem maior importância se o indivíduo parte de um nível de carência maior, mas quando elas são corriqueiramente e com grande facilidade satisfeitas perdem importância; daí não se poder falar em Menger, como na expressão dos economistas clássicos, que a água tenha maior valor de uso que o diamante e, portanto, o “paradoxo do valor” fica completamente resolvido. Como aparece em certo autor:

O pão é pouco e o diamante é muito almejado porque quando todas as circunstâncias são levadas em conta – a circunstância da limitação do desejo e a circunstância das provisões disponíveis para o desejo – a importância do desejo humano concreto de um é pequena e a do outro é grande.<sup>27</sup>

O valor de um estoque de seis unidades de trigo é seis vezes o valor atribuído ao último *quantum* de necessidade satisfeito e portanto é esse que determina o valor total do estoque. Menger toma os conceitos e representações básicas da sua análise como uma disposição natural de elementos e suas conclusões são tidas como as leis exatas do valor no exemplo simples de bens homogêneos que satisfazem a diferentes necessidades. Esse, entretanto, é apenas o primeiro passo na descrição de Menger dos fenômenos econômicos, e em seguida ele avança no estudo da formação do valor nos processos de produção. É quando sua análise revela toda a sua riqueza. Hayek comenta que

É essa extensão da idéia de se derivar o valor do bem de sua utilidade, do caso de certas quantidades dadas de bens de consumo para o caso geral de todos os bens, incluindo-se os fatores de produção, que foi o principal achado de Menger.<sup>28</sup>

Menger preocupa-se agora em integrar a sua apresentação elementar da teoria do valor a uma descrição dos processos econômicos ao longo do tempo. No exemplo anterior ele partia de um bem imediatamente disponível para consumo e a única incerteza do agente dizia respeito ao conhecimento dos aspectos envolvidos no quadro presente. Mas os bens são obtidos ao longo do tempo à medida que ocorre a produção deles. Quando Menger considera a produção, o tempo passa a ocupar um papel primordial em sua análise e o conhecimento do agente é problematizado por um número maior de incertezas quanto ao futuro e quanto aos fatores determinantes da produção. Um bem que não é prontamente consumido mas entra como insumo produtivo é denominado de bem de segunda, terceira ou mais ordens dependendo da distância que ele guarda do produto final na cadeia produtiva, quer dizer, se ele é usado diretamente na produção do bem final é de segunda ordem, se produz bens de segunda ordem é avaliado como bem de ordem terceira, e assim por diante.<sup>29</sup>

Todos os bens de ordem superior adquirem valor como parte do valor atribuído ao produto final na ponta da cadeia produtiva em que eles contribuíram. Os bens finais adquirem valor de modo imediato, os

bens intermediários ganham valor de modo mediato na medida em que contribuem para um resultado futuro que sem eles não ocorreria.

Assim, fica definido por Menger que

o valor dos bens de ordem superior é sempre, e sem exceção, determinado pelo valor previsível dos bens de ordem inferior para cuja produção os mesmos servem.<sup>30</sup>

O valor dos bens de ordem elevada depende, portanto, das expectativas que no presente formulamos com respeito a valores futuros já que a produção consome tempo.<sup>31</sup> Menger acredita que o tempo é um elemento que nunca se dissocia da produção, embora o progresso técnico possa abreviá-la; ele também pensa que à medida que a produção se torna mais complexa, cresce com ela o número de bens de ordens sucessivamente maiores empregados, alargando-se o período de produção e ampliando-se o horizonte de planejamento. Para um futuro mais distante, são maiores as incertezas quanto ao valor do bem de primeira ordem, que dependerá não das condições atuais em que se inicia a produção, mas da configuração futura em que escalas de preferências e quantidades ofertadas irão condicionar o valor do bem.<sup>32</sup>

Menger de fato desenvolve uma descrição bastante sofisticada do processo produtivo, mostrando como o encadeamento dos bens de alta ordem na produção e a relação que se estabelece entre eles resultam nos valores que a teoria atribui a cada um deles. Ele explica como os valores dos bens finais são distribuídos entre os que concorrem na sua produção e define o conceito de capital como o conjunto de bens de ordem superior. Mostra que os fatores produtivos podem se combinar em proporções fixas ou variáveis e que eles estabelecem entre si uma relação de substituição ou complementaridade.

Como um recurso analítico, Menger pensa o conjunto de bens de ordem superior que participam na produção de um bem específico como um único bem de capital e investiga como podemos determinar o valor do capital como um todo. Como o capital fica indisponível no intervalo de tempo da produção, os seus proprietários são remunerados por essa utilização. Eles também fazem jus a um ganho pela sua atividade empresarial (são os responsáveis pela produção e são eles que se são aplicados no cálculo econômico dos processos envolvidos). Sendo assim, o valor previsível do produto final deve cobrir o custo de utilização do capital e o pagamento pela atividade empresarial, o que sobra

nessa conta fica imputado ao valor do capital\*. Resta ainda explicar como os diferentes bens que participam na composição do capital repartem entre si o valor total atribuído ao grupo.

O valor de um único bem de ordem superior dentro do grupo, diz Menger, é igual à

diferença entre a importância que têm as necessidades que seriam atendidas em caso de dispormos da referida quantidade e a importância das necessidades que, em caso contrário, seriam atendidas.<sup>33</sup>

A análise de Menger nesse ponto não é suficientemente esclarecedora, e ele deixou a seus discípulos a tarefa de aperfeiçoar a teoria. Nesse aspecto, grandes progressos teóricos foram alcançados nas contribuições de Friedrich Freiherr von Wieser, como na idéia de custo de oportunidade e na sua teoria de determinação dos valores dos bens de ordem elevada por imputação.<sup>34</sup>

A teoria que acabamos de descrever é exposta basicamente no capítulo 3 do *Grundsätze*; os próximos dois capítulos analisam os fenômenos da troca e o mecanismo de formação de preços. Essa é a parte mais reveladora da epistemologia naturalista de Menger, e sendo assim optamos em comentar esses importantes pontos da teoria de Menger apenas na seção final deste capítulo após termos discorrido sobre o arcabouço filosófico da obra.

## O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO FUNDAMENTAL EM MENGER

A compreensão da epistemologia de Menger é condição básica para entendermos o significado de sua contribuição teórica. O problema que se coloca para o historiador de idéias é que a raiz filosófica de Menger está fincada em um terreno algo anacrônico, o que em nosso entendimento obscurece sua interpretação. Embora Menger tenha escrito um dos mais importantes tratados de epistemologia econômica de todos os tempos, o *Untersuchungen*,<sup>35</sup> ele não tratou nessa obra de discorrer diretamente sobre a sua própria visão, pois ele buscava priorita-

---

\* Supondo, é claro, que o capital tenha se depreciado completamente na obtenção do referido produto final.

riamente refutar as bases filosóficas e metodológicas do historicismo alemão. Portanto, os especialistas concordam entre si que a melhor estratégia é buscar extrair o edifício da epistemologia mengeriana da leitura do *Grundsätze*, mesmo que haja nele poucas discussões filosóficas diretas.<sup>36</sup> Algo aparece na introdução e nos capítulos 1 e 2 nos quais ele expõe conceitos econômicos. Em geral não fornece pistas claras.

Embora seja uma tarefa difícil, tão-somente pelo estudo epistemológico poderíamos entender certos aspectos elementares da teoria econômica mengeriana. Vamos enunciar um problema epistemológico que toca numa questão raramente resolvida mesmo entre os que já se dedicaram a ler seriamente a obra de Menger, ao que denominamos de “o problema epistemológico fundamental”: de um lado o austríaco é considerado como tendo inovado a análise econômica ao considerar em primeiro plano fatores como desequilíbrio de mercado, incerteza, riscos, informação incompleta, custos de aquisição de informações, custos de transação e outros aspectos que em geral não apareciam com a mesma ênfase em autores que o antecederam. Por outro lado, vimos na seção anterior que Menger considera a teoria econômica pura como uma análise de fenômenos que seguem leis exatas, tais como o fenômeno da economização e o processo de formação de valores na estrutura de bens que participam da produção e do consumo. Ora, no primeiro caso Menger enfatiza as incertezas e os atritos que atuam na vida econômica, enquanto no plano da teoria pura encontramos uma exposição de fenômenos que se sucedem em um esquema regular e estável. Uma dessas proposições constitui uma interpretação errônea da contribuição de Menger ou será que poderíamos, de algum modo, conciliá-las?

Com a investigação da epistemologia “naturalista” de Menger acreditamos ser possível resolver o dilema. Mas, como vimos, há poucas pistas no *Grundsätze* que nos possibilitam deduzir o conteúdo de sua visão filosófica. Uma delas reside no fato de o filósofo grego Aristóteles ser muito comentado em notas de rodapé dessa obra, na qual contamos uma dezena de extensas citações. De fato, quando examinamos os mais consagrados comentadores de Menger encontramos um ponto que tem sido cada vez mais corroborado na literatura secundária: a filiação de Menger à filosofia aristotélica. Antes de examinarmos os argumentos encontrados nessa literatura, vejamos se no ambiente intelectual de Viena à época de Menger localizamos alguma influência da antiga filosofia.

Indícios nessa direção aparecem em Kauder, que nos conta que em Viena, Aristóteles era muito ensinado na escola secundária.<sup>37</sup> Mas

também foi de Viena que partiram os mais importantes ataques à filosofia clássica no momento em que Ernst Mach e os positivistas lógicos propuseram as bases filosóficas da filosofia antimetafísica, empirista e formal. Menger, embora tenha acompanhado essa evolução nos debates filosóficos, construiu a sua base de pensamento no período anterior à eclosão do positivismo vienense, quando Aristóteles ainda era aceito em muitos meios intelectuais.

Uma outra filiação de idéias em Menger, menos citada entre os especialistas, aparece em Max Alter, que identifica influências do romantismo alemão no esquema de pensamento do austríaco. Vimos no capítulo 1 do livro que Menger também segue as idéias de E. Burke e da Escola Histórica do Direito de Savigny na construção de sua teoria das instituições orgânicas e na sua visão básica de sociedade. A identificação dessas filiações intelectuais nos é suficiente para o estudo da natureza da epistemologia naturalista de Menger.

Alter considera que a ênfase em Menger nas expectativas e na informação incompleta dos agentes seja uma herança do romantismo alemão.<sup>38</sup> O movimento romântico alemão desenvolveu-se a partir de 1790 como reação ao Classicismo de Goethe e Schiller. Foi animado por três escolas: a de Iena, representada por Schlegel, Tieck e Novalis, à qual sucederam as de Heidelberg, com os irmãos Grimm, e Berlim, com E.T.A. Hoffmann e Kleist. Alter também acredita que o papel central dado ao conceito de necessidades (*Bedürfnis*) no *Grundsätze* tenha inspiração romântica. Respeitamos a posição de Alter mas, de qualquer maneira, essa influência não nos parece tão decisiva na compreensão da epistemologia de Menger, embora seja importante por revelar a origem de certas particularidades de suas reflexões econômicas.<sup>39</sup> Mais reveladora é a proximidade entre Menger e Aristóteles.<sup>40</sup>

Alter, Kauder, Cubeddu e White apontam aspectos do pensamento aristotélico que teriam sido decisivos na formação das idéias de Menger. Os principais são a idéia de causalidade e o “realismo filosófico”. A ciência de Aristóteles é a busca das causas primeiras das coisas. Na *Metafísica* ele escreve:

É pois manifesto que a ciência a adquirir é a das causas primeiras (pois dizemos que conhecemos cada coisa somente quando julgamos conhecer a sua primeira causa)...\*

---

\* Aristóteles (s.d., p. 6).

Já no capítulo inicial do *Grundsätze* a noção de causalidade é ostensivamente utilizada. O bem torna-se “bem econômico” pela ação de quatro causas: a existência prévia de necessidades, a utilidade do bem, o reconhecimento dela pelo agente e o fato de ele poder dispor do bem. Alter associa as quatro condições necessárias e conjuntamente suficientes para a definição de bem aos quatro tipos de causalidades definidos por Aristóteles na *Física*.<sup>\*</sup> Alter comenta que em Menger

o propósito da atividade econômica é o de Aristóteles, e se mantivemos em mente que Menger está analisando objetos não materiais (estados “internos” ou psicológicos: estados do ser tais como satisfação, necessidade e desejo, e relacionamentos) as quatro condições necessárias e conjuntamente suficientes não são nada além das quatro causas de Aristóteles operando no reino imaterial. Eles são as causas material, eficiente, formal e final.<sup>41</sup>

Ao falar dos bens econômicos, Menger utiliza a todo momento a expressão “nexo causal”. As “coisas capazes de serem colocadas emnexo causal com a satisfação de nossas necessidades humanas” são bens na medida em que as condições apontadas anteriormente estejam estabelecidas. Nos início do *Grundsätze*, Menger identifica o “nexo causal entre os bens”. Diz que a teoria deve

ordenar e concatenar as coisas segundo critérios internos, conhecer o lugar que cada uma delas ocupa no encadeamento causal dos bens e pesquisar as leis que as comandam sob esse aspecto.<sup>42</sup>

A idéia de causalidade em Menger possui um significado específico muito próximo ao que encontramos nos textos da filosofia clássica. A relação de causalidade é sempre temporal, a causa antecede no tempo o efeito dela decorrente e portanto causa e efeito não ocorrem simultaneamente. Vejamos um exemplo: quando a banheira do bebê é preenchida com água ela se torna mais pesada. Nesse exemplo a banheira ganha peso e água ao mesmo tempo e embora a água possa aqui ser pensada como a “causa” do peso da banheira ela não antecede no tempo ao ganho de peso. Agora tomemos um exemplo na teoria de Menger: a combinação de bens de ordem elevada é a causa do bem de consumo final. Fica patente, no exemplo, a anterioridade temporal das causas. Também há na idéia mengeriana de causalidade um tipo

---

<sup>\*</sup> Especialmente no livro III, caps. 3 e 7.

de teleologia. As causas estão voltadas para a execução de efeitos: o bem é causa enquanto meio para o alcance de satisfação, o insumo produtivo é bem econômico por ser uma causa que precede a obtenção do bem final desejado, e assim por diante. A noção aristotélica de causalidade, utilizada por Menger, confere ao processo econômico um caráter irreversível, no sentido de que o efeito não pode se tornar uma causa para se obter em sentido contrário a causa que antes havia originado esse efeito. O bem econômico, uma vez consumido, não pode ser posto para fora e restabelecer a necessidade anteriormente satisfeita, e o produto final não pode ser decomposto de volta aos insumos produtivos.

Menger escreve:

É, pois, certo que nunca compreendemos plenamente o nexos causal existente entre os diversos fenômenos desse processo – e o processo como tal –, enquanto não o situarmos no tempo.

E que

todo processo de mudança ou transformação significa um vir-a-ser, um surgir, um tornar-se, e isso só é possível dentro do tempo.<sup>43</sup>

Alter identifica no vir-a-ser (*ein Entstehen*) e no tornar-se (*ein Werden*) terminologias típicas do romantismo alemão. Na interpretação dele

tempo e causalidade, para Menger, estão inseparavelmente (ontologicamente) ligados. O processo de mudança, sendo o processo do tipo causal, somente é imaginável como um processo temporal. A natureza essencial da atividade econômica torna-se dessa forma, ao mesmo tempo, sua natureza existencial e assim a distinção aristotélica entre necessidade lógica atemporal e causalidade que só existe no tempo é sintetizada em Menger.<sup>44</sup>

O “realismo filosófico” em Menger é outro aspecto de sua epistemologia que não pode ser desconsiderado. Em sua visão filosófica, os conceitos sempre denotam objetos que possuem uma existência concreta e, dessa forma, as palavras são apenas um meio de remetê-los para dentro do discurso.\*

Kauder descreve o princípio do realismo filosófico citando Werner Jäger, um especialista em Aristóteles:

---

\* Aristóteles (s. d., p. 31) afirma, na *Metafísica*, que as idéias pertencem à substância das coisas.



Qualquer conhecimento real pressupõe um objeto que está fora da mente e que é tocado, copiado e refletido por ela.<sup>45</sup>

Portanto, a teoria pura não busca impor um padrão ordenado à realidade, pelo contrário, ela procura apenas traduzir um ordenamento, já presente no objeto de estudo, em proposições teóricas. A teoria econômica discorre sobre as leis que regem elementos naturais preexistentes tais como necessidades, desejo por satisfação, utilidade dos bens e conhecimento do agente. A própria sociedade é tida como uma estrutura orgânica e natural a ser estudada. Vimos que as influências de Burke e Savigny já haviam conduzido Menger a essa concepção de sociedade. Ele afirma que seu método de estudo é genético e causal, pois vale-se da estratégia de reconstruir a estrutura complexa da sociedade partindo dos elementos simples que compõem a sua base, de forma a mostrar como a totalidade social é construída pela ação de leis que incidem nos elementos básicos. O aristotelismo também está por trás do modelo de sociedade orgânico-natural, que deve ser explicada geneticamente e pelas relações causais. No *Organon*, Aristóteles explica o que é uma propriedade essencial das coisas,

É a que se afirma de uma coisa em comparação com tudo o mais e que distingue a referida coisa de todas as outras.

A aparência é uma propriedade temporária da coisa,

É aquela que só é verdadeira numa ocasião particular e não acompanha sempre necessariamente o sujeito, como ao dizer-se de um homem particular que ele está passando na praça do mercado.\*

As tradicionais dicotomias presentes no pensamento de Aristóteles entre forma e matéria, essência e aparência (ou existência) também têm sido usadas pelos comentadores do *Grundsätze* para explicar a natureza de sua epistemologia. Menger acredita na existência de uma estrutura imutável que compreende a essência ou a forma do fenômeno econômico e a teoria pura é tão-somente a descrição exata das configurações eternas da vida econômica. Alter é incisivo neste ponto:

---

\* Aristóteles (1983, p. 73).

Lá o principal interesse é estabelecer a origem e a natureza (do alemão *Ursprung und Wesen*) dos bens, da riqueza, da escassez, do valor e da moeda. Começando com uma discussão dos bens, ele começa definindo seu *Wesen* (do alemão), isto é, sua natureza ou essência.<sup>46</sup>

Apoiado nas dicotomias do estagirita, Alter interpreta o valor econômico em Menger como sendo a essência dos fatos, ficando os preços efetivamente praticados nos mercados como um aspecto accidental que não pertence à essência mas à aparência do fenômeno.

Na sua teoria econômica, os valores constituem a essência subjacente à atividade econômica, enquanto os preços são apenas um fenômeno accidental; eles são aparências de superfície.<sup>47</sup>

Outro comentador de Menger, Kauder, acredita que a teoria do valor mengeriana lida com a “forma” aristotélica, identificando os “tipos exatos” e as “relações típicas”, enquanto os fatos históricos pertencem à “matéria” que contém apenas potencialidades de virem a se tornar formas exatas.

Kauder considera que Menger tenha aplicado a tradicional dicotomia aristotélica na Economia:

A matéria contém o material a ser modelado. A forma realiza as potencialidades da matéria... A teoria lida com a forma. História e estatística com a matéria, isto é, com casos concretos. A teoria lida com tipos exatos e com relações típicas. Esses tipos teóricos fornecem um conhecimento que transcende a informação imediata.<sup>48</sup>

A “essência”, segundo Aristóteles, é o que vulgarmente se chama de natureza; é o modo de operar de cada ser e a “aparência” ou “existência” é o ato da essência. Para Alter,

A divisão entre os dois mundos da essência e da aparência é mantida indistintamente por Menger; o propósito da teoria exata é fornecer “conhecimento e compreensão” da essência do fenômeno econômico.<sup>49</sup>

Pensando agora na dicotomia apontada por Kauder, a “forma” faz do ser o que ele é, abstraindo-se os aspectos contingentes da “matéria”.

Não precisamos aceitar essas divisões anacrônicas do filósofo, o importante a frisar é que mais de um comentador acredita que Menger

tenha utilizado esse esquema filosófico para se contrapor não apenas ao historicismo como também aos métodos matemáticos de Jevons e principalmente aos de Walras.

Vimos no capítulo 1 que Menger era avesso ao tratamento matemático dos problemas econômicos, embora ele tivesse uma bagagem matemática tão boa quanto a de Walras. A Economia deveria investigar a essência de conceitos econômicos e isso não poderia ser estabelecido por equações e gráficos, pois na sua opinião elas só dão conta de sentenças arbitrárias sobre relações entre grandezas que se estabelecem na condição de equilíbrio. Só o método genético-causal e não os modelos matemáticos focalizam a essência da vida econômica.

A rejeição ao tratamento matemático de questões econômicas na obra de Menger tem portanto sua justificativa no legado aristotélico. No entanto, a ausência de uma análise matemática em Menger deixou o na contramão da tendência principal que se verifica entre os economistas do fim do século XIX, que se encantaram com as novas possibilidades abertas pelo uso desse instrumental. De fato, à medida que os problemas econômicos fundamentais foram pensados como problemas de maximização de lucro ou de utilidade, a aplicação do cálculo nesse domínio pareceu natural, ainda mais porque o exemplo do paradigma da Física reforçava a crença de que todo conhecimento científico asentava-se no uso da matemática. Enquanto Menger se preocupava apenas em detalhar pontos conceituais importantes da sua visão da Economia, a ausência de elegância formal em sua teoria, propiciada pela linguagem matemática, não diminuiria o mérito dela. Entretanto, embora clara, a teoria não teria muito apelo na forma em que a deixou Menger. Nem todos os austríacos seguidores das idéias de Menger rejeitaram o uso da matemática. Wieser, por exemplo, incorporou-a às idéias de Menger, propiciando novos desenvolvimentos que culminaram na “lógica pura da escolha”. Que os fenômenos econômicos não possam ser tratados pela matemática, tal tese mostrou-se pernicioso para o desenvolvimento da Economia como ciência. Fica claro, portanto, que não queremos aqui fazer apologia ao método mengeriano, mas tão-somente entender as características de seu pensamento.

Utilizamos ao longo do livro diferentes nomes para descrever o método de Menger. É oportuno justificar tal procedimento. Quando falamos em “método analítico compositivo”, enfatizamos o procedimento do teórico que estuda o todo a partir da identificação das partes individuais. Quando utilizamos a expressão “método genético-causal”, estamos destacando uma característica da realidade (uma descrição

ontológica): os eventos estão ligados por causalidades e a totalidade social advém concretamente a partir da interação entre as suas partes. Mais adiante, quando estivermos interessados em enfatizar as duas coisas (o procedimento teórico e a constituição da realidade em si mesma) também falaremos em “método genético-compositivo”. São maneiras de nos referirmos ao método de Menger destacando diferentes aspectos e não uma redundância de termos.

O *Grundsätze* adquiriu um certo prestígio na Áustria, o que ajudou a promover o nome de Menger. Em 1876 ele conquista a respeitada posição de tutor do príncipe Rudolf, e três anos depois é finalmente aceito como professor catedrático na Universidade de Viena. No entanto, seu livro foi muito criticado na Alemanha. Gustav Schmoller emitiu um parecer bastante crítico, considerando completamente inútil o tipo de análise abstrata desenvolvida por Menger. A postura desfavorável dos alemães incomodou o austríaco que considerou ainda ser possível angariar simpatias naquele país, convencendo-os da importância de sua obra a partir de uma discussão metodológica. Em um esforço sistemático de crítica ao historicismo, Menger começa a trabalhar a partir de 1875 na sua segunda grande obra, o *Untersuchungen*, que viria a ser publicada em 1883.<sup>50</sup>

Esse livro despertou a reação irada de Schmoller, dando início à querela da Batalha dos Métodos. Em metodologia e epistemologia econômica, Menger ainda publicaria, um ano depois, o *Die Irrthümer des Historismus* e o *Grundzüge*, em 1889<sup>51</sup>. Como consequência da controvérsia, a obra de Menger foi perseguida e excluída das universidades alemãs. Esses escritos contêm uma crítica consistente ao historicismo, e embora neles Menger não esclareça os seus próprios pressupostos filosóficos, eles revelam aspectos que nos ajudarão a resolver o problema epistemológico fundamental: a relação entre uma teoria exata dos processos econômicos e as incertezas do comportamento econômico diante do subjetivismo das escolhas.

A controvérsia entre Menger e a Escola Histórica Alemã aparece superficialmente caracterizada como a disputa entre o método indutivo e o método dedutivo na ciência econômica, mas não é disso que se trata. Menger, como vimos, também credita à Escola Alemã muitas idéias que compuseram sua formação intelectual. Tanto é que o *Grundsätze* foi dedicado a Roscher, importante membro da Escola Histórica Alemã. Menger e o historicismo alemão concebem em comum uma visão da sociedade como uma totalidade orgânica e natural. No entanto, apenas os alemães consideram válido o estudo direto dessa

totalidade na compilação de estudos históricos de onde se poderia extrair leis empíricas. Menger acredita que a história não permite revelar ao observador a ocorrência de leis, ou seja, não se pode extrair indutivamente um padrão regular de comportamento partindo-se de monografias históricas. A história não apresenta um enredo secreto que pudesse ser revelado empiricamente. Tudo o que existe, assevera Menger, é o entrecruço de ações individuais que em sociedade acabam compondo uma totalidade natural estruturada.

O *Untersuchungen* é dividido em quatro partes, e delas nos interessam a parte 1, intitulada “Economia e História”, que trata da natureza das leis econômicas e a parte 3, “A Visão Orgânica do Fenômeno Social”, em que ele discute as conseqüências não intencionais da ação humana que originam a estrutura orgânica da sociedade. A parte 2 apresenta o papel da análise histórica e a parte 4 é um estudo sobre a Escola Histórica Alemã e a evolução do historicismo. Um comentador aponta dificuldades na interpretação do livro:

Há um grande consenso sobre o que é obscuro em relação à biografia intelectual de Carl Menger, as primeiras influências intelectuais que afetaram sua obra, seus pressupostos filosóficos e objetivos intelectuais. Tais obscuridades não são sérias para a compreensão do *Grundsätze*, mas elas tornam a interpretação do *Investigações (Untersuchungen)* muito mais difícil.”<sup>52</sup>

Menger propõe uma nova maneira de interpretar a história como um efeito das escolhas subjetivas individuais. A primeira crítica dirigida ao historicismo é a refutação da idéia de que pelo método indutivo seria possível estabelecer leis para os fenômenos sociais. Embora não seja possível edificar uma ciência econômica só na acumulação e classificação de dados relativos a fatos históricos, ainda assim a história teria um importante papel. Menger trata, portanto, de esclarecer o papel da história e sua relação com a teoria exata.

Na investigação econômica, a teoria econômica pura ocupa um lugar ao lado da ciência histórica e estatística da Economia e da Economia Prática. Cada um desses ramos do conhecimento econômico adota um método distinto. Cada método objetiva alcançar uma meta particular da ciência econômica. Os historicistas erram por não aceitarem o “pluralismo metodológico” que demarca áreas de investigação, confundindo as diferentes vias de investigação e extraindo da história o que não pode ser alcançado por ela. A teoria pura estuda a natureza geral ou a conexão geral do fenômeno econômico, fornecendo um

conhecimento que transcende a experiência imediata. Ela se ocupa com as relações fundamentais de fenômenos econômicos típicos pelo uso do *Verstehen*. Decompõe o fenômeno complexo em seus constituintes últimos, identificando neles os “tipos” básicos e as “relações típicas” que se estabelecem. A História e a Estatística econômica estudam a particularidade individual do fenômeno. Elas não buscam regularidades mas procuram compreender os aspectos contingentes da ação humana concreta. A ciência prática da economia investiga os princípios que devem guiar a ação humana diante de condições particulares no intuito de alcançar seus objetivos. Menger não diz que a Economia Aplicada seja uma receita para a tomada de ação num caso concreto, pois dada a riqueza do mundo é impossível prescrever o procedimento a ser seguido em cada situação. Portanto, o conhecimento fornecido pela Economia Prática é apenas um acervo de casos que necessita da avaliação individual criativa da situação para que o agente decida que decisão tomar.

O método histórico não é descartado da investigação econômica, pelo contrário, por ele é possível entender as situações concretas em que operam as leis teóricas exatas. A experiência histórica também funciona como uma ferramenta auxiliar da teoria. A História é essencial para o trabalho do teórico pois ela suscita elementos que são utilizados pela introspecção na identificação de leis exatas. Não se trata obviamente de processos indutivos, mas da contribuição dos estudos históricos para as vivências pessoais do investigador que serão utilizados pelo método *Verstehen*. Há uma importante analogia com Max Weber: nele a História também é utilizada pela introspecção na identificação dos tipos ideais. Em Menger ela ajuda o reconhecimento das formas típicas do fenômeno.

No terreno específico da Economia teórica, a Economia torna-se uma ciência natural que trata de elementos típicos obtidos pela introspecção. A introspecção isola os fatores mais simples, constitutivos do fenômeno, de todos os outros fatores causativos e encontra neles certas regularidades que descrevem a essência ontológica da realidade. Para Menger, sua teoria exata não apenas analisa conceitos e tira deles conclusões lógicas, mas ela é a descrição exata de fenômenos objetivos. Interpretando Menger, um especialista nos diz que

Podemos dessa forma falar de “leis exatas da natureza” uma vez que esteja claro que quaisquer que sejam os resultados das escolhas subjetivas feitas por aqueles que estão se esforçando para apaziguar suas necessidades (naturais), eles entram em contato com os resultados de um número infinito

de outras escolhas individuais, e tais resultados não degeneram em caos, mas antes disso eles se “organizam por si mesmos” de acordo com uma certa ordem que é natural ao homem.<sup>53</sup>

As leis exatas, diferentemente das leis indutivas, não admitem exceção. Elas não podem ser testadas empiricamente. Mas os fenômenos reais podem muitas vezes afastar-se dos fenômenos típicos descritos pela teoria, dado o problema do conhecimento e a liberdade de escolha humana. Na teoria existe a abstração do erro humano quando o indivíduo não percebe os seus próprios interesses econômicos ou quando ele ignora as condições que rodeiam a sua ação. A história investiga as condições concretas em que o indivíduo se afasta do caminho estrito previsto pela teoria.

Nesse ponto, já podemos atacar diretamente o problema epistemológico fundamental de Menger. Para tanto, precisamos reunir as observações de natureza epistemológica, vistas até aqui que dizem respeito ao realismo filosófico e como foi dito a teoria pura trata da natureza ontológica essencial do fenômeno. Ela descreve leis exatas que ocorrem sempre que os elementos que compõem a realidade possam ser pensados isoladamente. A teoria pura não diz respeito à realidade histórica concreta, mas também não é um exercício de ficção analítica. Menger segue os preceitos aristotélicos ao aceitar a existência de uma realidade última nos fenômenos. Há portanto a realidade histórica e a realidade essencial do fenômeno. No primeiro plano operam as incertezas e o problema do conhecimento subjetivo de que fala Menger, no plano da teoria investigam-se os fatos que decorrem naturalmente dada a presença de bens, necessidades e conhecimento. As vicissitudes históricas não alteram a forma básica descrita pela morfologia do fenômeno, elas apenas apontam os erros cometidos pelos agentes no devir concreto. Mas Menger acredita que a ciência pura não teoriza sobre os erros humanos e sim sobre as formas básicas que prevalecem na hipótese de ausência de erros. Um intérprete de Menger é muito oportuno em dizer que

Ao enfatizar sua hipótese de conhecimento correto e a exclusão da ignorância e do erro, Menger estava tomando o primeiro passo em direção à abertura de uma análise de expectativas corretas ou preenchidas ou incorretas e desapontadas – e sua relação com equilíbrio e desequilíbrio, quer dizer, ele estava tentando um passo em direção a um tipo de análise dinâmica.<sup>54</sup>

Não se trata de dizer que a teoria é parcialmente verdadeira ou que ela só é observada se certas condições categóricas estiverem presentes. A teoria é sempre verdadeira enquanto uma descrição da essência dos fenômenos, e o mundo das essências é o único referencial pelo qual o teórico deve se orientar. O conhecimento econômico, entretanto, não é só teoria, e Menger mais do que qualquer outro enfatizou, mesmo no *Grundsätze*, o papel da subjetividade das escolhas, que permite o surgimento de erros considerando-se os problemas de informação dos agentes. Portanto, o problema epistemológico fundamental em Menger pode ser resolvido se consideramos que:

1. A teoria exata dá conta das conseqüências naturais da escolha sem erro. Mas não se trata de dizer que o modelo teórico não descreve a realidade, já que os erros humanos existem, e sim de que a teoria representa a sua essência ontológica.
2. Os problemas de informação e erro são tratados pelas ciências históricas que lidam não com fenômenos essenciais mas com os acidentes que ocorrem na realidade histórica.

A consideração dessa divisão do conhecimento, que destina à teoria a compreensão essencial do fenômeno, explica como o paladino da informação imperfeita dos agentes pode ser ao mesmo tempo o defensor de uma teoria pura exata. É claro que a solução de Menger para esses problemas pode não nos satisfazer. O que nos interessa, entretanto, é a interpretação da epistemologia naturalista de Menger, que considerava ter desenvolvido argumentos convincentes com vistas à defesa do método abstrato e ao uso adequado da pesquisa histórica.

As teses epistemológicas de Menger não foram aceitas e nem compreendidas na Alemanha. No ano da publicação do *Untersuchungen*, Schmoller tinha lançado o livro *Zur Methodologie*. De lado a lado havia claramente uma tentativa de refutar a posição contrária. Um ano depois, Menger escreve o ensaio *Die Irrthümer des Historismus*, que identificava explicitamente Schmoller como seu alvo principal, tratando-o com sarcasmo. O novo ensaio não apresentou inovações significativas, mas se notabilizou pelas repercussões indesejáveis que viriam a acender a Batalha dos Métodos. Esta observação é reforçada no livro de um comentador:

Deixando de lado sua forma efetivamente polêmica, *Die Irrthümer des Historismus*, contudo, contém poucas inovações conceituais. Em vez disso, os novos elementos são de uma natureza diferente. O primeiro deles recai na escolha por Menger de Schmoller como o alvo de suas polêmicas. Menger



estava consciente de que o sucesso de suas próprias idéias entre a cultura alemã ligava-se ao resultado de sua disputa com a figura que havia se tornado o expoente com maior autoridade e influência entre os socialistas de cátedra (*Kathedersozialisten*). Infelizmente essa estratégia estava fadada a envolver uma série de repercussões altamente indesejadas. Menger sabia das diferenças entre Schmoller e os primeiros expoentes da Escola Histórica Alemã. Na verdade, o principal assunto da controvérsia – ao lado dos temas metodológicos usuais – diz respeito à possibilidade de se considerar a história como “a base empírica das ciências práticas da Economia”, um assunto apenas tangenciado no *Untersuchungen*. Uma inovação adicional consistia em estender o termo *Historismus*, que no *Untersuchungen* foi usado para designar o pensamento de Georg G. Gervinus, para a Escola Histórica como um todo.<sup>55</sup>

No último ensaio metodológico de Menger o *Grundzüge*, de 1889, Menger retoma as posições anteriores, faz uma crítica sumária às idéias historicistas e estende o seu esquema de classificação do conhecimento econômico de forma a eliminar em definitivo qualquer dúvida sobre o papel da teoria abstrata. Menger mostra de início o seu descontentamento com o estado atual da pesquisa econômica na Alemanha que só se preocupava em reconhecer as leis empíricas da história. A investigação econômica deveria ser implementada a partir das causas elementares do fenômeno, mas a escola alemã não o faz por estar mal orientada metodologicamente e, em função disso, seus adeptos esforçam-se apenas em descrever eventos econômicos concretos. Os economistas históricos, com algumas exceções, afirma Menger, limitam-se a descrever a origem e o desenvolvimento do fenômeno social e a se esforçarem na descoberta de leis e regularidades empíricas. A Escola Histórica

não os reporta de volta às suas causas psicológicas ou aos elementos componentes últimos que ainda seriam acessíveis à verificação perceptiva. Tal procedimento não pode nos fornecer a compreensão teórica dos eventos econômicos.

E em seguida acrescenta:

ao tentar evitar os erros da filosofia social apriorística, e, em certa extensão, também as do fisicalismo e do biologismo social, a Escola Histórica havia recaído no erro ainda maior de renunciar a análise teórica, e com ela a compreensão teórica dos fenômenos sociais.<sup>56</sup>

Menger acredita que o fato de os fenômenos econômicos concretos exibirem um desenvolvimento ao longo do tempo não torna inútil a análise teórica. Assim, ele conclui apontando para a necessidade urgente de se encontrar uma solução para os problemas metodológicos de sua ciência.

O austríaco diz que para a compreensão da natureza da teoria econômica é necessário antes situá-la no contexto geral da investigação econômica, e volta a apresentar sua classificação sistemática desta ciência. Afirma também que os historicistas não prestaram a devida atenção aos diferentes problemas colocados para a história, para a teoria econômica e para Economia aplicada, que apresentam entre si diferenças essenciais em suas preocupações. Menger escreve que os estudos da Escola Histórica restringem a pesquisa econômica a uma mera compilação de estudos históricos, estatísticos, morfológicos e práticos, com base em “princípios externos de classificação”. Críticos, ao mesmo tempo em que se lança a retomar a sua classificação das ciências econômicas esclarecendo e aperfeiçoando os argumentos anteriores.

As ciências em geral investigam a realidade a partir de um princípio geral de classificação que separa os campos de investigação pela “natureza do objeto” e em cada um desses objetos adota linhas de investigação específicas de acordo com os diferentes métodos de se abordar a realidade. Assim, temos uma divisão geral entre as ciências da natureza e as ciências do homem, e em cada campo desenvolvem-se linhas de abordagem distintas que se constituem em diferentes disciplinas científicas. As ciências da natureza separam-se em natureza orgânica e inorgânica, e as ciências do homem em ciências do direito, política, sociologia, economia etc. A concentração em problemas especializados dentro de cada disciplina possibilita uma nova classificação interna com base em outro princípio que separa o estudo em dois ramos:

1. Estudos de fenômenos concretos particulares da realidade e de suas relações concretas situadas no tempo e no espaço – casos da estatística, que estuda a realidade de um ponto de vista estático, e da história, que adota o ponto de vista evolucionista.
2. Estudos da natureza geral do fenômeno, de suas relações gerais entre si e das leis exatas que os comandam ao longo do tempo – casos da teoria e da morfologia.

No segundo grupo, a Teoria econômica investiga as leis exatas enquanto a morfologia econômica classifica os fenômenos encontrando a estrutura genérica comum a todo fenômeno do mesmo tipo. Todos os resultados da investigação científica em economia, compreendendo os quatro campos, são depois articulados entre si fornecendo preceitos que irão compor o conteúdo da ciência aplicada.

Assim, no *Grundzüge* Menger classifica o sistema completo da ciência econômica nos seguintes campos: a “ciência histórica da Economia”, formada pela estatística econômica e pela história econômica. A primeira investiga

fenômenos econômicos concretos do ponto de vista da estática e dentro de limites espaciais definidos,

ao passo que a história

tem de estudá-los de um ponto de vista evolucionista e combiná-los em uma estrutura orgânica unitária.

A “morfologia dos fenômenos econômicos”, cuja função consiste

na classificação dos fatos econômicos de acordo com seus gêneros, espécies e subespécies, bem como na demonstração de sua forma genérica, isto é, a descrição das estruturas comuns de diferentes grupos de fenômenos homogêneos.

A “Teoria econômica”, que possui a tarefa de

investigar e estabelecer as leis do fenômeno econômico, isto é, as regularidades em sua coexistência e sucessão, bem como sua causação intrínseca.

E a “Economia prática ou aplicada”, que

nos ensina os princípios e procedimentos através dos quais propósitos econômicos genericamente determinados podem ser mais efetivamente realizados em diferentes circunstâncias e à luz do conhecimento científico existente.<sup>57</sup>

Com relação ao segundo grupo, há uma separação entre teoria e morfologia que não havia antes no *Untersuchungen* e que é bastante reveladora da epistemologia naturalista de Menger. A introdução da

ciência morfológica da economia torna a classificação mais sofisticada no *Grundzüge*. A morfologia econômica é a descrição das formas essenciais presentes no fenômeno econômico e não possibilita por si só a compreensão dele, dependendo também da teoria. Por outro lado, o conhecimento morfológico é uma condição prévia para a obtenção das leis teóricas. Portanto, morfologia e teoria só podem ser separados para propósitos meramente descritivos.

Menger reconhece que na ciência econômica o conhecimento morfológico não tem um significado independente

na medida em que ele é o resultado de uma redução analítica real do fenômeno complexo a seus fatores elementares e de uma síntese isolacionista desses últimos...

Tal conhecimento depende das leis de síntese do respectivo fenômeno fornecidas pelo trabalho teórico. Por outro lado, assevera o austríaco, na ausência do conhecimento morfológico essas leis não podem ser formuladas. A idéia de Menger é a de que para a compreensão de fenômenos sociais complexos (por meio de análise e síntese) devemos buscar uma apresentação sistemática dos resultados combinados de ambas as abordagens, teórica e morfológica, não se separando morfologia de teoria. Porém, na situação em que o interesse for a mera descrição das formas dos fenômenos naturais complexos,

a descrição das formas, a morfologia do respectivo campo de fenômeno, assume um significado independente e a síntese dos resultados da investigação em ciências sistemáticas separadas corresponde apenas ao interesse independente que temos em tal conhecimento.<sup>58</sup>

A ciência da morfologia permite a decomposição do fenômeno econômico complexo em seus fatores elementares de modo a obtê-lo em sua forma pura. Ela fornece, portanto, a estrutura essencial do fenômeno desconsiderando o erro e as incertezas do agente. As leis exatas que comandam a sucessão de fenômenos dentro dessa estrutura morfológica são estudadas pela teoria.

Menger diz que essas leis

são não apenas sem exceções mas de acordo com nossas leis de pensamento não podem ser pensadas de nenhuma outra forma que não isenta de exceções.

E que

testar a teoria exata da Economia pelo método empírico completo é simplesmente um absurdo metodológico, uma falha em reconhecer as bases e pressupostos da pesquisa exata. Ao mesmo tempo, é uma falha em reconhecer o propósito particular a que serve a ciência exata. Querer testar a teoria pura da Economia pela experiência em sua realidade plena é um processo análogo aos dos matemáticos que desejam corrigir os princípios da geometria mensurando objetos reais ...<sup>59</sup>

Fica claro no *Grundzüge* que o domínio da realidade essencial do fenômeno econômico de que fala Menger não abrange apenas as leis teóricas exatas mas compreende também o quadro universal de elementos que a compõem e que configuram uma estrutura morfológica básica.

Já temos até aqui uma exposição suficiente do naturalismo de Menger, porém, antes de finalizar o seu estudo é preciso integrá-lo à sua teoria de preços mostrando as implicações técnicas da epistemologia.

## TEORIA DE PREÇOS E NATURALISMO

Uma preocupação elementar da investigação econômica é explicar como os preços são determinados. Isso parece colocar um sério problema para o naturalismo de Menger, porque, para ele, os preços não podem ser rigorosamente determinados pela teoria pura como podemos observar nos capítulos 4 e 5 do *Grundsätze*, onde seu autor discute o fenômeno da troca e o processo de formação de preços. A fixação de um preço específico depende da quantidade de informações dos agentes e de como ela é processada no mercado. A teoria econômica exata dá conta de explicar apenas a essência do fenômeno, que são os valores pessoais. O preço é um fenômeno acidental e a teoria só demarca os limites de variação em que eles se apresentam no contexto da análise histórica. Por isso, os comentadores são unânimes em apontar que o valor pertence à essência e os preços vicejam na aparência do fenômeno. Um desses comentadores interpreta o *Grundsätze* como

uma exposição dos princípios subjacentes à atividade econômica derivados por um autor que acredita em um *Weltbild* (do alemão) aristotélico, que acredita que os valores são as essências conhecidas de modo subjetivo e imediato, subjacentes a fenômenos probabilísticos rústicos tais como os preços, que acredita ainda, e sobretudo, na verdade *a priori* da “lei essencial exata” de qualquer ciência social (*Wissenschaft*).<sup>60</sup>

O mesmo autor resume o tratamento de Menger na questão dos preços:

Os agentes econômicos engajam-se em trocas com base em suas avaliações subjetivas individuais dos bens à sua disposição. É somente nesse estágio que os preços são introduzidos. Esses preços se estabilizam em algum lugar na região “viável” demarcada pela avaliação subjetiva.<sup>61</sup>

Os preços dependem da extensão do mercado, isto é, do número de pessoas que, por atribuírem um valor pessoal ao bem, desejam adquiri-lo e do número de pessoas que desejam vender o bem porque atribuem um valor maior ao dinheiro que esperam receber em troca. Há também o papel do acaso na determinação de um preço específico, pois, como veremos adiante, a faixa de valores que tornam compatíveis a oferta com a demanda pode corresponder a mais de um preço. Quando Menger expõe o problema do valor no capítulo 3 do *Grundsätze*, ele descreve a morfologia econômica de agentes que agem para satisfazer necessidades e, encontrando uma relação de escassez entre os bens econômicos e os desejos, procuram alocar eficientemente os bens demandados pelo exercício da economização, considerando eles uma estruturação hierárquica prévia de necessidades. A teoria é capaz de explicar como o valor pessoal do bem é estabelecido no contexto de uma morfologia específica. Mas Menger sempre considerou que na prática do mercado as pessoas agem em um mundo cheio de incertezas e com base em informação incompleta. A teoria exata explica a natureza essencial do valor a partir de leis econômicas eternas e universais que, sem elas, a vida econômica não poderia ser analisada. Os valores dos meios de produção (bens de ordem elevada) só poderiam ser determinados se o conhecimento individual fosse suficiente para que as expectativas quanto ao valor futuro do bem de consumo (bem de primeira ordem) e o conhecimento dos fatos tecnológicos da produção sejam corretas.

O valor pessoal de um bem precede à troca, mas os preços são fenômenos acidentais de mercado. Sendo assim, eles não ficam inteiramente indeterminados, pois cada parte individual que transaciona no mercado só aceita comprar ou vender se a parte espera obter um valor pessoal líquido maior ao final da troca. Só a investigação empírica nos permite a obtenção de um conjunto de preços, mas a investigação teórica fornece o fundamento do preço com base nos valores pessoais dos participantes. Vejamos um exemplo apenas ligeiramente diferente do que é apresentado por Menger no capítulo 4 de sua obra.

Começamos com o caso mais simples da troca isolada, indo depois para situações mais complexas. O vendedor  $V$  e o comprador  $C$  pretendem transacionar entre si um automóvel. Para  $V$ , seu veículo vale \$30 enquanto que  $C$  estima-o em \$50. Se o preço  $p = \$40$ , ambos ganham ou economizam na troca \$10. O preço poderia oscilar em qualquer ponto da faixa  $\$30 < p < \$50$  que ambos os indivíduos ainda desejariam trocar e apenas os acidentes de mercado determinariam o resultado final do preço. O preço em si pode ir do preço mínimo na avaliação pessoal de  $V$  a um máximo na avaliação de  $C$ .

Agora analisemos o caso da competição unilateral entre os compradores, em que há um grupo de, digamos, três indivíduos,  $C1$ ,  $C2$  e  $C3$ , que desejam o automóvel.  $C1$  avalia-o em \$50,  $C2$  em \$45 e  $C3$  em \$40. Como o vendedor  $V$  avalia o carro em \$30, qualquer um deles poderia adquiri-lo. Começa entre os compradores uma disputa que faz o preço subir além de \$40, deixando  $C3$  de fora, e na seqüência o preço poderia ir a mais de \$45, frustrando a intenção de  $C2$ .  $C1$  ficaria, portanto, como o único comprador pagando entre  $\$45 < p < \$50$ , sendo \$45 o limite inferior capaz de excluir os demais compradores e \$50 é o limite superior fornecido pela avaliação pessoal do único comprador restante. Dentro dessa faixa o preço poderia se estabelecer em qualquer nível.

Finalmente chegamos a um caso mais complexo e realista no qual existe competição entre compradores e vendedores de um artigo similar. Suponhamos seis compradores e cinco vendedores, que oferecem automóveis de igual qualidade e simultaneamente. Como de praxe, todos os competidores buscarão maximizar os seus ganhos pessoais. As possíveis avaliações individuais estão representadas na tabela a seguir:

<b>Comprador</b>	<i>Avalia o automóvel pagando até:</i>	<b>Vendedor</b>	<i>Aceita vender a preços a partir de:</i>
<b>1</b>	50	<b>1</b>	20
<b>2</b>	45	<b>2</b>	22
<b>3</b>	40	<b>3</b>	25
<b>4</b>	35	<b>4</b>	27
<b>5</b>	30	<b>5</b>	35
<b>6</b>	25		

Os primeiros quatro compradores aceitam o preço de qualquer um dos vendedores, mas não estarão dispostos a pagar mais do que o necessário. A transação inicia-se com os compradores oferecendo preços baixos:

Com p igual a \$	Número de compradores	Número de vendedores
<b>21</b>	6	1
<b>22</b>	6	2
<b>24</b>	6	2
<b>25</b>	6	3
<b>26</b>	5	3
<b>27</b>	5	4
<b>31</b>	4	4
<b>32</b>	4	4
<b>34</b>	4	4
<b>35</b>	4	5
<b>40</b>	3	5

Na tabela acima, os preços de \$31 a \$34 representam o intervalo de variação em que há tantos compradores quanto vendedores. Nesse intervalo correm as trocas e a avaliação dos competidores que ficaram de fora não mais interferirá. O preço cairá em algum ponto dessa faixa. Se  $p > \$34$ , atrairá mais um vendedor ao mercado, e se  $p < \$31$  entrará um quinto comprador, não se estabelecendo a igualdade entre oferta e demanda. O preço de mercado, que não pode ser determinado pela teoria, estará em algum ponto entre a avaliação pessoal do último



comprador e a do último vendedor, que determinam respectivamente o limite inferior e superior do intervalo de variação dos preços.

A teoria do valor descreve a essência do fenômeno econômico. Ela explica como indivíduos bem informados alcançam um maior nível de bem-estar pelas trocas no mercado. Para tanto, Menger não trabalha com funções de demanda, não se utiliza da matemática ou deriva teoremas de axiomas. Começa a sua análise partindo de mercadorias homogêneas que satisfazem a diferentes necessidades dispostas na hierarquia de níveis e depois estende o modelo para mercadorias heterogêneas. As trocas não representam trocas de equivalentes, já que os indivíduos preferem a satisfação proporcionada pelo bem recedido ao prazer associado ao bem dado em troca. Há portanto um ganho de valor para ele. O mesmo se processa para os demais participantes da troca e não se pode comparar a avaliação de prazeres entre eles, o que importa é frisar o ganho de satisfação em cada caso.

No exemplo anterior, vimos que mesmo com a concorrência os preços não ficam bem determinados, mas eles não poderiam permanecer consistentemente fora do intervalo de variação em que oferta e demanda são simultaneamente satisfeitas, pois nesse caso o desequilíbrio levaria a ações que restabeleceriam a igualdade. No caso em que operam um número maior de compradores e vendedores, a faixa de variação de preços poderia se estreitar até que se colapsaria em um único ponto; nessa singularidade estaria o único preço compatível com as estratégias maximizadoras de bem-estar. No entanto, Menger nem mesmo assume a hipótese de equilíbrio e, sendo assim, a sua explicação teórica teria um poder preditivo muito baixo.

Para Alter, isso coloca um sério problema para a teoria do valor de Menger em explicar os preços efetivamente praticados em uma economia. A investigação histórica dá conta da explicação dos preços concretos, identificando os problemas de informação dos agentes e o poder de barganha que dão origem a preços de desequilíbrio de mercado.<sup>62</sup> Podemos interpretar a explicação de Menger como a exposição de uma situação ideal que somente prevaleceria nas condições estilizadas da teoria pura. Mas já enfatizamos que, em função de sua epistemologia naturalista, Menger não considera o seu modelo teórico uma idealização da realidade, mas uma descrição do quadro essencial do fenômeno. As leis exatas operam na morfologia do fenômeno quando há plena informação, ausência de erro e comportamento economizador. O que a realidade histórica oferece são desvios que não podem ser estudados pela teoria exata.

Alter considera que a base aristotélica de pensamento é a única justificativa que Menger fornece para a sua teoria exata, e afirma que, se não estamos dispostos a aceitar os pressupostos filosóficos dessa teoria, podemos identificar em Menger um “problema de transformação” (sic) de valores em preços que, na opinião dele, é insolúvel.

O desenvolvimento da teoria de Menger no *Grundsätze* pode ser buscado diretamente do ponto em que o essencialismo de sua concepção do valor se torna autodestrutivo porque ele propõe um problema de transformação dos valores em preços, problema que se mantém intratável dentro de sua própria estrutura metodológica e teórica.<sup>63</sup>

E continua logo adiante:

O essencialismo de Menger penetra sua análise em tal extensão que ... ele termina com um formidável problema de transformação de valores em preços que ele foi inábil em resolver devido à determinação epistemológica dos valores como essência e dos preços como aparência de superfície.<sup>64</sup>

O preço é um fenômeno de mercado e depende também de fatores não econômicos. Os valores pessoais são determinados antes das trocas e é a relação íntima do indivíduo, que contrapõe sua escala de necessidades com a utilidade dos bens, que explica a sua origem. Quando esses indivíduos são trazidos ao mercado, eles procuram a princípio maximizar seus valores pessoais, mas a adoção dessa estratégia também depende de conhecimento.

O problema da transformação identificado por Alter é uma interpretação um tanto exagerada da separação entre valores e preços na análise de Menger, e não pretendemos aderir integralmente a essa visão. A crítica feita por Endres (1995) à tese de Alter merece ser considerada. Primeiramente, devemos lembrar que os problemas de indeterminação de preços aparecem também nas “curvas de contrato” de Edgeworth e na teoria neoclássica do monopólio bilateral. A questão que se coloca é até que ponto a investigação econômica tem algo a dizer sobre os processos de formação de preços dentro do intervalo determinado pela teoria exata. O argumento que estamos defendendo é o de que o preço específico que irá prevalecer depende de fatores acidentais que somente podem ser completamente identificados pela investigação empírica e não no âmbito da teoria. Nesse ponto nossa interpretação é a mesma de Endres.<sup>65</sup>

O que Endres critica é a idéia de que os preços acidentais sejam interpretados como preços resultantes de processos meramente probabilísticos e, nesse sentido, o estudo de formação de preços seria predominantemente um exercício empírico e não teórico. Para Endres, a teoria de Menger no *Grundsätze* teria algo mais a dizer sobre os preços além dos limites econômicos de sua faixa de variação. Menger, assevera Endres, vê os preços sendo formados a partir das ações individuais dentro de um sistema de equilíbrio em que os preços finais seriam apenas potencialidades de um processo interminável.<sup>66</sup> A explicação dos preços em Menger, como ilustra a sua discussão do monopólio, remete a situações descritas pela teoria dos jogos. Não há um único preço de equilíbrio, mas toda uma matriz de resultados em que os preços teoricamente possíveis se distribuem.<sup>67</sup>

Dentro do intervalo de variação dos preços, determinado pelas avaliações individuais, a teoria tem algo a dizer, não só sobre os pontos possíveis em seu interior mas também sobre a direção em que os preços estão variando dentro dele.<sup>68</sup> O problema da transformação apontado por Alter não se justifica, pois o intervalo de variação dos preços é explicado pela teoria e ela também tece considerações sobre o que poderia ocorrer dentro do intervalo; mas existem influências não econômicas, problemas de assimetria de informação e características pessoais dos agentes que não são considerados pela análise teórica, tendo assim uma dimensão empírica. É de natureza histórica o processo em que no mercado um preço específico é determinado, pois somente na história podemos identificar todos os fatores intervenientes na formação do preço. Não são deficiências teóricas ou algum “problema de transformação” na análise de Menger que fazem com que os preços de equilíbrio não possam ser determinados precisamente, mas trata-se de uma característica da própria situação examinada.<sup>69</sup>

No *Grundsätze*, Menger constrói os fundamentos de uma teoria exata da essência do fenômeno, mas ele está preocupado em entender a complexidade da vida econômica que não seria plenamente explicada somente pela teoria.<sup>70</sup> Isso mostra que a importância que ele atribui aos estudos históricos é muito grande e ele está mais próximo da tradição historicista do que dá a entender o seu envolvimento na Batalha dos Métodos. A não aceitação da base aristotélica de seu pensamento pela Escola Histórica Alemã explica o pouco poder de penetração de suas idéias naquele país. Os seus seguidores na Áustria, entretanto, iriam se valer dos seus conceitos, de sua descrição básica do fenômeno de economização e do modo como os bens estão encadeados no pro-

cesso de produção para lançarem as bases da teoria da escolha, da teoria do capital, dos juros etc. Mas eles não compreenderam ou seguiram os pressupostos epistemológicos do naturalismo. Pelo contrário, Wieser e Böhm-Bawer, Mises e depois Hayek, mesmo compartilhando de muitos preceitos mengerianos, edificaram cada qual a sua própria epistemologia.

A importância histórica da contribuição de Menger não deve, portanto, ser desprezada. Ao lado de Jevons e Walras, ele foi reconhecido pela história como um dos principais proponentes de uma nova Economia, cuja característica principal foi romper com os marcos tradicionais da Economia ricardiana ao propor uma nova teoria do valor com base na subjetividade do agente. Menger soma-se a eles ao negar o princípio clássico de que os custos de produção, identificados com o trabalho humano, seriam determinantes para o valor. Na nova visão, os valores dos meios de produção é que são determinados pelo produto final em termos de sua avaliação subjetiva, portanto invertem completamente a antiga conexão causal. Ainda aceitam que no ambiente de competição os preços são iguais aos custos marginais, mas o valor em comum entre eles flui do produto final para os meios de produção e não o contrário como se pensava até então. Menger reconhece que a condução do valor nessa direção é um fenômeno social, permanecendo oculta aos produtores de bens intermediários, mas o mercado carrega a informação de estágio a estágio processando as expectativas do agente. Embora a história mostre os desvios do que é prognosticado pela teoria exata, no longo prazo é a produção que tem de se conformar com a natureza das necessidades humanas e não o contrário.

A idéia de que os valores (e a partir deles os preços) dependem somente de julgamentos pessoais da importância dos objetos para a satisfação do bem-estar poderia ser questionada.<sup>71</sup> Sabemos hoje em dia que os preços são um fenômeno muito complexo e que melhor do que uma explicação unilateral é considerar também os elementos de oferta dos bens. Os próprios julgamentos de valor não são independentes do mercado e não se processam *a priori* mas se dão pelas vivências sociais. Há toda uma gama de questões que poderiam ser colocadas numa avaliação ampla do alcance da teoria do valor mengeriana, mas isso foge aos propósitos do livro. Se tivermos esclarecido a natureza da epistemologia naturalista e o modo como ela é indissociável de sua teoria do valor e dos preços, o objetivo do capítulo estará cumprido. Mas devemos articular esse estudo e a categorização que fizemos da epistemologia mengeriana à tese da desomogeneização entre Menger, Mises e Hayek, o que faremos no último capítulo.

# 3

## O Racionalismo da Praxeologia de Mises

---

### MISES E O DEBATE DO CÁLCULO SOCIALISTA

Com o afastamento precoce de Menger da Universidade de Viena, Wieser sucedera-lhe na cadeira de Economia. Foi entretanto outro seguidor de Menger, Böhm-Bawerk, que haveria de atrair em torno de seus seminários a atenção de jovens talentos, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Entre os que se reuniam para ouvir as preleções de Böhm-Bawerk, aparecem Schumpeter e von Mises, até o falecimento dele no ano de 1914. Sete anos depois, a vida de Menger também foi interrompida e com a saída de cena desses dois grandes mestres da Escola Austríaca as atenções se voltaram para as idéias de von Mises e de jovens estudantes austríacos que por essa época iniciavam seus primeiros trabalhos. Entre eles estava F.A. Hayek.<sup>1</sup>

Nos anos 20 e 30, as discussões econômicas entre os pensadores austríacos concentram-se mais no ambiente fora da Universidade. Na Câmara do Comércio de Viena, Mises organizou os famosos seminários (*Privatseminars*) que reuniam economistas, sociólogos e cientistas políticos.<sup>2</sup> Ludwig von Mises nasceu no dia 29 de setembro de 1881 na cidade de Lemberg, então parte do Império Austro-húngaro. Na virada do século, ingressou na Universidade de Viena, cidade em que fora criado, para doutorar-se em Direito e Economia em 1906. Em pouco tempo ele se projetou como um dos mais aplicados alunos do seminário de Böhm-Bawerk, embora Mises, por essa época, tenha percebido importantes lacunas no pensamento austríaco.

O economista neo-austríaco Rothbard comenta:

imbuído da abordagem austríaca, Mises chegou à conclusão de que Böhm-Bawerk e seus predecessores não tinham avançado o suficiente: não tinham levado sua análise tão longe quanto era possível, e, em consequência, restavam ainda importantes lacunas na teoria econômica da Escola Austríaca.<sup>3</sup>

A principal deficiência encontrada por Mises na teoria austríaca incidia na análise da moeda, tema de que se ocupou na sua primeira grande obra *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel*, publicada em 1912, onde ele apresenta também os rudimentos de sua teoria do ciclo econômico.<sup>4</sup> No ano seguinte ao da publicação do livro, ele se tornou professor de Economia na Universidade de Viena e ao longo da década de 20 e no início da de 30 projetou-se com os seus seminários. No entanto, Mises não era por essa época muito conhecido fora da Áustria e o seu livro só foi traduzido para o inglês em 1934. Na própria Áustria, a Escola Austríaca entrara num pronunciado declínio, impulsionado pela morte de Böhm-Bawerk. Rothbard descreve que, por essa época, os economistas austríacos ortodoxos teceram fortes críticas às idéias de Mises e ao modo como ele tinha incorporado a moeda e o ciclo econômico à análise austríaca. Mises sentiu então que seria necessário criar uma nova escola austríaca. Na década de 20, Mises torna-se um importante crítico da intervenção estatal e passa a ser visto como um paladino da economia de mercado. Nessa mesma época ele começa a trabalhar na criação de uma base epistemológica apropriada à sua visão da ciência econômica, exposta primeiramente em *Die Grundprobleme der Nationalökonomie*, lançado em 1933 e traduzido para o inglês apenas em 1960, sob o título *Epistemological Problems of Economics*.<sup>5</sup>

As idéias epistemológicas de Mises foram introduzidas na Inglaterra, sob forma algo diluída, por seu aluno, o economista inglês Lionel Robbins que extraiu da atmosfera intelectual de Viena o seu famoso livro *An Essay on the Nature and Significance of Economic Theory*, através do qual um número de idéias austríacas foi absorvido pelo *mainstream* da literatura econômica anglo-americana. Robbins trouxe para a ortodoxia econômica a idéia de que o núcleo da teoria econômica pura é a teoria geral da escolha, idéia revolucionária no começo dos anos 30. Para ele a Economia é a ciência que estuda “o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos,”<sup>6</sup> quando os fins podem ser distinguidos em ordem de importância.

Robbins também ajudou a divulgar as idéias austríacas quando convidou Hayek, em 1931, a assumir uma cadeira na London School of Economics. A entrada de Hayek na cena britânica contribuiu em muito para a divulgação da teoria austríaca dos ciclos econômicos, já esquematizada por Mises em 1912, que atribui a fase de *boom* do ciclo à má alocação intertemporal estimulada por taxas de juros muito baixas e a fase de baixa do ciclo ao abandono de projetos insustentáveis. Na década de 30, tal teoria seria bem aceita, porém, seu triunfo teve vida curta tendo sido duramente criticada.

A Segunda Guerra Mundial dispersou os últimos grandes economistas que ainda residiam em Viena.<sup>7</sup> A própria idéia de uma Escola Austríaca distinta da ortodoxia principal perdera sentido por essa época. Muitos acreditaram que as importantes contribuições austríacas tinham sido com sucesso absorvidas pela corrente principal da teoria econômica. Hayek afirma o seguinte sobre a influência das idéias austríacas na formação da ortodoxia econômica

só pode haver poucas dúvidas de que durante os cinquenta anos de meados dos anos oitenta do século passado a meados dos anos 30 deste século, eles [os economistas austríacos], ao menos fora da Grã-Bretanha onde as idéias de Alfred Marshall dominaram, tiveram a maior influência no desenvolvimento do que é agora, algo inapropriadamente, chamado de Economia Neoclássica.<sup>8</sup>

No entanto, desde os anos 20 Mises procurou edificar os fundamentos filosóficos de sua visão, apontando as diferenças que demarcam a teoria austríaca da microeconomia tradicional. Mises continuou esse trabalho fora da Áustria, vindo a estabelecer-se na Universidade de Nova York. Hayek também viria a emigrar para os Estados Unidos, tornando-se professor em Chicago.

Os anos 20 representam o momento em que os austríacos da terceira e quarta gerações iriam reafirmar a especificidade de sua tradição de pensamento em contraste à escola de Alfred Marshall e à tradição do equilíbrio geral. Mises, porém, considerava a construção do equilíbrio uma ferramenta indispensável para a Economia e para a nossa compreensão dos eventos do mundo real, mesmo que as condições de equilíbrio não se verificassem nos mercados. Ele não nega que as técnicas matemáticas possam ser usadas para se descrever posições de equilíbrio, mas esse não é o fim da Economia, já que essa ciência busca entender os processos de mercado pela explicação causal; importando

a ela a descrição de um estado e sua transformação em outro estado. A explicação econômica deve se preocupar em descrever a convergência ao equilíbrio e para tanto a matemática não serve ao modelo miseano.<sup>9</sup> Principalmente com os ensaios de von Mises, nota-se a retomada das teses austríacas na teoria econômica. O desenvolvimento de novas idéias acompanharia a controvérsia teórica em torno da viabilidade econômica do socialismo, presente no “Debate do Cálculo Socialista” ou “Controvérsia Socialista”.

Podemos dividir esse debate em duas etapas históricas: a primeira etapa envolveu Mises e a segunda Hayek.<sup>10</sup> Na primeira etapa, o debate confrontou dois paradigmas teóricos em gestação: a visão de von Mises contra os modelos de controle centralizado baseados na análise walrasiana de equilíbrio geral. É quando Mises ataca as teses dos socialistas alemães que se apoiavam nas conclusões do modelo de Enrico Barone em sua defesa do controle estatal da economia. O modelo de equilíbrio geral foi aplicado à economia socialista pela primeira vez por Enrico Barone no seu artigo “O Ministério da Produção no Estado Coletivista”, originalmente publicado em italiano na revista *Il Giornale degli Economisti*, em 1908.<sup>11</sup> Utilizando o critério de “eficiência de Pareto”, Barone acreditou provar que uma economia controlada poderia atingir uma alocação eficiente de recursos.<sup>12</sup> Barone não era favorável ao socialismo e estava interessado simplesmente em demonstrar uma possibilidade teórica.<sup>13</sup>

Eventos históricos facilitaram a aceitação imediata do modelo de Barone no meio político e acadêmico. Mudanças sociais tinham reforçado a idéia de planejamento econômico centralizado e despertaram o interesse pelos modelos de economias socialistas que se apoiavam na teoria de equilíbrio geral. A teoria parecia funcionar como um importante instrumento auxiliar na tarefa de controle centralizado da atividade econômica.

Já no início do século XX, o socialismo estava posto como uma realidade histórica. Movimentos socialistas proliferavam principalmente na Europa Central e depois na Rússia. Grandes partidos políticos cobiçavam o poder em nome de um projeto socialista de sociedade. Alguns lograram êxito, ainda que temporário. O socialismo era, na prática, um terreno inteiramente inexplorado e os partidos simpáticos à causa dele muito agradeceriam se algum teórico lhes desse um embasamento científico que fundamentasse suas implicações no campo da ciência econômica.

A obra de Barone teve instantaneamente grande acolhida por parte dos colegas socialistas, principalmente alemães. Na opinião deles,



Barone teria demonstrado que o vetor de equilíbrio calculado pelo modelo walrasiano de interdependência geral dos mercados poderia ser estabelecido na prática, de modo a forçar a economia a trabalhar desde o início num ponto de eficiência, sem os desgastantes processos de equilibração que se observam nos mercados competitivos. É possível, portanto, operar eficientemente uma economia planejada através de um cálculo racional.

A receita de Barone consiste em ajustar os preços de modo a aproximar a economia real do equilíbrio teórico. O conceito de equilíbrio com que trabalha descreve situações de preços e quantidades em que as equações de oferta e demanda para cada mercado são todas atendidas ao mesmo tempo. Mudanças nos parâmetros deslocam os pontos de equilíbrio. O modelo trata as variações paramétricas como sendo exógenas e analisa o resultado final alcançado, por meio de exercícios de estática comparativa.

O modelo de Barone não leva em conta instituições sociais específicas. Pelo contrário, na determinação da alocação ótima no socialismo pretende ser neutro com relação às instituições. Admite a existência de moeda, preços, juros e demais instrumentos típicos de uma economia de mercado, atribuindo-lhes o mesmo significado tradicional. O modelo exclui, no entanto, a propriedade privada, o mercado de capitais e o mercado de insumos, o que o caracteriza como um modelo “socialista de mercado”. Barone trabalha, portanto, com preços, moeda e mercados, admitindo que esses instrumentos operam igualmente bem em qualquer sistema econômico, hipótese conhecida como “instrumentos neutros”.<sup>14</sup>

A teoria de Barone recebeu críticas dos que não acreditavam na possibilidade de uma eficiente economia planejada. Contudo, as opiniões favoráveis eram majoritárias: nos anos 30 quase todos os acadêmicos que trabalhavam com modelos de equilíbrio geral simpatizavam com as teses do economista italiano. Barone inaugurou uma tradição em Economia do Planejamento que a partir dele viria a angariar para si novos adeptos. Entre eles destacamos F. M. Taylor, H. D. Dickinson e principalmente os trabalhos de Oskar Lange e Abba Lerner, autores que não se limitaram a seguir o modelo básico, enxertando-lhe diversos novos elementos.

O consenso criado entre os economistas da validade dessa linha de pesquisa foi de início tão vigoroso que até seus críticos, defensores do livre-mercado, reconheceram a possibilidade do cálculo racional no socialismo. Mas eles só admitiam a possibilidade teórica e alegavam

que dificuldades de implementação impediriam, na prática, a concretização do modelo. Diziam eles que não seria possível coletar os dados necessários para a solução das milhares de equações requeridas no modelo de equilíbrio a fim de implementá-lo na economia real. Então houve o reconhecimento unânime de que o modelo de Barone era teoricamente consistente, mas os seus críticos apontavam a sua impraticabilidade.

Oskar Lange escreve em 1936 o artigo “On the Economic Theory of Socialism”, onde buscou demonstrar que os modelos socialistas de mercado poderiam ser implementados.<sup>15</sup> Para tanto, argumentou que a fim de se chegar a uma alocação ótima dos recursos não seria necessário resolver milhares de equações ao mesmo tempo. Para atingir os preços de equilíbrio dos bens finais e mesmo dos bens intermediários, bastaria ao planejador central orientar os chamados “administradores setoriais de mercado” a adotarem um procedimento do tipo tentativa-e-erro. Os administradores seriam obrigados a seguir um conjunto de regras ditado pelo modelo. Se os preços dos fatores produtivos são fornecidos, seriam suficientes duas regras para a alocação de recursos: minimizar os custos de produção para encontrar a melhor combinação de fatores a empregar e igualar o preço do bem final a seu custo marginal para encontrar a escala de produção. A observância dessas regras permitiria atingir a condição de equilíbrio competitivo a um tempo menor e com menos desperdícios de recursos em relação ao livre-mercado.

O modelo proposto por Lange pareceu praticável até porque ele tinha reintroduzido elementos capitalistas no socialismo. Do ponto de vista teórico, ele se espelha no mecanismo de mercado descrito em Walras, apenas substituindo o leiloeiro walrasiano, figura que Walras tinha idealizado para dar conta da equilibração dos mercados, pela agência estatal de planejamento ou mais propriamente pela agência de fixação de preços. Em relação a Barone, Lange fazia maiores concessões à economia de mercado a fim de viabilizar o modelo centralizador. O artigo de Lange deu novo alento ao desenvolvimento de técnicas de planejamento estatal. Com o tempo, novos adeptos foram aperfeiçoando o modelo original. Entre os trabalhos nesta linha, destacou-se posteriormente, em 1944, a contribuição de Abba P. Lerner, cuja obra *The Economics of Control* forneceu uma melhor elaboração e formalização para os modelos de socialismo de mercado. Nos anos 40, teve igualmente grande reputação o trabalho de A. Bergson intitulado *Socialist Economics*, também sobre o cálculo em economias planejadas.<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo em que a Economia do Planejamento se desenvolvia, novas técnicas analíticas foram sendo criadas e disponibilizadas a todos os ramos da análise econômica. Entre elas, destacamos a matriz insumo-produto e os modelos de equilíbrio geral computável. Contudo, as sofisticadas técnicas computadorizadas de planejamento, elaboradas para a solução dos modelos de equilíbrio geral, mostraram-se inviáveis na prática. Eminentemente planejadores das economias socialistas como J. G. Zielinsk e o M. Augustinovicis tão cedo deram-se conta deste fato. Contra os modelos matemáticos de planejamento, na prática, os planejadores preferiram métodos administrativos tradicionais não formalizados teoricamente.<sup>17</sup>

Mises desde sempre criticou a pretensão dos socialistas em fornecer técnicas eficazes de controle econômico. O seu ataque tinha como principal alvo, além de Barone, o pensamento de Otto Neurath, que no plano filosófico utilizou em apoio às suas idéias socialistas a doutrina de Ernst Mach. O colapso dos impérios alemão e austro-húngaro no fim da Primeira Guerra Mundial abriu as portas para uma variedade de propostas socialistas. Neurath, após estudar a atividade econômica na Alemanha no período da guerra, tece elogios ao esforço de guerra mostrando que nesse período não ocorrera crise de produção. A gestão econômica implementada nos anos de conflito bélico é vista por ele como um caso exemplar, e assim a Economia da Guerra passa a valer como um paradigma econômico também nos tempos de paz. Neurath pensa que as lições da Economia da Guerra teriam demonstrado que a supressão do sistema de preços e sua substituição pelo planejamento são benéficas para a economia. Ele critica o sistema monetário e a busca do lucro privado como elementos inerentes à economia de mercado e procura mostrar que tais elementos levaram à desordem da produção capitalista. Neurath defende a tese da substituição do sistema de preços pelo cálculo econômico em termos físicos.<sup>18</sup>

Mises, em sua obra de 1922 *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, critica as teses socialistas utilizando-se de uma nova perspectiva calcada no subjetivismo.<sup>19</sup> Com base em argumentos peculiares influenciados pela experiência de Mises como teórico da moeda, ele acreditou ter demonstrado que não é possível o cálculo do valor econômico em termos monetários no socialismo. Sem a indicação do valor, é impossível escolher as combinações ótimas de insumos e a técnica produtiva mais adequada. Não existiria o cálculo econômico racional sem o mecanismo de preços atuando no livre mercado.

Na obra de 1922, ele procurou demonstrar a impossibilidade do cálculo racional no socialismo. Argumenta que os termos empregados pela teoria walrasiana, como os de equilíbrio, competição, conhecimento, custo e até mesmo cálculo racional, possuem um significado próprio quando pensados para uma economia capitalista, diferente do significado atribuído a eles quando interpretados à luz da economia centralizada, que havia sido examinada teoricamente no ensaio de Barone.

Mises acusa a teoria de Barone por incorporar uma noção de equilíbrio walrasiano essencialmente estática e dessa forma não desenvolver adequadamente uma perspectiva do processo de mercado. Considera então que o entendimento do capitalismo como uma dinâmica seria fundamental para a sua compreensão teórica, pois os mercados estão sempre em situação de desequilíbrio, provocada a cada momento pelas mudanças contínuas nos parâmetros. Os agentes econômicos não têm certeza com relação ao futuro e no processo de mercado, em face da intensa rivalidade entre eles, informações específicas são, a cada período, comunicadas pelo sistema de preços. As informações transmitidas pelos preços seriam um requisito indispensável para o cálculo racional.

Mises assevera que o mercado operando livremente e as demais instituições do capitalismo são condições essenciais para o cálculo econômico. Em outras palavras, a alocação de recursos somente pode ser racionalmente direcionada na presença de um sistema de preços flexíveis. Portanto, a crítica de Mises ao cálculo socialista não é só de ordem prática mas também teórica: o cálculo econômico racional para ele é teoricamente impossível sem a presença de certas instituições do capitalismo tais como moeda, preços flexíveis, mercados para os produtos intermediários e propriedade privada. Já o modelo de Barone não leva em conta instituições sociais específicas e na determinação da alocação ótima no socialismo pretende ser neutro em relação às instituições sociais. O economista italiano trabalha com preços, moeda e mercados sob a hipótese de que esses “instrumentos” operam igualmente bem em qualquer sistema econômico. Mises ataca a hipótese de “instrumentos neutros” de Barone, uma vez que os mecanismos econômicos não operariam da mesma forma em qualquer sistema econômico. Para o austríaco, tais mecanismos só funcionam bem na presença da propriedade privada e de outras instituições capitalistas. Mises enfatiza o papel do empresário e a existência de uma arcabouço institucional específico que favoreça a sua ação.

Na primeira etapa da Controvérsia Socialista, já se podem observar certos benefícios teóricos para os dois lados da contenda. Ambas as posi-

ções procuraram refinar seus argumentos: enquanto Mises veio a desenvolver aspectos de sua epistemologia, a tradição do equilíbrio geral também se aprimorou, notadamente no ramo da economia do bem-estar.

O apriorismo e o subjetivismo eram os traços metodológicos principais da crítica de Mises.<sup>20</sup> A sua epistemologia desenvolve-se, por essa época, ao longo dos seus seminários nos quais ele delinea a “praxeologia” ou ciência da ação humana, assim chamada como uma estratégia de redefinição crítica do âmbito da ciência econômica. O estudo da ação humana, na óptica de Mises, seria necessariamente *a priori*, partindo de axiomas considerados não meras hipóteses de partida, mas proposições apoditicamente corretas. Toda a análise subsequente decorre logicamente desses pressupostos, como uma necessidade lógica. É o nascimento da sua epistemologia “racionalista”.<sup>21</sup>

A segunda etapa dessa controvérsia ocorre nos anos 30, período em que Friedrich von Hayek inicia sua participação no debate. Antes disso, Hayek concentrou-se em trabalhos mais técnicos em teoria, elaborando a sua própria versão da teoria dos ciclos, a partir dos elementos conceituais fornecidos por Wicksell e buscando precisar o papel da moeda nas economias de mercado.<sup>22</sup> A preocupação teórica de Hayek era entender como a moeda, enquanto instrumento de crédito, explicaria os ciclos econômicos.<sup>23</sup> Dessa análise seguem-se as prescrições de políticas que seriam condizentes com uma maior estabilidade econômica. Em defesa das teses de Mises, Hayek sentiu-se, a esse tempo, estimulado a participar do debate em questão.

O argumento misiano que apontava as dificuldades de implementação do modelo de Barone não pareceu a Hayek muito decisivo, pois alguém poderia argumentar que as dificuldades seriam resolvidas com o tempo. Ao fundamentar as suas próprias objeções ao socialismo é que ele viria a incorporar suas teses epistemológicas na análise do funcionamento dos mercados. Hayek critica o socialismo com base em argumentos sobre a natureza do conhecimento. Ele é descrente quanto ao uso de um modelo de equilíbrio geral estático na avaliação do socialismo. A solução das equações de equilíbrio geral faz uso de dados objetivos e livremente disponíveis. Nas equações, os dados são simplesmente fornecidos ao agente, limitando-se ele a identificar dados objetivos e articulá-los, e aparecem como conhecimento técnico de engenharia. O que Hayek escreveu por essa época, material depois organizado no livro *Individualism and Economic Order*, de 1948, diz simplesmente que os dados relevantes para o processo econômico são o conhecimento subjetivo dos agentes.

Ao participar desse debate, nos anos 30, Hayek não está se contrapondo, como Mises, aos socialistas alemães que se apóiam no modelo walrasiano de Barone. Hayek procura combater os novos expoentes da economia do planejamento, notadamente os destacados trabalhos de Oskar Lange, que na defesa do socialismo de mercado tiveram boa sustentação técnica e alcançaram uma excelente acolhida na comunidade acadêmica. Em função disso, a crítica de Hayek ao socialismo de mercado não encontrou grande aceitação e praticamente caiu no esquecimento até ser resgatada anos depois.

Vejamos qual a tônica do debate entre eles. O modelo “socialista de mercado”, na versão de Lange, procurou demonstrar que o cálculo racional no socialismo não seria apenas uma possibilidade teórica, uma proposição já aceita até pelos seus críticos, mas também uma possibilidade prática. A resposta de Hayek procurando invalidar as conclusões de Lange aparece na coletânea de 1948 citada anteriormente. Nela, os dois artigos mais importantes para nossos propósitos são “Economics and Knowledge” e “The Meaning of Competition”.<sup>24</sup> Hayek não apenas questiona diretamente o modelo de Lange, como procura também atacá-lo indiretamente criticando a Economia walrasiana.

A crítica principal de Hayek centra-se na questão do conhecimento: a informação processada pela economia não está ao alcance do planejador, mas é específica a cada indivíduo e encontra-se dispersa na sociedade. Este é o tema central do primeiro artigo. Além do argumento da dispersão do conhecimento, a crítica de Hayek apóia-se na tese dos limites da cognição humana e na ênfase do mercado como um processo de descoberta. No ensaio “The Meaning of Competition”, Hayek retoma o argumento miseano de que o comportamento dos agentes dirigido pelo sistema de preços depende da presença de instituições de incentivo, como a propriedade privada. Mesmo com todo o seu esforço, em seu tempo as críticas de Hayek foram julgadas como objeções menores de natureza prática. No entanto, Hayek continuou ao longo de toda a sua vida a desenvolver os argumentos contrários ao socialismo. Um marco nesta trajetória foi o lançamento do livro *O Caminho da Servidão*.

Não foram apenas Hayek e outros economistas liberais que, antes dos anos 70, criticaram o modelo “socialista de mercado”. Os liberais ganharam então um curioso aliado: os marxistas ortodoxos. Entre seus representantes mais notórios sobressaem M. Dobb e P. Sweezy. Para esses marxistas, o dito modelo apenas reproduz, de modo insatisfatório, a economia burguesa. O verdadeiro socialismo, argumentam, deveria

abolir a produção de mercadorias e o anarquismo do mercado. Dobb e Sweezy julgam que num sistema de decisões centralizadas deve-se abandonar a alocação de recursos através do mecanismo de preços, mesmo que estes sejam fixados pelo órgão planejador: as decisões de produzir e investir deveriam ser feitas em termos quantitativos, pelo mesmo órgão, cabendo aos preços uma função meramente contábil. O impacto das críticas de Mises e Hayek não pareceu significativo à época em que foram feitas.

Na Controvérsia Socialista, o nome de Mises tornou-se amplamente conhecido pela sua crítica ampla e robusta ao socialismo. O seu esforço intelectual merece elogios, mas não vamos nos ocupar ao longo deste capítulo diretamente com o conteúdo dessa crítica, pois buscamos enfatizar apenas os argumentos metodológicos e epistemológicos de Mises que se desenvolveram por essa época e que serão apresentados na próxima seção. Além disso, os principais pontos levantados por ele sobre a impossibilidade de alocação racional no socialismo não são muito originais. É também a opinião de Hutchison, o qual aponta que os argumentos principais de Mises; nesse tocante, já haviam sido levantados décadas atrás pela Escola Histórica Alemã e em autores do “*Verein für Sozialpolitik*” (Nasse, Lujó Brentano e especialmente Schaeffle).<sup>25</sup>

A projeção de Mises também esteve associada a aspectos de sua teoria econômica técnica, especialmente às suas teorias da moeda, do capital, da competição e dos ciclos econômicos.<sup>26</sup> A sua epistemologia teve uma certa ascendência em Londres, nos anos 30, e veio a conhecer um ressurgimento de popularidade em nossos dias, principalmente entre os seus discípulos norte-americanos ligados à escola neo-austriaca e entre apologistas modernos do liberalismo. De fato, Mises tornou-se amplamente conhecido como um defensor fervoroso do livre-mercado. Suas teses nesse sentido são muito citadas pelos indivíduos que se encontram neste ponto do espectro ideológico.

## A EPISTEMOLOGIA DE MISES

Nesta seção, iremos investigar a natureza da epistemologia de Mises a que chamamos de “racionalista”. O primeiro passo nesse sentido é a constatação da visão básica de sociedade e dos processos econômicos em Mises. Em comum com o naturalismo de Menger, Mises considera

a sociedade como uma ordem harmônica, mas a estrutura social não é mais pensada como uma totalidade orgânica e natural. Mises não sofre influências de Burke e Savigny e compõe a sua perspectiva da sociedade em outras bases. Na literatura secundária sobre Mises, alguns comentadores têm interpretado a sua visão de ordem harmônica como uma herança de Leibniz, mas o importante para nossos propósitos é identificar o distanciamento entre Mises e Menger.<sup>27</sup>

Na óptica de Mises, não há uma estrutura de elementos essenciais e eternos que comandem o funcionamento da vida econômica, tais como necessidades, bens e satisfação, e que são tidos como naturais. A sociedade é decorrência de um processo de desenvolvimento histórico e como tal deve ser estudada pela História, no entanto, Mises nega que o historicismo possa, por si só, entendê-la em seus aspectos básicos. Mises acredita que o estudo histórico deve ser precedido pela investigação teórica. Neste ponto, ele segue Menger ao separar teoria pura e história, mas ele se vale de argumentos diferenciados. Mises também segue o *Verstehen* e a preocupação com o conhecimento subjetivo presentes em Menger, mas ao que parece esses aspectos epistemológicos não foram recebidos diretamente de Menger e sim a partir das influências de Weber e dos filósofos neo-kantianos. Mas não se deve exagerar a proximidade entre Mises e Weber, como no comentário de Lachmann sobre a obra *Ação Humana*, de Mises: “é o trabalho de Max Weber que está sendo implementado aqui.”<sup>28</sup> Não devemos esquecer que nesta mesma obra Mises tece críticas a Weber:

Max Weber, é verdade, não era suficientemente versado em Economia e estava excessivamente influenciado pelo historicismo para ter uma percepção correta dos princípios básicos do pensamento econômico.<sup>29</sup>

Os filósofos neokantianos, principalmente os da Escola de Baden, tais como Windelband e Rickert, centralizavam em suas reflexões a questão da possibilidade de uma compreensão objetiva da história.<sup>30</sup> Eles não acreditavam que a descrição dos processos históricos pela teoria poderia ser tida como verdadeira no sentido kantiano de verdade como correspondência entre conceitos categóricos e fenômenos empíricos. Os neo-kantianos substituem o conceito de verdade apodíctica pela noção de validade. Então o discurso histórico precisa ser validado objetivamente e eles apelam para o senso comum como um meio de garantir a validade da descrição histórica. Um comentador explica que o conceito kantiano de verdade diz respeito ao acordo do



conhecimento com o objeto, mas a noção de “validade” é independente da existência de um objeto. Explica também que a validação ocorre quando identificamos valores absolutos, que para Windelband se encontram no estado de “consciência normal”.<sup>31</sup> Os neokantianos não apontavam para a necessidade de uma interpretação teórica que deveria preceder a análise histórica e foram tidos por Mises como historicistas.

Windelband, Rickert e a escola deles... fracassaram em função de sua falha em conceber a possibilidade de um conhecimento universalmente válido na esfera da ação humana... eles permaneceram confinados no historicismo.<sup>32</sup>

Mises apóia-se no método *Verstehen* como uma garantia da verdade *a priori* de seus postulados teóricos. A teoria científica deve ser utilizada pelo historiador como uma ferramenta de análise que dita os conceitos e categorias que irão decifrar o significado concreto dos eventos históricos. Portanto, a teoria precede a história e assenta-se numa base que independe dela. O historicismo busca leis empíricas nas ocorrências dos fenômenos históricos que descrevem as regularidades do processo social como um todo, mas Mises não aceita a idéia de regularidades na totalidade social. Ele acha que apenas na observação de fenômenos individuais dentro da sociedade podemos identificar regularidades. Há, portanto, no evento social específico elementos permanentes que devem ser apreendidos não apenas pela observação mas principalmente pela teoria. A história e a teoria unem-se na explicação do fenômeno básico da vida social que é o indivíduo efetuando escolhas entre diferentes cursos de ação em face de sua subjetividade.

Então a concepção básica da investigação social em Mises parte do “individualismo metodológico” também presente em Menger, mas que nele adquire outros contornos epistemológicos. O individualismo metodológico também foi inspirado na estratégia neo-kantiana. Para Mises, a análise teórica dos processos sociais só deve considerar as ações individuais. Conjuntos coletivos como nações, partidos e outras instituições sociais, embora sejam reconhecidamente entidades sociais reais, não negam o individualismo metodológico, pois o conjunto social opera por intermédio de um ou mais indivíduos que são as únicas entidades que realizam ações. Sendo assim, acredita Mises que se investigarmos o significado dessas ações aprenderemos tudo sobre as ações do conjunto.

O individualismo metodológico, longe de contestar o significado destas totalidades coletivas, considera para si como uma de suas principais tarefas descrever e analisar seu surgimento e seu desaparecimento, suas estruturas mutáveis e sua operação... A vida de uma coletividade é vivida nas ações dos indivíduos que constituem seu corpo. Não há coletividade social que não seja operada a partir das ações de alguns indivíduos. A realidade do inteiro social consiste no fato de ele dirigir e liberar determinadas ações por parte dos indivíduos.<sup>33</sup>

O núcleo central da investigação teórica é, portanto, a ação humana individual e Mises denomina a sua ciência de “praxeologia”. A ciência da ação humana permite a coexistência de dois ramos: o estudo histórico e a teoria.<sup>34</sup> História e análise econômica se relacionam entre si de modo que a compreensão da ação individual concreta requer essas duas vias de abordagem.

A teoria é um agrupamento de conceitos categóricos que se desdobram logicamente em outros conceitos.<sup>35</sup> A partir da identificação lógica dos predicados derivados de conceitos, o conjunto das proposições teóricas é estabelecido. A praxeologia de Mises não parte de proposições tidas como certas, mas de conceitos válidos. O exercício lógico da praxeologia consiste em deduzir tudo o que o conceito já contém. Ela identifica todos os atributos inerentes a um conceito. Este tipo de lógica, que não se confunde com a lógica matemática é, na verdade, uma preocupação com análise de significados.<sup>36</sup> Há condições categóricas para a ação que são obtidas pela introspecção e outras condições que são estabelecidas pelos estudos dos casos concretos fornecidos pela história. No entanto, é preciso enfatizar que na praxeologia de Mises o núcleo teórico é composto por proposições derivadas de conceitos *a priori* e pela razão que permite ao investigador identificar todas as decorrências lógicas dos conceitos. A própria lógica, em si mesma, é universal e eterna, não estando ela mesma sujeita às contingências históricas. E refere-se não apenas à lógica que obedece à teoria, mas também a própria estrutura lógica da mente do ator é estável ao longo do tempo. Mises acredita que as relações lógicas fundamentais da mente humana não poderiam ser diferentes do que são e que nenhum ensinamento da antropologia e da história contradiriam essa crença.<sup>37</sup>

Se pensamento e ação fossem realmente condicionados por lugar, tempo, raça, nacionalidade, clima, classe etc., então seria impossível para um ale-

mão do século XX compreender qualquer coisa da lógica e da ação de um grego do tempo de Péricles.<sup>38</sup>

A descrição anterior da praxeologia permite caracterizar a epistemologia misesiana como sendo “racionalista”. O núcleo teórico não está sujeito a vicissitudes históricas, pois é anterior à história e serve como ferramenta para a investigação das ocorrências concretas da ação humana. Mas a ação, em si mesma, processa-se obedecendo aos preceitos lógicos estabelecidos na praxeologia. O indivíduo age apenas com base na sua subjetividade e sendo assim ele faz o que quiser. Mas a teoria da ação só se preocupa com ação voltada à perseguição de fins, e ela estabelece as condições categóricas para o seu sucesso. A teoria não precisa corresponder aos fenômenos, ela apenas representa-os considerando indivíduos que agem guiados pela razão. Mises imagina que a lógica universal identificada na análise econômica também deve se fazer presente na ação concreta, pois a lógica é apenas uma, condicionando a consideração teórica da ação e a ação em si mesma quando pensada pelo agente. Desvios do comportamento racional podem ser observados, mas isto é tarefa da análise histórica. A praxeologia só considera a ação racional. Entretanto, a proposição “toda ação é racional” quando fora do contexto da praxeologia não seria aceita por Mises. Um comentador sintetiza o método praxeológico:

A praxeologia, de acordo com Mises, não está interessada com o por quê os indivíduos perseguem os propósitos específicos que eles buscam, mas somente com o que pode ser deduzido a partir do axioma de que eles agem propositadamente. Do axioma fundamental da ação humana, com a ajuda de certas hipóteses subsidiárias, o praxeologista deduz o corpo inteiro da teoria econômica.<sup>39</sup>

O axioma da racionalidade de toda ação voltada ao alcance de maior satisfação individual é o ponto de partida da análise praxeológica. A ação em Mises é um conceito inseparável da idéia de racionalidade. Mises rejeita todo critério exógeno de definição de racionalidade. Os elementos subjetivos que comandam a ação não podem ser previamente identificados, são as escolhas do agente que demonstram as suas avaliações subjetivas.

A investigação histórica nos diz se o comportamento é proposital ou não, isto é, diz em que caso temos ação proposital ou outra forma de comportamento humano. Os desvios em relação à ação ra-

cional não são determinados pela identificação de discrepâncias entre o comportamento e a estrutura de preferências individuais. Na história, tais desvios são localizados quando o estudioso é capaz de identificar, em bases independentes, outros motivos para o comportamento individual que não o comportamento propositado. Portanto, os desvios não são erros de avaliação gerados por informação incompleta do agente homem.

Não há uma escala natural de importância dos bens que seja identificada pelo observador antes mesmo da ação e que possa medir o grau de racionalidade da ação. A hipótese de racionalidade é o ponto de partida que permite à teoria identificar os elementos subjetivos que comandam a ação e, sendo assim, ação é racional por definição.

Um certo comentador lembra que o axioma da ação racional não depende de hipóteses específicas sobre conhecimento e ignorância, ou sobre a natureza das mudanças das expectativas,<sup>40</sup> um outro observa que em Mises o contrário de ação racional não é ação irracional mas ação inconsciente.<sup>41</sup> Mises reconhece que às vezes não é fácil separar ação consciente de comportamento inconsciente.<sup>42</sup> A noção de tempo está intimamente conectada ao pressuposto de ação racional e é por causa do tempo que não podemos concebê-la de outra forma. A passagem do tempo implica em contínua mudança nas estruturas de preferências. Escolhas aparentemente inconsistentes não significam necessariamente irracionalidades se as interpretarmos simplesmente como traduzindo mudanças na estrutura de preferências. Mises é explícito neste ponto:

Tentativas têm sido feitas de atacar a noção de ação não racional pelo seguinte raciocínio: se **a** é preferida a **b** e **b** a **c**, logicamente **a** deveria ser preferível a **c**. Mas se na realidade **c** é preferida a **a**, estamos face a um modo de agir a que não podemos imputar consistência ou racionalidade. Este raciocínio não leva em consideração o fato de que dois atos de um indivíduo nunca podem ser simultâneos. Se uma ação **a** é preferida a **b** e outra ação **b** a **c**, por menor que possa ser o intervalo entre as duas ações, não é permissível construir uma escala uniforme de valores em que **a** precede **b** e **b** precede **c**. E nem é permissível considerar uma terceira ação posterior como coincidente com as duas ações prévias. Tudo o que o exemplo prova é que os julgamentos de valor não são imutáveis e que destarte uma escala de valor que se abstrai do fato de que as várias ações de um indivíduo não são sincrônicas deve resultar contraditória em si mesma.<sup>43</sup>

Outro axioma básico da praxeologia é o de que toda ação ocorre no tempo, o que mantém em Mises a noção de causalidade temporal presente em Menger. A ação liga-se à existência de causalidade, pois sem ela não haveria como o indivíduo orientar suas ações com vistas ao alcance de objetivos num instante futuro. Quando agimos, sempre pensamos na maneira em que os meios disponíveis poderiam levar, pela ação da causalidade, aos objetivos pretendidos.

Então o princípio da causalidade liga-se estreitamente à idéia de ação. Mises afirma que

Como uma categoria *a priori* o princípio de ação está a par com o princípio de causalidade.<sup>44</sup>

A existência de causalidade no mundo em que ocorre a ação é reiterada em outra parte nos escritos de Mises:

Em um mundo sem causalidade e sem a regularidade dos fenômenos, não haveria campo para o raciocínio humano e para a ação humana. Tal mundo seria um caos no qual o homem estaria perdido e não encontraria qualquer orientação ou guia.<sup>45</sup>

Os dois conceitos básicos anteriores (ação racional e tempo real) permitem à praxeologia deduções teóricas sobre a estrutura lógica que comanda a ação. Também a ação concreta que se observa nos indivíduos em sociedade deve seguir a mesma estrutura lógica e, portanto, há uma ponte interligando o fenômeno real da ação ao esquema lógico que a representa no interior da teoria. Mas a teoria não precisa ter uma correspondência com a realidade dos fenômenos e só a experiência permite revelar as condições concretas em que ocorre a ação, porém as categorias lógicas fundamentais que descrevem a ação são *a priori* à experiência. A teoria define o conceito de bem econômico, mas só a história permite reconhecer as condições concretas em que o bem livre se torna bem econômico. A praxeologia supõe a existência de moeda intermediando as trocas e o fato empírico da moeda não existir no contexto histórico em que prevalecem as trocas diretas não afeta o significado dos teoremas *a priori* para a ação.

Para Mises, cabe, portanto, ao método axiomático construir uma praxeologia

tão geral que seu sistema iria englobar não apenas todos os padrões de ação que poderíamos realmente encontrar no mundo, mas também padrões de ação em mundos cujas condições são puramente imaginárias e não correspondem a nenhuma experiência. Uma teoria da moeda ainda seria significativa mesmo se através da história nunca tivesse existido alguma troca indireta.<sup>46</sup>

A experiência tem apenas uma importância heurística para a análise da ação:

se nunca tivesse existido troca indireta, não estaríamos aptos a concebê-la como uma forma possível de ação e estudá-la em todas as suas ramificações. Mas isto de nenhuma forma altera o caráter apriorístico de nossa ciência.<sup>47</sup>

O estudo praxeológico da ação considera como ponto de partida de sua análise a existência do estado de insatisfação e o comportamento consciente do indivíduo para a remoção desse estado. Outro pré-requisito universal para a ação humana é a existência de bens econômicos e de relações quantitativas entre eles. Mises escreve:

Não estaremos habilitados a alcançar o conceito de ação econômica e de economia sem antes imprimir em nossos pensamentos o conceito de relações econômicas quantitativas e o conceito de bem econômico.<sup>48</sup>

As leis econômicas obtidas do esquema de raciocínio *a priori* não podem ser refutadas pela história, permanecendo válidas sem exceção. A investigação histórica não poderia provar que a estrutura lógica da ação varia em função do contexto concreto e é a racionalidade atemporal e universal do esquema praxeológico da ação que permite a interpretação de fatos históricos singulares. Mises reconhece que a ação individual está condicionada a hábitos estabelecidos pela tradição e fornecidos pelo ambiente histórico. No entanto, acredita que a praxeologia não se ocupa do conteúdo variável da ação, retendo apenas a sua estrutura categórica. O estudo dos aspectos ambientais da ação humana é tarefa da história.

A experiência, no entanto, não descarta ou modifica os teoremas *a priori*

Novas experiências podem nos forçar a descartar ou modificar inferências que foram delineadas a partir de experiências anteriores. Entretanto nenhum tipo de experiência jamais poderá nos forçar a descartar ou modificar

teoremas *a priori*. Estes não são derivados da experiência; eles são logicamente anteriores a ela e não podem ser provados por experimentos corroboradores ou reprovados por experiências contrárias. Podemos compreender a ação somente por meio de teoremas *a priori*.

Por exemplo, as leis elementares do valor descobertas pela praxeologia são válidas sem exceção.

Quando uma pessoa isolada age, sua ação ocorre de acordo com as leis do valor. Quando, adicionalmente, bens de ordem elevada são introduzidos na ação, todas as leis da teoria da imputação são válidas. Onde quer que trocas indiretas ocorram, todas as leis da teoria dos meios fiduciários (a teoria do crédito) são válidas. Não há nenhum problema em expressar este fato dizendo que as doutrinas da teoria monetária são verdadeiras somente naqueles períodos da história nos quais trocas indiretas ocorreram.<sup>49</sup>

Em 1933, Mises expõe esses argumentos no *Die Grundprobleme*.<sup>50</sup> O capítulo inicial ocupa-se em criticar o historicismo mostrando que os conceitos teóricos são logicamente anteriores à compreensão dos eventos históricos singulares e, portanto, eles funcionam como ferramentas do historiador. É vã a tentativa do historicismo de buscar o significado objetivo da totalidade social no curso da história. Apenas a identificação dos fatores que operam nas escolhas individuais bem-sucedidas permite discernir regularidades no fenômeno. A realidade histórica é um fenômeno complexo e sendo assim só um sistema de conhecimento apriorístico da ação humana possibilita o reconhecimento de leis na história.

Para Mises, a investigação histórica trata das condições sob as quais ocorre a ação humana no detalhe concreto, já as ciências da ação humana

desconsideram o accidental e consideram apenas o essencial. Sua meta é a compreensão do universal e seu procedimento é formal e axiomático. Ela vê a ação e as condições sob as quais a ação ocorre não em sua forma concreta, tal como a encontramos na vida diária, e nem em sua expressão real tal como vemos em cada uma das ciências da natureza e da história, mas como construções formais que nos habilitam a alcançar os padrões da ação humana em sua pureza.<sup>51</sup>

O conhecimento das condições em que concretamente se desenvolve a ação só é possível pela experiência:

Apenas a experiência pode nos ensinar que existem leões e micróbios, e que a existência deles pode apresentar problemas cabais ao agente homem; seria absurdo, sem o recurso da experiência cair em especulação sobre a existência ou não existência de alguma besta lendária.<sup>52</sup>

No capítulo 2 desse mesmo livro, Mises argumenta que o conceito da ação humana é obtido introspectivamente e que com ele podemos derivar, pela atribuição lógica de significados, todos os principais conceitos econômicos. Diz em seguida que nem todas as condições categóricas para a ação são obtidas pela introspecção e que algumas delas dependerão de situações específicas. As preferências intertemporais do agente, por exemplo, são de natureza empírica. Mas os elementos empíricos não contrariam a atuação de leis *a priori*

na medida em que levamos em consideração a ação de homens que não são indiferentes à passagem do tempo e que desta forma economizam tempo porque é importante a eles se um fim desejado é atendido cedo ou tarde, devemos atribuir às suas ações tudo o que necessariamente se segue da natureza categórica do tempo... O que se segue necessariamente do conhecimento empírico – e.g., as proposições da teoria dos juros – repousa fora do âmbito do empirismo.<sup>53</sup>

O caráter empírico do tempo é realçado quando ele diz:

O fato de que a passagem do tempo é uma das condições sob as quais ocorre a ação é estabelecido empiricamente e não *a priori*.<sup>54</sup>

O tempo é um *a priori* já que ele está implícito no próprio conceito de ação e é também um elemento empírico como se nota na passagem anterior. Isto não é uma contradição já que Mises, como Kant, aceita conceitos “sintéticos *a priori*.”<sup>55</sup> Enquanto categoria teórica inerente ao conceito de ação humana o tempo é não empírico, entretanto, somente a síntese empírica pode assegurar em quais casos observados se trata de ação humana ou de outro tipo de comportamento. Os demais temas sobre os quais discorreremos anteriormente são desenvolvidos em outros capítulos do livro citado.

Em 1949, Mises retoma e aprofunda as idéias do *Die Grundprobleme* na sua mais famosa obra a *Ação Humana*, onde ele integra metodologia e epistemologia econômicas com teoria técnica.<sup>56</sup> Começa definindo ação humana e diz que esse conceito pressupõe indivíduos com com-



portamento propositado que percebem um ambiente para a tomada de decisões, formulam planos e estabelecem fins.

Ação humana é comportamento propositado. Ou podemos dizer: a ação é a vontade posta em operação e transformada em deliberação. Ela visa fins e metas, é a resposta significativa do ego ao estímulo e às condições do ambiente, é o ajuste pessoal consciente ao estado do universo que determina sua vida.<sup>57</sup>

O plano individual requer o conhecimento das tecnologias e recursos disponíveis e dos sacrifícios envolvidos. A ação é orientada para o futuro e depende apenas dos estados imaginados e projetados das variáveis. Toda ação é um balanço mental de alternativas que são percebidas num mundo de incerteza. O estado futuro que se estabelecerá concretamente pode levar à revisão dos planos se forem constatados erros de previsão.

O pré-requisito da ação, continua Mises na *Ação Humana*, é a busca de uma situação mais satisfatória. A mente imagina um cenário mais propício e a ação procura realizar a situação desejada. Mises identifica três motivos que impelem o homem a agir:

1. O reconhecimento do desconforto.
2. A imagem de uma situação melhor.
3. A expectativa de que o comportamento propositado possa afastar ou pelo menos aliviar o desconforto.

Apenas o próprio agente é capaz de avaliar subjetivamente a eficácia da ação e a praxeologia não se preocupa com a natureza dos objetivos pretendidos, pois ela se preocupa com os meios e não com os fins. A natureza dos objetivos pretendidos é indiferente para a praxeologia uma vez que

Seus achados são válidos para todos os tipos de ação sem levar em conta os fins almejados. É uma ciência dos meios, não dos fins.<sup>58</sup>

A categoria de ação humana é um juízo “sintético *a priori*” e portanto ela se coloca frontalmente contra a tradicional separação positivista entre julgamentos analíticos (tautologias *a priori*) e julgamentos sintéticos (que envolvem experimentação). A concepção de categorias sintéticas *a priori* e a ênfase na análise de conceitos mostram inequivocamente a raiz kantiana da epistemologia racionalista.<sup>59</sup> Também quan-

do Mises define a ação racional como verdade apodíctica temos um ardid kantiano. Mas não há em Mises a preocupação kantiana de estabelecer a correspondência entre teoria e fenômenos da realidade, o que o afasta de Kant e o aproxima dos neo-kantianos que substituem o conceito de verdade apodíctica pela noção de validade.

Os axiomas das praxeologia não são um resultado da experiência concreta, o que não significa que os dados empíricos tenham um papel nulo. A teoria é uma construção puramente racional e nesse ponto os fatos não interferem. Mas uma vez obtida, ela deve se aplicar à análise e interpretação de fenômenos empíricos concretos. A teoria praxeológica é uma ferramenta de análise que fornece uma descrição básica dos fenômenos. Os casos em que determinadas situações ocorrem são selecionados pela história.

A existência de um mundo externo é dada através da experiência; e se perseguimos determinados planos, somente a experiência pode nos ensinar como devemos agir vis-a-vis ao mundo externo em situações concretas. Contudo, o que conhecemos sobre nossa ação sob dadas condições não é derivado da experiência, mas da razão. O que sabemos sobre as categorias fundamentais da ação... não é derivado da experiência. Nós concebemos tudo isto a partir de dentro, assim como concebemos as verdades lógicas e matemáticas. *A priori*. Sem referências a nenhuma experiência. Nem a experiência jamais poderia levar alguém ao conhecimento destas coisas se não as compreendesse de dentro dele mesmo.<sup>60</sup>

Tais casos podem refutar as conclusões do modelo, revelando inclusive imperfeições teóricas. Entretanto, se não for possível a constatação de erros lógicos na teoria não podemos duvidar de sua verdade, independentemente do que dizem os fatos.

Tão logo o novo exame da teoria não revele nenhum erro em nosso pensamento, não estamos autorizados a duvidar de sua verdade.<sup>61</sup>

Nesse caso, os próprios fatos devem ser questionados. Isto não quer dizer que os fatos históricos não tenham alguma importância na validação de teorias, mas eles não são decisivos, pois a experiência histórica é um fenômeno complexo, de onde não é possível obter argumentos teóricos.

A compreensão categórica permite o acesso de certas condições da ação, outras condições são obtidas pela experiência e é ela que permite identificar, em cada caso, o alcance da análise praxeológica. Mises

acredita que o teste empírico possa e deva ser realizado para avaliar a adequação de certas condições categóricas usadas na construção de leis praxeológicas, pois os fenômenos descritos pela praxeologia também dependem das condições contingentes que fazem com que uma lei teórica, mesmo mantendo sua validade, possa não se aplicar em determinados contextos.

É equivocada, portanto, a interpretação de que o apriorismo de Mises descarta a avaliação empírica, pois só ela permite assegurar que as leis se aplicam a casos concretos. Vemos, assim, que as leis praxeológicas não são descrições de uma realidade subjacente (como as leis exatas do naturalismo de Menger), mas conseqüências lógicas de certas condições assumidas pela razão. A sociedade não configura uma existência natural independente da teoria e não tem sentido no racionalismo falar-se de uma correspondência direta da teoria com a estrutura social. A estrutura não pode ser observada e tudo o que pretende a teoria é a sua representação analítica em modelos que tomam o indivíduo e seus propósitos como ponto de partida para a construção de um amplo sistema dedutivo.

Os argumentos epistemológicos de Mises desenvolvidos no *Die Grundprobleme* e na *Ação Humana* além de atacarem o historicismo também procuram refutar as crenças mantidas por autores de dentro e de fora da Escola Austríaca de que a teoria do valor deveria procurar apoio na psicologia. Mises rejeita os estudos psicológicos que buscam o realismo das proposições assumidas na explicação do valor.

O campo de nossa ciência é a ação humana, não os eventos psicológicos que resultam na ação. É precisamente isto o que distingue a teoria geral da ação, praxeologia, da psicologia. O tema da psicologia são os fatores internos que resultam ou podem resultar numa determinada ação. O tema da praxeologia é a ação como tal.<sup>62</sup>

Mises diz que a praxeologia só lida com a ação e com o que segue da ação, enquanto que a psicologia tem por objeto os eventos psíquicos que resultam em ação. A praxeologia toma os conceitos de ação, utilidade, satisfação e outros de modo puramente formal, descartando qualquer preocupação com o conteúdo psicológico ou fisiológico desses conceitos.<sup>63</sup> A conhecida “lei da utilidade marginal decrescente” nada tem de psicológico, significa apenas que o estoque de bens pode ser dividido em diferentes unidades que podem ser arranjadas em ordem decrescente de importância e que os valores margi-

nais são decisivos nas trocas de bens. Comentando o significado dessa lei, Mises escreve:

Para a descrição destes fatos econômicos não necessitamos empregar a terminologia da psicologia. Nem necessitamos nos remeter a raciocínios e argumentos psicológicos para prová-los. Quando afirmamos que o ato de escolha independe do valor atribuído a toda uma classe de desejos, mas apenas do valor atribuído ao desejo concreto em questão, sem levar em conta a classe na qual ele pode estar associado, não adicionamos nada a nosso conhecimento e não nos remetemos de volta a algum conhecimento mais fundamental ou mais geral.<sup>64</sup>

Em seguida, Mises explica como a lei da utilidade marginal decrescente seria obtida logicamente, sem apelar para a psicologia:

Se a oferta disponível aumenta de  $n-1$  para  $n$  unidades, o incremento só pode ser empregado para a remoção de um desejo que é menos urgente ou menos penoso do que todos aqueles que pudessem ser atendidos por meio da quantidade  $n-1$ .<sup>65</sup>

Mises afirma que dadas as condições da escolha, não se pode nem pensar em outro resultado, pois a lei da utilidade marginal decrescente está implícita na categoria da ação. Ela é a contrapartida da sentença que afirma que o indivíduo busca o que considera melhor para si.<sup>66</sup> Mises afirma textualmente que essa lei não tem nada a ver com a Primeira Lei de Gossen, com a “doutrina *mensura sortis*” de Bernoulli e nem com a famosa Lei de Weber-Fechner.<sup>67</sup> Para a praxeologia, a lei da utilidade marginal decrescente já se encontra implícita na categoria ação e é simplesmente o reverso da afirmação que diz preferirmos o que nos dá mais satisfação ao que nos dá menos dela. A praxeologia não explica os motivos psicológicos da ação, mas se contenta em descrever as leis lógicas decorrentes de seus axiomas.

O estilo argumentativo da praxeologia é sempre o mesmo. Ela busca demonstrar tudo o que está implícito no conceito de ação.

Ao alcançar este conceito, alcançamos simultaneamente os conceitos intimamente correlacionados de valor, riqueza, troca, preço e custo. Eles estão todos implicados necessariamente no conceito de ação, e junto com eles os conceitos de avaliação, escala de valores e de importância, escassez e abundância, vantagem e desvantagem, sucesso, lucro e perda.<sup>68</sup>

Como vimos anteriormente, a lei da utilidade marginal decrescente também está implícita no conceito de ação, bem como a incerteza em relação ao futuro, pois se o indivíduo pudesse conhecer o futuro não teria que escolher e, portanto, não agiria.

Que o homem age e que o futuro é incerto estes não são de modo algum dois temas independentes. São apenas dois modos diferentes de se estabelecer uma coisa.<sup>69</sup>

Mesmo na produção de bens, a “lei dos rendimentos decrescentes” tem uma base *a priori* no conceito de ação. É sabido que essa lei afirma que na produção, *ceteris paribus*, a produtividade do insumo variável torna-se cada vez menor a partir de um certo ponto. No tocante a ela, Mises identifica, além do raciocínio *a priori*, considerações empíricas que deveriam ser investigadas. Cita três questões essencialmente empíricas não respondidas pela lei *a priori*:

1. Se a dose ótima é ou não a única dose que é capaz de produzir o efeito procurado. 2. Se existe ou não um limite rígido acima do qual qualquer incremento no montante do fator variável é completamente inútil. 3. Se o decréscimo na produção trazido pelo desvio progressivo do ponto ótimo e o incremento na produção trazido pela aproximação progressiva do resultado ótimo resulta em mudanças proporcionais ou desproporcionais na produção por unidade do fator variável.<sup>70</sup>

Portanto, vemos que a característica metodológica principal da praxeologia é procurar derivar todos os predicados inerentes a um conceito. Quando Mises fala em lógica ele não se refere à lógica matemática, até porque, como Menger, ele é contra o uso da matemática, mas a esse tipo de “lógica de atribuição de significados”.

Mises acredita na neutralidade da praxeologia e almeja perseguir a verdade de modo austero e desapixonado. É possível de que sua crença em uma teoria livre de valor tenha se inspirado em Weber.<sup>71</sup> Mises afirma:

É verdade que a Economia é uma ciência teórica e como tal ela se abstém de qualquer julgamento de valor. Não é sua tarefa dizer às pessoas a que fins elas devem visar. Ela é uma ciência dos meios a serem aplicados para o alcance de fins. As decisões últimas, as avaliações e escolhas de fins estão além do âmbito de qualquer ciência. A ciência nunca diz ao homem como

ele deveria agir, ela simplesmente mostra como alguém deve agir se ele deseja atingir dados fins.<sup>72</sup>

Na *Ação Humana*, Mises afirma que o subjetivismo da teoria, que só considera o juízo feito pelo próprio indivíduo quando ele determina suas escolhas, ajuda a tornar a teoria livre de valor.

... é neste subjetivismo que se assenta a objetividade de nossa ciência. Porque ela é subjetivista e toma os julgamentos de valor do agente homem como dados últimos não abertos a qualquer exame crítico adicional, ela está em si mesma acima de qualquer tipo de partidarismo e facções, ela é indiferente aos conflitos entre todas as escolas do dogmatismo e das doutrinas éticas, é livre de valor e de idéias e julgamentos preconcebidos, é universalmente válida e absoluta e simplesmente humana.<sup>73</sup>

Os principais aspectos da epistemologia racionalista de Mises foram discutidos nesta seção, na qual procuramos também mostrar as suas filiações intelectuais. Na próxima seção, ligaremos o racionalismo de Mises com a questão do valor, o que nos ajudará a demarcar a sua posição epistemológica do naturalismo de Menger e mostrar as suas implicações na análise de conceitos econômicos.

## CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES À TEORIA AUSTRIACA DO VALOR

As diferenças entre o naturalismo de Menger e o racionalismo de Mises têm implicações consideráveis na construção de conceitos básicos em teoria econômica. Menger considera o valor econômico um fato natural identificado na essência do fenômeno econômico, ao passo que em Mises o valor é um fenômeno puramente subjetivo que só pode ser inferido pela teoria considerando-se as escolhas individuais, isto é, o fato de o indivíduo manifestar suas preferências em alguma direção.

Em ambos os austríacos o valor é um fenômeno pessoal, e é nesse sentido que falamos em uma teoria do valor subjetivo. No entanto, só em Mises o subjetivismo das escolhas é efetivamente utilizado como estando na base do valor. O conhecimento subjetivo do agente em Menger é um aspecto que deve ser considerado na compreensão histó-

rica e estatística dos preços de mercado, mas o valor pessoal em si mesmo decorre naturalmente da existência prévia de necessidades, bens e de uma escala objetiva de importância dos bens no atendimento de necessidades. A teoria mengeriana toma esses elementos naturais e discorre sobre as leis exatas de determinação do valor e nesse aspecto ela só parte de fatos objetivos, na hipótese de economização e ausência de erro por parte do agente. Mises aceita as conclusões técnicas do raciocínio de Menger e não acredita estar desenvolvendo algo de realmente original. No *Grundprobleme* ele escreve:

O ensaio a seguir não pretende ser original. Ele não apresenta nada que já não estivesse contido ao menos implicitamente nos escritos dos fundadores da moderna teoria e explicitamente nos trabalhos dos teóricos dos dias atuais e em meus próprios escritos.<sup>74</sup>

Mises procura apenas reinterpretar o problema do valor conectando-o aos preceitos epistemológicos do racionalismo.

No capítulo 5 desta mesma obra Mises escreve criticando o que ele considera resquícios de uma teoria do valor objetivo em Menger e em Böhm-Bawerk, que são verdadeiramente incompatíveis com a ênfase radical no subjetivismo do agente. Mises afirma tratar-se de falhas estilísticas nesses autores mas, de fato, podemos ver que são perspectivas diferentes trazidas pelas epistemologias particulares encontradas em cada autor.

Enquanto para Menger o valor é um fenômeno pessoal anterior às escolhas efetivas que se observam nos mercados, em Mises a anterioridade do valor só opera nos esquemas racionais de pensamento, mas o valor mesmo é um fenômeno que se processa no tempo de mercado. Ele é determinado no momento em que o agente manifesta, no mercado, preferir certa quantidade de um bem a uma outra quantidade de outro bem. A praxeologia não se ocupa das razões pessoais que levaram o indivíduo a manifestar esta ou aquela preferência. A escala de preferências, portanto, é um fenômeno puramente subjetivo e que não tem existência independente do fenômeno de mercado.

A praxeologia começa das escolhas dos agentes, e na medida em que eles demonstram um padrão de preferências, o teórico parte retroativamente na identificação dos elementos subjacentes à ação humana pela aplicação de um esquema lógico da ação. Por que os indivíduos avaliam de determinada maneira em certo instante? Como as forças naturais e sociais condicionam as escolhas pessoais? Essas ques-

tões não são respondidas pela praxeologia e só devem ser investigadas por outras ciências. Toda ação humana em Mises é tida como racional porque ela envolve escolhas e deliberações e o contrário de ação racional não é ação irracional, mas é ação automática que só envolve comportamento instintivo e reflexo.

Se não desejamos fazer julgamento dos fins e das escalas de valores de outras pessoas e alegar onisciência para nós mesmos, a sentença “ele age irracionalmente” é sem sentido, porque ela não é compatível com o conceito de ação.<sup>75</sup>

Só importa à teoria o que pode ser observado e as estruturas internas ao agente são apenas logicamente inferidas das escolhas, mantendo-se a idéia de que a escala subjetiva de preferências é completamente dinâmica, alterando-se constantemente à medida que se processa o fluxo temporal.<sup>76</sup>

O analista observador deve aceitar a racionalidade do agente, no sentido de que as escolhas do agente são coerentes com o seu quadro subjetivo de preferências pessoais em qualquer instante do tempo e são determinadas pela busca de um estado maior de satisfação. Não há um critério externo de racionalidade que possa julgar a natureza dos motivos que compelem à escolha de determinado curso de ação. Não é possível, portanto, separar motivos tidos como racionais de motivos que seriam meros caprichos, extravagâncias e irracionalidades. Toda ação humana que conduza à determinação de preços no mercado é ação econômica e sendo assim a distinção de Böhm-Bawerk entre ação econômica e não-econômica é duramente criticada no *Die Grundprobleme*. Toda ação passível de cálculo monetário é ação econômica, não importando as razões que levam a ela, se é a busca do ganho ou a obediência a hábitos preestabelecidos.

A ação humana remove insatisfação, de um modo definitivo ou através de passos intermediários, mas é o próprio agente que avalia a adequação das escolhas, de acordo com um ponto de vista inteiramente subjetivo. O racionalismo de Mises não permite que a escala de valores do observador seja imposta sobre a escala subjetiva do próprio indivíduo que age. Independentemente de considerações psicológicas e éticas, o valor econômico é determinado pela lógica da escolha aplicada ao agente homem, explicando como se darão as escolhas entre porções dos bens.

A praxeologia de Mises só lida com a avaliação subjetiva do agente homem, mostrando os resultados lógicos da ação governada por essa



avaliação. É impossível à teoria identificar uma escala objetivamente correta de preferências com base em princípios racionais externos à própria ação considerada e ao indivíduo que a executa. Este argumento, que já existia no *Die Grundprobleme*, reaparece nos capítulos 4 e 5 da *Ação Humana*, onde se diz que a escala de necessidades não possui uma existência objetiva anterior ao comportamento efetivo dos indivíduos e que só podemos derivar conhecimento dessa escala da observação de escolhas individuais. Em Menger, a escala de necessidades tem uma existência natural, enquanto que em Mises ela só se manifesta na ação real e só tem existência na subjetividade do agente.

Para Mises, Menger é “objetivista” em pelo menos três pontos conceituais:

1. Adota uma noção externa e *a priori* de ação racional, identificada com a economização descrita na teoria exata.
2. Concebe uma escala objetiva de necessidades, ancorada em aspectos naturais e fisiológicos da constituição humana.
3. Separa desejos naturais de desejos artificiais ou imaginários.

O expurgo do objetivismo ainda existente em Menger é possível pela perspectiva trazida pela epistemologia racionalista em que se assenta a praxeologia. O racionalismo permite a Mises apoiar toda a sua elaboração teórica no subjetivismo do agente, descartando completamente o mundo mengeriano das essências naturais. Menger afirma que os bens econômicos são, entre outras coisas, objetos do desejo e separa os desejos naturais dos desejos que não têm correspondência com necessidades naturais e são somente superstições ou falsas crenças. Para Mises, entretanto, só interessam as opiniões do agente, não importando firmar ou não a naturalidade delas. Tudo o que a praxeologia requer é a consideração de um quadro subjetivo no interior do qual o indivíduo organiza a sua situação vivencial e adota um determinado curso de ação.

Não há um fundamento natural para o valor econômico, para Mises ele é inteiramente determinado pela importância subjetiva que o agente atribui a determinados objetivos. Os bens econômicos são apenas meios, diretos ou indiretos, para o alcance desses objetivos e eles são valorados pela sua importância para o atendimento deles. O valor é apenas o elemento subjetivo que o teórico pode inferir das escolhas e mede um balanço de utilidades marginais entre os bens trocados.

A teoria exata de Menger se preocupa principalmente com a determinação de valores pessoais, diz algo sobre formação de preços, mas

preços específicos são fenômenos de mercado compreendidos pela análise histórica. A teoria só nos diz o que ocorrerá na hipótese de ausência de erro do agente. Neste caso já sabemos que os preços cairão dentro dos limites de equilíbrio estabelecidos pela teoria. “Mises, por outro lado, vai mais longe no tratamento teórico do mercado, tema do capítulo 15 da *Ação Humana*. O mercado é um processo impulsionado pela interação das ações de todos os indivíduos que dele participam. São as decisões particulares de compra e venda que levam à formação de preços. Tais decisões só dependem de julgamentos individuais. Uma vez formados os preços, os indivíduos procuram ajustar novamente sua conduta levando em conta estes dados. Os preços de mercado orientam as escolhas dos consumidores e informam aos produtores o que, como e em que quantidade produzir. A situação do mercado é alterada continuamente ao sabor dessas escolhas e nunca atinge o equilíbrio final.

Mises acredita que no equilíbrio cessariam todas as ações no mercado, porque uma vez atingidos todos os objetivos, não existiriam motivos para novas ações. Mas os objetivos dos agentes são ilimitados e variam permanentemente, de sorte que a cada novo objetivo ou a cada mudança na escala de necessidades seria desencadeado um novo conjunto de ações que conduziria a um diferente estado de equilíbrio. A configuração de equilíbrio, embora esteja sempre se deslocando, funciona como uma construção teórica imaginária que nos diz para onde os preços do mercado estão se movendo em cada instante. Mises não descarta o uso da análise de equilíbrio na interpretação teórica dos mercados mas, como Menger, ele acredita que os mercados operam em constante desequilíbrio.<sup>77</sup>

Menger enfatiza na teoria pura o comportamento economizador, dados os elementos naturais que compõem a base das escolhas individuais. Mises não considera de modo tão privilegiado o papel economizador. Ele leva em conta também o comportamento empresarial para a determinação do fenômeno de mercado. Os empresários miseanos são os que especulam, tiram proveitos de oportunidades de ganhos no mercado e inovam os processos de produção. A ação empresarial não se guia apenas pelos preços atuais observados no mercado, pois eles condicionam suas ações também pela expectativa de preços futuros. Há um elemento de expectativa inerente à ação empresarial. A ação dos empresários resulta no processo de mercado. As condições de mercado não são continuamente reestabelecidas como no modelo walrasiano de economia uniformemente circular. Para Mises, à medida que ocorrem mudanças nos dados subjetivos, a atuação dos empresários leva a uma outra configuração de mercado, o que caracteriza a sua

processualidade.<sup>78</sup> Na descrição misesiana do mercado competitivo, os preços são o resultado de um complexo ajustamento dos vendedores à demanda dos consumidores e a sua formação pode ser acompanhada pela teoria praxeológica, não sendo como em Menger um fenômeno histórico acidental.

Vemos portanto que as diferenças epistemológicas têm importantes implicações no estudo de conceitos econômicos fundamentais e na visão básica do papel da teoria. A investigação histórica permanece como um conhecimento ao lado da interpretação teórica, mas a relação entre teoria e história em Mises adquire um novo aspecto à luz do racionalismo da praxeologia. Todas as retificações de Mises aos resquícios objetivistas de Menger são explicadas à luz das diferenças epistemológicas entre eles. O capítulo conclusivo do livro sintetiza os efeitos da desomogeneização, mas até lá o que dissemos neste capítulo é suficiente. Vejamos agora o último autor austríaco que nos propomos a estudar.

## 4

## O Subjetivismo Evolucionista de Hayek

---

### A ÊNFASE NO PROBLEMA DAS FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS

Ao lado de Menger e Mises, Friedrich Hayek também elabora um sistema epistemológico importante na compreensão da Escola Austríaca. A sua obra é vasta, em quase setenta anos de assídua atividade intelectual ele publicou 26 livros e cerca de 250 artigos em periódicos especializados, nos quais ele discorre sobre um impressionante leque de temas. Embora se tenha notabilizado como economista, também contribuiu para desenvolvimentos em epistemologia, ética, jurisprudência, política, história das idéias e até em psicologia. Não pretendemos neste capítulo, e nem seria possível, discorrer sobre todos os aspectos da obra de Hayek, nosso objetivo é investigar a natureza da epistemologia “subjetivista evolucionista” de Hayek, mostrando a sua especificidade diante das epistemologias de Menger e Mises.

Friedrich August von Hayek nasceu em 1899 em Viena.<sup>1</sup> Pertencia a uma família de grande tradição acadêmica; seu avô paterno ensinava Zoologia na Universidade de Viena, o outro avô era colega de Böhm-Bawerk e professor de Direito Público na Universidade de Innsbruck, seu pai foi físico, os irmãos e os filhos de Hayek também viriam a seguir a tradição acadêmica. Em março de 1917, Hayek serviu como oficial no exército austríaco; em novembro do ano seguinte ele retornou à Viena após permanecer na Itália. Ainda estando no exército, concluiu o curso ginásial, o que o habilitou a ingressar na Universidade de Viena, logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Co-

meça então a estudar Direito, freqüentando as aulas de Wieser e Othmar Spann e cursando também disciplinas de Psicologia e Filosofia ministradas pelos professores Heinrich Gomperz, Adolf Stöhr e Robert Reiningir que dirigiam suas reflexões filosóficas para combater a idéias tidas como metafísicas e compartilhavam entre si uma perspectiva filosófica orientada pelas ciências naturais, notadamente pelos escritos filosóficos do físico e filósofo Ernst Mach. É quando Hayek começa a se interessar pelos escritos de Mach, que viriam a exercer sobre ele certa influência em epistemologia. Também marcou o pensamento de Hayek a leitura de Moritz Schlick.<sup>2</sup>

Nesse período, as idéias de Mach eram o centro da discussão filosófica. Elas conquistaram um considerável grau de penetração nos meios intelectuais vienenses. Mach foi um dos principais filósofos que contribuíram intelectualmente para a criação do “Círculo de Viena”, em 1919.<sup>3</sup> Antes da primavera de 1919, constava na lista de leituras de Hayek a obra de Mach *Conhecimento e Erro (Erkenntnis und Irrtum)*, é possível também que, por essa época, ele tenha lido outras obras desse autor, provavelmente os livros *A Ciência da Mecânica (Die Mechanik in ihrer Entwicklung)*, *Análise das Sensações (Analyse der Empfindungen)* e *Leituras Científicas Populares (Populär-wissenschaftliche Vorlesungen)*.<sup>4</sup>

Nessa época, além de estudar a disciplina de Direito, Hayek ocupou-se com questões filosóficas que o conduziram a se interessar por psicologia. A influência de Mach aparece nas reflexões filosófica de Hayek. Mach já havia influenciado o jovem Schumpeter quando este escreveu o seu tratado de epistemologia da Economia *Das Wesen*, em 1908.<sup>5</sup> Wieser discutiu a aplicabilidade do pensamento de Mach nas ciências econômicas. Naquele período, Ludwig Wittgenstein, primo distante de Hayek, também envolveu-se com as idéias de Mach. Todos eles buscavam no pensamento de Mach argumentos contrários à metafísica, muito embora Hayek não aceitasse todo o sistema filosófico dele, considerando a sua filosofia um tanto positivista. Hayek voltou-se seriamente para os argumentos de Mach depois que o nome de Othmar Spann começou a se destacar na Universidade de Viena. Hayek considerava Spann um economista cujas idéias filosóficas estavam bastante orientadas pela metafísica e a necessidade de recorrer a Mach contra ele tornou-se muito evidente.

Inicia-se, por essa época, a preocupação de Hayek com psicologia. Embora ele buscasse inicialmente em Mach respostas para questões de natureza filosófica, encontrou nas reflexões filosóficas dele alguns elementos úteis para estudos psicológicos. Em 1920, Hayek escreveu um

ensaio versando sobre psicologia e fisiologia dos sentidos, que trinta e poucos anos mais tarde iria se transformar no livro *The Sensory Order*.

O contato de Hayek com Mach, primeiro concentrando-se em problemas filosóficos e depois suscitando questões para a psicologia, foi a base a partir da qual se originou a sua epistemologia. Mach despertou em Hayek a crença na idéia de que nosso conhecimento de tudo o que existe são apenas sensações e de que não existe a noção kantiana da “coisa em si”, pois nada pode ser considerado para além de nossas sensações.<sup>6</sup> Mach acredita que as sensações “puras e simples” são os elementos de nossas percepções sensoriais como um todo e o conhecimento do mundo parte dessas sensações. Construir uma teoria, para ele, é organizar as sensações, classificando-as e estabelecendo conexões entre elas.

Estudos futuros iriam consolidar em Hayek a perspectiva epistemológica do subjetivismo evolucionista, que manteve a ênfase, já presente em sua juventude, no papel primordial das sensações. Hayek reteve a idéia de que o conhecimento não é o contato direto com a realidade externa, mas é tão-somente a análise das sensações provocadas por estímulos externos. As sensações são atributos de nós mesmos e não da realidade objetiva, e as teorias científicas apenas se limitam a fornecer uma boa descrição dos fenômenos. Hayek, no entanto, não aderiu integralmente ao “sensacionismo” de Mach e nem a todas as suas implicações filosóficas,<sup>7</sup> mas ele aceitou o aspecto básico do programa de Mach que consiste em explicar como o conhecimento é obtido a partir das sensações humanas. E, para Hayek, esta é uma questão que remete a estudos em psicologia sensorial.

Hayek hesita entre abraçar a Economia ou a Psicologia como carreira. Tendo optado pela primeira, o contato com o rico ambiente intelectual de Viena convenceram-o de que na compreensão dos problemas econômicos ele deveria se apoiar em ampla formação intelectual que abarcasse também outros campos. Após formar-se em 1921, decidiu-se pelos estudos em Ciências Políticas e, dois anos depois, receberia o título de doutor nessa disciplina. Por essa época, Hayek uniu-se a um grupo de intelectuais austríacos em encontros periódicos voltados ao debate de idéias. Dele faziam parte os economistas Gottfried von Haberler, Fritz Machlup e Oscar Morgenstern, o sociólogo Alfred Schütz, o filósofo político Eric Voegelin, o historiador F. Engel-Janose, os historiadores das artes Otto Benesch e J. Wilde, o musicólogo Emanuel Winternitz, o filósofo Felix Kaufmann, o psicanalista Robert Waelder e o matemático Karl, filho de Menger, entre outros.<sup>8</sup>

Vemos, portanto, que Hayek, no início de sua carreira, participa ativamente da vida intelectual vienense, não convivendo e trocando conhecimentos apenas com economistas. Hayek e seus colegas também se reuniam nos *Privatseminars* de Mises, de onde sairia o núcleo da quarta geração de economistas da Escola Austríaca, da qual Hayek foi o principal representante. Através de Mises, ele foi atraído ao círculo de economistas austríacos liderados por Böhm-Bawerk e Wieser.

Nessa época, Hayek trabalhou no escritório governamental que cuidava de reparações de guerra, tendo como diretor o próprio Mises. Foi o começo de uma estreita e frutífera relação intelectual entre eles. Mises influenciou as crenças políticas de Hayek, afastando-o das idéias socialistas moderadas do movimento fabiano em prol de concepções políticas na direção do liberalismo econômico. Hayek elabora então a sua visão liberal, unindo o pensamento de autores ingleses do século XVIII (Smith, Ferguson, Turker, Mandeville e outros) às idéias de Menger. Essas duas matrizes teóricas de seu pensamento político nele convivem em relativa harmonia. Do liberalismo clássico, Hayek toma emprestado a sua concepção de sociedade como um todo capaz de ordenar-se a si mesmo, sem que seja necessário organizá-la a partir de um centro de decisão, já que operam em seu interior forças espontâneas que são capazes, por si mesmas, de gerar a ordem requerida para a existência da vida social. Dos escritos de Menger, Hayek retira o programa que situa como sendo o objeto da ciência social a explicação de como a ordem social advém a partir das ações isoladas dos indivíduos como consequência não intencional. O pensamento econômico de Hayek foi moldado nesta visão básica e é certo que dela ele nunca se afastou ao longo de sua carreira.

Em março de 1923, o austríaco viaja à Nova York onde assiste às aulas de W.C. Mitchell em história do pensamento econômico e os seminários de J.B. Clark em política monetária. O estudo das novas técnicas em política monetária adotadas pelo *Federal Reserve System*<sup>9</sup> despertou o interesse de Hayek e pavimentou o caminho de sua primeira importante contribuição teórica em Economia. As décadas de 20 e 30 ocuparam-no em três ramos da teoria econômica: política monetária, teoria do capital e análise do ciclo econômico. Após a viagem aos EUA, Hayek sentiu-se estimulado pelas avançadas técnicas de análise de séries temporais e previsão de flutuações industriais que aprendera por lá. Junto com Mises, em 1927 fundam o “Instituto Austríaco para a Pesquisa em Ciclo dos Negócios”. Tendo Hayek como diretor, o instituto tornou-se o principal centro europeu em pesquisas nesse cam-

po. Em 1929, Hayek publica em periódicos do instituto comentários que antecipam idéias sobre os aspectos monetários do ciclo de investimentos, que foram depois desenvolvidas em seu primeiro livro o *Monetary Theory and the Trade Cycle*, traduzido para o inglês em 1933. Vimos no capítulo anterior que no ano de 1931 Hayek recebeu a visita de Lionel Robbins da London School of Economics, especialmente convidado a dar um parecer a quatro artigos de Hayek reunidos no *Prices and Production*. Também dissemos que na ocasião o austríaco foi convidado por Robbins a lecionar teoria econômica na London School. Hayek permaneceu oito anos por lá, época em que se tornou o principal opositor intelectual de John Maynard Keynes.

Os anos em que Hayek viveu em Londres submeteram-no a batalhas teóricas muito árduas contra opositores do porte de Maynard Keynes e Piero Sraffa. Outros economistas eminentes também tinham participado das controvérsias que giravam em torno de questões sobre ciclos econômicos, capital, investimento e poupança. Embora Hayek tenha se esforçado em rebater os críticos, suas idéias foram refutadas por boa parte da comunidade acadêmica. Hayek propunha uma explicação monetária dos ciclos econômicos em que a crise era ocasionada por oferta desproporcional de capitais. A expansão da oferta monetária, ao reduzir as taxas de juros, induz os agentes a investirem em excesso na obtenção de bens de produção. A crise é provocada pela desproporção entre bens de consumo e bens de produção. Isso levaria ao declínio nos investimentos e a uma perda de parte do capital produtivo, capital esse que havia sido superdimensionado em função de taxas de investimento excessivamente altas. A tese central da teoria dos ciclos de Hayek mantém que os fatores monetários são os responsáveis pela crise e que os ciclos aparecem quando se processam alterações reais na estrutura da produção.

O interesse de Hayek por questões técnicas em teoria econômica foi se arrefecendo no período por vários motivos. Primeiramente, pelas críticas que recebeu e pelo prestígio conferido às idéias de Keynes, seu opositor. Ao lado disso, e talvez mais decisivo, há o fato de Hayek, desde os anos de juventude em Viena, ter uma preocupação interdisciplinar e sendo assim ele não poderia se restringir apenas a trabalhos técnicos em Economia. Além disso, mesmo esses estudos conduziam inevitavelmente a questões que ultrapassavam o âmbito da disciplina econômica. Ainda nos anos em que permaneceu em Londres, Hayek em 1935 desenvolveu argumentos epistemológicos contra o socialismo no *Collectivist Economic Planning*. Ocasião em que ao lado de Mises par-



ticipou do Debate do Cálculo Socialista. O austríaco passa, a partir de então, a dedicar-se cada vez mais à reflexão filosófica, principalmente quando no ano seguinte, encantado pela leitura do *The Logic of Scientific Discovery*, de Karl Popper, convida-o a debater em seminário o seu último livro (de Popper) intitulado *Poverty of Historicism*.

As reflexões filosóficas trazidas pela Economia culminam no artigo “Economics and Knowledge”, publicado em 1937. Aqui Hayek demonstra claramente suas críticas à teoria ortodoxa e procura identificar um elemento empírico fundamental na análise econômica. Na próxima seção, faremos uma exposição detalhada desse ensaio. Por ora, pretendemos finalizar a presente seção reafirmando alguns pontos. O subjetivismo de Hayek foi sendo moldado desde os seus estudos iniciais em Viena. Embora tenha mantido estreita relação com Mises e sido o seu principal aliado nos anos 30 contra Oskar Lange, H.D. Dickinson e outros defensores do socialismo de mercado, Hayek nunca aderiu à visão epistemológica de Mises. O trabalho teórico, a crítica ao socialismo e a filosofia econômica conduziram Hayek a um projeto intelectual bastante interdisciplinar, afastando-o da ciência econômica *stricto sensu* a partir de então. Sua única obra em economia técnica após os anos 30 foi o *The Pure Theory of Capital*, de 1942.

Hayek, nos anos em que se dedicou à compreensão teórica dos processos econômicos, deparou-se com o problema das flutuações econômicas e procurou tratá-lo sem se afastar da crença de que os mercados seriam auto-reguladores. Também por essa época, ele concebeu suas idéias sobre a função epistêmica dos mercados, já presente em suas reflexões em teoria pura e que reapareceram no debate contra as teses socialistas. O conjunto das preocupações de Hayek até os anos 30 levava-o à visão básica de que a meta central dos estudos sociais é explicar a emergência da ordem na economia de mercado. A ciência deve identificar a existência de mecanismos automáticos capazes de facilitar o processo de coordenação das ações individuais atomizadas no mercado. Hayek não acredita que uma sociedade composta por mercados descentralizados e autônomos esteja sempre perfeitamente coordenada. O ensaio “Economics and Knowledge” representa a exposição sistemática do problema da coordenação que seria examinado novamente em diferentes estudos que se seguiram. O autor austríaco acredita na existência de falhas no processo de coordenação dos planos individuais nos mercados. Exemplificando, a inadequação da oferta de algum bem particular, em qualquer direção, evidencia que os planos dos produtores e dos consumidores deste bem não estão bem coordenados

uns com os outros. A plena coordenação dos planos individuais implicaria que os mercados estivessem operando em seu ponto de equilíbrio. Veremos que Hayek critica o conceito tradicional de equilíbrio, acreditando que os mercados na maioria das vezes trabalham em desequilíbrio. A descoordenação em si mesma fornece uma indicação da inconsistência dos planos e gera um incentivo para que produtores e consumidores efetuem os ajustes necessários. O mercado é essencialmente um processo ao longo do qual falhas de coordenação são parcialmente corrigidas.

As economias de mercado experimentam periodicamente profundas falhas de coordenação. Boa parte das contribuições teóricas de Hayek, nos anos 20 e 30, foi uma tentativa de descobrir as circunstâncias ou a seqüência de eventos que ocasionam essas falhas, levando a economia a uma depressão. Os estudos teóricos de Hayek em teoria do ciclo econômico, intimamente conectados com suas teorias da moeda e do capital, procuram dar conta desse fenômeno, mas Hayek considera que a compreensão do ciclo requer a abordagem interdisciplinar.

Coordenar as atividades em um dado período de tempo já representa um problema. Mais difícil e mais importante para se entender o funcionamento de uma economia de mercado é analisar o processo de coordenação intertemporal. O foco da pesquisa de Hayek em teoria econômica consiste em procurar compreender como advém a descoordenação intertemporal; e para isso ele se concentra em analisar o setor de bens de capital da economia. O processo de coordenação no tempo é considerado especialmente problemático nesse setor. Os produtores tomam suas decisões no presente antecipando as decisões futuras de outros produtores e dos consumidores. Dado o elemento temporal, há sempre a possibilidade de investimentos que se mostrarão errôneos dando margem a erros cumulativos. A análise do papel da política monetária é central em Hayek para se entender como advém as equivocadas taxas de investimento. Diz ele que quando uma expansão de crédito incrementa artificialmente as oportunidades de emprego em vários setores da economia, dadas as taxas de juros insustentavelmente baixas, cria-se um elemento que acaba sinalizando maus investimentos, dando origem a um *boom* econômico temporário.

Hayek procura explicar as flutuações econômicas com base na análise setorial da economia. Ele rejeita a interpretação keynesiana que parte de dados agregados, pois para ele não tem sentido comparar o nível agregado de investimento com a poupança total da economia. O capital agregado é um conjunto heterogêneo de máquinas, equipamen-

tos e insumos que não podem ser globalmente somados. A análise de Hayek do ciclo parte dos planos subjetivos individuais. A descoordenação dos planos é inerente aos mercados, porém dinamicamente, por um processo de tentativa e erro, os planos individuais entrariam cada vez mais em acordo uns com os outros. Se não o fazem, é pela ação perversa da política monetária que distorce o funcionamento dos mercados ao fazer com que as taxas de juros deixem de refletir as preferências intertemporais dos agentes.

Os trabalhos em teoria econômica acabaram convencendo Hayek da importância do fenômeno de mercado na compreensão do funcionamento de uma economia descentralizada. Com base em suas reflexões nesse tema, ele por fim veio a reconhecer a fragilidade do tratamento teórico dos mercados e a propor então uma nova linha de pesquisa de caráter interdisciplinar que procurasse investigar centralmente este problema.

## A EPISTEMOLOGIA DE HAYEK

### Conhecimento e coordenação nos mercados

As reflexões de Hayek no campo da epistemologia econômica compreendem um conjunto vastíssimo de livros e ensaios. O primeiro estudo sistemático relativo à natureza do conhecimento econômico aparece no artigo “Economics and Knowledge” de 1937. Antes disso, preocupações de Hayek com a questão do conhecimento humano surgem esporadicamente em seus estudos técnicos de teoria econômica versando sobre a natureza do capital e a explicação monetária dos ciclos econômicos. Também é lícito conjecturarmos que o ensaio em psicologia do jovem Hayek o tenha levado a reflexões de natureza epistemológica. No entanto, antes de 1937 o austríaco concentrou-se no desenvolvimento de técnicas de análise econômica, não oferecendo um estudo que se concentrasse prioritariamente em discorrer sobre a questão do conhecimento humano.<sup>10</sup>

A partir de então, excetuando-se o *The Pure Theory of Capital*, as reflexões de Hayek voltam-se quase integralmente aos problemas epistemológicos das ciências sociais. A evolução de suas idéias sobre

este aspecto deve-se muito ao seu envolvimento no Debate do Cálculo Socialista, mas suas idéias tiveram a ver também com as crenças anteriores de Hayek em psicologia, filosofia da ciência e teoria econômica. Hayek havia moldado o seu pensamento sob forte influência do subjetivismo de Mises, mas ele tinha clara consciência das limitações da praxeologia e nunca aceitou o apriorismo metodológico.<sup>11</sup> Como em Mises, seu ponto de partida na interpretação de fatos sociais é a idéia de que os agentes econômicos formulam planos subjetivos e, com base na consideração dos elementos contidos no plano, elegem um curso de ação.

Os aspectos que separam Hayek da praxeologia de Mises evidenciam a considerável distância entre o racionalismo do último e o “subjetivismo evolucionista” que caracteriza a visão de Hayek. A praxeologia elege como alvo principal da investigação teórica as relações lógicas que comandam o subjetivismo das escolhas individuais. A compreensão dos fenômenos econômicos ocorreria pela interação entre teoria e história. A análise praxeológica leva em conta apenas a percepção subjetiva dos indivíduos no comando de suas ações e assume que todos os dados oferecidos à teoria dizem respeito à esfera subjetiva pessoal. Assim, a teoria econômica só lida com o reino da subjetividade do agente e não se ocupa em ligá-lo ao reino dos fenômenos externos pela construção de uma ponte. Há um abismo separando o domínio subjetivo do agente das relações externas entre elementos objetivos. É claro que os elementos que compõem a subjetividade são atualizados por fatos externos que indicam a existência de erros e a necessidade de revisão dos planos anteriores. Mas a informação recolhida no mundo exterior à subjetividade é, ela mesma, um elemento subjetivo na medida em que se trata de interpretações pessoais de fatos e não de fatos concretos em si mesmos. O caso de Hayek é diferente e podemos arrolar tentativamente três pontos básicos que o afastam de Mises:

1. Hayek não aceita a separação completa entre mundo subjetivo e objetivo e procura investigar a relação entre eles.
2. Ele não considera que a teoria científica seja apenas a reprodução das condições em que atuam os agentes, mas que ela está em um plano epistemológico diferenciado.
3. A teoria da ação humana não pode ser construída, assentada, somente na lógica e em conceitos *a priori*. Há também elementos empíricos que devem ser considerados no corpo da teoria e não apenas na avaliação de sua adequação a contextos concretos.<sup>12</sup>

Com relação ao primeiro ponto, em Hayek não é suficiente ter-se em conta que os indivíduos constatarem erros no planejamento a partir da interpretação de ocorrências não previstas no plano. É necessário discurrir sobre como os erros alteram o conhecimento humano de modo a realimentar as expectativas individuais. Hayek comenta no “Economics and Knowledge” a necessidade de uma teoria da aprendizagem humana que investigue teórica e empiricamente se os indivíduos corrigem os planos de modo sistemático na direção de ações apropriadas de modo a evitar novamente o erro. A obra de psicologia *The Sensory Order* fundamenta o estudo do conhecimento dos agentes no mercado pela construção de uma “teoria da mente”, discorrendo sobre as relações entre o conhecimento subjetivo, a mente humana e os dados externos. Portanto, a teoria de Hayek sobre o conhecimento humano não desconsidera o papel do mundo objetivo dos “estados da natureza” e do mundo externo dos planos de ação dos demais indivíduos envolvidos no mesmo mercado.

O segundo ponto aparece recorrentemente no Debate do Cálculo Socialista e em muitos artigos, escritos anos depois, em que se identificam diferenças entre o conhecimento do agente e o da teoria econômica. No “The Use of Knowledge in Society” afirma-se que só o agente é capaz de conhecer as condições particulares do ambiente de mercado em que ele executa suas escolhas, e a teoria estaria num plano epistemológico diferente, pois o teórico não tem acesso ao conhecimento subjetivo individual.<sup>13</sup> A teoria estabelece situações que somente seriam observadas na presença de um certo grau de conhecimento, por ela mesma, das informações pessoais retidas e processadas pelos agentes, mas como tal conhecimento não está ao alcance da teoria, ela desconsidera as particularidades individuais dele e toma-o como um dado objetivo para a análise. No entanto, o verdadeiro conhecimento subjetivo que explica os processos sociais não está centralizado em uma única mente, pois ele se encontra disperso e fragmentado em um grande número de consciências individuais. O mercado desempenha uma função epistêmica ao processar e difundir a parte relevante do conhecimento individual de cada um de seus participantes, emitindo sinais que guiam a ação dos demais e que funcionam como uma síntese entre todas as particularidades individuais do conhecimento disperso.

Hayek não adere, entretanto, à dualidade epistemológica entre ator e observador, pois a mesma “teoria da mente” que explica a formação do conhecimento do agente aplica-se no entendimento do co-

nhocimento do teórico que busca formular uma visão científica da realidade, como podemos inferir da leitura do *The Sensory Order*. Então o segundo ponto da epistemologia de Hayek deve ser interpretado como uma assertiva que, ao mesmo tempo em que põe a teoria em um plano epistemológico diferenciado – pois ela só pode se edificar com base em conhecimento objetivo, em oposição ao tipo de conhecimento disperso que detém os indivíduos e que de fato alimenta o processo econômico – não afasta as duas epistemologias a ponto de se caracterizar uma dualidade epistemológica. Ou seja, a distinção epistemológica entre teoria e universo cognitivo dos agentes só se mantém na medida em que há uma impossibilidade prática do teórico observador alcançar as informações subjetivas dispersas entre os agentes. Tão logo esta impossibilidade seja parcialmente superada pela incorporação teórica de mais e mais informações subjetivas pessoais, os dois planos epistemológicos tendem a uma aproximação.

Com relação ao papel do elemento empírico para a teoria, devemos de início observar que Hayek acredita que a teoria deve explicar não apenas a lógica da escolha dentro de um cenário estático em que todos os parâmetros do problema já estejam estabelecidos. É preciso entender a processualidade do mercado à medida que uma nova avenida de informações vai sendo incorporada pelos agentes e renova-se o quadro em que se operam as escolhas individuais.

O economista neo-austriaco I. Kirzner avalia que a originalidade de Hayek consiste em propor um elemento empírico que

simplesmente fornece um padrão abstrato dentro do qual ocorre a ligação entre proposições puramente formais relevantes à escolha em certa data e proposições também puramente formais relevantes à escolha em data posterior.<sup>14</sup>

Na interpretação de Kirzner, a investigação empírica do processo de aprendizagem, de que fala Hayek, possibilitaria à teoria estabelecer um elo entre o conjunto de preços percebidos hoje e os preços esperados no futuro, interligando desta feita um conjunto de escolhas com outro em data posterior. Ele compara o processo de mercado a um filme que simula movimento a partir da sucessão de quadros estáticos.<sup>15</sup> Cada quadro em si mesmo seria compreensível em termos da “lógica pura da escolha”, mas o entendimento de como evoluem os quadros estáticos advém da observação empírica. Nas próprias palavras de Hayek no “Economics and Knowledge”:

Com explicações alocativas puramente formais, nenhuma decisão anterior pode ser utilizada a fim de explicar decisões posteriores com base na aprendizagem; se o padrão de meios e fins tido como relevante para os indivíduos na decisão anterior difere do padrão posterior tido como relevante, então não há, dentro da “estrutura de economização”, nada além de uma descontinuidade.<sup>16</sup>

A idéia de processualidade dos mercados já existia em Mises, mas a praxeologia considera suficiente a consideração do agente empresarial, um inovador criativo e atento a mudanças. O empresário de Mises é semelhante ao tipo ideal weberiano e pode ser considerado sem que se ultrapasse o âmbito do apriorismo. Hayek afirma no “Economics and Knowledge” que o problema da adaptação do agente aos novos fluxos de informações tem uma dimensão empírica.

É preciso, portanto, que se entenda qual é o papel da experiência para a construção de teorias no modelo hayekiano. Essa questão nos remete ao problema que viemos discutindo ao longo deste livro da relação entre teoria e história. Talvez a compreensão dos processos de aprendizagem requeira em Hayek a investigação histórica e só com ela sejam determinados os elementos empíricos incorporados à análise teórica do processo de mercado. No entanto, sabemos que Hayek, como Mises e Menger, também critica o historicismo e os seus argumentos neste tocante devem ser considerados. Hayek interpreta a sociedade e sua evolução histórica como um fenômeno complexo e como tal ela não pode ser diretamente observada sem a construção prévia de teorias. Os fenômenos naturais também são tidos como complexos, mas Hayek argumenta que a realidade social estrutura-se em um tipo diferente de complexidade.

Ilustremos essa idéia tomando a comparação com a física dos gases. Sabemos que os gases são compostos por moléculas que se movem desordenadamente em seu interior. Cada molécula propaga-se a uma certa velocidade e em uma direção particular. Hayek assevera que a complexidade deste tipo de fenômeno físico se associa a objetos com estrutura desorganizada. A teoria dos gases é um modelo que procura simplificar essa estrutura com o uso da estatística que agrupa as moléculas em classes de velocidades distribuídas ao longo da chamada curva de Maxwell-Boltzmann e deriva propriedades macroscópicas expressas em relações algébricas envolvendo conceitos como velocidade média, livre caminho médio, temperatura e pressão, como sabemos dos estudos de Física básica. As ciências sociais,

por outro lado, lidam com fenômenos de complexidade organizada em que os elementos não podem ser simplificados reunindo-os em agregados estatísticos, mas devem ser particularizados pelo tratamento teórico.<sup>17</sup>

A teoria social limita-se a descrever um padrão geral de ocorrências e portanto ela não explica eventos específicos observados na história, de acordo com o que Hayek denomina de “explicação em princípio”. Portanto, a incorporação pela teoria de proposições sobre o conhecimento dos agentes não é feita com base em resultados da análise histórica. Conjecturamos que no “Economics and Knowledge” Hayek já estivesse pensando em uma “teoria da mente” construída com base em proposições empíricas sobre o seu funcionamento. Essa teoria nos conduziria a uma lei da aprendizagem apoiada num modelo da evolução do conhecimento humano a partir da interação mente-cérebro. Talvez este seja o elemento empírico a qual ele se refere.

Se fosse possível identificar uma lei empírica psicológica que assegurasse a correta reorientação dos cursos de ações individuais, no sentido de garantir aos agentes uma maior previsibilidade e um menor espaço para a ocorrência de erros, Hayek estaria embasando suas crenças, mantidas de longa data, na eficiência auto-regulatória dos mercados. Hayek sempre acreditou no funcionamento ordenado das economias de mercado e sendo assim sua principal preocupação teórica em Economia foi explicar o fenômeno dos ciclos econômicos sem abandonar a idéia de ordem.

Na época em que desenvolveu a sua teoria dos ciclos, ele partiu da constatação de que as flutuações ocorrem porque os preços flexíveis não asseguram o equilíbrio automático entre oferta e demanda em cada mercado. Um certo comentador explica que embora no *Monetary Theory and the Trade Cycle* Hayek tenha se associado à teoria do equilíbrio, desenvolvida por Walras, considerando-a imprescindível em qualquer explicação econômica, ele já havia se dado conta das limitações do instrumental de equilíbrio em interpretar as situações de desequilíbrio que de fato ocorriam na economia.<sup>18</sup> Os mercados reais trabalham em desequilíbrio e o conceito de equilíbrio teria, portanto, um uso limitado, funcionando como uma explicação heurística de como o vetor de preços e quantidade estaria caminhando em dado instante do tempo, orientado por um ponto de equilíbrio o qual estaria, ele mesmo, sujeito a alterações intermitentes. Hayek, em seus estudos da teoria monetária do ciclo, não abandona a noção de equilíbrio, mas ele percebe claramente as suas limitações em descrever a realidade.



As reflexões epistemológicas do austríaco culminam na revisão do conceito de equilíbrio explicitamente tratado no ensaio de 1937 como representando não mais a idéia de preços que igualam a oferta à demanda, mas significando uma proposição específica sobre a aquisição de conhecimento pelos agentes. Tudo o que o uso do conceito de equilíbrio na explicação econômica havia concluído até então eram meras tautologias sobre o processo de escolha individual,

aquelas seqüências de proposições que são necessariamente verdadeiras porque elas são meras transformações das hipóteses a partir das quais começamos e que constituem o conteúdo principal da análise de equilíbrio.

A análise de equilíbrio só contempla as implicações lógicas das escolhas individuais (a lógica pura da escolha) e dela não se pode derivar nada além de

um conjunto de proposições evidentes por si mesmas que, do mesmo modo que na matemática e na geometria, não estão sujeitas a outro teste a não ser o da consistência interna.<sup>19</sup>

O conceito de equilíbrio não dá conta de explicar as causas dos fenômenos que ocorrem no processo social. A própria idéia de equilíbrio pressupõe hipóteses específicas sobre aquisição e transmissão de conhecimento que ainda não tinham sido claramente explicitadas pela teoria econômica.

A noção de equilíbrio empregada na teoria tradicional só descreve as escolhas de indivíduos isolados e como tal não se aplica diretamente à explicação das relações sociais entre eles, permanecendo suas conclusões isoladas em si mesmas. A condição de equilíbrio quando aplicada a uma única pessoa significa apenas que a sua ação realiza um plano subjetivo previamente idealizado. Hayek, no entanto, defende o uso do conceito no estudo das relações entre ações de diferentes pessoas, separando o equilíbrio individual do equilíbrio em sociedade.

Todas as proposições da análise do equilíbrio, tal como a proposição de que os valores relativos irão corresponder aos custos relativos, ou de que um indivíduo irá igualar os retornos marginais de qualquer um dos fatores em seus diferentes usos, são proposições sobre relações entre ações.<sup>20</sup>

O principal aspecto na revisão hayekiana do conceito tradicional de equilíbrio é a sua ênfase na subjetividade das escolhas individuais na explicação dos processos de coordenação social. Os indivíduos que atuam no mercado formulam, a cada instante, um plano de ação, e os fatos que alimentam as expectativas de cada plano são considerações subjetivas advindas das percepções particulares de dados objetivos. Cada qual interpreta as circunstâncias objetivas à sua maneira. Sendo assim, como é possível a existência de um processo de coordenação das ações individuais? Respondendo a essa questão, Hayek examina o significado do conceito de equilíbrio no entendimento do processo de interação social. Em sociedade, a noção de equilíbrio implica a idéia de compatibilidade de planos subjetivos entre diferentes indivíduos.<sup>21</sup>

Em cada plano individual constam elementos que dizem respeito à própria situação do indivíduo considerado, suas preferências, sua restrição orçamentária e a disponibilidade de recursos e técnicas, bem como elementos que se referem às expectativas que ele formula quanto à ação dos outros agentes no mercado, isto é, quanto ao que ele considera ser os planos dos demais. Assim, alguns elementos que compõem o plano dizem respeito aos planos de outros indivíduos, de modo que há entre eles uma certa sobreposição de planos. E a condição de equilíbrio em sociedade implica uma extraordinária coincidência de avaliações subjetivas: para um dado indivíduo, a ação dos demais deve corresponder ao que constava em seu plano e a sua própria ação deve atender às expectativas que todos os demais formularam a esse respeito. Hayek não postula que essa enorme coincidência ocorra de fato e, portanto, os mercados reais operam em constante desequilíbrio.

Mesmo reconhecendo que o estado de equilíbrio jamais será alcançado, Hayek considera útil a hipótese de que a cada instante exista uma tendência ao equilíbrio, o que conduz de imediato a uma investigação sobre o processo de aquisição de conhecimento subjetivo pelos agentes.

A partir daqui não poderíamos avançar muito mais a menos que pergunte-mos quais as razões do nosso interesse pela reconhecida ficção do estado de equilíbrio. Qualquer coisa que ocasionalmente tenha sido dita pelos economistas puros, parece não haver possibilidade de dúvida de que a única justificativa para isto é a suposta existência de uma tendência ao equilíbrio.

Se a teoria que explica a aprendizagem dos agentes nos assegura de que com base numa lei psicológica eles aprenderão a formular ex-

pectativas mais corretas, a tendência ao equilíbrio em cada instante está assegurada. Qualquer que seja a natureza da explicação do processo de aprendizagem que conduz ao equilíbrio de mercado, ela terá uma base empírica:

É somente por essa asserção de que tal tendência existe que a Economia deixa de ser um exercício em lógica pura e se torna uma ciência empírica.<sup>22</sup>

A constatação de que existe uma tendência ao equilíbrio não nos assegura entretanto que o equilíbrio venha a se estabelecer. Se a construção do equilíbrio é apenas um artifício que descreve um estado imaginário, qual a utilidade em se utilizar este conceito? Hayek responde que:

Sua justificativa não é que ele nos permite explicar por que as condições reais deveriam sempre em qualquer grau aproximar-se em direção a um estado de equilíbrio, mas que a observação mostra que elas em alguma extensão se aproximam...<sup>23</sup>

A hipótese de equilíbrio só se concretizaria se os agentes tivessem conhecimento perfeito, mas tal hipótese contradiria as limitações da mente humana. O conceito de equilíbrio em Hayek é compatível com a praxeologia de Mises, porque ele só enfatiza a consistência entre planos subjetivos. Mises também reconhece que a condição de equilíbrio nunca é satisfeita. No entanto, a análise que se segue no “Economics and Knowledge” das implicações desse conceito no estudo dos processos de mercado é inteiramente estranha à epistemologia racionalista.

Após definir o conceito de equilíbrio, Hayek abandona a perspectiva subjetivista e passa a teorizar sobre as relações do mundo subjetivo com o mundo externo objetivo. Em Mises, como vimos, nenhuma consideração é feita ao mundo objetivo pois só interessam as interpretações feitas pelo agente. O subjetivismo evolucionista não segue essa estratégia e está sempre voltado a investigar como os elementos externos alimentam a percepção subjetiva individual. Assim, Hayek identifica dois mundos, o mundo interno da subjetividade do agente e o mundo externo dos dados objetivos, e investiga a relação entre eles. Hayek considera útil para a teoria o conceito de “equilíbrio temporário” que não requer conhecimento perfeito mas supõe apenas coerência entre as ações concretas dos indivíduos dentro de um período de tempo. O equilíbrio temporário será rompido em algum instante futuro por três motivos:

1. Se os planos forem incompatíveis, em algum momento as ações deixarão de ser consistentes entre si porque certas expectativas em pelo menos um dos planos individuais não são compatíveis com as expectativas formuladas em outros planos. Em algum momento as diferentes expectativas implicarão ações mutuamente inconsistentes e o equilíbrio temporário estará rompido. Nesse caso, Hayek nos diz que a incompatibilidade das ações é gerada endogenamente.
2. Os planos eram compatíveis até então, mas mudanças nos dados externos tornaram os planos e as ações decorrentes incompatíveis entre si. Quando se modificam planos individuais, em face de mudanças nos dados externos, eles podem deixar de ser compatíveis entre si e ações conflitantes poderiam interromper o equilíbrio temporário. A inconsistência entre as ações é produzida exogenamente.
3. O planos são consistentes entre si mas não correspondem a dados externos. No momento em que é identificado o erro nas expectativas em relação aos dados externos, os planos individuais são revisados desencadeando ações que podem não mais ser compatíveis entre si e desta forma romperão o equilíbrio temporário.

A análise anterior nos leva a concluir que o conceito de equilíbrio de Hayek, embora seja definido como consistência entre expectativas, também incorpora a noção de correspondência com fatos externos objetivos. Tal observação jamais seria aceita pela praxeologia de Mises, mas é um elemento importante da análise de Hayek. Se não houver uma correspondência entre as expectativas incorporadas nos planos individuais e o “estado da natureza”, em algum momento o equilíbrio será rompido mesmo que os planos subjetivos sejam coerentes entre si. Os indivíduos não têm como saber de antemão se no início do período os elementos subjetivos considerados no plano correspondem aos dados externos, mas na hipótese de que os planos são consistentes entre si e de que eles saibam disso, se houver a ruptura do estado de equilíbrio eles saberão *a posteriori* que os dados externos não correspondem ao que todos tinham imaginado.

Mesmo que haja consistência de planos e correspondência entre dados subjetivos e dados objetivos, o estado de equilíbrio não permanecerá, uma vez que os dados objetivos estão sempre se alterando com o tempo. O desequilíbrio decorrente da frustração de expectativas origina a processualidade do mercado, na medida em que os agentes estão sempre reorientando seus planos e as decorrentes ações quando constatarem erros de avaliação. Se ocorre de fato a aprendizagem no

mercado, os erros são minimizados de modo que a cada momento podemos identificar uma certa tendência ao equilíbrio, muito embora saibamos que as ações estarão sendo constantemente revistas à medida que o vetor de equilíbrio se deslocar no tempo. A simples tendência ao equilíbrio, mesmo que o equilíbrio nunca possa ser alcançado, já tornaria o conceito extremamente útil para a análise econômica.

Tanto é assim que na sua maior obra em teoria econômica o *The Pure Theory of Capital*, publicada quatro anos depois de Hayek ter feito sua revisão crítica do conceito de equilíbrio, ele não abandonou o uso do conceito em sua teoria do capital.<sup>24</sup> No entanto, Hayek reconhece no início do livro que a técnica da análise do equilíbrio é apenas uma etapa preparatória para uma compreensão verdadeiramente dinâmica dos processos econômicos. Na análise dinâmica, que se contrapõe à análise de equilíbrio, a preocupação seria em identificar as relações causais entre as variáveis ao longo do tempo.

Quando é usada em oposição à análise de equilíbrio em geral, ela se refere a uma explicação do processo econômico como um processo no tempo, uma explicação em termos de causação que deve necessariamente ser tratada como uma cadeia de seqüências históricas. O que encontramos aqui não é a interdependência mútua entre todos os fenômenos mas a dependência unilateral do evento subsequente para com o evento precedente. Este tipo de explicação causal do processo no tempo é claramente a meta suprema de toda a análise econômica, e a análise do equilíbrio é significativa apenas na medida em que ela é preparatória para esta tarefa principal.<sup>25</sup>

No entanto, Hayek não considerava possível o uso do tratamento dinâmico no estágio em que a teoria se encontrava e, portanto, ele ainda utiliza a noção de equilíbrio, mesmo tendo abandonado a hipótese de estado estacionário,

... entre o conceito de estado estacionário e os problemas de dinâmica neste contexto, há um campo intermediário no qual temos de passar a fim de ir de um a outro.

E para esse campo intermediário:

Tudo o que o uso do termo dinâmica significa aqui é que não postulamos a existência de um estado estacionário; mas ele nada diz sobre o método que estamos utilizando.<sup>26</sup>

A persistência na noção de equilíbrio significa que Hayek acredita que tal noção também se aplica fora do estado estacionário, no qual as pessoas aprenderam a prever corretamente as mudanças que ocorrerão nas ações dos demais. Portanto, mesmo fora do estado estacionário é possível a correspondência de planos,

não porque as pessoas ainda continuam a fazer o que elas vinham fazendo no passado, mas porque elas prevêm corretamente quais mudanças ocorrerão nas ações das outras pessoas.<sup>27</sup>

O equilíbrio intertemporal não poderia existir, concorda Hayek, mas ele funciona como uma condição ideal para o bom funcionamento da economia.

Os estudos de Hayek sobre o conhecimento individual, além de permitirem uma revisão da teoria do equilíbrio, possibilitaram a Hayek a criação de um modelo de funcionamento dos mercados que serviu como ponto de partida de suas críticas contra o “cientificismo” e o planejamento centralizado da economia. Hayek destacou a função epistêmica do mercado em processar informações dispersas entre os agentes que só conhecem as condições particulares do mundo em sua volta.

É realçado por ele o problema da “divisão do conhecimento” que seria, no funcionamento da economia, tão importante quanto a “divisão do trabalho” de Smith:

O problema que pretendemos resolver é o de como a interação espontânea entre um número de pessoas, cada qual possuindo apenas pedaços de conhecimento, leva a um estado de negócios em que os preços correspondem aos custos etc., e que poderia ser ocasionado por uma orientação deliberada somente por alguém que possuísse o conhecimento combinado de todos aqueles indivíduos.<sup>28</sup>

O mercado funciona como um mecanismo para comunicar informações sintetizando as informações particulares em dados sobre preços. Os próprios preços servem como sinais de orientação dos agentes, embora ainda carreguem alguma ambigüidade de significado. O mercado, ao processar informações e emitir sinais, possibilita o processo de coordenação. O planejamento centralizado não poderia substituí-lo, pois o órgão central de planejamento não teria como coletar todas as informações relevantes que estão dispersas entre os agentes e que são efeti-

vamente consideradas no processo de mercado. A teoria econômica, mesmo a que só considera a subjetividade do indivíduo, não tem acesso à esfera do conhecimento individual e, sendo assim, seus modelos possuem um alcance limitado como instrumento de intervenção na vida econômica. Vemos, portanto, que as teses epistemológicas de Hayek estão perfeitamente integradas às suas crenças mais gerais do funcionamento da sociedade.<sup>29</sup>

Ainda na exposição da epistemologia de Hayek, veremos na próxima seção os estudos psicológicos de Hayek, que nos ajudarão a compreender a natureza da epistemologia subjetivista evolucionista.

## Fundamentos psicológicos da epistemologia de Hayek

Mises e Hayek incorporam o subjetivismo na análise econômica, mas enquanto o primeiro autor acredita que os elementos que compõem a subjetividade individual são apenas significados atribuídos a eventos externos pelo ator e só podem ser identificados pela teoria através da introspecção do observador, Hayek não segue este caminho. Ele acredita ser possível um estudo da natureza da subjetividade das sensações e do pensamento em um modelo descritivo das relações entre mente, cérebro e processos objetivos e externos. O subjetivismo racionalista da praxeologia apenas infere os dados da subjetividade a partir da observação das escolhas individuais, já o subjetivismo na versão de Hayek procura dar um tratamento científico à questão do conhecimento humano pela “teoria da mente”. Assim, para ele, o acesso teórico ao reino da subjetividade não segue apenas o caminho da introspecção e as características da subjetividade do agente podem ser mais bem compreendidas pelo estudo psicológico da maneira em que as sensações são formadas na mente humana.

Vimos, na seção inicial deste capítulo, que Hayek desde muito cedo preocupou-se com essa questão e que as influências do “sensacionismo” de Ernst Mach leva-o a escrever o seu ensaio psicológico no início dos anos 20. Não encontramos esse ensaio psicológico e suspeitamos que ele nunca tenha sido lançado para o público em geral, mas sabemos de alguns aspectos dele pelos relatos autobiográficos de Hayek.<sup>30</sup> Sabemos, portanto, que Mach despertou em Hayek o interesse pelo estudo das sensações, e podemos afirmar com segurança que Hayek nunca seguiu as concepções filosóficas do convencionalismo de Mach. Mesmo no campo da psicologia sensorial ele havia rejeitado o

conceito de sensações “puras e simples”. Em seus relatos autobiográficos, Hayek escreve que o interesse pelas idéias filosóficas de Mach surgiu como uma contraposição às crenças metafísicas da época, embora ele não tenha aceito todo o “positivismo” de Mach:

Neste momento, estávamos procurando por argumentos antimetafísicos que de fato encontramos em Mach, muito embora não tenha sido fácil para nós engolir todo o positivismo de Mach... Mach era praticamente a única fonte de argumentos contrários a uma atitude metafísica e nebulosa, e então nos esforçamos por todos aqueles anos para considerar o positivismo, que obviamente continha muito de verdade, retendo dele aquelas partes que seriam em alguma extensão aplicáveis às ciências sociais e às humanidades e que mantinham claramente um amplo núcleo de verdade.

Sobre a rejeição do conceito de “sensações puras e simples” ele nos conta:

Uma vez que Mach tinha qualificado as muitas conexões entre as sensações como “relações”, fui finalmente forçado a concluir que a estrutura global do mundo sensorial seria derivada das “relações” e que poderíamos desta forma rejeitar completamente o conceito de sensações puras e simples que desempenhava um amplo papel em Mach.<sup>31</sup>

Hayek percebeu por essa época que o conceito de “relação entre sensações” é o que seria importante na descrição dos processos sensoriais. As sensações unitárias se relacionam quando elas estão conectadas. Duas relações estão conectadas quando a manifestação de uma delas induz a ocorrência simultânea, ou decorrido um lapso de tempo da outra sensação. Todas as sensações unitárias em nossa mente estão interligadas a muitas outras sensações, de modo que a sua ocorrência nunca ocorre isoladamente. O amplo conjunto de ligações entre elas confere ao mundo sensorial uma totalidade estruturada que funciona de modo ordenado. Portanto, o sistema de relações entre sensações configura uma “ordem sensorial”. O que caracteriza a ordem sensorial é a existência de um padrão de regularidade na maneira em que as várias sensações estão relacionadas.

Hayek e Mises colocam como problema básico da epistemologia entender a maneira em que o conhecimento é obtido pela mente humana. Esta preocupação não aparece no naturalismo de Menger. Mas as diferenças entre aqueles dois é que só Hayek liga a questão do co-



nhcimento com a estrutura mental das relações entre sensações, enquanto que Mises só considera a introspecção e a interpretação hermenêutica de significados. O modelo sensorial de Hayek nos diz que o conhecimento do mundo externo se dá pela classificação dos seus objetos, agrupando-os em classes que não são atributos dos objetos, mas estão assentadas em conexões anteriormente criadas em nosso sistema nervoso. Mach se ocupou com a classificação sistemática das sensações simples, enquanto Hayek está voltado a entender como os objetos são classificados pela mente a partir da estrutura mental de sensações relacionadas.

Os estudos iniciais de Hayek em psicologia sensorial foram depois postos de lado por mais de três décadas, época em que ele se concentrou em questões técnicas de Economia. Mas mesmo estando trabalhando na interpretação de fatos econômicos, Hayek nunca se desencilhou da idéia de que esta ciência teria algo a ver com os problemas psicológicos que ele havia investigado, pois a Economia lida com as escolhas humanas, que, por sua vez dependem de conhecimento subjetivo. Em sua teoria dos ciclos econômicos, ele tinha constatado a importância do conhecimento do agente e no ensaio “Economics and Knowledge” ele havia lançado a questão do processo de aprendizagem dos agentes como um problema empírico. Quando radicado na Universidade de Chicago, Hayek considerou útil ao esclarecimento teórico dos processos sociais aprofundar os estudos anteriores em psicologia, e em 1952 ele publica o livro *The Sensory Order*.

O livro parte da mesma crítica à Mach que tinha sido a base do ensaio anterior em psicologia. Já em sua introdução Hayek escreve:

Eu ainda me lembro nitidamente como em estando lendo Mach, em uma experiência muito similar ao que o próprio Mach descreve com referência ao conceito de Kant do *Ding an sich*, subitamente dei-me conta de como um desenvolvimento consistente da análise de Mach da organização perceptiva torna o seu próprio conceito de elementos sensoriais supérfluo e ocioso, uma construção inútil em conflito com muito de sua aguda análise psicológica.<sup>32</sup>

Hayek considera esse livro como sendo uma investigação no campo da “psicologia teórica”, onde ele se preocupa em desenvolver ferramentas conceituais e não análise empírica detalhada do funcionamento da mente, muito embora o austríaco utilize nesse trabalho resultados empíricos obtidos da neuropsicologia da época. Hayek identifica os

princípios de funcionamento da mente e a maneira como eles governam a percepção subjetiva do mundo externo.

A idéia de que a realidade objetiva não pode ser compreendida diretamente, mas apenas a partir de sua interação com elementos dos sentidos, pode ser remetida à noção kantiana de “fenômeno”. Nesse sentido a epistemologia de Hayek tem raízes kantianas. Kant acreditava que o conhecimento do fenômeno seria obtido pelo uso de categorias *a priori* do pensamento, no entanto Hayek não enfatiza categorias mas o modo como a estrutura sensorial permite a obtenção do conhecimento. As categorias de Kant são atemporais e universais enquanto a ordem sensorial muda constantemente ao sabor do acúmulo de percepções passadas. Há em Hayek uma interação da mente com os fenômenos que submete a ordem sensorial a avanços evolutivos, condicionando as mudanças no conhecimento humano. Começamos a esclarecer, portanto, porque denominamos a sua epistemologia de “subjetivismo evolucionista”.

O *The Sensory Order* fornece um fundamento científico ao subjetivismo calcado no estudo da relação entre a mente e o cérebro. Isto, porém, não significa que para Hayek os processos mentais sejam redutíveis em última instância a mecanismos biológicos. Ao longo de sua carreira, Hayek nunca aceitou o reducionismo que acredita ser possível entender os homens e suas idéias em analogia a uma máquina com células no lugar de engrenagens. Hayek adere ao dualismo ontológico muito embora ele aceite algum tipo de interação entre mente e cérebro. É essencialmente o mesmo pensamento de Popper expresso no livro *The Self and its Brain*.<sup>33</sup> O pensamento epistemológico de Hayek pode ser colocado em uma linha de continuidade ao longo do tempo interligando Mach a Popper e passando por H. von Helmholtz, Poincaré, W. Wundt, W. James e G.E. Müller, entre outros.<sup>34</sup>

Nos ensaios contra o “cálculo socialista” e na teoria técnica, Hayek partia do pressuposto de que as informações econômicas relevantes estão dispersas entre os indivíduos e o conhecimento que comanda a ação do agente é tomado por ele subjetivamente, agora no *The Sensory Order* ele oferece o que pretende ser uma explicação científica da natureza do conhecimento subjetivo. Logo em seu prefácio Hayek comenta a importância desse estudo para a solução de problemas colocados à investigação social,

... embora meu trabalho me tenha levado para longe da psicologia, a idéia básica então concebida tinha continuado a ocupar-me; seu perfil havia se

desenvolvido gradualmente, e ela tinha se provado útil ao lidar com os problemas dos métodos das ciências sociais. Ao final, foi o interesse pelo caráter lógico da teoria social que me forçou a reexaminar sistematicamente minhas idéias em psicologia teórica.<sup>35</sup>

Hayek não considera que ele tenha resolvido o problema central da natureza dos fenômenos mentais, no entanto ele acredita que suas conclusões, embora parciais, tenham uma implicação importante na filosofia das ciências sociais:

As partes do problema em que me sinto toleravelmente confiante que eu tenha algo de importante a dizer são o enunciado do problema, os princípios gerais de sua solução e algumas das conseqüências que se seguem dela para a epistemologia e a metodologia das ciências.<sup>36</sup>

No desenvolvimento de sua teoria, Hayek começa separando conceitualmente o mundo dos objetos físicos do mundo sensorial ou fenomenológico. Os eventos que ocorrem em cada um desses mundos estão dispostos ordenadamente segundo um critério de classificação particular. No mundo sensorial, a classificação dos eventos é fornecida por nossos sentidos de acordo com suas propriedades sensoriais que são as suas “qualidades”. No mundo físico os eventos são classificados pelas suas relações uns com os outros dentro da ordem física. O problema que se coloca para a psicologia sensorial é entender a relação entre essas duas ordens, ou seja, explicar por que os eventos físicos manifestam uma ordem diferente quando consideramos os efeitos de estímulos externos em nossos sentidos.

O que a psicologia tem de explicar não é algo conhecido apenas através daquela técnica especial conhecida como “introspecção”, mas algo que nós experimentamos sempre que aprendemos alguma coisa sobre o mundo externo e através do qual realmente conhecemos o mundo externo; e que ainda não ocupa um lugar em nosso quadro específico do mundo externo e de modo algum está explicado pelas ciências que lidam com o mundo externo: as qualidades.<sup>37</sup>

Qual a natureza do processo que transforma uma situação física externa num certo quadro sensorial? A resposta a essa questão requer uma investigação do funcionamento sensorial do organismo humano.<sup>38</sup>

Para tanto, Hayek define alguns conceitos:

1. Estímulo: é o evento externo que produz uma certa perturbação em algumas fibras nervosas que é conduzida do ponto em que age a algum outro ponto do sistema nervoso.
2. Impulso: o que é produzido na fibra nervosa e se propaga por ela.

A teoria psicológica deve explicar como os diferentes estímulos afetam o nosso sistema nervoso e como eles são classificados pelo mesmo. Hayek utiliza-se, de início, de um resultado empírico obtido por Johannes Müller, conhecido como “princípio da energia específica dos nervos”, que afirma ser o efeito do impulso independente do estímulo, e que qualquer efeito se deve ao impulso particular e não ao estímulo. Ou seja, a sensação depende da fibra que carrega o impulso e não do estímulo externo que causou o impulso. Müller nega até mesmo que o impulso nervoso transmita ao cérebro um atributo do estímulo.

Hayek aceita o princípio, de natureza experimental, obtido por Müller, mas ele rompe com Müller e outros neuropsicólogos da época em um aspecto fundamental: como a sensação não depende do impulso mas tão-somente da fibra na qual ele se propaga, Müller acreditou que haveria diferenças nas propriedades físicas dos impulsos, diferenças de qualidade entre as fibras nervosas. Hayek nega esta crença, de certa forma induzida, mas não inteiramente autorizada pelos achados empíricos de Müller. Hayek assevera que o caráter do impulso, isto é, o aspecto físico do neurônio e o modo como ele é afetado pelo sinal elétrico, é sempre o mesmo, independentemente de qual seja a natureza do estímulo e do impulso em questão. Para Hayek, de fato, os impulsos transportados em diferentes fibras são qualitativamente idênticos.

A evidência que possuímos sugere, de fato, que os impulsos transmitidos por diferentes fibras, pelo menos no interior de qualquer uma das modalidades do sentido, são qualitativamente idênticos ...<sup>39</sup>

Já que não há diferenças qualitativas entre impulsos, por que os seus efeitos na ordem sensorial não seriam os mesmos, isto é, como seríamos capazes de reconhecer diferentes qualidades em nossas sensações? Hayek responde que os efeitos dos impulsos são diferentes porque eles dependem da posição particular de cada um na estrutura global do sistema nervoso.

Destarte, parece que a causa dos efeitos específicos dos impulsos em diferentes fibras deve ser encontrada não nos atributos dos impulsos individuais mas na posição da fibra na organização central do sistema nervoso.<sup>40</sup>

As qualidades sensoriais dependem da organização topológica da rede de fibras nervosas. A rede de fibras nervosas e de impulsos produzidos nas fibras constitui uma ordem neurológica que tem uma base física em átomos, moléculas e células. Mas essa ordem não se confunde com a ordem sensorial. A ordem neurológica pode ser conhecida até um certo ponto em experiências de laboratório, no entanto a ordem sensorial não pode ser explicada diretamente a partir da ordem neurológica, pois o reducionismo completo de uma a outra violaria o dualismo ontológico de Hayek. Mas há ainda uma relação entre essas duas ordens que Hayek acredita explicar pelo conceito de isomorfismo: a correspondência estrutural entre dois “sistemas de elementos relacionados”, de modo que quando comparamos os dois sistemas, as relações conectando os elementos internos a um dos sistemas possuem a mesma propriedade formal que se verifica nas relações do outro sistema.

O isomorfismo entre a ordem neurológica e a ordem sensorial não implica portanto uma correspondência biunívoca entre impulsos e sensações.

O isomorfismo entre duas estruturas ou ordens não implica isomorfismo entre quaisquer propriedades que seus elementos possam possuir exceto seu lugar na estrutura.<sup>41</sup>

As qualidades sensoriais não estão atadas aos impulsos fisiológicos, mas a ordem sensorial como um todo é condicionada pelo sistema de conexões entre as fibras nervosas. Desta maneira a mente interage com o cérebro mas não podemos reduzir os fenômenos mentais a fenômenos puramente neurológicos. Hayek não acredita que os eventos mentais possam ser entendidos em termos de processos físicos ou que sentenças sobre fenômenos mentais possam ser reduzidas a sentenças sobre fenômenos físicos observáveis. A sensação para Hayek é um fenômeno inteiramente subjetivo que não pode ser entendido pelos métodos das ciências experimentais. Trata-se do dualismo interacionista de Hayek, uma interpretação do problema mente-cérebro que nos parece um tanto polêmica. Mas uma vez admitido o dualismo interacionista, o problema central do *The Sensory Order* é explicar a relação entre a ordem neurológica e a ordem física dos fenômenos externos.

A ordem neurológica e a ordem do mundo físico externo não são isomórficas entre si, e portanto a ordem sensorial também não é isomórfica a esse mundo físico, pois de duas ordens isomórficas entre si, se uma delas não é isomórfica em relação a uma terceira ordem a outra também não o será. No entanto, o mundo dos objetos externos é de alguma forma reproduzido na mente humana e é isso o que nos permite uma certa orientação em relação às condições que nos rodeiam.

O problema que a existência do fenômeno mental levanta é assim o de como em uma parte da ordem física (nomeadamente um organismo) um subsistema poderia ser formado, no qual, em algum sentido (ainda a ser mais bem definido) ele pode ser dito como estando refletindo alguns aspectos da ordem física como um todo, e que desta forma possibilita ao organismo que contém esta reprodução parcial da ordem ambiental comportar-se apropriadamente em relação ao seu contorno.<sup>42</sup>

A explicação hayekiana de como o mundo externo afeta a mente, e portanto o conhecimento humano, utiliza-se de um modelo evolucionista de desenvolvimento da mente.

Hayek afirma que o sistema de conexões entre fibras que caracteriza a ordem neurológica é adquirido no curso do desenvolvimento da espécie humana e dos indivíduos ao longo da vida por um tipo de aprendizado, à medida que a mente interage com as ocorrências externas. O conhecimento obtido pela mente em cada estágio age sobre o cérebro induzindo o sistema neurológico a reproduzir certas relações existentes no ambiente físico entre os estímulos externos que desencadeiam os impulsos. No processo evolutivo da mente humana, em cada estágio há, portanto, o desenvolvimento do cérebro propiciado pelo trabalho ativo da ordem sensorial. Através da experiência com o mundo externo, a mente leva o sistema nervoso a produzir um “mapa” desse mundo em suas ligações entre neurônios. O mapa está em constante mutação à medida que a mente interage com o meio externo. Cada um dos mapas orientará a formação da correspondente ordem sensorial que permite à mente a compreensão do mundo externo num estágio futuro.

As sensações não ficam preservadas na memória, pelo contrário, as sensações afetam o cérebro e como resultado a nova estrutura fisiológica fornece o quadro de ligações que condicionarão o reaparecimento das sensações.<sup>43</sup> Toda sensação atual depende do efeito da sensação passada sobre a ordem das fibras nervosas que carrega consigo os elementos de interpretação do mundo exterior que foram se fixando nela

por um processo de aprendizagem. A cada momento, a experiência sensorial é determinada por conexões entre elementos estabelecidos pela experiência sensorial anterior. Cada evento externo é compreendido pela ajuda de outros eventos que no passado possibilitaram ligações neurológicas postas agora a serviço do conhecimento. O órgão humano que possibilita extrair conhecimento da experiência atual é ele mesmo produto de um tipo de experiência passada. As condições prevaletentes no ambiente em que vivemos moldam o cérebro, na medida em que as relações entre os elementos do ambiente que experimentamos no passado são reproduzidas nele.

Toda sensação, até mesmo a “mais pura”, deve assim ser considerada como uma interpretação de um evento à luz das experiências passadas do indivíduo ou da espécie. O processo da experiência, portanto, não começa com as sensações ou as percepções, mas necessariamente as precede: ele opera sobre os eventos fisiológicos e as organiza em uma estrutura ou ordem que se torna a base do significado mental delas; e a distinção entre qualidades sensoriais, em termos das quais a mente consciente pode aprender por si só alguma coisa do mundo externo, é o resultado dessas experiências pré-sensoriais. Também podemos expressar isso estabelecendo que a experiência não é uma função da mente ou da consciência, mas que a mente e a consciência são, em vez disso, produtos da experiência.<sup>44</sup>

O mundo externo é conhecido pela mente não como um conjunto de fatos isolados que se sucedem no tempo, mas através de um sistema de classificações gerais que, como vimos, não são construídos a partir de propriedades dos objetos examinados mas originam-se de processos mentais. Sensações particulares são classificadas pela mente, de tal modo que o nosso conhecimento do mundo exterior advém de uma ordem de elementos subjetivamente determinados.

Com o que foi apresentado até aqui, já podemos compreender plenamente a natureza do subjetivismo evolucionista de Hayek. Como em Mises, o fenômeno econômico é compreendido partindo-se da consideração da mente humana e dos processos subjetivos que comandam a ação humana. Hayek, entretanto, não acredita na lógica universal comandando o fenômeno da ação. A percepção individual que comanda as ações, ela mesma, está submetida a mudanças em seu modo de funcionamento, à medida que a ordem sensorial que determina tal percepção interage como o meio externo e conhece transformações evolutivas.

Hayek também utiliza os resultados de sua teoria da ordem sensorial para justificar a tese do limite do conhecimento humano. O livro *The Sensory Order* contém argumentos que procuram demonstrá-la, não apenas defendendo a limitação prática do conhecimento, mas também uma limitação absoluta dele. Hayek escreve que qualquer aparato de classificação deve possuir uma estrutura de um grau maior de complexidade do que aquele que é possuído pelos objetos que são classificados. A mente humana pode apenas explicar operações num nível de complexidade menor que o dela mesma.

Portanto, é impossível uma explicação completa da própria mente:

... por causa das limitações constitutivas de nossa mente, não estaremos nunca habilitados a alcançar mais do que uma explicação do princípio pelo qual a mente opera, e nunca teremos sucesso em explicar completamente qualquer ato mental particular.

Antes disso, Hayek já havia escrito que:

Entretanto, ao lado destas limitações práticas à explicação, que podemos ter esperanças de estarmos continuamente superando, existe também uma limitação absoluta do que o cérebro humano sempre poderia dar conta de explicar – um limite que é determinado pela natureza do instrumento de explicação em si mesmo, e que é particularmente relevante em qualquer tentativa de explicar processos mentais particulares.<sup>45</sup>

A epistemologia subjetivista evolucionista seria depois desenvolvida por Hayek ao longo de muitos ensaios escritos entre meados da década de 50 e meados da década seguinte. Tais ensaios foram depois reunidos em 1966 no livro *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. É importante notar que tanto no *The Sensory Order* quanto nos *Studies* as conclusões a que Hayek chega em seus estudos psicológicos da mente humana são aplicadas não apenas para descrever o conhecimento do agente como também no entendimento da epistemologia da teoria social. Ainda no livro de psicologia, Hayek afirma que a ciência social por tratar de conhecimento subjetivo dos agentes só fornece “explicações em princípio”, isto é, explicam os fenômenos com base num princípio de classificação.

... parece existirem razões que tornariam absolutamente impossível para o homem uma explicação completa do seu próprio processo de pensamento, porque este conceito envolve, como esperamos mostrar, uma contradi-



ção... quando anunciamos fornecer uma “explicação”, isto nunca significará mais do que uma “explicação em princípio” por meio da qual fenômenos de um tipo em questão podem ser produzidos. Pela tal de “explicação em princípio” provisoriamente entenderemos uma explicação que não apenas confina-se a mostrar “que tais ações ou outras repousam dentro do leque de ações físicas conhecidas, ou que fenômenos físicos conhecidos produzem efeitos similares a elas”, mas também que, embora devêssemos estar aptos a explicar o caráter geral dos processos em funcionamento, suas operações podem ser tão complicadas em detalhes que colocam a descrição completa delas para sempre além do poder da mente humana.<sup>46</sup>

A noção de “explicação em princípio” também aparece no ensaio “Degrees of Explanation”<sup>47</sup> presente na coletânea *Studies*. Outro ensaio nela contido, “The Theory of Complex Phenomena”<sup>48</sup>, analisa a idéia já referida dos diferentes tipos de complexidade entre fenômenos físicos e sociais. O tipo de complexidade do objeto social confere às teorias sociais um menor conteúdo empírico, afirma Hayek neste ensaio. Essas teorias não poderiam ir além de construções essencialmente algébricas e suas previsões são apenas hipotéticas, pois dependem da ocorrência de certos eventos futuros desconhecidos para a teoria. Este é o preço que temos de pagar quando nos dirigimos rumo ao campo dos fenômenos sociais.<sup>49</sup>

A idéia de tipos de complexidade é um dos principais argumentos de que se utiliza Hayek para demarcar o método das ciências sociais. Em 1974, quando Hayek foi laureado com o prêmio Nobel, o tema central de seu discurso proferido na ocasião girou em torno desses mesmos pontos epistemológicos. No discurso, publicado na forma de artigo em “The Pretense of Knowledge”, Hayek associa o fracasso dos economistas em direcionar a política com maior sucesso a uma má compreensão da natureza de sua ciência. Vício que ele denomina de “cientificismo”:

... uma aplicação mecânica e sem crítica de hábitos de pensamento a campos diferentes dos que os tinham formado.<sup>50</sup>

A epistemologia de Hayek pode ser pensada como um meio caminho entre Menger e Mises. Como o primeiro, ele incorpora a existência de um mundo externo que possui uma organização natural, a própria sociedade possui uma “estrutura organizada”. Mas para Hayek não convém firmar a naturalidade do mundo social e estudá-la diretamente pelo método compositivo de Menger, importa apenas o modo

como o conhecimento dela é formulado subjetivamente pela mente individual. A teoria, portanto, não é a descrição exata da realidade, mas ela se limita a interpretá-la a partir de um padrão abstrato fornecido à mente. A ênfase no subjetivismo epistemológico aproxima Hayek de Mises, mas dos dois apenas Hayek investiga a relação do conhecimento subjetivo com o mundo externo. Mais comparações serão feitas no capítulo conclusivo do livro. Por ora, consideramos suficientemente caracterizado o subjetivismo evolucionista de Hayek.

Antes de finalizar esta seção, comentaremos uma outra interpretação da epistemologia de Hayek, presente na literatura especializada, que segue uma estratégia diferente da que adotamos neste capítulo. Steve Fleetwood, em seu livro *Hayek's Political Economy: The Socio-economics of Order*,<sup>51</sup> dedica-se a estudar Hayek e parte do argumento de que em um autor cuja contribuição se desenvolveu por mais de seis décadas não se espera uma completa homogeneidade de idéias, pois ao longo de sua trajetória intelectual suas posições filosóficas poderiam perfeitamente ter passado por mudanças em alguma direção. Assim, não é possível se falar de um único Hayek, e Fleetwood lança-se a separá-lo em Hayek I, Hayek II e Hayek III. O primeiro Hayek é o jovem pesquisador em teoria econômica *stricto sensu* e estaria, na época que precedeu o “Economics and Knowledge”, sob a influência do “positivismo”; desde o artigo de 1937 até o início dos anos 60 temos o Hayek II que seria um “subjetivista idealista”, e a partir dessa época ele teria caminhado em direção a uma concepção mais próxima do “realismo filosófico” que caracteriza o Hayek III.<sup>52</sup>

Confrontando com as nossas conclusões, seria como se o processo de desomogeneização entre Hayek e os dois outros austríacos considerados se desse ao longo da trajetória de Hayek. O Hayek II compartilha o idealismo com Mises, e o Hayek III aproxima-se do realismo de Menger. Anteriormente caracterizamos Hayek como um “meio caminho” entre Mises e Menger e a questão que se coloca agora é se Hayek migrou de uma posição idealista em direção ao realismo em um movimento que se deu ao longo de sua vida ou já existiria uma tensão entre essas duas posições epistemológicas no Hayek II, que se manteve no Hayek maduro. A interpretação de Fleetwood é a de que Hayek II é subjetivista hermenêutico e Hayek III é realista “quase” (sic) transcendental.

Antes de 1936 Hayek deve ser definido como positivista... Entre 1936 e 1960 ele adota uma síntese de uma epistemologia subjetivista e idealista com uma (ampliada) ontologia realista e empirista. Após 1960 ele se verga

em direção a uma posição filosófica que eu denomino de realismo quase crítico... Após 1936 Hayek desenvolveu uma epistemologia que permite não apenas os eventos dados à experiência dos sentidos, mas também concepções ou idéias mantidas pelos agentes... A epistemologia subjetivista e idealista que ele adota manifesta-se por si mesma em sua ciência social como um fundamentalismo hermenêutico, isto é, a visão de que a realidade é exaurida pelas concepções dos agentes... está bastante claro que se Hayek está a desenvolver a noção de estruturas sociais na forma de regras sociais de conduta, então ele teria que abandonar sua posição filosófica. E isto é precisamente o que ele faz em torno de 1960. Hayek III adota uma filosofia realista quase transcendental. Sua epistemologia subjetivista e idealista e o fundamentalismo hermenêutico evaporaram e ele aumenta (ainda mais) sua ontologia de eventos e conceitos a fim de incluir (metaforicamente) as estruturas profundas na forma de regras sociais de conduta.<sup>53</sup>

Sem demarcar etapas em sua trajetória intelectual, nossa posição considera Hayek como proponente de uma visão epistemológica que não se confunde com o idealismo e nem com o extremo oposto do realismo, apresentando uma concepção que rotulamos de subjetivismo evolucionista.

Não é nosso objetivo criticar as conclusões de Fleetwood. Se a interpretação desse autor for correta devemos separar Hayek em etapas de sua carreira, examinando o processo de desomogeneização com base principalmente nos escritos da fase madura do austríaco. Entretanto, ainda nos restam sérias dúvidas quanto à adequação da análise de Fleetwood e em todo caso preferimos manter intactas as conclusões do capítulo. Trataremos de expor o porquê.

A tabela a seguir sintetiza a interpretação da epistemologia de Hayek na visão de Fleetwood:

<b>Fase de Hayek</b>	<b>Tipo de epistemologia (ontologia)</b>	<b>Entidades reais</b>
Hayek I	Positivismo (Realismo empírico)	Eventos fornecidos pela experiência sensível
Hayek II	Subjetivismo idealista ou idealismo transcendental (Realismo empírico ampliado)	Eventos e ações dados pela experiência sensível e conceitos e idéias formulados pelos agentes
Hayek III	Realismo quase crítico (Realismo filosófico quase transcendental)	Estruturas profundas tais como as normas sociais

A epistemologia do jovem Hayek, antes de 1937, seria então um positivismo ingênuo que acredita na realidade revelada ou verificada pela experimentação sistemática. No entanto, Fleetwood não examina este período da obra de Hayek. Como já dissemos, o jovem Hayek de fato esteve sob as influências do convencionalismo de Mach que contribuiu para a formação do positivismo lógico do Círculo de Viena. Isto não significa que Hayek tenha aceito o princípio verificacionista dos positivistas e não é claro se ele descartou definitivamente, como o fez Mach, a idéia da “coisa em si” que amplia o domínio da ontologia para além da realidade empírica.<sup>54</sup> Não é ponto pacífico que no período em questão Hayek tenha sido um positivista no sentido adotado por Fleetwood, embora tendamos a concordar com o argumento desse autor de que Hayek aderiu a preceitos positivistas como a “tese da simetria” entre explicação e previsão e a visão de David Hume de lei como conjunção de eventos. Todavia, o austríaco, mesmo em seus anos de juventude, não poderia ser caracterizado como positivista.

O Hayek II de Fleetwood aproxima-se de Kant ao acrescentar um elemento idealista ao empirismo clássico. O campo da realidade amplia-se para incorporar agora os conceitos e idéias formulados pelos indivíduos, o que no domínio do conhecimento social significa dizer que a realidade se esgota com as concepções dos agentes e, portanto, não poderia existir um mundo externo na explicação dos fenômenos sociais. Hayek II seria então um subjetivista tão hermenêutico quanto Mises.

O termo fundamentalismo hermenêutico é uma versão do subjetivismo extremo. Ele envolve a afirmação de que o mundo social não é simplesmente dependente de conceitos mas determinado por conceitos.<sup>55</sup>

Temos dúvidas em relação a essa interpretação. Fleetwood não a fundamenta com base em amplo estudo comparativo das obras de Hayek nesse período. De fato, ele se concentra excessivamente no artigo hayekiano de 1942 “Scientism and the Study of Society”, citando 26 passagens dele no capítulo 3 de seu livro. É verdade que Hayek deixa transparecer um subjetivismo mais enfático neste artigo, mas é impossível tirar conclusões definitivas concentrando-se em apenas um único escrito! O que dizer do artigo “Economics and Knowledge” e do livro *The Sensory Order* também escritos no período II de Hayek?

Em relação ao *The Sensory Order*, Fleetwood interpreta-o como tendo acrescentado um novo elemento à epistemologia de Hayek, que

teria se afastado do subjetivismo idealista aproximando-se do idealismo transcendental.

Enquanto que para o idealismo subjetivista a estrutura é imposta ao objeto pelas categorias puras do entendimento, para o idealismo transcendental a estrutura é imposta ao objeto pelo processo de reclassificação via construções conceituais e geração de conjunções constantes de eventos.<sup>56</sup>

A diferença entre um e outro não parece a Fleetwood significativa, já que se trata apenas de substituir as categorias do entendimento de Kant pela psicologia cognitiva que explica a operação da mente.

O sujeito transcendental que aparenta estruturar o objeto na ciência social de Hayek é contudo em um aspecto fundamental diferente de sua contrapartida no esquema de Kant. A diferença localiza-se na habilidade de Hayek em apoiar-se numa psicologia cognitiva para explicar a operação da mente, enquanto que Kant possui apenas a especulação metafísica. Isto implica que a questão completa da psicologia cognitiva (implicitamente) sustenta muito da discussão da epistemologia subjetivista e idealista de Hayek... Hayek substitui a especulação metafísica de Kant pela psicologia sensorial, enquanto ainda mantém a mesma estrutura cognitiva básica.<sup>57</sup>

Em ambas as versões, a estrutura continua sendo imposta ao objeto pela subjetividade e nada resta fora dos domínios dela. Quanto ao papel dos fatos objetivos para a explicação econômica, amplamente discutidos na revisão do conceito de equilíbrio no artigo de 1937, eles seriam apenas aspectos da realidade revelados aos sentidos humanos pelos eventos e também não seriam propriamente externos ao reino da subjetividade.<sup>58</sup>

Neste capítulo, argumentamos que o mundo externo objetivo de que fala Hayek não tem nada a ver com as interpretações do agente, e os fatores que alimentam a percepção dos agentes são, de fato, elementos externos. O mundo externo da realidade objetiva não se confunde com o mundo interno da subjetividade. Ele não está circunscrito pela realidade fornecida pela experiência sensível, mas reside num campo alargado da ontologia. Se nossa interpretação estiver incorreta e a tese do Hayek hermenêutico de Fleetwood prevalecer, então restariam muitos problemas de interpretação a resolver. Vejamos dois exemplos:

1. Qual o significado da discussão do equilíbrio em Hayek no “Economics and Knowledge”, que fala em equilíbrio *ex-post*, dados externos etc.? Seria possível enquadrá-lo no subjetivismo hermenêutico sem obscurecer a compreensão do artigo em questão?<sup>59</sup>
2. Por que no livro *The Sensory Order* Hayek divide o “mundo dos objetos físicos” do “mundo fenomenológico”? Isto não deixa claro que objetos físicos não ficam inscritos no mundo dos fenômenos, podendo ser apreendidos para além da realidade sensorial?

Se Fleetwood omite parcialmente essas questões, também é verdade que em nossa interpretação não discorremos sobre o conteúdo do famoso artigo hayekiano de 1942. Acreditamos que muito do que está lá diz respeito não a uma ontologia do social mas a um exercício em epistemologia subjetivista. E o subjetivismo não necessariamente implica idealismo. Mas isto é uma questão que não pretendemos examinar.

De qualquer maneira, mesmo se Fleetwood estiver correto, a tese da desomogeneização entre os austríacos ainda permanece válida, sendo necessário tão-somente algumas retificações não essenciais. Até porque o próprio Fleetwood reconhece que Hayek a partir de um certo momento haveria de se afastar do idealismo, e portanto das semelhanças com Mises em direção ao realismo filosófico. Aparece então uma nova ontologia em Hayek não mais delimitada pela percepção individual mas ampliada pela incorporação de estruturas sociais objetivas como as normas de conduta.

Enquanto o realismo empírico ampliado de Hayek II concebe o mundo como constituído pelos eventos e ações fornecidos à experiência sensível e pelos conceitos formulados pelos agentes, a ontologia realista transcendental estende-o a fim de incluir (metaforicamente) estruturas profundas, mecanismos, regras, poderes, relações, e assim por diante... Embora seja verdade que as matérias sociais reais, tais como estruturas profundas, não possam existir independentemente de todas as percepções delas (diferentemente da matéria física), elas existem independentemente de alguma percepção particular delas. Se contudo a matéria social pode existir independentemente da percepção ou identificação dela por um agente em particular, então para esse agente ela tem uma existência objetiva – e deste modo não pode ser descartado do campo de investigação.<sup>60</sup>

Mais adiante Fleetwood escreve:

Hayek presume agora regras como sendo estruturas sociais que possuem uma existência real e não mais são tratadas como simplesmente conceituais em natureza. As regras sociais de conduta são agora um exemplo de estruturas sociais reais.<sup>61</sup>

Também o Hayek III de Fleetwood é polêmico. Embora não haja a incorporação de uma teoria explícita das normas sociais na obra de Hayek antes de 1960,<sup>62</sup> o *The Sensory Order* já utiliza a idéia de normas no conceito de “mapa” – um padrão concebido no sistema nervoso. As regras fornecidas pelo mapa, entretanto, não descrevem por completo as normas sociais, pois as primeiras só interferem na percepção, enquanto as regras da ação a que se referem as normas sociais também dependem de certos padrões externos que podem ser interpretados como uma estrutura social objetiva. Há um mecanismo de interação entre elas como bem reconhece Fleetwood ao escrever que:

Hayek parece ter em mente um tipo de processo de retroalimentação contínua em que as regras que guiam a percepção são continuamente modificadas pelas regras que guiam a ação e vice-versa. A habilidade de agir é assim um resultado de uma articulação entre regras de percepção e de ação; a cadeia de causalidade parece ser a de uma teia ou rede de trabalho completa...<sup>63</sup>

No presente capítulo, as normas de que fala Hayek foram pensadas principalmente como regras de percepção associadas ao padrão neurológico e sensorial. Mas de fato há ainda que se considerar essa outra dimensão das normas como eventos sociais objetivos que Hayek por vezes parece sugerir. De qualquer modo, ele ao tratar de estruturas sociais nem sempre se refere a estruturas objetivas e não consideramos que a teoria das normas de Hayek represente o ponto de afastamento de um possível idealismo.<sup>64</sup>

Hayek, enfim, parece oscilar entre o idealismo e o realismo e para tanto procurou se apoiar numa epistemologia intermediária na qual a “teoria da mente” ocupa um papel essencial. O modelo interpretativo de Fleetwood vê Hayek caminhando de uma posição a outra ao longo de sua carreira, mas ele não diz que se trata de uma trajetória linear ou que a tensão entre posições antagônicas tenha sido solucionada ao longo desse caminho.<sup>65</sup>

Uma importante questão poderia ser aventada em relação ao trabalho de Fleetwood: não haveria nele um elemento normativo, no sen-

tido de que a aproximação ao realismo filosófico representaria um procedimento epistemológico desejável em algum sentido? De fato, Fleetwood apoia-se em Lawson para uma crítica devastadora ao idealismo e fica a impressão de que para ele a posição epistemológica do Hayek maduro estaria mais embasada. Ora, até que ponto podemos tratar concepções filosóficas com uma régua de valores? Comentários a esse respeito serão feitos no capítulo conclusivo do livro. Portanto, ficam mantidas as conclusões anteriores a que chegamos no presente capítulo. Hayek pode ter sido mais hermenêutico em alguma fase de sua carreira (questão para nós ainda em aberto), mas ele nunca aceitou a praxeologia de Mises. Hayek pode ter sido mais “realista” na fase madura, mas ele nunca compartilhou o “essencialismo” de Menger e temos boas razões para manter a tese da desomogeneização.

## OS ATRIBUTOS DA ORDEM DE MERCADO

Hayek não concebe teoricamente o mercado como uma entidade concreta, pois para ele tudo o que envolve conhecimento teórico resume-se a ser uma construção mental. O mercado, portanto, é uma abstração, a que temos acesso cognitivo pelas operações da ordem sensorial e que exemplifica a idéia hayekiana de “ordem espontânea”, agora aplicada não mais para descrever a formação do conhecimento na mente humana mas referindo-se à abstração de um processo social. No livro *Direito, Legislação e Liberdade* Hayek descreve o mercado a partir do conceito de ordem abstrata que, como sempre, é explicado não em termos de relações entre eventos físicos, mas representando uma construção subjetiva. O que caracteriza a ordem é o modo como os elementos subjetivos se relacionam.

Por “ordem” designamos sempre uma condição em que múltiplos elementos de vários tipos se encontram de tal maneira relacionados que, a partir de nosso contato com uma parte espacial ou temporal do todo, podemos aprender a formar expectativas que tenham probabilidade de se revelar corretas.”<sup>66</sup>

A principal questão a ser investigada no estudo do mercado consiste em explicar como em seu interior ocorre a coordenação das ações individuais. Vimos que no “Economics and Knowledge” Hayek toma



como condição básica para a coordenação nos mercados a existência de um certo processo de aprendizagem por parte dos agentes. No *The Sensory Order* a aprendizagem é entendida pela interação entre a mente e o cérebro, à medida que eventos externos vão gerando uma memória fisiológica nos agentes. As diferentes subjetividades individuais começam a convergir a um padrão sensorial uniforme entre elas à medida que ocorre o aprendizado. Os elementos da ordem neurológica e sensorial caminham para uma base comum que condiciona os agentes a um mesmo tipo de comportamento normativo.

É claro que a deliberação e a criatividade individual sempre permitirão desvios em relação ao padrão de comportamento, mas o mercado só pode ser pensado como uma ordem abstrata quando se postula a presença de normas que a caracterizam e que estão presentes não apenas na descrição teórica da ordem mas também na própria mente dos indivíduos que agem. Os agentes não se dão conta disso, no entanto de modo inconsciente o desenvolvimento evolutivo de suas mentes impõe-lhes um comportamento padronizado, pois a existência de normas já está cristalizada na esfera neurológica e sensorial e é ela que permite aos agentes uma orientação adequada em face dos processos físicos e sociais que se dão à sua volta. Portanto, Hayek vê o mercado como a abstração de um sistema de interação social caracterizado por um arcabouço institucional específico, que por meio de um conjunto de normas, formais ou não, restringe e delimita o comportamento dos participantes.

A ordem de mercado emerge com base no comportamento individual comandado por certas normas abstratas de conduta. Hayek nem sempre atribui às ordens um efeito benéfico, mas no caso do mercado ele acredita que tal ordem é desejável por permitir maior eficiência na satisfação de desejos humanos. Os benefícios da ordem de mercado advêm da submissão dos agentes a um conjunto de normas que caracteriza o “estado de direito” (*rules of laws*). O que permite a coordenação entre suas ações dentro de uma configuração ótima possibilitada pela função epistêmica do mercado de maximizar a utilização do conhecimento individual disperso entre os agentes.

Hayek assevera que as normas incorporam conhecimento e que elas

são o produto de um lento processo de evolução no curso do qual mais experiência e conhecimento foram precipitados nelas do que alguma pessoa poderia de todo conhecer.<sup>67</sup>

Portanto, são dois os atributos desejáveis da ordem de mercado apontados por Hayek:

1. A ordem espontânea de mercado é voltada apenas para os meios de que dispõe cada indivíduo, não havendo necessidade de concordância entre eles em relação aos fins. O mercado para Hayek não visa atender a uma hierarquia externa de objetivos, mas serve apenas à multiplicidade de fins particulares que cada um persegue ao guiar suas ações.
2. Os propósitos particulares dos indivíduos que atuam no mercado podem ser reconciliados sem a necessidade de um consenso prévio quanto aos fins, o que evitaria uma fonte potencial de conflitos entre eles, mantendo coesa a sociedade. Ao conformar os indivíduos a aceitarem um conjunto de normas (por exemplo, o reconhecimento da propriedade privada), o mercado possibilita-lhes beneficiarem-se mutuamente, coordenando suas ações pela convergência de expectativas individuais.

Na medida em que a colaboração pressupõe propósitos comuns, pessoas com diferentes objetivos são necessariamente inimigas, capazes de lutar entre si pela posse dos mesmos meios; só a introdução do escambo permitiu aos diferentes indivíduos serem úteis uns aos outros sem entrar em acordo quanto aos fins últimos.<sup>68</sup>

Hayek vê o mercado como um mecanismo básico de coordenação das ações humanas em sociedade que age difundindo a informação de um ponto a outro de um amplo sistema com grande economia de custos. O mercado é comparado a um jogo, para tanto Hayek utiliza a expressão “jogo da catalaxia”: “uma competição disputada segundo normas e decidida pela maior habilidade, força ou boa sorte”. Como em todo jogo, no mercado o resultado final não está definido de antemão, também nele há vencedores e perdedores, que são respectivamente os agentes que prevêm corretamente e obtêm lucros e os que são onerados em prejuízo. No mercado, aprendemos com nossos próprios erros a orientar nossas ações no sentido de evitar futuras perdas e é isso o que põe em movimento o processo de mercado.

O principal sinal emitido pelos mercados que permite a coordenação das ações é o sistema de preços. Os preços praticados no mercado refletem circunstâncias atuais, representando uma fonte de informação sobre a relação momentânea entre as preferências individuais e a escassez dos bens.<sup>69</sup> Os valores específicos cristalizados no sistema de

preços são o resultado do processo de concorrência entre os agentes. Os agentes que participam do mercado observam os preços correntes e com base neles orientam suas ações, devendo de alguma maneira também prever valores futuros. Como num jogo, além de sua habilidade individual, os agentes também contam com o fator sorte, pois, não podem evitar as incertezas e o acaso.

Uma das principais funções da concorrência é mostrar quais planos estão errados. O fato de a plena utilização das informações limitadas, transmitidas pelo preço, ser em geral recompensada, e o fato de isso tornar vantajoso prestar-lhes a máxima atenção, é tão importante quanto o fato de que, no caso de mudanças não previstas, as expectativas se frustram. O fator sorte é tão inseparável do funcionamento do mercado quanto o fator habilidade.<sup>70</sup>

Mesmo quando os agentes orientam a sua ação observando normas de conduta, não se eliminam todas as incertezas. No mercado, a atuação do fator sorte ainda é decisiva, pois embora a presença de um sistema de normas orientando a ação individual diminua o leque de eventos futuros que poderiam ser esperados, ele não garante por si só a correspondência de expectativas. Hayek acredita, entretanto, que os agentes ao atuarem no mercado aprendem ao longo do tempo a formar expectativas corretas.

Assim, a norma abstrata de conduta pode (e, para assegurar a formação de uma ordem espontânea, deve) proteger apenas a expectativa de controle sobre coisas físicas e serviços específicos, e não as expectativas referentes a seu valor de mercado, i.e., as condições em que podem ser trocados por outras coisas... Embora seu objetivo seja aumentar a certeza, as leis podem apenas eliminar algumas fontes de incerteza, e seria prejudicial se tentassem eliminar toda incerteza: podem proteger expectativas somente proibindo que se interfira na propriedade de um homem (incluindo-se aí seus direitos aos serviços futuros que outros se tenham voluntariamente comprometido a prestar), e não obrigando outros à prática de determinadas ações... A correspondência entre as expectativas, que permite a todas as partes obter o que pretendem, é de fato propiciada por um processo de aprendizagem por tentativa e erro, que envolve necessariamente a frustração constante de algumas expectativas. O processo de adaptação, como o ajustamento de qualquer sistema auto-organizador, realiza-se por meio daquilo que a cibernética nos ensinou a chamar de feedback negativo: res-

postas às diferenças entre os resultados esperados e efetivos das ações, de tal modo que essas diferenças se reduzam. Isso produzirá uma maior correspondência entre as expectativas de diferentes pessoas na medida em que os preços correntes fornecem algumas indicações sobre quais serão os preços futuros, isto é, na medida em que, numa estrutura razoavelmente estável de fatos conhecidos, sempre se altera apenas uma pequena parte deles; e na medida em que o mecanismo de preços atua como um meio de transmissão de conhecimento que faz com que os fatos conhecidos por alguns passem a influenciar, mediante os efeitos de suas ações nos preços, a decisão de outros.<sup>71</sup>

Podemos extrair as lições principais da teoria da ordem de mercado em Hayek:

1. O mercado é uma instituição que exerce uma função coordenadora das ações dos agentes.
2. O funcionamento do mercado deve-se ao comportamento de seus participantes guiado por normas inconscientes.
3. A ordem de mercado é uma instituição aberta que não estipula uma hierarquia de fins e deixa espaço para a liberdade da ação individual. Conduz a resultados economicamente eficientes na medida em que os agentes utilizam as informações oferecidas pelo sistema de preços.

A teoria das normas como um elemento constituinte da ordem espontânea de mercado é parte do esforço intelectual de Hayek para entender o funcionamento da sociedade e de seus mecanismos de coordenação das ações individuais. As normas surgem por um processo evolutivo e sua explicação está assentada na teoria evolucionista da mente desenvolvida no *The Sensory Order*.<sup>72</sup>

Feita esta apresentação sumária dos atributos da ordem de mercado em Hayek, podemos avançar no entendimento da peculiaridade de sua epistemologia voltando à comparação com o racionalismo de Mises. Hayek em seu subjetivismo contrasta a esfera subjetiva individual com a realidade externa. No “Economics and Knowledge” ele usa amplamente o conceito de “dado subjetivo” contrapondo-o a “dados externos objetivos”. Ambos os autores reconhecem que a ação humana é orientada pelos elementos subjetivos, mas somente em Hayek os dados externos objetivos desempenham um importante papel para a teoria subjetiva, pois a teoria da ação de Mises só toma dados subjetivos. É verdade que Mises até reconhece a existência de dados objetivos, mas

a teoria é construída inteiramente do ponto de vista do conhecimento subjetivo do agente e sendo assim não há nela um papel efetivo para o dado externo. Mises vê um abismo separando os mundos externos e internos e em teoria só se atém aos elementos que vicejam para este último. Por outro lado, na explicação de Hayek, embora ele enfatize o subjetivismo dos agentes, os assim chamados dados objetivos também participam da análise da ação. Na definição hayekiana do conceito de equilíbrio, por exemplo, sabemos que a condição de equilíbrio intertemporal requer também a correspondência dos planos de ação com os dados objetivos.

Se é verdade que os planos individuais são subjetivamente formulados, os dados objetivos ainda assim desempenham em Hayek um papel que não pode ser descartado para a análise da ação. No que consiste esse papel? Os dados objetivos participam do processo interpretativo dos indivíduos agindo sobre os elementos da percepção, que são os genuínos pontos de partida da ação. No subjetivismo evolucionista é importante saber como a realidade externa transcendente age sobre a ordem sensorial condicionando as percepções individuais. Como dissemos, entre Menger e Mises, Hayek está a meio caminho: ele não é objetivista mas não adere à epistemologia racionalista de Mises que considera os dados da explicação como estando constituídos exclusivamente de percepções. Os processos interpretativos do agente não preenchem completamente o campo de fenômenos coberto pela teoria de Hayek. Ao lado desses processos, coexistem em sua teoria os dados transcendentais objetivos. Embora esses dados não possam ser objetivados no entendimento da ação humana, eles ainda assim são relevantes na explicação econômica e desempenham um importante papel no estudo da ação e do mecanismo de coordenação nos mercados.

Em Hayek, o papel dos dados objetivos não está em orientar diretamente a ação, mas reside no fato de eles agirem sobre a percepção, ou antes disso, sobre os elementos sensoriais que condicionam a percepção. Por meio desse mecanismo, os dados objetivos intervêm no processo de aprendizagem dos agentes no mercado. Vejamos um exemplo ilustrativo: suponhamos a existência de um choque que incida sobre a oferta de um insumo energético básico, aumentando o seu preço de oferta. Os agentes poderiam vir a reformular os seus planos de ação em função desse evento. Tal processo depende de como as expectativas são por eles revisadas. Alguns agentes acreditam então que o choque é temporário, isto é, os preços futuros desse insumo voltarão a cair no horizonte de planejamento. Outros agentes interpretam o evento como um choque permanente.

O primeiro grupo de indivíduos pouco reformulou os seus planos. O segundo, em face de suas expectativas mais pessimistas, implementou neles um ajuste maior. Um dos dois grupos elaborou expectativas que virão a ser frustradas ao sabor dos acontecimentos. *A priori* não podemos identificar qual deles. No final do período os agentes saberiam se os planos de ação foram ou não erroneamente revisados. Isto ocorre pela consideração dos fatos externos, o que requer o transcurso de um certo tempo: os preços do fator energético declinaram ou não? Trata-se portanto de um dado externo que impactando os elementos sensoriais da percepção reformula indiretamente os planos subjetivos. Em última análise, os dados externos têm um papel cognitivo no processo de aprendizagem no mercado.

A existência de um processo coordenador nos mercados pressupõe que os agentes reajam pelo filtro das percepções aos sinais da realidade exterior. E que o façam na direção que no período considerado deva ser adequada ao processo. A todo momento as expectativas de alguns agentes estão sendo falseadas, mas a crença no mecanismo coordenador do mercado em Hayek pressupõe a contínua aprendizagem e a conseqüente revisão dos planos na direção em que se anulariam, ao menos parcialmente as estratégias de ação equivocadas que vierem a se mostrar inviáveis diante dos eventos externos.

Essa descrição do processo de coordenação carrega para o subjetivismo evolucionista de Hayek uma certa tensão entre a postura subjetivista de Mises, que considera a realidade constituindo-se puramente de interpretações, e o tratamento objetivante de Menger que trata os dados relevantes para a teoria exata como sendo elementos naturais. No *The Sensory Order* Hayek procurou dar ao subjetivismo evolucionista um fundamento científico. A explicação do processo de coordenação dos mercados é feita, a partir de então, nos marcos do subjetivismo científico que explica a natureza da aprendizagem humana.<sup>73</sup>

A viabilidade do processo coordenador do mercado depende da assimilação pelo agente de pelo menos dois ensinamentos básicos:

1. Eles devem desvendar pelo menos a parte relevante dos planos de ação dos demais agentes.
2. Devem coletar os dados do mundo externo que dizem respeito principalmente à escassez relativa dos bens transacionados.

Essas duas ordens de fatos precisam ser comunicadas aos agentes ao longo do processo de aprendizagem. Os planos de ação dos outros agentes não são conhecidos diretamente. Assim, a aprendizagem deve

partir da revelação destes planos pela ação. A ação num dado instante não revela o seu plano subjacente por inteiro. Somente com uma seqüência conectada de ações ao longo do tempo será revelado o seu correspondente plano subjetivo que a condiciona.

Enquanto participantes do processo de mercado, porém, não temos contato direto com todos os demais agentes que nele transacionam. Talvez conheçamos as ações de alguns deles, mas não de todos. Então a aprendizagem não pode se dar a partir da observação direta das ações alheias, mas dos seus efeitos sobre certos elementos determinantes do funcionamento dos mercados. No mercado concorrencial, o principal elemento a ser observado a fim de realimentarmos as nossas expectativas é o conjunto de preços relativos vigentes e também a série de preços passados.

Os preços relativos atuais e pretéritos são flexíveis no sentido de que eles se ajustam de acordo com as condições de oferta e demanda em cada instante, de modo a equilibrarem o mercado. Embora o mercado nunca possa concretizar o equilíbrio, os preços sempre respondem às situações de oferta e demanda com vistas ao estabelecimento de um equilíbrio. Só que mudanças nos dados do problema deslocam constantemente o ponto de equilíbrio. Da observação dos movimentos dos preços, os agentes reelaboram os seus planos e a informação dos preços relativos é um dos principais aspectos que caracterizam o funcionamento dos mercados.

Hayek, porém, não afirma que os agentes agem apenas com base nessas informações, pois os preços em si mesmos não são um dado inequívoco e precisam ser interpretados. Se uma dúzia de maçãs custa cinco reais, esta é uma informação compartilhada por todos os agentes que conhecem o preço vigente nesse mercado específico. O preço, portanto, é um dado compartilhado, mas o significado desse dado para a ação somente é obtido pela subjetividade do agente. O indivíduo avaliará assim antes de conceber o seu plano aspectos tais como a utilidade marginal da moeda, o custo de oportunidade de comprar ou vender o produto, a situação dos mercados vizinhos etc. Mais importante ainda é o fato de a ação no mercado estar voltada para o futuro. Sempre será importante para a formulação dos planos de ação a consideração das expectativas futuras quanto aos preços. No nosso exemplo, o preço da dúzia de maçãs, permaneceria ainda por quanto tempo em cinco reais?

As expectativas não são formuladas apenas com base nos preços correntes. Ainda no exemplo anterior, uma informação sobre as condi-

ções climáticas nas regiões produtoras da fruta poderia ajudar na construção de expectativas que orientam a ação. Assim, diversos fatos, além do preço, contribuem para a formação das expectativas e dos planos de ação. Hayek, embora subjetivista, acredita na existência de um mundo externo ao indivíduo, um mundo transcendental que realimenta a percepção. Para a praxeologia de Mises, ao contrário, o mundo é na sua totalidade a todo momento criado e recriado pela interpretação individual, não havendo para a teoria a necessidade de considerar elementos fora das percepções individuais.

Hayek acredita que falar em coordenação das percepções sem pressupor uma realidade externa e objetiva na qual elas são coordenadas seria um problema muito complexo e insolúvel. É difícil até mesmo definir coordenação neste contexto, pois se ela significa postular a sobreposição parcial de expectativas individuais formuladas a partir de um mundo subjetivamente criado por cada um, por qual processo se daria esta coincidência de mundos e de expectativas? Autores como Lachmann e Schackle, mais próximos à epistemologia de Mises e que aderem a um subjetivismo radical, reconhecem estas dificuldades e preferem simplesmente desconsiderar a possibilidade efetiva de uma perfeita coordenação social. Lachmann diz que

É impossível demonstrar que como resultado de falhas repetitivas e de revisões os vários planos divergentes tenderão a caminhar mais próximos em direção a uma convergência final.<sup>74</sup>

No modelo de Hayek, há elementos externos aos agentes (os dados da realidade externa) que interferem no processo de coordenação dos mercados ao afetarem a formação das crenças subjetivas. A maneira como isto se dá remete ao estudo da interação do aparato mental com o seu entorno, fornecido pela teoria da mente de Hayek.

No artigo “The Use of Knowledge in Society”, Hayek enfatiza o papel dos preços no funcionamento do mercado. A existência de uma estrutura de preços nas economias de mercado é considerada por ele como um importante dispositivo de economia de informação que permite a utilização do conhecimento que comanda a ação disperso entre as mentes dos indivíduos. Conhecimento este incompleto e freqüentemente contraditório. Hayek também afirma nesse artigo que os preços têm um importante papel na coordenação interpessoal das ações individuais dos agentes. Graças aos preços flexíveis apontados em cada mercado, os agentes conseguem identificar erros em suas ex-



pectativas e rever seus planos na direção adequada. Os agentes não precisam conhecer as causas reais do desapontamento de suas expectativas. Basta que se orientem pelos preços e poderão assim reavaliar corretamente seus planos de ação.

Entretanto, economistas que se deixaram influenciar por Mises condenam a teoria de coordenação dos mercados de Hayek tal como exposta no artigo de 1945 que enfatiza sobremaneira o papel coordenador dos preços. A conhecida idéia hayekiana de que os preços de mercado funcionam como um vasto sistema de telecomunicação é criticada por passar uma idéia de que a informação transmitida pelos preços é inequívoca e isenta de qualquer tipo de ambigüidade. Richard Ebeling nos diz que se os mercados estão em desequilíbrio, como no modelo de Hayek, há uma ambigüidade nos preços, pois neste caso eles transmitem um tipo de informação incompleta que requer um exercício de interpretação. Ebeling aponta para a natureza ambígua e problemática da mensagem transmitida pelo sistema de preços no desequilíbrio de mercado e sendo assim apenas por intermédio da interpretação a informação dos preços poderia gerar o conhecimento subjetivo que alimenta os planos de ação.

Um vendedor encontra-se com estoques não vendidos de um produto em excesso relativo a um nível desejado a um preço específico. Mas o que exatamente o mercado está dizendo a ele a este preço? Que ele necessita realocar seu estoque? Que ele tinha falhado em divulgar suficientemente a existência ou disponibilidade do produto? Que o preço é o “correto”, mas que a qualidade ou característica do produto é “errada”? O que o preço tinha expresso é a informação de que algo estava errado e que os planos do vendedor e suas expectativas eram inconsistentes com os de outros. Ele não havia dito de modo não ambíguo em que direção residia o erro.<sup>75</sup>

Lachmann em mais de uma passagem também é bastante incisivo neste ponto.

Em um mundo de mudanças contínuas, os preços não são em grande extensão, em todas as circunstâncias, um guia seguro para a ação... a informação [dos preços] desta forma requer a interpretação (a mensagem aqui a ser “decodificada”) a fim de que ele seja transformado em conhecimento, e como tal o conhecimento é limitado a ser conhecimento imperfeito...<sup>76</sup>

Uma leitura superficial de alguns escritos de Hayek poderia dar a entender que ele exagerou ao descrever o papel informacional dos preços. De volta ao artigo “The Use of Knowledge in Society”, Hayek nos diz que os preços “podem” agir no sentido de coordenar os planos individuais.

Fundamentalmente, em um sistema no qual o conhecimento dos fatos relevantes está disperso entre muitas pessoas, os preços **podem** atuar a fim de coordenarem as ações separadas de diferentes pessoas, do mesmo modo que os valores subjetivos ajudam o indivíduo a coordenar as partes de seu plano.<sup>77</sup>

Hayek não diz que os preços coordenam tais planos, mas que eles podem vir a coordená-los. A esta afirmação, caberiam duas interpretações:

1. Os preços de mercado somente coordenam as ações às vezes, ou
2. O sistema de preços exerce a sua função coordenadora desde que simultaneamente todas as outras informações do mercado estejam sendo corretamente processadas, de modo que o conhecimento final das circunstâncias formulado pelo agente não alimente falsas expectativas.

Que a informação dos preços não encerra toda a problemática do conhecimento obtido nos mercados, já havia sido ressaltado no ensaio “Economics and Knowledge”,

... as expectativas de preço e até o conhecimento dos preços correntes são apenas uma pequena seção do problema do conhecimento como eu o vejo. O aspecto mais amplo do problema do conhecimento em que estou interessado é o conhecimento do fato básico de como as diferentes mercadorias podem ser obtidas e utilizadas...<sup>78</sup>

A informação dos preços por si só não garante para Hayek o processo de coordenação. No modelo de Hayek de mercado, os preços representam um dado externo objetivo. É um padrão externo que incidirá nos planos de ação individual à medida que este padrão interagir com a ordem sensorial e remodelar as percepções subjetivas. Como o conhecimento individual que condiciona a ação é obtido no modelo de Hayek? A resposta já sabemos: os dados externos atuais, entre eles a informação dos preços, agem sobre a mente do indivíduo, que é um

aparato para a obtenção do conhecimento. Na mente é formulada uma percepção particular dos fatos externos. Chega-se a uma percepção subjetiva global dos fatos envolvidos na circunstância em questão. No caso, os preços e as demais informações obtidas pelos indivíduos no mercado determinam o conhecimento requerido para a ação.

Os preços de mercado enquanto um dado externo aos indivíduos não geram diretamente conhecimento para a ação. As informações dos preços sensibilizam a ordem sensorial e se somam a diferentes outras informações externas que estão sendo simultaneamente processadas pela mente. A totalidade de informações recolhida pela mente leva, para uma dada ordem sensorial, à geração do conhecimento subjetivo que orienta a ação. Mas a informação interage com a ordem sensorial, de modo que no processo altera-se continuamente o quadro presente dessa ordem. A ordem sensorial, isto é, o aparato do conhecimento em si mesmo, é uma configuração que se altera dinamicamente ao sabor dos dados observados no passado.

Em Hayek, os dados externos ao indivíduo são os estados da natureza (condições objetivas em que os recursos podem ser obtidos) e os planos subjetivos já concebidos de outros indivíduos. No racionalismo de Mises não se aceita propriamente a dicotomia entre dados externos e internos: os elementos tratados pela análise econômica são todos, de certa forma, elementos internos aos indivíduos, na medida em que são essencialmente entidades dotadas de significados apreendidos pelos mesmos.

Com o que foi apresentado neste capítulo, acreditamos ter completado a apresentação da epistemologia de Hayek, tendo percorrido sobre todos os seus pontos mais relevantes. No capítulo final, retomamos os sistemas de Menger, Mises e Hayek comparando suas diferentes visões e concluindo assim o processo de “desomogeneização”. Também será feita uma avaliação crítica das idéias austríacas.

# 5

## Conclusão

---

### AS DIFERENÇAS ENTRE AS EPISTEMOLOGIAS DE MENGER, MISES E HAYEK

Nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo em que identificamos a natureza das epistemologias de Menger, Mises e Hayek, também nos ocupamos em compará-las mostrando as especificidades de cada qual em relação às outras. Não desejamos repetir os argumentos anteriores, mas se considera útil retomar alguns pontos para a seguir demonstrar que o esquema de classificação aqui desenvolvido permite operacionalizar uma comparação sistemática, donde iremos não apenas reforçar o argumento da desomogeneização mas também lançar uma luz adicional sobre as peculiaridades do pensamento de cada um dos autores. De início, iremos apresentar esquematicamente as diferentes epistemologias na tabela da página seguinte.

O reconhecimento do aspecto básico de cada epistemologia permite uma nítida separação entre elas, no entanto, não devemos perder de vista os pontos que aproximam os autores austríacos. O pensamento austríaco foi sendo moldado em torno da crítica ao historicismo e do uso do individualismo metodológico na compreensão da sociedade. Esta consideração não invalida a tese de que os austríacos conceberam diferentes visões do processo social e de sua interpretação teórica. De modo a ilustrar essas discrepâncias, o primeiro ponto a ser destacado é a maneira em que cada qual formula a natureza do conhecimento social. Dos três, apenas Menger concebe o conhecimento como um en-

Tipo de epistemologia	Crenças básicas	Autor
Naturalismo	A teoria exata identifica as leis que comandam as ocorrências de fenômenos que se seguem a partir de elementos <b>naturais</b> que são as necessidades humanas e os bens. O processo social é entendido como um resultado genético da operação dos elementos últimos e mais simples da vida econômica, tidos como eternos e universais.	Menger
Racionalismo	A realidade social é o conhecimento humano e a existência de uma lógica universal que comanda as ações humanas permite a reconstituição <b>racional</b> da natureza da ação propositada de modo puramente <i>a priori</i> .	Mises
Subjetivismo evolucionista	O conhecimento <b>subjetivo</b> é o resultado da interação da ordem sensorial com as condições externas e ele conhece transformações <b>evolutivas</b> à medida que ocorre um processo de aprendizagem pelo agente.	Hayek

tendimento objetivo da realidade, por estar sob as influências do realismo aristotélico. Mises e Hayek partem da maneira como o conhecimento é formulado pela mente e não postulam a possibilidade de se alcançar em definitivo o mundo externo a ela.

Assim, enquanto a sociedade em Menger é um fato natural, os outros dois pensam em termos da possibilidade de um modelo teórico dos processos sociais e não tomam a naturalidade como um ponto de partida. Tal constatação nos permite entender como o individualismo metodológico e a crítica ao historicismo assumem em cada um deles uma feição própria.

O individualismo metodológico de Menger é o que ele denomina de método genético-compositivo. A estrutura social é uma natureza orgânica que não pode ser compreendida pelo método da indução histórica. Ela tem de ser decomposta em seus elementos naturais mais simples que configuram uma forma elementar do fenômeno social. No prólogo do *Grundsätze* Menger escreve:

Na exposição que segue procuramos reduzir os complexos fenômenos da economia humana aos elementos mais simples, ainda acessíveis à observação segura, dar a cada um desses elementos simples o peso que por natureza lhes cabe e, com base nisso, investigar novamente como os fenômenos mais complexos evoluem de novo a partir de seus elementos mais simples.<sup>1</sup>

Tais elementos são o caráter essencial e imutável da natureza humana na satisfação de necessidades e a relação permanente que se estabelece entre as necessidades e os bens. A teoria exata isola esses elementos pela desconsideração de outros fatores que afetam as escolhas, concentrando-se na economização dos agentes sob a hipótese da ausência de erro. Um comentador explica que para Menger a teoria econômica

deve construir um sistema assim como a casa é feita a partir de tijolos. Os tijolos são os elementos simples da vida econômica tais como necessidades, satisfação e bens. Esses elementos existem independentemente das decisões humanas, eles compelem os homens à troca de bens. Adicionando hipóteses mais realistas, a economia de mercado estilizada pode ser alterada passo a passo em direção às economias reais. Em vez do funcionalismo, o método genético-causal deve ser utilizado.<sup>2</sup>

O método de Menger deve ser interpretado como uma dissecação analítica do complexo social para um estudo da anatomia dos seus blocos básicos de construção. Não é apenas um processo de abstração mas trata-se da identificação na sociedade de uma estrutura elementar natural e portanto real. Um comentador, que já utilizamos, nos diz que em Menger

O individualismo metodológico é assim não apenas uma hipótese de trabalho útil para a análise do complexo social e dos fenômenos econômicos, ele é uma reflexão digna da estrutura real da sociedade e da economia.<sup>3</sup>

No *Untersuchungen*, Menger afirma que o propósito da teoria é estabelecer:

Os tipos (a forma empírica [do alemão *die Erscheinungsformen*]) e os relacionamentos típicos (as leis do fenômeno [*die Gesetze*]). Com isso, eles estarão nos fornecendo uma compreensão teórica, uma cognição muito além da experiência imediata, e sempre que tivermos as condições do fenômeno sob nosso controle eles exercerão o controle sobre o mesmo.<sup>4</sup>

Em Mises e Hayek o individualismo metodológico diz respeito não a um processo real, mas refere-se a um procedimento mental presente na construção de uma hipotética totalidade social a partir da identificação da ação humana, entendida não como um componente últi-

mo real mas como a abstração de um átomo a partir do qual o modelo irá compor o complexo social. A estrutura social descrita na teoria é apenas uma abstração teórica e não uma existência concreta. Portanto, na base da visão do conhecimento social já há uma irreconciliável demarcação que distingue Menger dos demais. Mises e Hayek, no entanto, não compartilham entre si a mesma visão social, pois o grau de idealismo do primeiro é sensivelmente maior.

Mises acredita ser possível explicar a emergência da ordem social apenas com base no subjetivismo das escolhas individuais. Todos os elementos que participam da escolha têm uma existência apenas subjetiva e formal. Assim, por exemplo, os bens e as necessidades não pertencem a uma realidade objetiva e são tidos tão-somente como interpretação de significados empreendida pelo agente econômico. Hayek também segue o preceito de explicar o complexo social pelas escolhas subjetivas, mas ele não descarta a existência concreta de uma estrutura social. Há nele, entretanto, a tese kantiana que nega o acesso cognitivo direto à estrutura concreta. O teórico e os próprios agentes limitam-se ao reconhecimento de padrões abstratos que descrevem apenas alguns aspectos da realidade social. Como em Mises, o conhecimento também é pura abstração mental, mas em Hayek os dados concretos da realidade interferem na própria abstração à medida que ocorre a interação da ordem sensorial com o mundo externo. Conclui-se assim que o método individualista adquire um significado próprio nos diferentes contextos epistemológicos.

O teor da crítica ao historicismo também não é o mesmo entre os austríacos. Todos eles defendem a importância da investigação histórica ao mesmo tempo em que reconhecem suas limitações. Todos partem da idéia de que a realidade histórica é um complexo social e de que a teoria e a história são parceiros que se complementam na compreensão dessa realidade. No entanto, em cada versão o papel da história na elaboração teórica e, na outra direção, o papel da teoria na interpretação histórica é entendido de modo diferenciado. Mises e Hayek consideram a teoria como sendo anterior à observação histórica. Mises afirma que

A ação humana sempre confronta a experiência como um fenômeno complexo que deve inicialmente ser analisado e interpretado pela teoria, sempre antes que possa se colocar no contexto de hipóteses que poderiam ou não ser provadas.<sup>5</sup>

Em Mises, a teoria, no sentido de praxeologia teórica, advém apenas da razão aplicada na análise de conceitos e, em Hayek, a teoria se origina do quadro sensorial preestabelecido que nos permite a identificação dos padrões abstratos que descrevem a estrutura real presente nos fenômenos históricos complexos. Hayek afirma que o tratamento estatístico de ocorrências históricas não permite a identificação dos elementos constituintes da estrutura organizada, pois a estatística desconsidera as particularidades dos fenômenos ao agrupá-los em números agregados que, na sua opinião, não nos dizem nada. Hayek e Mises consideram a teoria um pré-requisito da interpretação histórica, no sentido de que só a teoria fornece os instrumentos que conferem inteligibilidade ao fenômeno complexo.

A relação entre teoria e história em Menger é diferente. Ao separar esses dois campos de investigação econômica Menger considera que a investigação histórica pode se dar de modo independente da teoria, pois, enquanto a teoria está preocupada com fenômenos gerais, a história descreve aspectos particulares do processo social. A teoria, por seu turno, requer a observação histórica já no momento de sua elaboração, não sendo a história útil apenas na identificação do seu campo de validade ou aplicabilidade. Menger considera que a forma estrutural de alguns dos elementos que compõem a teoria exata é conhecida empiricamente: são as tais “formas empíricas” a que ele se refere.

Vemos, portanto, que os aspectos metodológicos compartilhados por Menger, Mises e Hayek, que notabilizam a abordagem austríaca, não anulam de modo algum a tese da desomogeneização epistemológica. Após esta consideração geral sobre a visão de sociedade em cada um deles, iremos operacionalizar o esquema de classificação proposto, pondo em relevo as significativas diferenças de perspectivas que separam os austríacos.

Para tanto, pretendemos agora examinar de perto as quatro questões básicas que foram propostas na introdução deste livro, que consiste em saber como cada enfoque epistemológico trata dos seguintes aspectos:

1. O dualismo epistemológico.
2. O dualismo ontológico.
3. A natureza do subjetivismo econômico.
4. O papel do mundo externo na explicação dos fenômenos sociais.

O dualista epistemológico considera que o conhecimento do agente e o conhecimento do investigador são de naturezas distintas. A propos-



ta de separação entre os dois planos de conhecimento tem de ser bem compreendida. Não se trata de dizer que o agente tem acesso a informações que não estão ao alcance do modelo teórico, como na tese hayekiana do conhecimento disperso. Também não se trata de estabelecer, por exemplo, que o modelo pressupõe “expectativas adaptativas” do agente mas que, na verdade, eles possuem “expectativas racionais”, como na crítica ao modelo nekeynesiano de expectativas adaptativas. Nesse caso o descompasso entre o modelo descritivo e o agente real pode ser sanado pela simples reformulação da teoria. No caso da tese da dispersão do conhecimento, se a teoria tivesse acesso à informação particular ela reproduziria a mesma condição do agente. O dualismo epistemológico, entretanto, assevera que o conhecimento que guia o agente e o conhecimento que torna possível compreendê-lo não são da mesma natureza. Podemos dizer, como ilustração, que o indivíduo, cuja ação está sendo examinada pelo teórico, carece de informações sobre sua verdadeira escala de valor ou sobre a disponibilidade dos bens e a maneira como eles devem estar associados na satisfação de suas necessidades. Se tiver que adquirir informações para tanto, ele somente o faria a um certo custo de obtenção de informações e nunca estaria em condições de evitar completamente o erro. Por outro lado, tomando-se a perspectiva da teoria podemos dizer que ela trabalha com o conhecimento exato pois descreve uma realidade essencial subjacente ao fenômeno econômico, em que a informação está livremente disponível e portanto é adquirida a um custo zero. Neste caso não existirão escolhas equivocadas pelo agente e as seqüências das ações seguirão uma lei teórica exata.

Este exemplo, que enquadramos no âmbito do dualismo epistemológico, descreve a epistemologia naturalista de Menger. A suposição de que o conhecimento do agente é de natureza distinta do conhecimento do observador é difícil de ser aceita. Afinal de contas tanto o teórico quanto o observador são seres idênticos e o teórico é também um agente, ao passo que este último pode ter acesso à mesma teoria. No entanto, a base aristotélica do pensamento de Menger permite-lhe apoiar o dualismo epistemológico. O poder do olhar intelectual do cientista que lhe possibilita o acesso à essência realista dos fatos é tipicamente realçado no pensamento do estagirita. Enquanto a teoria conhece a realidade das essências, o indivíduo examinado por ela tem de se debater em busca de conhecimento, não se livrando das incertezas inerentes à vida econômica. Agente e observador ficam, portanto, em diferentes planos epistemológicos. Mises e Hayek jamais aceitariam o dualismo epistemológico da maneira como o definimos. A praxeologia de Mises

está preocupada tanto com a possibilidade da ação pelo agente quanto com as condições que tornam possível o conhecimento da ação pela teoria. Stephen D. Parsons, estudioso da obra de Mises, afirma:

Por um lado Mises está interessado na possibilidade de compreensão das ações dos outros, por outro lado Mises se interessa pela possibilidade da ação em si mesma... Mises está interessado tanto na possibilidade de agir quanto na possibilidade de compreensão das ações dos outros.<sup>6</sup>

Hayek transita das conclusões do estudo da ordem sensorial no plano individual para assertivas sobre o conhecimento teórico do observador sem demarcar diferenças epistemológicas entre os planos, de modo que todas as conclusões do *The Sensory Order* são transpostas imediatamente para a epistemologia da teoria. Portanto, em Hayek cientistas e atores formulam conhecimento da mesma maneira. Temos assim uma primeira questão fundamental diante da qual nosso esquema de classificação será operacionalizado. A tabela seguinte sintetiza os resultados que acabamos de obter.

Autor	Tipo de epistemologia	Aceita o dualismo epistemológico
Menger	Naturalismo	X
Mises	Racionalismo	
Hayek	Subjetivismo evolucionista	

Ao lado do dualismo epistemológico, há um outro tipo de dualismo cuja consideração nos permitirá novamente operacionalizar o esquema de classificação proposto: trata-se do “dualismo ontológico”, que coloca a questão de saber se as experiências subjetivas individuais podem ser explicadas em termos dos processos biológicos ou até físicos que se manifestam no cérebro humano. Ou seja, na linguagem popperiana, se o mundo 2 das experiências subjetivas pode ser reduzido ao mundo 1 dos objetos físicos materiais.<sup>7</sup>

O dualista ontológico acredita na existência de estados mentais como uma realidade e assevera que esses estados não poderiam ser completamente explicados e previstos pela descrição completa da estrutura e dos processos biológicos. A crença no dualismo ontológico implica em reconhecer a existência de algum tipo de descontinuidade

entre o que se passa no cérebro e o que é projetado pela mente. Sendo assim, o universo mental não é simplesmente uma projeção de estados biológicos (ou físicos se quisermos ir adiante no reducionismo). A mente teria assim um grau de autonomia em relação ao cérebro. Dada a disposição do cérebro, não se segue naturalmente um estado mental que lhe corresponda, pois de um a outro interferem processos genuinamente criativos, um trabalho ativo do “eu” que torna imprevisível, dentro de uma análise materialista, o evento mental.<sup>8</sup>

Interpretamos o dualismo ontológico como admitindo duas versões: a primeira não admite ligação entre cérebro e mente, a outra versão é denominada de “interacionista” pois aceita algum tipo de ligação sem ser reducionista. A vertente interacionista do dualismo ontológico confronta-se com a complexa questão de como explicar a relação cérebro-mente sem violar a dualidade de mundos.

O naturalismo de Menger não aceita o dualismo ontológico pois para ele os elementos da subjetividade são, em última instância, produtos de processos naturais, ou seja, da operação de mecanismos biológicos. O conhecimento é obtido pelo cérebro e o mundo da subjetividade onde vicejam elementos como necessidades e satisfação não possuem uma existência independente do cérebro humano. Mises e seus seguidores sempre enfatizam a enorme distância que consideram existir entre o mundo da subjetividade e o mundo físico, acreditando que a descrição dos processos sociais só remete à esfera subjetiva do agente. Na *Ação Humana*, Mises escreve que

A razão e a experiência nos mostram dois reinos separados: o mundo externo dos fenômenos físicos e o mundo interno de pensamentos, sensações, avaliações e ação propositada. Nenhuma ponte está conectando essas duas esferas.

O mundo externo não importa à praxeologia teórica. Portanto, é lícito concluir que Mises aceita o dualismo ontológico acreditando enfaticamente na existência independente de estados mentais.

O subjetivismo evolucionista de Hayek acredita em um tipo de dualismo ontológico na sua versão interacionista. A mente não pode ser compreendida inteiramente a partir do cérebro, pois se isto fosse possível Hayek seria obrigado a descartar o evolucionismo. A base da explicação evolucionista do conhecimento é o trabalho ativo da mente, vimos no *The Sensory Order* que embora a mente mantenha um isomorfismo com o cérebro, é justamente a sua liberdade criativa que

permite imprimir uma dinâmica ao conhecimento. O processo de aprendizagem ocorre à medida que a mente, nos marcos de uma estrutura neurológica prévia, interage com o cérebro possibilitando o surgimento de uma nova ordem neurológica que, por sua vez, condicionará um futuro estado mental pela idéia de “memória fisiológica”. Já dissemos que o dualismo interacionista de Hayek é essencialmente o mesmo modelo defendido por Popper.

O quadro abaixo sintetiza estes resultados quanto ao dualismo ontológico:

<b>Autor</b>	<b>Tipo de epistemologia</b>	<b>Aceita o dualismo ontológico</b>
Menger	Naturalismo	
Mises	Racionalismo	<b>X</b>
Hayek	Subjetivismo evolucionista	<b>X</b> (na versão interacionista)

Uma terceira questão que se coloca perante o proposto esquema classificatório das epistemologias diz respeito à natureza do subjetivismo em cada um deles. Para melhor esclarecer a questão é útil separarmos o plano do ator do plano da teoria e investigarmos de que modo o subjetivismo é incorporado na análise da natureza do conhecimento em face dos dois planos. Vimos que em Menger a essência dos fenômenos concretos é estudada pela teoria pura que identifica as leis exatas que regulam os processos em sociedade. A mesma naturalidade que comanda a sucessão de fenômenos sociais também está presente no que ocorre em nossas mentes. Portanto, concluímos que Menger toma o conhecimento como sendo algo objetivo e natural, tanto na teoria quanto no plano do ator. O subjetivismo não faz parte da estrutura natural e permanente que ele identifica na sociedade e apenas os estudos históricos dão conta de apreender as situações em que o agente se depara com a subjetividade do conhecimento, onde a informação é obtida a um certo custo e a avaliação dos elementos que comandam as ações está sujeita a idiosincrasias pessoais e fatores acidentais. Assim podemos dizer que Menger é objetivista e que ele relega a subjetividade aos incidentes que comandam o processo histórico em que se dão as escolhas.

Mises enfatiza a subjetividade do conhecimento que comanda as ações humanas, mas a sua praxeologia propõe-se a formular um completo entendimento das escolhas propositadas pelas considerações ló-

gicas de validade universal, já que para ele há uma única racionalidade subjacente à ação e o conhecimento que obtemos dela é também universal na medida em que a mesma lógica é aplicada na construção da teoria. A crença na racionalidade única da teoria confere-lhe um caráter objetivo e, portanto, podemos dizer que, enquanto no plano do ator enfatiza-se o subjetivismo, a teoria que descreve as leis *a priori* das escolhas subjetivas, em si mesma, é objetiva por apoiar-se em um racionalismo em que se prega a lógica universalmente válida.

Finalmente, no caso de Hayek não apenas a ação individual é compreendida na óptica da subjetividade do agente como até mesmo a teoria que a explica é vista como uma construção mental subjetiva, que depende dos esquemas de classificação fornecidos pela ordem sensorial. Assim, em Hayek, no estudo do conhecimento do ator e da teoria, o subjetivismo é uma consideração indissociável da análise. A tabela a seguir resume estas conclusões.

<b>Autor</b>	<b>Tipo de epistemologia</b>	<b>Aceita o subjetivismo nos domínios do agente</b>	<b>Aceita o subjetivismo nos domínios da teoria</b>
Menger	Naturalismo		
Mises	Racionalismo	<b>X</b>	
Hayek	Subjetivismo evolucionista	<b>X</b>	<b>X</b>

O nome de Menger pode vir associado à Economia Subjetiva no sentido de que ele enfatiza o papel da informação e do agente econômico, e também em contraposição à teoria do valor trabalho tida como uma teoria do “valor objetivo”. O valor em Menger é um fenômeno pessoal mas, na medida em que ele adere à idéia da naturalidade das escolhas, a sua teoria do valor pessoal é também objetiva. O seu objetivismo não diz que o valor econômico viceja no mundo externo fora do indivíduo, mas que se deve interpretar o próprio indivíduo considerado como uma “máquina natural”. Se a teoria é tida como objetiva, também se pode inferir que ela é “exata” ou de validade universal, independentemente da subjetividade do analista. É o caso de Menger mas não o de Hayek, embora este último também busque assegurar a objetividade em teoria validando-a intersubjetivamente em uma alegada semelhança de nossas ordens sensoriais. No *The Sensory Order*, Hayek escreve:

... também aprendemos que aquilo que nos parece semelhante ou diferente com frequência também parece semelhante ou diferente a outros homens... é claro que não seria possível discutir o mundo dos fenômenos com outras pessoas se elas não percebessem este mundo em termos de uma ordem de qualidade idêntica ou ao menos muito similar à nossa. Isto significa que a mente consciente de outras pessoas classifica os estímulos de uma maneira similar a que o faz nossa própria mente, e que as diferentes qualidades sensoriais estão para elas relacionadas umas às outras de uma maneira que é similar à que conhecemos. Em outras palavras, embora o sistema de qualidades sensoriais seja “subjetivo” no sentido de pertencerem à pessoa que as percebe em oposição a “objetivo” (pertencente aos objetos percebidos) – o que é a mesma distinção entre a ordem fenomenal e física – ele ainda é interpessoal e não (pelo menos não inteiramente) peculiar ao indivíduo.<sup>9</sup>

As qualidades sensoriais não são inteiramente peculiares aos indivíduos, embora ainda o sejam em parte. Se é assim, Hayek confere algum grau de subjetividade à teoria. E portanto é melhor associá-lo a este quesito. Assim, com base na tabela anterior, Hayek pode ser considerado o mais subjetivista dos austríacos. Mas em outro critério Mises supera-o na ênfase ao subjetivismo, quando consideramos o papel do mundo externo para a teoria. Trata-se da última questão anteriormente formulada para operar o esquema de classificação das epistemologias. Até que ponto Menger, Mises e Hayek consideram a existência de um mundo externo na explicação de fenômenos sociais? O naturalismo de Menger possibilita-lhe o acesso direto à realidade natural dos fatos econômicos e portanto a teoria reporta-se diretamente ao mundo externo. Mises desconsidera qualquer papel para o mundo externo, pois o estudo do fenômeno social para ele só nos remete à subjetividade das escolhas. Hayek, ao mesmo tempo em que enfatiza o subjetivismo, procura incorporar o mundo externo na explicação do processo de conhecimento através da interação da mente com as estruturas do cérebro humano. A próxima tabela resume as conclusões.

<b>Autor</b>	<b>Tipo de epistemologia</b>	<b>Aceita a existência de um mundo exterior na explicação dos fatos sociais</b>
Menger	Naturalismo	<b>X</b>
Mises	Racionalismo	
Hayek	Subjetivismo evolucionista	<b>X</b>

Em relação à última questão, o subjetivismo de Mises é o mais radical, pois para ele tudo o que a teoria deve considerar são interpretações de significado. A hermenêutica do conhecimento subjetivo substitui a consideração hayekiana do subjetivismo a partir de um estudo da mente.

Com o que foi visto nesta seção, consideramos completado o exercício de desomogeneização das epistemologias em Menger, Mises e Hayek. Na próxima seção, faremos algumas considerações críticas pontuais à doutrina social austríaca. Com isto, questionam-se as teses austríacas sobre o processo social. O esforço crítico pauta-se pela crítica interna à teoria, pois os esforços de desqualificá-la a partir de um ponto de vista externo em geral têm se demonstrado infrutíferos.<sup>10</sup>

## CRÍTICAS RELEVANTES À DOCTRINA AUSTRÍACA

Não é fácil criticar a visão austríaca do processo social, em suas várias vertentes, refutando os pressupostos filosóficos em um ou outro autor representativo dela. O problema é que no campo da reflexão filosófica só podemos descartar uma filosofia oferecendo em troca outra concepção filosófica. Chegamos assim a uma contraposição de “visões de mundo” que não pode ser objetivamente decidida. No campo da filosofia, o que temos é a sucessão de sistemas interpretativos em que cada sistema é um universo próprio. Não há entre eles a idéia de superação ou uma clara visão de progresso do conhecimento. Não podemos assegurar, por exemplo, que o empirismo seja um avanço em relação ao realismo filosófico, a não ser que os critérios subjacentes a esse juízo sejam explicitados. Mas os critérios também podem ser questionados a ponto de serem requeridos critérios de validação de critérios, o que nos leva a um processo de regressão infinita.

Sendo assim não adianta criticar Menger pelo anacronismo de sua visão filosófica, descartar a ênfase kantiana em análise de conceitos, que aparece na base da praxeologia de Mises, ou mostrar que o dualismo ontológico interacionista de Hayek não se sustenta. Sabemos que a tendência atual da neuropsicologia é negar a existência desse dualismo como no livro de David J. Chalmers, mas não se pretende aqui explorar este veio.<sup>11</sup> Podemos tecer, no entanto, um conjunto de críticas internas que, mesmo aceitando o contexto filosófico presente em certo autor austríaco, põe em dúvida a validade das suas conclusões

teóricas. Para tanto, nesta seção iremos discorrer sobre alguns problemas colocados pela visão austríaca, localizando-se problemas em relação a três pontos:

1. A teoria das instituições que parte do individualismo metodológico.
2. A idéia de normas espontâneas que surgem pelo processo evolutivo.
3. A pretensa universalidade da praxeologia como estratégia única de compreensão dos fenômenos sociais.

Começando pelo primeiro ponto, sabemos que os austríacos não compartilham a mesma visão do processo social, mas tanto no naturalismo de Menger quanto no subjetivismo de Mises e Hayek a totalidade social com suas instituições emerge das escolhas individuais e as próprias escolhas são condicionadas pela presença de instituições. Trata-se do modelo básico de instituições no individualismo metodológico, onde ao mesmo tempo em que as instituições aparecem como consequência não intencional das ações, elas fornecem parâmetros que condicionam as ações individuais. No pensamento social contemporâneo há importantes correntes que duvidam da adequação do individualismo metodológico e afirmam que as estruturas sociais não podem ser reduzidas ao comportamento individual. Nessa visão, as propriedades sistêmicas são explicadas pela consideração holística da sociedade, e elas se processam segundo leis autônomas em relação aos indivíduos, leis que seguem uma lógica própria.

Acreditamos que o pensamento social deve permitir a coexistência das duas estratégias, holística e individualista, pois não se pode provar que uma delas esteja errada, isto é, não se pode demonstrar cabalmente que o projeto de se explicar a totalidade social pelo reducionismo é impossível de ser realizado, ao mesmo tempo em que não se pode provar a validade do individualismo metodológico.<sup>12</sup>

Mesmo sem pretender refutar a estratégia individualista, o filósofo Nozick apresenta duas importantes questões que desafiam essa via de explicação:

1. É possível conciliar o individualismo metodológico com os problemas colocados pela “teoria dos jogos”?
2. Como resolver a circularidade lógica entre indivíduos e instituições sociais, já que na teoria individualista as instituições ao mesmo tempo em que são tidas como resultado da ação humana as condicionam?

Em relação à primeira pergunta, seguindo o procedimento de Nozick, podemos começar do caso mais simples em que ocorre a interação de



apenas duas pessoas: Robinson Crusóe e Sexta-feira. Antes de encontrar o amigo, Crusóe só se relaciona como o ambiente natural à sua volta. Ele aloca os recursos de que dispõe de acordo com suas preferências temporais, na hipótese de que tal fato obedece a uma teoria microeconômica bem estabelecida. Nozick questiona se a teoria da interação entre Crusóe e Sexta-feira pode ser reduzida à teoria que explica a ação isolada do primeiro. Na nova situação em que dois indivíduos interagem, ainda aplicamos a teoria que descreve o indivíduo isolado ou é necessária a introdução de algo novo? O que caracteriza a nova situação e que difere do contexto anterior é que as ações de Sexta-feira num certo sentido não são idênticas aos eventos da natureza inanimada. Sexta-feira agirá dependendo da ação de Crusóe. É claro que a natureza também responde às nossas ações específicas, no entanto, a reação da natureza obedece a princípios rígidos enquanto que a reação de Sexta-feira é ação estratégica que envolve liberdade de escolha. Esta situação é analisada na literatura econômica em Teoria dos Jogos.

Há sérias dúvidas se a ação no contexto de jogos é redutível à ação isolada, pois na situação de jogos emergem novos conceitos que não representam apenas a especificação de algumas noções da escolha isolada, como o conceito de “equilíbrio de Nash”.<sup>13</sup> A ação dos demais indivíduos não pode ser considerada uma mera restrição às escolhas particulares, como por vezes dá a entender a análise austríaca. Enquanto os estados da natureza são parâmetros fixos, o comportamento humano é sempre contingente, de modo que o resultado de uma ação depende de como os outros irão se comportar diante dela.

Há um problema de composição quando se passa da teoria  $1p$  de um indivíduo isolado para a teoria  $2p$  da interação de duas pessoas. O mesmo problema aparece quando se vai de  $2p$  para  $3p$  e assim por diante. Nozick considera possível que uma nova teoria e não apenas a especificação de uma teoria anterior seja necessária quando se vai da teoria  $np$  para  $(n+1)p$ , pois podem surgir no novo contexto novos elementos não redutíveis à situação anterior. A impossibilidade do reducionismo não pode ser demonstrada, mas as considerações de Nozick lançam suspeitas de sua validade. Dentre outros argumentos utilizados na crítica ao reducionismo, um dos principais é o problema da circularidade lógica. A interpretação austríaca das instituições como consequência não intencional da ação humana parece envolta em circularidade: enquanto a instituição é pensada como o somatório de ações particulares de muitos indivíduos, que no contexto social interagem umas com as outras, as instituições também modelam as ações individuais padronizando o com-

portamento em normas obedecidas. As ações individuais criam as instituições, que por sua vez não só mantêm as ações anteriores como podem levar a novas ações que resultarão em novas instituições, já que as instituições estão se desenvolvendo com o tempo. Como bem lembrou Nozick, há dois esquemas em que ação e instituição poderiam interagir como nos dois diagramas que vêm a seguir:

Diagrama 1:

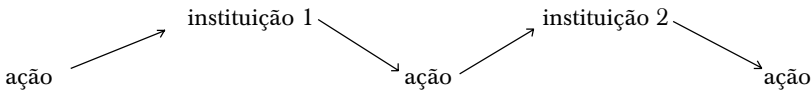
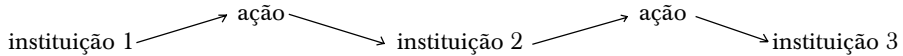


Diagrama 2:



No primeiro diagrama, as ações individuais criam a instituição 1 que modela novas ações vindo a alterar a instituição anterior na nova instituição 2 e assim por diante. O esquema reproduz a essência do individualismo metodológico uma vez que em última instância são as ações que criam as instituições e toda a seqüência temporal de ações é explicada em termos de ações previamente tomadas. Se, em cada instante, explicamos a situação corrente como algo que surge a partir das ações prévias num certo contexto institucional, então por que são as ações e não as instituições que antecedem a todo o processo? Por que não poderíamos pensar em termos do diagrama 2?

A defesa do primeiro diagrama e não do segundo tem uma base biológica. Este fato é lembrado por Nozick que cita os achados da teoria sociobiológica de E.O. Wilson: as pessoas vieram de organismos que obedeciam a padrões inatos de comportamento tais como relações de grupo e padrões territoriais que não eram propriamente instituições culturais mas comportamento instintivo.<sup>14</sup> Os padrões eram inicialmente transmitidos biologicamente como resultados da seleção evolucionista e somente depois entrariam as instituições com a função de transmitir e manter culturalmente as características das ações ditando normas de comportamento. A análise das instituições em Hayek, com base no modelo evolucionista das normas, também segue nesta mesma dire-

ção. Não restam dúvidas de que o individualismo metodológico está assentado em algum argumento biológico, no entanto, este tipo de argumento, excetuando-se em Hayek, aparece muito pouco nos economistas austríacos.

Outra crítica relevante que pode ser feita à doutrina austríaca diz respeito à idéia hayekiana de normas como um processo inconsciente. A fim de melhor elucidarmos esse pressuposto do modelo social de Hayek, vale a pena uma pequena digressão sobre o significado do conceito de normas. Podemos defini-las simplesmente como um conjunto de uniformidades no padrão comportamental dos indivíduos que compõem a sociedade. A sua existência torna as ações dos mesmos obedientes a certos imperativos de conduta que prescrevem o que pode ser feito ou apenas proíbem que certas coisas sejam feitas. As normas abstratas de conduta de que fala Hayek são o que se denomina na literatura de “normas sociais”. A condição para uma norma ser social é que seja compartilhada por todos ou pela maioria dos indivíduos na sociedade. Então as normas sociais produzem dois efeitos: além de garantir uma certa regularidade ao longo do tempo no comportamento de cada indivíduo, elas mantêm certa convergência entre os diferentes padrões de comportamento associados a diferentes indivíduos.

Este tipo de norma não se confunde com as chamadas “normas morais”. Não se pode identificar uma noção ética de bem ou mal subjacente às normas sociais. A questão ética somente se aplica às normas morais, caso em que se busca um fundamento às normas que nos diga em que condições prevalecerá o bem. Pode-se analisar as consequências de uma norma e perguntar se ela produz efeitos que levam à maior felicidade da coletividade (como na “ética utilitarista”) ou perguntar se as normas morais preservam ou não algum direito inalienável da espécie humana (à vida, à liberdade etc.) e com base na consideração desses direitos julgar-se a validade de uma norma moral (caso da “ética dos direitos do homem”).<sup>15</sup> Outra coisa, diferente das normas sociais e morais, são as “normas legais”, feitas por especialistas em leis, normas com validade jurídica expressas num código de leis que não se confundem com os casos anteriores.

Temos, portanto, diferentes tipos de normas, embora essa distinção seja algo arbitrário. O que diremos a seguir aplica-se às “normas sociais”. Para elas não há um imperativo moral ou mesmo legal que imponha a sua observância.<sup>16</sup> Se desejamos coerência com o princípio austríaco do individualismo metodológico, devemos investigar por que os indivíduos as compartilham.

Jon Elster nos fornece pistas importantes na resposta à questão. As normas para serem sociais, diz ele, devem ser compartilhadas por outras pessoas e ser parcialmente sustentadas pela aprovação ou censura das mesmas. Para Elster, as normas são sustentadas por dois elementos:

1. A importância que atribuímos ao julgamento de outras pessoas. A condenação alheia de nossas condutas pode até não vir acompanhada de alguma punição. Mesmo assim, sentimo-nos compelidos a buscar a aprovação de nossas condutas pelos demais.<sup>17</sup>
2. As normas também são sustentadas parcialmente por sentimentos negativos de humilhação, angústia, culpa ou vergonha que as pessoas sentem ao violar uma norma ou por emoções positivas desencadeadas pelo cumprimento da mesma. O que significa que as normas são internalizadas e, sendo assim, a sua obediência não se deve apenas à ameaça de sanções sociais.<sup>18</sup>

Elster não acredita que as normas sejam geralmente obedecidas de modo inconsciente e alega que a deliberação individual ocupa um papel importante no processo de acatamento das mesmas.<sup>19</sup> Hayek, por sua vez, apóia sua análise no processo inconsciente envolvido no acatamento da norma. Para ele, as normas são respeitadas pelos indivíduos, sem que eles tenham consciência da sua existência ou reconheçam os benefícios que advirão dela.

Para Elster, exagera-se a importância dos processos inconscientes na aceitação de uma norma social. Qualquer que seja a explicação das normas, é importante frisar que o comportamento normativo não é necessariamente automático e irrefletido. No comportamento guiado por normas sociais há espaço para o agente exercer seu poder de escolha, de interpretação e de manipulação. As normas são observadas como parte de um mecanismo motivacional que regula a conduta dos agentes. Diversos motivos podem levar os indivíduos a seguirem normas sociais. Mesmo que esses motivos sejam parcialmente inconscientes, isto não implica que as escolhas não sejam racionais ou que a sua observância não possa ser interpretada como consequência da escolha racional auto-interessada dos indivíduos. Em Hayek, ainda há um espaço de criatividade na aceitação inconsciente da norma quando ele analisa a relação entre mente e cérebro, mas ele não enfatiza devidamente em seu modelo o papel da deliberação humana.

Elster considera que a principal característica das normas sociais é que elas são sustentadas pela aprovação e desaprovação dos demais indivíduos e pelos sentimentos provocados nos indivíduos que as se-

guem. Elas não se confundem com hábitos ou neuroses compulsivas que são meramente atos idiossincráticos. Também diferem das regras auto-impostas que as pessoas se atribuem para vencer a fraqueza de vontade. A visão de Hayek de que a norma adotada não é uma escolha consciente remete a algumas perguntas: como explicar a sua origem e a continuidade de sua existência? Por que os indivíduos seguem determinadas normas e não outras? Uma resposta possível é dizer que a existência de determinada norma se deva às suas conseqüências práticas para o indivíduo. Ou talvez a escolha de normas se deva à sua utilidade não para o indivíduo mas para a sociedade. Contudo, mesmo se demonstrado que a obediência à norma torna a sociedade melhor em algum sentido, isto não explica por que ela existe.

Para Elster, a explicação das normas deve considerar além do seu benefício social qual o mecanismo de retroalimentação que especifica como as boas conseqüências da norma contribuem para a sua manutenção. Justificar a existência de uma norma pelo seu benefício social é um procedimento confiável para Elster somente se tal mecanismo for demonstrado.<sup>20</sup>

Hayek utiliza uma explicação evolucionista para a origem das normas. Para ele, as normas que regulam a ação humana teriam evoluído ao longo de gerações sem o desígnio humano consciente. Elas são uma conseqüência não intencional da ação humana, enquanto produto não intencional de um processo evolutivo. As normas sociais crescem por acidente, o mesmo tipo de acaso que determina o resultado de todos os tipos de processos evolutivos. No entanto, não basta postular a existência de tais processos; é preciso demonstrar o mecanismo de evolução das normas sociais.

A explicação evolucionista vale-se de uma analogia com a teoria biológica. Ela acredita que as normas conferem uma maior ou menor “aptidão” aos indivíduos para enfrentarem o ambiente natural e social em que estão inseridos. Indivíduos mais aptos ou que seguem as normas mais eficientes proliferam-se mais e com eles também as respectivas normas obedecidas.

Diferentes versões aparecem na literatura de explicações evolucionistas de processos sociais. Em alguns modelos consideram-se os próprios grupos de indivíduos como unidade de seleção e ainda em outras versões são as normas em si mesmas, e não indivíduos ou grupos, que são diretamente selecionadas. Em qualquer variante, deve-se identificar um mecanismo básico que descreva o processo de seleção das normas. Para Hayek, as normas socialmente mais úteis é que são seleciona-

das. Elas são tidas como mais úteis porque conferem a seu seguidor uma vantagem na competição com os rivais. Elster considera fracos os argumentos desse tipo:

As normas dos mais fortes não são via de regra tomadas pelos mais fracos, nem os mais fracos sempre desaparecem na competição com os mais fortes. A Grécia foi conquistada por Roma, mas Roma assimilou mais das normas gregas do que o contrário.<sup>21</sup>

A hipótese evolucionista sobre o aparecimento das normas é a princípio questionável, mas há poucas explicações alternativas que possam com ela concorrer. É impossível demonstrar que todas as normas sociais sejam fruto de uma escolha deliberada e racional. A maneira como as normas sociais ligam-se à racionalidade e mesmo à moralidade é uma importante agenda que tem sido explorada na literatura especializada. É claro que a tese de que as normas sociais constituem uma ordem espontânea deixa sérios problemas teóricos sobre a racionalidade. Autores como Jon Elster e Robert Sugden têm procurado reconciliar estes elementos.<sup>22</sup>

A teoria das normas como um elemento constituinte da ordem espontânea de mercado é parte do esforço intelectual de Hayek para entender o funcionamento da sociedade e de seus mecanismos de coordenação das ações individuais. A explicação evolucionista das normas, entretanto, não pode funcionar apenas como uma metáfora. Há trabalhos, como os de Heath, que fazem uma reconstrução analítica e formal do modelo de Hayek.\* Heath identifica em Hayek as condições necessárias para o aparecimento das normas, interpreta analiticamente o significado de conceitos como “processo de tentativa” e “erro” e “conseqüências não intencionais da ação” e procura articular a hipótese de um processo evolutivo das normas dentro das premissas de Hayek.

Heath considera que a teoria evolucionista das normas em Hayek deve demonstrar não apenas o surgimento espontâneo delas, mas também a recorrência do processo ao longo do tempo e, como Elster, pensa ser necessário que a teoria explicita algum mecanismo de retroalimentação do processo. Heath identifica no modelo de Hayek os efeitos benéficos das normas para o indivíduo como sendo esse mecanismo. Mas para ele há muitas questões no modelo de Hayek que precisariam ser mais bem esclarecidas, mas que não serão aqui exploradas.

---

\* Heath (1992).

Agora, antes de concluir a seção, serão feitas considerações críticas tecendo-se alguns comentários relativos à praxeologia de Mises. Mises e sua praxeologia ocupam uma posição bastante proeminente nos debates em epistemologia econômica e quase sempre ele é criticado.<sup>23</sup> É bastante curioso o fato de que uma linha de pensamento tida pela maioria dos comentadores como equivocada, ainda assim apareça de modo tão destacado na literatura.<sup>24</sup> Por que os comentadores insistem em reavaliá-la em vez de simplesmente pôr de lado as contribuições de Mises? Tal fato indica a existência de algo muito interessante nas proposições epistemológicas do austríaco. O estilo literário de Mises é muito provocativo. Não estou me referindo ao ideólogo, sempre disposto a atacar com veemência e até com alguma injustiça as teses contrárias ao liberalismo econômico, mas ao epistemólogo. A praxeologia faz assertivas fortes e deixa no leitor a impressão de incoerência, radicalismo e unilateralidade. Quando a praxeologia diz que toda ação é racional pensamos logo: isto não esvazia o conceito de racionalidade? Se toda ação é racional, o erro é impossível?

É completamente inócua acusar a praxeologia miseana de ser dogmática, ininteligível e não científica. Essas críticas partem, na maioria das vezes, de uma má compreensão das idéias de Mises ou da ausência de um esforço sincero em desvendar o que realmente ele quis dizer, e neste ponto nos solidarizamos com Mises. Como escreve Bruce Caldwell, um dos mais respeitáveis estudiosos de metodologia e epistemologia econômica dos últimos anos:

A questão é que grande parte das alegações da metodologia miseana, que possam parecer ilusórias inicialmente, se tornam muito menos controversas uma vez que sejam compreendidas apropriadamente. Dizer que só existe um único método científico e que qualquer análise que não se conforme a ele seja sem significado ou dogmática é em si mesmo uma atitude dogmática e não científica.<sup>25</sup>

Dizer, por exemplo, que a proposição “toda ação é racional” é incompreensível não é uma crítica sustentável. Ao considerá-la, deve-se ter em conta o que está por trás da proposição. Ação é uma categoria teórica, é um conceito dotado de atributos e significados. Sendo assim, para a praxeologia toda ação é racional porque toda ação é por definição propositada e envolve escolhas. Poderíamos argumentar que o comportamento habitual ou normativo não pode ser racional. Mas como o comportamento habitual para Mises envolve escolhas, ele também é

racional. A irracionalidade só ocorreria se a escolha individual fosse contraditória com a escala subjetiva de valores. Tal situação, porém, não poderia ocorrer para a praxeologia porque é o ato de escolha que demonstra as preferências do ator. Para ela, só existe escolha racional ou comportamento impulsivo. A escolha racional também pode levar a erros, já que o futuro é incerto e o conhecimento é incompleto.

O que dissemos não significa que não se possa questionar o axioma da racionalidade de Mises, mesmo aceitando a estrutura de princípios metodológicos e as hipóteses da praxeologia. Novamente recorrendo ao filósofo Robert Nozick, ele apresenta duas importantes críticas a esse axioma:

1. Mises diz que o ator sempre prefere o resultado da ação corrente ao que poderia ser obtido se esta ação não fosse implementada. É a idéia de que a ação é o curso de escolhas que procura maximizar algum resultado. Há no entanto o problema dos custos de desistência (*sunk costs*).<sup>26</sup> A presença de *sunk costs* faz com que o indivíduo racional opte por um curso de ação que, se ele pudesse voltar no tempo, não teria escolhido, mas que ele o toma por já ter assumido anteriormente um compromisso.
2. Mises considera que toda escolha é comportamento propositado ou não se trata de escolha mas de reação automática a um estímulo. No entanto, a fronteira entre escolha e comportamento automático não é tão nítida como ele sugere.<sup>27</sup> O condicionamento simples (ou reflexo) detectado pelas experiências “pavlovianas” não seria considerado ação pela praxeologia de Mises.<sup>28</sup> Mas o que dizer do “comportamento operante”? Sabemos que processos de condicionamento operante por uso de recompensas e punição (reforço positivo e negativo) aumentam ou diminuem a probabilidade de vários comportamentos e introduz vários padrões de extinção. Os “behavioristas” aplicam seus princípios a vários tipos de comportamento que a praxeologia chamaria de ação propositada. Portanto, a fronteira entre ação e comportamento automático é borrada, problematizando o significado da categoria austríaca de ação.

Mesmo que o axioma da ação racional pudesse ser aceito, há outros problemas na praxeologia de Mises:

1. O conceito de ação, junto com o conceito correlato de “tempo real”, pode não ser a única premissa do modelo explicativo da praxeologia.
2. Modelos econômicos mutuamente incompatíveis podem ser derivados do conceito miseano de ação.



3. Pode ser que existam diferentes sistemas de categorias para um mesmo fenômeno.

Barrota argumenta que, embora Mises tenha herdado de Kant a preocupação com a construção e análise de categorias teóricas, Mises não entendeu a sua função e tentou equivocadamente basear nela toda uma ciência dedutiva.<sup>29</sup> Um sistema de categorias leva a um conjunto de procedimentos dedutivos de modo a se derivar dele um leque de proposições econômicas significativas. Mas há a questão preliminar da escolha deste sistema entre duas ou mais possibilidades. Mises utiliza apenas a introspecção para justificar e validar a categoria da ação, mas mesmo que tal procedimento pudesse ser aceito, isto é, mesmo que a introspecção pudesse fornecer indubitavelmente um conhecimento *a priori*, ela não poderia descartar o uso de um outro sistema de categorias.<sup>30</sup>

Poderíamos pensar em outros aspectos problemáticos na epistemologia de Mises mas não queremos aqui esgotar tudo o que poderia ser dito. O mais importante é assinalar que as críticas internas são bem mais eficazes na identificação de deficiências na contribuição do austríaco. Além disso, tal crítica pressupõe um sério esforço preliminar de estudo e interpretação da sua obra. É necessário localizar a origem e a natureza de suas reflexões, pensá-lo como um autêntico herdeiro do movimento neokantiano. Para tanto, não precisamos nutrir algum tipo de afinidade ou simpatia. Mises é sempre um excelente mote para um exercício em história das idéias, um importante estudo de caso sobre uma epistemologia *sui generis*.

Concluídas as considerações críticas sobre a doutrina austríaca, na próxima seção o livro termina tecendo alguns comentários finais, antes do posfácio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 70, os historiadores do pensamento econômico, ao investigarem as contribuições teóricas que marcaram a Revolução Marginalista, cem anos atrás, apresentaram suas considerações em artigos que se tornaram célebres. Dentre eles, aparecem destacadamente os ensaios de Jaffé e Streissler. Jaffé introduziu o neologismo “desomogeneizado” para demarcar a distância que de fato existia entre as tradi-

ções inauguradas por Jevons, Menger e Walras. Melhor compreensão obteve-se do episódio revolucionário que ensejou o nascimento do marginalismo e da teoria do valor subjetivo que viriam a caracterizar, em maior ou menor grau, dependendo da corrente teórica, a moderna teoria microeconômica.

O estudo que apresentamos reteve a mesma preocupação básica do ensaio de Jaffé, que interpretamos ser a de mostrar a partir de um estudo em história das idéias a riqueza de enfoques e as peculiaridades de cada autor considerado. No entanto, a analogia com o trabalho de Jaffé não deve ocultar as diferenças fundamentais entre o propósito daquele trabalho e o nosso. Uma coisa é interpretar autores contemporâneos entre si, que foram reunidos pela historiografia no mesmo movimento, mostrando que eles na verdade, embora apontem para alguns elementos teóricos compartilhados, representam distintas visões do fenômeno econômico, formulando cada qual questões próprias dentro de um modelo teórico particular. Esse foi o trabalho de Jaffé. O nosso lançou um olhar para o interior da Escola Austríaca e localizou nessa escola um novo processo de desomogeneização.

A tese do livro é a de que os três maiores representantes da Escola Austríaca não propõem o mesmo sistema de idéias. Pelo contrário, as teorias de Menger, Mises e Hayek foram edificadas cada qual a partir de crenças bem distintas. Por que distinguir autores de uma mesma tradição representa uma contribuição útil e válida em história do pensamento econômico? Jaffé explorou as diferenças que separam os proponentes da Revolução Marginalista, mostrando que se tratava de três correntes teóricas. Investigamos as discrepâncias no próprio interior de uma delas, focalizando autores que pertenceram a diferentes gerações de economistas austríacos. Diversas questões poderiam ser colocadas no sentido de avaliar-se a qualidade da pesquisa.

A primeira objeção que se poderia fazer é a de que, como estamos tratando de representantes de uma mesma escola que se sucederam no tempo, não seria então o caso de eles estarem trabalhando na mesma tradição e apenas escolhendo diferentes problemas de acordo com aquilo que foi visto como importante em cada época? Ou seja, até que ponto há conflito de idéias de um autor a outro ou é simplesmente uma orientação diferente que cada um segue? Não seriam apenas as perguntas que são diferentes? Embora apareçam questões específicas em cada autor que poderiam caracterizar a motivação principal subjacente ao respectivo esforço intelectual, o importante para efeito da tese aqui apresentada é a constatação de que Menger, Mises e Hayek edificaram cada qual

um amplo sistema epistemológico e metodológico aplicado à explicação dos fenômenos econômicos e sociais. Esses sistemas particulares possuem elementos compartilhados entre eles, como o individualismo metodológico e o anti-historicismo, que no entanto, não se confundem. Podemos falar na existência de tradições distintas dentro de uma escola econômica, e na identificação delas valemo-nos de uma estratégia de demarcação de natureza epistemológica.

Isolar a questão central que motiva a investigação em cada um dos economistas austríacos que estamos considerando e concluir que as diferenças entre eles se devem a diferenças de propósitos, isto pode levar a grandes equívocos. Há inúmeras questões em comum que são tratadas pelos três sistemas, não apenas problemas de teoria econômica mas toda uma tentativa de descrever e explicar os processos sociais; do comportamento individual à formação e funcionamento das instituições sociais, no entanto, não são idênticas as hipóteses que lançam sobre a natureza da teoria econômica e dos elementos por ela considerados. Vimos que os sistemas teóricos dos três autores austríacos possuem elementos em comum (embora alguns pontos de semelhança não resistam, enquanto tais, a uma análise aprofundada), o que tornou ainda mais difícil nossa estratégia de desomogeneizá-los. De um lado, o processo de demarcação não poderia avançar a ponto de destruir a unidade dessas diferentes tradições dentro de uma noção de escola e para tanto identificamos alguma comunhão de idéias. A unidade entre os austríacos só se mantém quando construímos um modelo geral que assume explicitamente estar passando ao largo das especificidades encontradas em cada contribuição particular.

Enquanto a desomogeneização de Jaffé era por assim dizer evidente, por se tratar de escolas flagrantemente diferentes, a nossa tarefa foi bem mais sutil. Separar as contribuições dos austríacos de fato não se constitui empreendimento fácil. A literatura disponível relativa a esta temática é insatisfatória e foi justamente a insatisfação com o que havia sido feito até agora que nos levou a escolher este trabalho e não outro em história das idéias. Faltavam na literatura, antes de mais nada, critérios epistemológicos claros que identificassem a partir de qual ponto de vista as contribuições dos três poderiam ser confrontadas.

O processo de desomogeneização dos austríacos foi, portanto, o argumento central que conduziu o desenvolvimento do trabalho. Muita coisa foi vista e não apenas uma descrição e comparação das diferentes epistemologias dos economistas austríacos. O estudo reveste-se de um caráter bastante interdisciplinar, envolvendo, além de teoria eco-

nômica *stricto sensu*, filosofia, metodologia, epistemologia, teoria social, teoria das instituições, teoria das normas sociais e outros temas correlacionados.

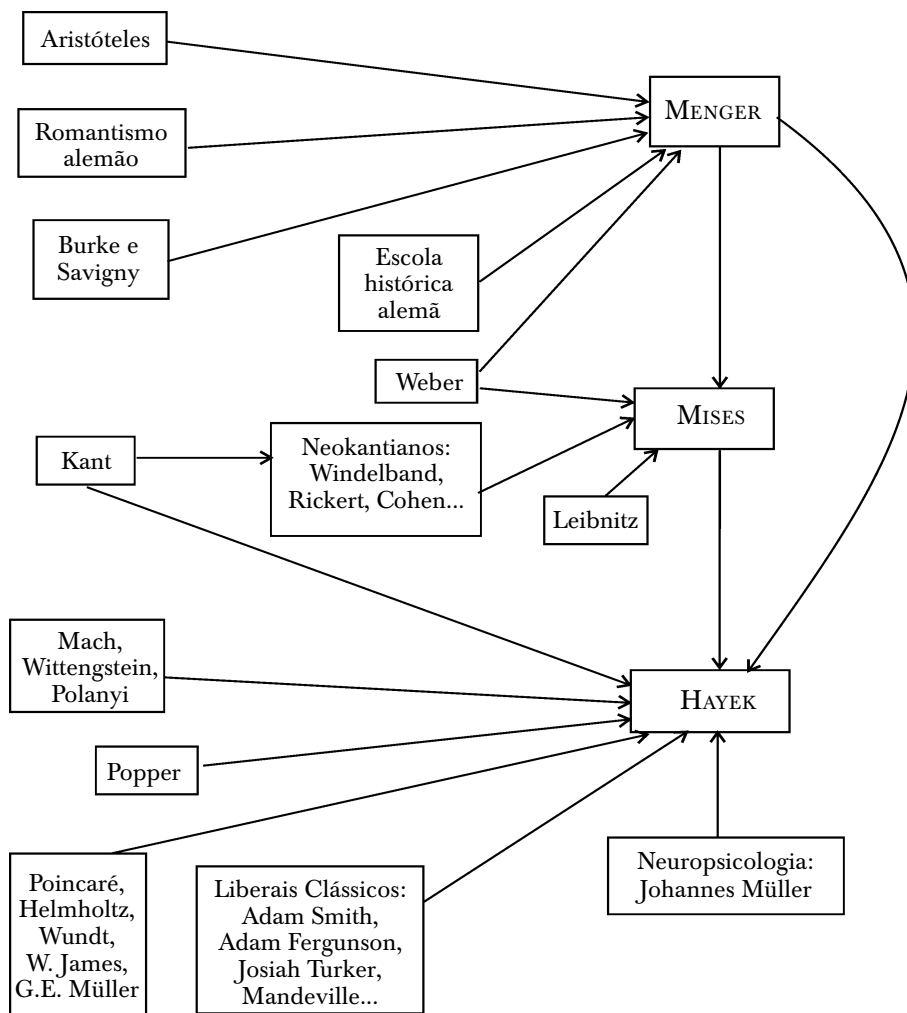
O estudo agora concluído deve ser entendido como um exercício em história do pensamento econômico e epistemológico. Em nenhum momento buscou-se a apologia e a propaganda de idéias. Quando se tomou certa posição dos austríacos foi por necessidade expositiva, não representando um julgamento pessoal dos processos sociais. Optou-se por não posicionar um juízo crítico, exceto nas breves mas importantes considerações deste capítulo conclusivo.

Todo o estudo foi bastante centrado na literatura específica da Escola Austríaca: os textos dos mestres, a literatura secundária e a literatura crítica. A vantagem do procedimento é que desta forma pode-se concentrar no esforço de compreender e interpretar idéias circunscritas. É claro que há uma delimitação, no sentido de não se alargar o âmbito da obra, a fim de comparar aquela escola com outras importantes tradições do pensamento econômico: keynesianos, marxistas, neo-institucionalistas etc.

Aos que consideram que o processo de desomogeneização entre os austríacos aqui empreendido, embora válido, não tenha sido totalmente explorado, lembramos que diante da riqueza de trabalhos dos autores considerados não seria possível esgotar o problema em uma obra de iniciação ao pensamento austríaco. Finalmente, aos que avaliam que muitas filiações filosóficas e intelectuais foram apontadas no livro, mas que faltaria um quadro esquemático que as identificasse num só olhar, oferecemos o diagrama representado logo a seguir.

## APÊNDICE

Diagrama com as principais filiações intelectuais dos economistas austríacos:



## Posfácio

---

O estudo dos sistemas de filosofia econômica associados a Menger, Mises e Hayek traz consigo ensinamentos que extrapolam o foco mais restrito do historiador das idéias econômicas: recuperar pensamentos pretéritos pelo esforço hermenêutico de interpretação. Isto implica que, para além da relevância da presente obra como um esforço em história do pensamento econômico (HPE) austríaco, as lições que dela podem ser extraídas evidenciam questões de fundo em filosofia e política identificadas de modo independente do olhar mais circunscrito da HPE.

Tais questões podem ser pensadas à luz de temas atuais que nos inquietam. Dentre eles, aparecem em relevo as questões correlatas à revolução tecnológica que presenciamos e que tem como carro-chefe os desenvolvimentos acelerados na informática e nos meios de comunicação. Ao lado delas, observa-se no plano econômico a erosão dos regimes de burocracia estatal fortemente intervencionistas que duas décadas atrás acreditaram rivalizar-se com as economias mistas de mercado que englobam todo o ocidente desenvolvido. O desmoronamento de boa parte do chamado socialismo real gerou fortes esperanças de um mundo melhor na Europa Oriental, mas a prática tratou de mostrar que o caminho para tanto é sinuoso e pleno de percalços.

Os diferentes entendimentos da natureza do conhecimento humano e da sociedade, perfilados nesta obra entre os austríacos, podem, sem dúvida, ajudar a responder perguntas como: Por que o socialismo real fracassou? Quais as implicações da nova tecnologia na organização da sociedade? Qual o impacto da tendência contemporânea de abertura e integração de mercados internacionais de bens e serviços sobre a economia e as instituições sociais? Buscamos neste posfácio localizar alguma relação entre os temas enfocadas na obra e as questões mais práticas agora em apreço. Antes de tudo devemos situar o arcabouço filosófico básico de cada autor para depois pensar nessas questões. Tendo já feito isto exaustivamente ao longo do livro cabe agora edificar um rápido quadro geral. O que vimos de Menger a Hayek, passando por Mises, foram soluções particulares para questões filosóficas fundamentais. A principal delas é a mais básica das que podem ser propostas pela filosofia: como é possível enfrentar a questão da verdade? Menger filia-se à corrente filosófica clássica aderindo a uma ontologia que engloba tanto o domínio físico como o social. Por trás da aparência das coisas, por vezes enganadora dos sentidos, reside a essencialidade dos seres. Os conceitos denotam existências, objetos ou formas que perfazem a realidade muito antes do esforço de compreendê-la. Os elementos eternos e estáveis da realidade econômica são dissecados pela teoria exata de Menger. Mas isto não esgota tudo o que pode ser apreendido pela ciência econômica. Fora do escopo da teoria exata residem os elementos contingenciais também eles importantes para a descrição do processo econômico. Dizem respeito ao fluxo de conhecimento nas mentes individuais e a maneira como ele condiciona as variáveis econômicas observadas. Ao lado da questão da verdade, Menger havia situado a questão do conhecimento humano. Vendo assim no mundo concreto a existência de conhecimento imperfeito dos agentes a condicionar os resultados alcançados no sistema econômico.

A preocupação com verdade e conhecimento marca o nascimento da Escola Austríaca em Menger e será interpretada de maneira substancialmente alterada em Mises e depois em Hayek. Como autores do século XX, vivendo no ambiente culturalmente efervescente, marca de suas épocas, irão refutar a filosofia clássica (leia-se Aristóteles) em prol de concepções mais em voga. Assim, pela via da filosofia de Kant, a questão da verdade como essência é reinterpretada pela idéia de correspondência do discurso com objetos da realidade. Mises adere às concepções neokantianas que negam a própria noção de verdade, tida como valor, substituindo-a pela busca de valores absolutos que poderiam legitimar proposições teóricas sem apelo a uma ontologia. Com isso, ele vem a realçar o papel da lógica interna do discurso mesmo que, por vezes, em prejuízo da experimentação. Mises mantém esta última como parte da ciência econômica, no entanto, agora ela é sem dúvida parte subsidiária do racionalismo presente na construção teórica *a priori*. O racionalismo de Mises leva-o a enfatizar o papel das escolhas individuais no interior do arcabouço fornecido pelas instituições sociais. A análise do papel das instituições sociais na economia de mercado leva-o a uma crítica robusta ao socialismo. Ao contrário do que apontavam seus adversários, o cálculo econômico racional que ele identificava no âmago do capitalismo não seria possível fora do ambiente em que o conjunto de suas instituições estivesse presente. Substituí-lo pelo sistema centralizado implica, portanto, em banir definitivamente alguma pretensão à racionalidade.

Hayek, no início de sua carreira acadêmica, é guiado pelas mesmas preocupações de Menger e Mises em situar as questões de verdade e conhecimento na investigação do funcionamento da sociedade. No entanto, a base racionalista da epistemologia de Mises pareceu a Hayek tão inaceitável como o essencialismo naturalista de Menger. Hayek, como Mises, não rompe por completo com as premissas da filosofia de Kant. A decantada tese kantiana do limite do conhecimento é articulada em um ambicioso esquema de explicação do processo cognitivo dos agentes. O argumento epistemológico é a base da crítica hayekiana às economias centralizadas. No esforço de desenvolvê-lo, Hayek integra a filosofia kantiana com as descobertas da neurociência. Nesse amálgama de idéias as categorias kantianas são reinterpretadas. A noção de correspondência entre conceitos e objetos externos desdobra-se na investigação da relação entre a ordem das qualidades sensoriais e a presumida ordem externa dos objetos físicos. As noções *a priori* da mente de que falava Kant (o tempo, o espaço e a causalidade), tidos como elementos estáticos, são substituídos pela idéia de evolução do conhecimento propiciado pela memória fisiológica.

Até que ponto Hayek, em seu esquema de idéias, descarta a ontologia e em que medida ele se integra na corrente do subjetivismo idealista? Certamente há controvérsias em interpretá-lo e neste livro procuramos situá-lo como um meio caminho entre um e outro extremo. O modelo cognitivo de Hayek é passível de contestação em um ou outro ponto, no entanto, mesmo que um dia ele venha ser totalmente descartado, Hayek manterá ainda assim o mérito de ter sido o autor que mais a fundo compreendeu as deficiências de uma economia centralmente planejada. A base de sua crítica ao socialismo foi de natureza epistemológica.

O socialismo, o dirigismo, o estadismo, ou qualquer outro nome que se queira dar às economias que se arvoram em substituir mercados flexíveis por iniciativas de controle governamentais, pode funcionar como de fato funcionou em certos contextos históricos. À medida que o socialismo se apóia na racionalidade do planejamento ele poderia se rivalizar com a racionalidade disseminada, típica das economias de mercado. Ambos os esquemas de organização social pressupõe a existência de instituições. Na ausência do substrato institucional requerido pelo capitalismo, que permite até variações de estilos, o socialismo pode se comportar como um *second best*. Abandoná-lo sem pavimentar adequadamente o caminho das instituições capitalistas pode ser trágico, como a década de 90 mostrou em relação à experiência da Rússia e de seus antigos países satélites. Hayek, Mises e outros pensadores liberais não podem ser responsabilizados pelas até agora fracassadas tentativas de substituição do modelo socialista por economia de mercado. O que os austríacos procuram mostrar é a deficiência do socialismo em tirar proveito do fluxo de informações advindo dos conhecimentos particulares dos indivíduos e de certas instituições sociais espontâneas. Quando ele não faz pior que é res-

tringir a possibilidade da corrente de informações eliminando o incentivo à busca do conhecimento particular e alterando substancialmente as tais instituições espontâneas.

Décadas atrás os argumentos dos austríacos pareciam levar a um empate entre capitalismo e socialismo. Mesmo aceitando o argumento das deficiências informacionais do socialismo, o planejamento centralizado era estratégico para países pouco desenvolvidos e a sua capacidade de canalizar esforços dentro de um esquema racional de estratégias de desenvolvimento foi visto como uma vantagem econômica sobre o modelo de livre mercado. O sucesso até então obtido pelo socialismo real ratificava esta opinião. Sucesso esse medido em termos de taxa de crescimento econômico, níveis de investimento e outras variáveis puramente econômicas. No entanto, ele encobria questões humanitárias já que enormes eram os sacrifícios pessoais cobrados em nome das metas agregadas estipuladas nos planos socialistas de crescimento econômico.

O salto tecnológico propiciado pela microeletrônica (informática e telemática), evidenciou certas vantagens do mercado. As economias de mercado podem dar vazão aos gênios inventivos individuais e mostraram-se flexíveis na adaptação a novos meios e produtos. Desenvolveram-se então os mercados financeiros internacionais, o fluxo de comércio de bens e serviços entre as nações e o setor de alta tecnologia com seus produtos virtuais. O socialismo real não foi capaz de acompanhar esse salto e a sua ruína ocorreu no exato momento em que seu atraso tecnológico se tornou insuportável. Porque o novo estilo das economias informatizadas haveria de contagiar a base produtiva e as expectativas de consumo das estagnadas economias socialistas ou porque a disputa no plano militar entre as duas superpotências se tornou desequilibrada.

O fator principal que explica o atraso tecnológico do socialismo é de natureza cognitiva e sendo assim os argumentos epistemológicos, principalmente de Hayek, funcionaram de fato como profecias de um fracasso anunciado. O que devemos nos perguntar é se as próprias teses austríacas não ficaram defasadas com a eclosão que estamos assistindo da nova economia. Tais teses, embora válidas, talvez não respondam às questões econômicas cruciais do novo modelo capitalista. O comércio eletrônico, a questão ecológica, a integração de mercados em blocos de países, as novas biotecnologias, a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, os conflitos religiosos e outras questões fundamentais de nossos dias são apenas indiretamente, se é que tanto, investigadas pelo arcabouço do pensamento austríaco clássico. Tal pensamento foi moldado numa fase heróica em que a questão principal era preservar os valores de uma economia de mercado em face do avanço do comunismo. Hoje em dia a própria dicotomia entre os dois sistemas deixou de ser um referencial adequado para se situar as questões importantes, e a necessidade de afirmar um modelo radicalmente contra o livre mercado tornou-se objeto de preocupação tão-somente das mentes mais recalcitrantes.

No caso do Brasil, a ordem do dia me parece como desenvolver capacitação doméstica em termos de formação de quadros e domínio tecnológico para inserir o País no fluxo dos avanços observados, de modo a tirar o máximo proveito da onda internacional e não remar contra a maré. Novos modelos sociológicos têm sido pensados, como o paradigma da igualdade de oportunidade e a análise individualizada do comportamento com base na atitude diante do risco. O pensamento dos liberais austríacos, embora não enfrente diretamente essas questões, pode oferecer subsídios por meio de seus achados pontuais. Não é essa, entretanto, a literatura que ilumina diretamente as questões mais atuais. Nesse sentido, podemos dizer que o presente livro deve ser visto principalmente como um esforço em HPE. Ele não pretendeu reforçar ideologias liberais, mas acreditamos que possa despertar no leitor simpatias pelos autores examinados. O livro não ataca diretamente os problemas brasileiros atuais, por certo de natureza mais prática, mas ao evidenciar o papel das crenças filosóficas na construção de uma visão da sociedade, com muitos elementos conceituais e teóricos articulados na teia analítica dos pensadores austríacos, coloca-se em novo patamar intelectual o debate em torno das questões sociais, suscitando em seus leitores o espírito crítico e o comportamento pautado pela humildade diante do complexo tema: a economia e a sociedade.



### APRESENTAÇÃO

1. Wieser e Böhm-Bawerk representam a segunda geração. Ludwig von Mises e Hans Mayer foram alunos de Böhm-Bawerk e pertencem à terceira geração de economistas austríacos. Também se destacaram nessa geração Richard von Strigl, Edwald Schams e Leo Illy, além do grande economista J. Schumpeter, que sofreu influências de Böhm-Bawerk mas aproximou-se da tradição de Leon Walras. Hayek é da quarta geração da Escola Austríaca que começou a se destacar a partir de 1920; também fazem parte dela Gottfried Haberler, Fritz Machlup, Alexander Mahr, Oskar Morgenstern e Paul N. Rosenstein. É grande o número de economistas renomados que seguem essa linha hoje em dia. White (1977, p. 31) destaca os seguintes nomes: D. T. Armentano, Walter Block, Stephaan Boehm, Richard M. Ebeling, John B. Egger, Roger W. Garrison, Richard Fink, Jack High, Richard N. Langlois, Donald C. Lavoie, S. C. Littlechild, Gerald P. O'Driscoll Jr., Mário J. Rizzo, Joseph T. Salerno, Sudha R. Shenoy e Karen I. Vaughn, além dele próprio. Ao que acrescentaríamos nessa lista Ludwig Lachmann, Israel Kirzner, Murray Rothbard e Louis Spadaro.

2. Jaffé (1976), Streissler (1972).

3. Isto já é bem conhecido entre os estudiosos em História do Pensamento Econômico, mas voltaremos a discorrer sobre essas diferenças nas últimas seções do capítulo 1 do livro, no qual aprofundamos o estudo da Revolução Marginalista.

4. Por exemplo, Sraffa acreditava que a poupança forçada, induzida por taxas de juros artificialmente elevadas, teria efeitos permanentes na economia, não havendo reversão na estrutura do capital. O contrário do que pensava Hayek. Cf. Soromenho (1994).

5. A epistemologia preocupa-se em investigar os

critérios que definem a natureza do conhecimento. Ela investiga a possibilidade do conhecimento e se pergunta: o que é o conhecimento?

6. Vide, por exemplo, Cubeddu (1993), Hutchison (1981) e White (1977). Fleetwood (1995) faz uma análise crítica de Hayek não discorrendo diretamente sobre os outros, mas seus estudos sugerem critérios para uma demarcação filosófica entre eles.

7. Por que estudar na Escola Austríaca apenas esses três autores deixando de lado outros expoentes como Wieser e Böhm-Bawerk? Isto se explica porque enquanto no plano da construção de teoria econômica *stricto sensu* eles talvez sejam até mais importantes, no tocante à articulação de um sistema filosófico, tais autores não alcançaram a mesma estatura dos que estamos destacando. Wieser e Böhm-Bawerk, de fato, estavam voltados mais para problemas técnicos do que para a fundamentação epistemológica da Economia. Comentários a esse respeito aparecem em Cubeddu (1993, p. ix).

8. Outro sentido de conhecimento objetivo do ator associa-se ao conhecimento obtido a partir da estrutura fisiológica do cérebro, sem um papel para a ação criativa da mente individual de modo independente dos conteúdos do cérebro.

9. É sabido que a Escola Austríaca demonstra um pendor para as teses do liberalismo econômico. Embora isso não seja unânime entre os autores austríacos. É verdade que Mises e Hayek notabilizaram-se pelas suas defesas do livre mercado e neo-austríacos como Kirzner e Rothbard seguem essa linha, mas o mesmo não se aplica a outros representantes da Escola. No campo político, os economistas austríacos defendem posições distintas e até antagônicas. Menger não vê com preocupação a participação do Estado na economia, enquanto Wieser é declaradamente socialista.

## CAPÍTULO 1

1. Cubeddu (1993, p. 21) define o historicismo como sendo: “. . . a crença de que através do estudo de eventos históricos é possível descobrir o significado deles e derivar as leis que regulam o seu desdobramento.”
2. Na Inglaterra, por essa época, há um conjunto de economistas notáveis que vai de um Richard Jones, passando por autores como Walter Bagehot, Cliffe Leslie, John Kells Ingram, Arnold Toynbee e Thorold Rogers que foram reunidos no livro de Haney (1949), cap. 26, como membros da Escola Histórica Inglesa.
3. Aschcraft (1987).
4. Alter (1990b). Falaremos algo do romantismo alemão e sua influência no pensamento econômica da Áustria no século XIX no capítulo 2.
5. Há na evolução do pensamento econômico duas interpretações do valor econômico que coexistem em todas as épocas. A teoria do valor trabalho, mais aceita entre os chamados economistas clássicos (principalmente Smith, Ricardo e Marx), localiza a origem do valor nos custos de obtenção da mercadoria em termos de trabalho humano. A teoria do valor subjetivo acredita que o fenômeno do valor tem sua base nos desejos e necessidades atendidos pela mercadoria. Esta vertente é a mais aceita entre os economistas austríacos.
6. Hutchison (1972, pp. 443-44).
7. Por “marginalismo” identificamos o uso de técnicas de análise econômica que se concentram no comportamento de variáveis, como preço e quantidade de bens, em suas mudanças na margem, isto é, em suas variações a partir do ponto em que elas se encontram previamente.
8. Dentre os economistas clássicos, David Ricardo foi quem de fato mais se valeu do chamado método dedutivo, ou seja, do escrutínio de buscar-se estabelecer proposições teóricas puramente assentado em conceitos *a priori* e raciocínios abstratos e gerais. Como é sabido, o método dedutivo apoia-se na lógica e nas técnicas de demonstração racional para se obter conclusões teóricas. Ele se opõe ao método indutivo que parte da observação empírica particular para enunciados gerais.
9. Roscher foi um dos principais expoentes da velha Escola Histórica Alemã da primeira metade do século XIX.
10. Keynes (1890). Neville Keynes, pai do famoso economista do século XX John Maynard Keynes, foi um influente acadêmico inglês da era vitoriana e se projetou principalmente em função de suas teses metodológicas em Economia.
11. Schmoller era até então a maior autoridade acadêmica na Alemanha no que se refere aos estudos sociais.
12. *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre e Untersuchungen über die Methode der Socialwissen-*

*schaften und der politischen Oekonomie insbesondere.* Menger (1888 e 1883).

13. Trata-se da conhecida tese mengeriana da divisão do conhecimento social que aparece em Menger (1883 e 1889). Tentativas de se estabelecer uma divisão do conhecimento econômico foram feitas em diversos autores clássicos (caso de J. S. Mill) e subjetivistas (ou que acreditam na explicação subjetiva do valor como Leon Walras). Menger (1889, nota de rodapé 2) lista autores que, como ele, tecem ponderações nesse sentido: L. Cossa, M. Block, E. Sax e E. von Philippovich. Também cita a classificação feita por Walras nos *Elementos*.

14. Hennis (1987, p. 49). O conceito de *homo oeconomicus* (homem econômico) foi proposto por J. S. Mill como significando o homem estilizado e irreal estudado pela teoria econômica que só se preocupa com o homem enquanto agente que busca maximizar riquezas e minimizar o desconforto. O *homem construído* é um “tipo ideal” (veremos adiante o significado deste termo) no qual operam não apenas causas econômicas, mas também um conjunto de causas sociais. A Revolução Marginalista é um importante episódio da história do pensamento econômico e será estudado em detalhes mais adiante.

15. A manutenção do pressuposto historicista em Weber se deve em parte às influências de Karl Knies. A forte influência de Knies na formação do pensamento de Weber é destacada por Hennis (1987, p. 42): “Tudo da ‘sociologia especial’ de Weber, conduzida pela sua sociologia da religião, fora antecipado na íntegra por Knies. Sobre tudo, a orientação teórica de Weber para o estudo da ação pode ser buscada voltando-se diretamente a Knies”. Hennis (p. 32) cita uma passagem de um texto escrito em 1913 na qual Weber afirma que “uma ciência do homem, e é isto o que é a Economia, investiga tudo sobre a qualidade do homem que é lançado a uma condição econômica e social de existência.”

16. Menger (1883, p. 54).

17. Cubeddu (1993, p. 22).

18. Aschcraft (1987, p. 305).

19. Cubeddu (1993, p. 25).

20. Hennis (1991, p. 29).

21. Hennis afirma que “Entre os jovens acadêmicos austríacos, pessoalmente ele [Weber] pensava especialmente bem de Amonn e von Mises”. *Ibid.*, p. 49.

22. Também se afirma que a tese da divisão do conhecimento, que veremos no capítulo 2, é um elemento em comum entre Weber e Menger. Hayek (1968b, p. 125) acredita que a idéia da divisão do conhecimento em Menger tenha afetado Weber: “A distinção, como ele a elaborou, influenciou consideravelmente o último trabalho de

Rickert e Max Weber”. Este não é um importante elemento de aproximação, pois o enfoque de Weber nesse aspecto deve ser interpretado à luz da visão neo-kantiana que se apoia em outras bases filosóficas conforme recorda-nos Cubeddu (1993, p. 19).

23. Embora o conceito de tipo ideal em Weber possa ter tido alguma influência do trabalho teórico de Menger, como afirma F. H. Tenbruck, citado em Hennis (1991, p. 29).

24. Comentando a obra de Weber, Lachmann (1971, p. 3) considera o tipo ideal uma noção algo ambígua e diz que sua qualificação para servir como conceito fundamental das ciências sociais permanece em dúvida. Lachmann (p. 29) escreve que “há uma razão (para nós definitiva) de por que estamos impossibilitados de aceitar o tipo ideal como nosso conceito fundamental. Essa razão repousa no simples fato de que o tipo ideal de Weber carece de qualquer referência específica à ação humana e parece ser prontamente aplicável ao reino animal ou ao mundo botânico assim como à esfera humana.”

25. Mises (1933, p. 180).

26. Mises (1949, p. 62). Cubeddu (1993, p. 26, nota de rodapé 121) afirma que os tipos ideais em Mises são instrumentos conceituais da investigação histórica e não da investigação teórica como em Weber.

27. A crença de que o átomo não seria empírico é, no entanto, inteiramente equivocada, embora no fim do século XIX Ernst Mach tenha defendido essa tese. Nessa época, as teorias que empregavam a hipótese atômica ou molecular na explicação das propriedades macroscópicas dos gases, em Boltzman e Maxwell, não puderam constatar a existência concreta dessas entidades. Após as experiências de Ruthenford, entretanto, não só o átomo passou a ser estudado como elemento empírico como se desenvolveu o conhecimento de sua estrutura interna.

28. Menger (1883, p. 43).

29. Alter (1990a, pp. 225). Alter considera que Menger teria sofrido influências da doutrina do *Verstehen* de Wilhelm Dilthey e que o *Grundsätze* buscou inspiração no programa *verstehende* para a pesquisa histórica de Droysen.

30. Mises (1949, pp. 49-50).

31. Hayek (1948a).

32. Lachmann (1971).

33. O individualismo metodológico em Menger (1883, pp. 146-47) tenta responder à questão básica: “Como é possível que instituições que servem ao bem-estar comum e são extremamente significativas para o desenvolvimento dele venham a surgir sem uma vontade comum direcionada a estabelecê-las?”

34. Hutchison (1973, pp. 25-26). Hutchison es-

creve: “De fato, veríamos que estas instituições ‘orgânicas’ não poderiam sobreviver por muito tempo na ‘aldeia eletrônica’ em que vivemos nos dias de hoje”.

35. Para Alter (1990a, pp. 331-32), Menger transcende o dualismo entre as ciências sociais (*Geisteswissenschaften*) e as ciências naturais (*Naturwissenschaften*), buscando uma base uniforme para a pesquisa teórica e integrando as ciências naturais no conceito de “humanidades”. A metodologia e a epistemologia implícitas na teoria econômica do *Grundsätze* seriam parte das “humanidades”.

36. Cubeddu (1993, p. 81).

37. O próprio Weber via a ausência de contribuições positivas para a teoria econômica em sua obra como uma grave omissão. Ele nutria admiração especial por Schumpeter que era correspondida, mas Schumpeter duvidava que Weber fosse um verdadeiro economista. Vide Hennis (1991, p. 28).

38. Jevons (1996) e Walras (1988). A tradução do livro de Walras que consta em nossa bibliografia é uma edição resumida intitulada *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*.

39. Hayek (1973, p. 4) considera difícil identificar quem teria fornecido a Menger a sugestão decisiva para o desenvolvimento de sua teoria. A literatura alemã devotava maior atenção à relação entre valor e utilidade, mais que os escritores ingleses. Nenhum desses trabalhos porém chegou próximo à solução do problema que ele propôs. Menger não conhecia antes do *Grundsätze* o trabalho de Gossen. Também não é provável que o ambiente local em que ele trabalhava tenha fornecido muito estímulo na percepção dos problemas em que ele estava interessado. Menger trabalhou em completo isolamento, não tendo quando jovem, oportunidade para discussão.

40. Stigler (1937, p. 229) considera uma injustiça que a fama de Menger tenha sido um reflexo dos achados de Wieser e Böhm-Bawerk, pois acredita que “em importantes aspectos sua estrutura teórica era superior a de seus seguidores”. Hayek (1973, p. 4) lembra-nos que os dois únicos livros de Menger (*Grundsätze*, de 1871, e *Untersuchungen*, de 1883) foram reimpressos após 50 anos de seus lançamentos e demoraram 79 anos para serem traduzidos para o inglês. De fato, a segunda edição alemã do *Grundsätze* é de 1923 e só foi traduzida para o inglês em 1950, sob o nome de *Principles of Economics: First General Part*. O *Untersuchungen* foi traduzido em 1963 com o título *Problems of Economics and Sociology*.

41. Hutchison (1972, pp. 443-44). Sobre os franceses e alemães, Hutchison cita o trabalho de F. W. Taussig, *Wages and Capital*, 1896. Sobre os italianos, ele se apoia no diagnóstico de Piero Barucci.

42. Estes dois pontos de apoio da economia milliana são destacados por Hutchison (1972, p. 453). No início do século XIX, a lei dos cereais restringia a importação de trigo pela Inglaterra.
43. Jevons afirma: “Outras doutrinas geralmente aceitas têm-me parecido sempre ilusórias, especialmente a assim chamada Teoria do Fundo de Salários. Essa teoria aparenta fornecer uma solução para o principal problema da ciência - determinar os salários do trabalho; contudo, num exame mais minucioso descobre-se que sua conclusão não passa de mero truísmo, qual seja, que a taxa média de salário é encontrada pela divisão do montante total destinado ao pagamento dos salários pelo número daqueles entre os quais esse montante é dividido”. Jevons (1996, p. 15)
44. Uma excelente apresentação das idéias de Cairnes aparece em Hutchison (1953, pp. 22 a 28).
45. Apud. Hutchison (1972, p. 460).
46. Hutchison (1953, p. 13).
47. Como exemplo de fatos, temos os efeitos do grande aumento de importações pela Inglaterra de alimentos provenientes dos Estados Unidos.
48. Contudo, autores da Economia Marginalista ainda mantiveram a crença na existência de uma teoria da população. Eles tão-somente optaram por não investigá-la, tratando a população como variável exógena. Ibisati (1994, p. 96) conta que Jevons, Marshall, J. B. Clark e Knut Wicksell não deixaram de acreditar na teoria da população.
49. A seção F era destinada à Economia Política.
50. Hutchison (1972, pp. 458-59).
51. Stigler (1950, p. 316).
52. Stigler (1937, p. 247). Stigler diz que Ricardo “tinha reconhecido (corretamente) que o valor da terra não era devido ao trabalho despendido nela e que a fim de reconciliar este fato com a teoria do valor trabalho ele estabeleceu a terra como uma categoria separada de bens.”
53. Apud. Stigler (1937, p. 247).
54. Screpanti (1995, p. 163) diz que Walras teria interpretado erroneamente o que dissera Ricardo, já que para o autor inglês só um bem isoladamente considerado pode ser reproduzido sem limites.
55. Haney (1949, cap. 26) reconhece que não se trata propriamente de uma escola, mas de um apinhado de trabalhos esporádicos. Esta escola inicia-se com Richard Jones, autor do começo do século XIX. A lista de representantes inclui também Walter Bagehot, Thomas Edward Cliffe Leslie, John Kells Ingram, Arnold Toynbee e Thorold Rogers.
56. O sistema *a priori* é tido como antiquado, individualista e amoral por Ingram. Cf. Haney (1949, p. 532).
57. Leslie e Ingram são leitores de Comte e dos alemães Roscher e Knies.
58. Esta é a famosa proposição metodológica de Bagehot, cf. Keynes (1890, nota de rodapé 1, p. 93). O economista francês Antoine A. Cournot, precursor do marginalismo, também escreve que sua teoria só é aplicável num estado avançado da civilização, cf. Schneider (1968, p. 112).
59. Em comum, todos eles criticam a teoria do fundo de salários.
60. Richard Jones desenvolveu uma melhor definição de renda da terra. Bagehot aprofundou a compreensão do papel do empresário e também contribuiu positivamente na análise da função dos bancos. Leslie discute problemas agrários, a distribuição de metais preciosos e desenvolve uma nova teoria de preços e salários. Toynbee estuda a legislação trabalhista e o modo como ela afeta os salários.
61. Ashcraft (1987, p. 291, nota de rodapé 3) conta-nos que, no fim do século XIX, havia 10 mil norte-americanos estudando em universidades alemãs. Os fundadores e o primeiro presidente da *American Economic Association* receberam seu treinamento universitário na Alemanha. Karl Knies influenciou Richard T. Ely, que em 1893 publicou o mais influente livro-texto nos EUA, o *Outlines of Economics*. A importância desse livro é destacada por Howey (1972, p. 301).
62. Nos últimos anos verifica-se um renascimento da Escola Histórica, cf. Ashcraft (1987, p. 324).
63. Iremos nos basear em Hutchison (1953, pp. 7-12) e Screpanti (1995, pp. 145-47).
64. Screpanti (1995, p. 145).
65. Screpanti (1995, p. 154) cita como reforço ao argumento de que havia uma grande demanda pela visão proporcionada pela teoria marginalista, o fato do livro de Gossen, que não encontrou público no seu lançamento em 1854, ter alcançado extraordinário sucesso quando em 1889 um editor de Berlim o republicou com um breve prefácio.
66. Os *Leading Principles* de Cairnes são de 1874, este livro faz uma síntese das principais doutrinas da Economia Clássica. Os *Principles of Political Economy* de Sidgwick são de 1883.
67. Blaug (1972, pp. 271-72). Para Hutchison (1972), pelo contrário, os conceitos “marginal” e “utilidade marginal” são de tal significância básica que eles apareceriam em algum tempo.
68. A proposição de que o preço do fator se iguala ao valor do seu produto marginal só aparece nos anos de 1890. A análise insumo-produto foi proposta por Leontief no século XX. Cf. Blaug (1972, p. 272).
69. Haney (1949, p. 549).
70. Blaug (1978, p. 307). Ibisate (1994, p. 94) afirma que Jevons, Menger e Walras não conheciam as idéias de Marx.
71. Screpanti (1995, p. 147).
72. Blaug (1972, p. 274) lembra-nos que a defi-

ciência dos clássicos, quanto à ausência de uma teoria da demanda, poderia ter sido reparada sem introduzir considerações de utilidade; por exemplo, pela observação direta da demanda.

73. A análise marginalista aparece explicitamente na década de 1830 nos trabalhos de Cournot e von Thünen. Para Schneider (1968, p. 146), Thünen foi o primeiro a desenvolver o instrumento da análise marginal tendo claro conhecimento do seu alcance. Mas esses autores não articularam essa nova técnica ao conceito de utilidade no desenvolvimento de uma teoria de preços. Para Blaug (1972, p. 276), há tanto marginalismo em Ricardo quanto em autores marginalistas como Jevons e Walras, mas ele é aplicado a coisas diferentes. Ricardo só aplica-o na teoria da renda da terra.

74. Apud. Stigler (1972, p. 574)

75. Entre eles destacamos Cournot e Jules Dupuit na França; von Thünen e Gossen na Alemanha; William T. Thornton, Francis D. Longe, Fleeming Jenkin e Richard Jennings, na Inglaterra. A data inicial de 1834 é fornecida por Blaug (1972), ela corresponde ao lançamento dos escritos de W. F. Lloyd e Mountfort Longfield onde se desenvolve a distinção entre utilidade total e marginal.

76. Rima (1977, p. 262).

77. Coats (1972a, p. 315) nos diz que esses jovens eram todos membros de classe social moderadamente bem de vida e com elevada educação.

78. O conceito de visão foi desenvolvido por Schumpeter como “um ato cognitivo pré-analítico que oferece o material cru para o esforço analítico”. Apud. Blaug (1972, p. 276).

79. Ibisate (1994, p. 93). Vimos anteriormente que a crise econômica dos anos de 1870 pode ter facilitado a aceitação da Economia Marginalista, mas não podemos explicar a sua eclosão a partir dela.

80. Por ocasião do centenário da publicação da “Riqueza das Nações”, reuniu-se um grupo de economistas em 31 de maio de 1876, no Clube de Economia Política de Londres, para debaterem o legado de Adam Smith, a situação atual dessa ciência e as suas perspectivas futuras. Jevons estava presente. Ele resumiu os principais problemas práticos a serem enfrentados pelos economistas: a pobreza, o conflito trabalhista, a distribuição de renda, o papel do Estado e a dificuldade de fazer-se uma política monetária esclarecida. Tais problemas, diz ele, não levaram a um acordo entre os economistas sobre o que deveria nortear o desenvolvimento da teoria econômica. Cf. Hutchison (1953, pp. 28-32).

81. Blaug (1972, p. 279) e Stigler (1950, p. 307) também seguem este argumento. Stigler (1972, p. 578) nos diz que, em termos práticos, a teoria da utilidade nada acrescentou à teoria clássica, mesmo com os trabalhos de Pareto e Irving Fisher. A nova teoria, continua ele, teve pouco a dizer so-

bre a lei dos cereais, sobre livre comércio, Banco Central, Lei de Say, taxação, colonização, superpopulação e outros problemas prementes à época. Stigler nos conta ainda que a teoria da utilidade não tomou parte importante nas controvérsias orientadas por políticas até a I Guerra Mundial e que (p. 584) a adoção da teoria da utilidade em trabalhos práticos só surgiu no século XX a partir dos anos quarenta.

82. Winch (1972, p. 326).

83. Keynes (1890, pp. 75-76).

84. Winch (1972, p. 332) aponta para a ligação entre as idéias de Jevons neste tocante e a sociologia evolucionista de Spencer.

85. Jevons (1996, p. 48).

86. Walras não era muito treinado em matemática e nessa disciplina tinha apenas nível secundário. Ele não confundia boa apresentação matemática com boa teoria. Veja por exemplo a resposta que fornece ao artigo do grande economista italiano Enrico Barone: “Aqui está a formulação matemática da produtividade marginal, mas o fundamento econômico é ruim”. Apud. Jaffé (1983, p. 127).

87. Blaug (1972, p. 275). Howey (1972, pp. 286-87) afirma existirem pelo menos dois indícios de que Menger teria familiaridade com a matemática, mesmo que não a tenha empregado: 1. as suas cartas para Walras e 2. a sua biblioteca que continha o livro de Cournot.

88. Jevons (1996, p. 58).

89. Argumento semelhante aparece em Ibisate (1994, pp. 97-98).

90. Stigler (1972, p. 577). Mirowski (1989) explora as analogias formais entre a física do século XIX e a nova Economia que se desenvolvera nas suas últimas décadas.

91. Deane (1980, p. 132) arrola estes mesmos pontos de defesa e crítica à nova Economia.

92. Jevons (1996, p. 58).

93. P. H. Wicksteed elabora, em 1884, um ataque de inspiração jevoniana contra a teoria marxista em “*Das Kapital: A Criticism*”. No mesmo ano, Böhm-Bawerk ataca Marx em “*Capital and Interest*”. Em 1893, Pareto considerou contestação suficiente os ataques até então feitos a Marx. Cf. Screpanti (1995, p. 153)

94. Howey (1972, p. 291).

95. Stigler (1950, p. 315, nota de rodapé 45). Stigler também cita o economista americano J. B. Clark como um dos pais da nova teoria.

96. Nossa opinião concorda com a interpretação de Howey (1960, pp. 79-80).

97. Spiegel (1971, pp. 507-508).

98. Howey (1960, p. 17).

99. Comentando este fato, Spiegel (1971, p. 513) considera que, para a época, a matemática era “algo que mais provavelmente deteria do que atrairia os leitores”.

100. Hennings e Samuels (1990, p. 103). “Escola de Lausanne” refere-se a Walras que se estabeleceu nesta cidade suíça.

101. Blaug (1978, p. 300).

102. Como bem lembrado por Blaug (1978) e Hutchison (1953, p. 16).

103. A existência de duas teorias do valor nos clássicos é apontada por Blaug (1978, pp. 302-303).

104. Para Stigler (1950, p. 316), a teoria clássica tem uma explicação do valor para os bens produzíveis e teorias especiais para a renda e para os bens não produtíveis (obras de arte, vinhos raros etc.).

105. Winch (1972, pp. 334-35) nos diz que os marginalistas estendem as fronteiras da economia, mostrando a unidade e a universalidade das leis da escolha nas diferentes situações econômicas. Quaisquer preços são explicados como casos especiais de um princípio geral.

106. Milton Friedman – in: Spengler (1960, p. 673).

107. Hutchison (1953, p. 202).

108. Jaffé (1972, p. 385).

109. Alter (1990a, p. 334). Alter (p. 335) considera que “os ‘valores’ de Menger e a tradicional ‘utilidade marginal’ têm muito pouco em comum além de sua derivação na margem. Por um lado, os valores de Menger não são parte de um cálculo utilitário e nem podem ser expressos em termos de preços.”

110. Alter (1990a, pp. 120-121): “A interpretação de sua metodologia ocupa uma posição central na compreensão de seu pensamento, uma vez que é através da filosofia da ciência, isto é, metodologia e epistemologia, que a concepção científica da realidade social (o pano de fundo *geistesgeschichtliche*) adentra a teoria em si mesma e, por vezes, até mesmo modela a analiticidade do argumento.”

111. Kauder (1957, p. 412) afirma que Menger repudiou o trabalho do economista também austríaco Auspitz-Lieben por se apoiar na matemática. Em carta a Walras de fevereiro de 1884 escreveu Menger que o método matemático é errado. Mises também rejeitou a matemática, pois para ele as técnicas matemáticas só servem para descrever posições de equilíbrio. Em Hayek não há uma rejeição radical ao uso dessa técnica de análise. Na sua obra *Prices and Production*, Hayek evita o emprego da matemática sem uma oposição filosófica a ele.

112. White (1977).

113. Hayek (1968a, p. 459) lembra-nos que enquanto Jevons teve de enfrentar na Inglaterra a oposição direta da doutrina econômica dominante, Menger e Walras contavam com uma rica tradição favorável à noção de utilidade em seus respectivos países. Em Hayek – in Hicks e Weber (1973, pp. 2-3) – argumenta-se que os livros-texto de teoria econômica usados nessa época no Continente, muitos deles já continham uma aná-

lise aguda dos fatores que contribuem para a determinação do preço em situações particulares, mas em todos faltava uma teoria geral na qual estariam subsumidos os casos particulares.

## CAPÍTULO 2

1. A referência principal em que nos apoiamos para a descrição da vida de Menger é Hayek – em Menger (1988, “Introdução”).

2. Menger herdou do pai o hábito de colecionar livros, montou uma biblioteca privada com mais de 25 mil livros. Esse acervo encontra-se hoje na Universidade de Hitotsubashi, no Japão.

3. Hayek, *ibid.*, p. 6.

4. Hayek (1968b, p. 124) e Hayek (1973, p. 5).

5. Hayek (1968a, p. 459).

6. Hayek (1973, p. 5).

7. Hayek, *ibid.*, p. 4, afirma que não se poderia esperar grande contribuição à teoria econômica vindo de Viena.

8. Hayek (1968b, p. 124) nos conta que Menger foi levado a desenvolver sua própria teoria a partir da crítica ao *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* de Rau.

9. Hayek (1973, pp. 1-2).

10. Hayek – em Menger (1988, “Introdução”, p. 7) – e Stigler (1937, p. 230, nota de rodapé 4). Uma segunda edição do *Grundsätze* foi lançada postumamente pelo filho de Menger, Karl, em 1923. Uma comparação entre essas duas edições é feita em Wicksell (1921, pp. 193-203).

11. Hayek, *ibid.*

12. Hayek (1968b, p. 124) acredita, um tanto exageradamente, que a moderna microeconomia tenha se originado nos trabalhos de Menger e de seus discípulos: “Há pouca dívida de que tenham sido os seus discípulos imediatos os que alçaram a teoria microeconômica à forma que em essência ela ainda mantém.”

13. Cubeddu (1993, p. 8).

14. Cubeddu (*idem*, p. 7).

15. O paradoxo a que se refere surge do contraste entre as expressões “valor de uso” e “valor de troca”: a água tem grande valor de uso por manter a vida mas, na maioria das vezes, baixo valor de troca. Com o diamante ocorre o oposto: grande valor de troca e, presumivelmente, baixo valor de uso.

16. Smart (1891, p. 5).

17. Hayek (1968a, p. 459).

18. Menger (1871, p. 73).

19. *Ibid.*, p. 77.

20. Essa interpretação de Menger aparece também em White (1977, p. 374).

21. Alter (1990, p. 333) diz que para Menger “valor é valor apenas para o sujeito ativo; ele não existe

por si mesmo, nem é uma propriedade do bem.”

22. Menger (1871, pp. 76-77).

23. *Ibid.*, p. 95.

24. Stigler (1937, p. 238) condiciona a conclusão de Menger dizendo que ela só é válida para um único bem com vários usos. Se a possibilidade de satisfação de um tipo de desejo é possuída por vários bens, só podemos fazer comparação pela alocação da renda. Nesse caso, entra o papel da moeda e a condição de equilíbrio passa a ser a igualdade entre as razões das utilidades marginais pelos respectivos preços e não simplesmente a equivalência das utilidades marginais.

25. Na exposição das características comuns a todo sentimento de prazer, Gossen enuncia o fundamento da lei da utilidade marginal decrescente: no consumo ininterrupto de um bem, a grandeza do prazer derivado da última unidade cai até a saturação. Esta proposição tornou-se conhecida na literatura como a Primeira Lei de Gossen. A utilidade marginal é denominada por Gossen de “grandeza final do prazer”. Partindo desse conceito, ele examina a situação em que se intenciona combinar a posse de diferentes objetos no intuito de maximizar a soma dos prazeres proporcionados. Na solução desse problema, ele estabelece a chamada Segunda Lei de Gossen: a maximização de prazer recomenda que se escolha o tempo dedicado ao usufruto de cada objeto de forma a igualar, entre todos os objetos, a grandeza final de cada prazer singular ou o valor do último átomo de prazer. Cf. Schneider (1968, p. 82).

26. Stigler (1937) não acredita que se possa comparar números entre diferentes colunas e diz que Menger só os introduziu para indicar ordens de importância. Menger não é preciso quanto ao significado destas magnitudes, mas os seus comentadores atuais consideram-no um “ordinarista”.

27. Smart (1891, p. 26).

28. Hayek (1973, p. 7).

29. Stigler (1937, p. 232) aponta o valor dúbio da classificação mengeriana dos bens, pois, o mesmo bem poder ser usado como um bem de segunda ordem ou como um bem de ordem mais elevada. No entanto, reconhece que traçar em detalhes os estágios na produção até de uma mercadoria simples na moderna economia complexa já seria uma detalhada descrição da vida econômica e de sua história.

30. Menger (1988, p. 96).

31. Stigler, *ibid.*, conclui que, em Menger, a teoria do valor só diferencia os recursos produtivos dos bens de consumo com base na proximidade do consumo. Diz ainda que a aplicação da teoria do valor também a bens de produção levou a proposições corretas e adequadas sobre a teoria da distribuição pela produtividade marginal.

32. Stigler (1937, p. 233) aponta esta peculiaridade do bem de ordem elevada: na ausência de conhecimento completo e de controle completo sobre a natureza, o futuro não é certo, e como a utilização do bem de ordem superior sempre consome tempo, é o desejo antecipado do que será satisfeito pelo bem de ordem elevada, no final do processo de produção, que determinará a sua qualidade de bem (do alemão *Güterqualität*).

33. Menger (1988, p. 105).

34. Hayek (1968a, p. 459) acredita que o mérito maior de Menger recai na busca de detalhes em pontos conceituais importantes mais do que na elegância formal. Embora clara, sua teoria não teria muito apelo na forma em que ele a deixou. Coube a Wieser, indica Hayek, tornar a análise da utilidade marginal austríaca apta a novos desenvolvimentos que culminaram na “lógica da escolha” e no “cálculo econômico”.

35. Menger (1883). Tradução inglesa: *Problems of Economics and Sociology*.

36. Para Birner (1990, pp. 241-42), o *Untersuchungen* não deixa transparecer a substância da metodologia de Menger, não coloca a sua visão diretamente, não existem idéias positivas, só conclusões parciais o que se pode inferir a partir de suas críticas. Alter (1982, p. 151) conta-nos que Menger não publicou nenhum livro sobre metodologia positiva. Ele cita, no entanto, um tratado metodológico de Menger não completado, o *System der Volkswirtschaftslehre*.

37. Kauder (1957, p. 419) destaca os autores mais influentes no contexto austríaco da época, além de Aristóteles: Tomás de Aquino, Leibniz, Bolzano, os católicos heréticos, Jansen e Miguel de Molinos. Também eram muito consideradas as idéias do imperador Josef II, do estadista Metternich e dos poetas Grillparzer, Stifter e Anzengruber.

38. A tese de que Menger esteve sob influência do movimento romântico aparece em Alter (1982, 1990a e 1990b). Alter aproxima o romantismo alemão da filosofia idealista de Fichte e Schelling. Entre os românticos, cita Schleiermacher e Haym.

39. Como a recusa do modelo do *homo oeconomicus*.

40. As influências do aristotelismo em Menger são diretas e não se dão via o tomismo. Cubeddu (1993, p. 8) diz que também no *Untersuchungen* ele não menciona o tomismo ou autores neoaristotélicos. Sobre a relação entre o romantismo e o aristotelismo vide Alter (1990b, pp. 112-121).

41. Alter (1982, pp. 152-53). Stigler (1937, p. 231) identifica as duas primeiras condições (a existência de uma necessidade ou desejo e a propriedade da coisa que a ela permite satisfazer o desejo)

como definidoras de coisas úteis (*Nützlichkeiten*); com as duas outras condições (o reconhecimento humano e a posse) temos a qualidade de bem (*Güterqualität*). A ausência ou perda de qualquer uma das quatro condições acarreta na perda da *Güterqualität*.

42. Menger (1871, p. 36).

43. *Ibid.*, p. 43.

44. Alter (1982, p. 153).

45. Apud. Kauder (1957, p. 414). Hutchison (1973, p. 17) critica essa concepção dizendo que ela não pode ser aceita hoje em dia. Ele enquadra Menger no “essencialismo metodológico”, termo definido por Karl Popper. É a doutrina, fundada por Aristóteles, que ensina que a pesquisa científica deve penetrar na essência das coisas para explicá-la. O essencialista pergunta coisas como: o que é a matéria? O que é força? O que é justiça?, esperando que uma resposta penetrante a essas questões possa revelar o significado real ou essencial desses termos, e com isso, a natureza real ou verdadeira das essências denotadas por eles.

46. Alter (1982, p. 152).

47. *Ibid.*, p. 153.

48. Kauder (1957, p. 416).

49. Alter, *ibid.*, p. 155.

50. Hayek – em Menger (1871, p. 11) – afirma que após o *Grundsätze* Menger dera pouca contribuição literária à teoria pura, exceto no campo de teoria monetária. No entanto, no final do *Grundzüge*, Menger (1889, p. 24) escreve que “Agora eu também sou da opinião de que uma metodologia, não importando o quão bem elaborada, não é suficiente em si mesma para o desenvolvimento das ciências.” Birner (1990, p. 242) considera que o *Untersuchungen* foi escrito porque Menger não obteve reconhecimento com o *Grundätze*. Menger queria mostrar a importância da teoria econômica abstrata.

51. *Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie*, literalmente “Os Erros do Historicismo na Economia Política Alemã”. O *Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften* – Menger (1883) – foi traduzido para o inglês como *Toward a Systematic Classification of the Economic Sciences*.

52. Hutchison (1973, p. 15, nota de rodapé 3).

53. Cubeddu (1993, p. 8).

54. Hutchison (1973, p. 22).

55. Cubeddu (1993, p. 18).

56. Menger (1889, p. 2).

57. Menger (1889, pp. 14-15).

58. *Ibid.*, pp. 12-13.

59. Menger (1883, p. 42).

60. Alter (1990a, pp. 332-33).

61. *Ibid.*, p. 333.

62. Alter (1990a, p. 322) assevera que as leis do valor têm, para Menger, o *status* de leis científicas

cas, enquanto que ele retém a tradição historicista na sua teoria dos preços.

63. *Ibid.*, p. 321.

64. *Ibid.*, p. 332.

65. Vide Endres (1995, p. 265, nota de rodapé 265): “Alter utiliza o termo ‘acidental’ que é aceitável...” e p. 271: “Quando o preço de transação não é único..., a pesquisa empírico-teorética teria então que estabelecer pela observação quais fatores não econômicos foram influentes. Quer dizer, ‘influências econômicas não fixam, de modo nenhum, dentro do leque de liberdade, aquele ponto no qual a formação do preço deve se dar por necessidade’. A extensão desse leque dependerá de circunstâncias concretas particulares da situação de troca.”

66. Endres (1995, p. 262).

67. Endres (*idem*, p. 275): “A unidade essencial de sua teorização em formação de preços será encontrada no foco da distribuição de preços e não em um único preço de equilíbrio de mercado como variável pontual.”

68. Endres refaz a análise mengeriana da competição e conclui que: “Ele [Menger] prediz preços em queda; contudo, a velocidade de ajuste na queda não é especificada, embora sua perspectiva temporal seja evidentemente a de longo prazo. Os preços nunca permanecerão econômicos – no leque de equilíbrio – como antes.”

69. A mesma opinião é defendida por White (1990). White não critica a solução que adotamos para o problema epistemológico fundamental de Menger, ele procura no artigo em questão, “Restoring an ‘Altered’ Menger” (note o trocadilho entre (Max) Alter e “altered”), defender Menger das críticas de Alter contra o método introspectivo e contra a relação mengeriana entre valor e preços expressa no “problema da transformação”.

70. Hayek (1968a, p. 459) considera que os economistas austríacos efetuam uma análise completa das condições de avaliação, independente da possibilidade de troca. Diz que é um mal-entendido supor que a utilidade marginal possa fornecer uma explicação direta dos preços e afirma que “o valor subjetivo que ele explica é simplesmente um primeiro passo para um segundo estágio, a teoria de preço.”

71. Uma boa discussão desses problemas aparece em Nussbaumer (1973, pp. 84-87)

## CAPÍTULO 3

1. Cf. Kirzner (1987, pp. 145-50). Hayek (1968a, pp. 460-61) diz que em 1903 Menger se retirou da academia e que ele exerceu pouca influência direta na formação da terceira geração da Escola Austríaca. Antes da Primeira Guerra Mundial, a



fama da Escola Austríaca deveu-se aos ensaios de Böhm-Bawerk, Wieser e Philippovich. Hayek também destaca a importância dos seminários de Böhm-Bawerk na formação dos membros da terceira geração dessa escola. Entre eles, Mises é o principal continuador da tradição de Bawerk. Hans Mayer segue Wieser, e Schumpeter, embora deva muito a Böhm-Bawerk, absorveu outras influências, aproximando-se da Escola de Lausanne. Entre os jovens economistas austríacos muito ativos nessa época, Hayek ainda cita Richard von Strigl, Ewald Schams e Leo Illy.

2. Entre eles Felix Kaufmann, A. Schütz e Erik Voegelin.

3. Rothbard (1988, p. 19).

4. Na tradução inglesa *The Theory of Money and Credit*.

5. Mises (1933).

6. Robbins (1969, p. 16). Kirzner (1986, p. 141) considera que Robbins não teria feito uso enfático do subjetivismo e que a própria literatura austríaca que o influenciou estaria embzeada de elementos do subjetivismo limitado de V. Pareto.

7. Sobre o ambiente intelectual em Viena nos “anos loucos” que precederam a guerra e a diáspora dos economistas austríacos, vide Craver (1986).

8. Hayek (1973, pp. 11-12).

9. Conforme nos lembra White (1977, p. 21).

Hayek também não se opunha ao equilíbrio geral. O que Hayek critica é a aplicação das conclusões desse modelo ao planejamento centralizado.

10. Keizer (1989, p. 65) identifica três controvérsias: duas envolvendo Mises, contra os marxistas da Europa Central, entusiastas do modelo de equilíbrio geral, e contra os teóricos do “socialismo de mercado” que se seguiram. A outra controvérsia envolve Hayek e estes últimos.

11. Barone (s.d., pp. 245-89).

12. Varian (1994, p. 16) assim define eficiência de Pareto: “uma forma de alocar recursos entre os agentes é dita ‘eficiente de Pareto’ se não existir outra alocação que deixe todo mundo ao menos tão bem quanto antes e torne alguma pessoa estritamente melhor. Se uma situação não é eficiente de Pareto, isso significa que existe alguma forma de melhorar a situação de alguém sem prejudicar nenhuma outra pessoa”.

13. Hutchison (1953, p. 214).

14. Keizer (1989, pp. 68-69).

15. Lange (1936).

16. Nos anos seguintes, continuou-se o desenvolvimento teórico de técnicos socialistas de planejamento. Novos modelos de equilíbrio geral para economias socialistas foram criados por H. Zassenhaus, A. Bilimovich e W. Krelle e aplicados na Rússia Soviética nos anos 60 por Kantorovich e Pugachev, entre outros.

17. As dificuldades de implementação de um modelo teórico cada vez mais complexo e a ruína eco-

nômica dos países socialistas enfraqueceram nas últimas duas décadas o apelo dessa linha de pesquisa. Não se pode dizer conclusivamente, entretanto, que do ponto de vista prático tenha fracassado o modelo originalmente idealizado por Barone. O desempenho ruim das economias planejadas deveu-se a diversos fatores os quais não cabe aqui discutir. Para a presente análise, interessa vermos que a teoria do planejamento esteve no século XX associada ao desenvolvimento do programa de equilíbrio geral, ajudando-o a consolidar-se como linha teórica hegemônica na Economia.

18. Caldwell (1997, pp. 1858-859).

19. Mises (1922).

20. Kirzner (1986, p. 34) considera que o subjetivismo não havia adquirido uma existência completamente articulada em Menger. Para Kirzner, Mises e Hayek viriam a aprofundar o subjetivismo a partir dos anos 20.

21. Identificamos o subjetivismo de Mises como “racionalista” porque sua epistemologia acredita que o conhecimento pode ser alcançado pela análise de conceitos, de modo independente da experiência empírica com o mundo à nossa volta. A idéia de caracterizá-lo dessa forma surgiu a partir da leitura de Parsons (1990) especialmente na página 310.

22. Entre esses elementos wicksellianos, destacam-se a consideração do efeito do crédito na estrutura do capital, a análise do comportamento dos preços pelas funções de oferta e demanda agregadas (não tomando-se apenas a teoria quantitativa da moeda) e a teoria do processo cumulativo que foi revisada por Hayek.

23. A moeda em Hayek não apenas explica o ciclo econômico como é a causa do ciclo, no sentido de que sem moeda não haveria ciclo.

24. Hayek (1948).

25. Hutchison (1981, p. 208). Brentano foi membro fundador do “*Verein für Sozialpolitik*”, literalmente “Sociedade para a Política Social”, permanecendo dentro dela até 1929, quando o *Verein* tinha se transformado em um movimento reacionário. Brentano considerava a desigualdade social necessária.

26. Schumpeter admirava o *Theory of Money and Credit*. Kirzner (1981, p. 18) identifica uma retomada de interesse, nos dias atuais, por essas contribuições teóricas.

27. Por exemplo, em Johnston (1983, p. 86): “Em troca da mão invisível de Adam Smith, os economistas substituíram-na pela premissa leibniziana de harmonia entre a natureza criada e a lei social” – e Parsons (1990, p. 196, nota de rodapé 5): “... há alguma verdade nesta sugestão de dívidas para com Leibniz...”

28. Apud. White (1977, p. 26).

29. Mises (1949, p. 126).

30. Parsons (1990, pp. 298-300) separa didaticamente o movimento neo-kantiano em duas escolas: a de Marburg, representada por Cohen, Natorp e Cassirer, e a Escola de Baden, representada por Windelband e Rickert.

31. Parsons, *ibid.*

32. Mises (1933, p. 5).

33. Mises (1949, p. 42).

34. Pode-se falar em praxeologia histórica e teórica.

35. Mises (1933, p. 22, nota de rodapé 13) afirma que, não por acaso, diversos grandes economistas eram também grandes lógicos; cita Hume, Whately, J.S. Mill e Jevons.

36. Barrotta (1996, p. 52) denomina-a “lógica de atribuição de predicados”.

37. Cf. Mises (1949, pp. 36-38).

38. Mises (1933, p. 27).

39. White (1977, p. 16).

40. Hutchison (1981, p. 209).

41. Caldwell (1984, p. 366).

42. Mises (1933, pp. 23-24).

43. Mises (1949, p. 103).

44. Mises (1933, p. 14).

45. Mises (1949, p. 22).

46. Mises (1933, p. 14).

47. *Ibid.*, p. 22. A relação entre experiência e apriorismo em Mises é discutida em White (1977, p. 18).

48. Mises, *ibid.*, p. 14.

49. Mises (1933, pp. 27-28).

50. Mises (1933). Traduzido como *Epistemological Problems of Economics*.

51. *Ibid.*, p. 13.

52. *Idem.*

53. Mises (1933, p. 25).

54. Mises (*idem*, pp. 24-25).

55. O significado de conceitos “sintético *a priori*” será visto logo adiante.

56. Mises (1949).

57. Mises, *ibid.*, p. 11.

58. *Ibid.*, p. 15.

59. A comparação entre Kant e Mises é feita em Barrotta (1996).

60. Mises (1933, pp. 13-14).

61. *Ibid.*, p. 30.

62. Mises (1949, pp. 11-12).

63. White (1977, p. 15) lembra-nos que Richard Strigl também defende uma base formalista para a teoria econômica. Para ele é possível derivar do fenômeno da escolha com escassez de leis universais da economia pura. Alguns economistas austríacos – casos de Hans Mayer, Leo Schonfeld e Paul N. Rosenstein-Rodan – ainda retêm a psicologia como uma base para a teoria econômica, formulando as suas teorias de modo que contenham conteúdos psicológicos reais. Mises, no entanto, desvencilha-se completamente do aspecto psicológico.

64. Mises, *ibid.*, p. 123.

65. Mises, *ibid.*, p. 124.

66. Comentários a esse respeito aparecem em White (1977, p. 16). Sabemos que a utilidade marginal decrescente não tem um *status* teórico importante na moderna teoria do consumidor.

67. Pelo menos um economista famoso do começo do século acreditava que a lei da utilidade marginal decrescente teria sido obtida da lei psicológica de Weber-Fechner. É o caso de Edgeworth no seu livro *Mathematical Psychics*. Cf. Viner (1958, pp. 182-183). Há poucas evidências nesse sentido, tudo indica que historicamente não existe relação entre a lei econômica e a lei psicológica similar.

68. Mises (1933, p. 24).

69. Mises (1949, p. 105).

70. Mises (1949, p. 129).

71. É o que acredita Kirzner (1981, pp. 14-15).

72. Mises, *ibid.*, p. 10.

73. *Ibid.*, p. 21.

74. Mises (1933, p. 167).

75. Mises (1933, p. 33).

76. Mises, *ibid.*, pp. 170-171, também abre a possibilidade de inferir-se essa escala das declarações dos indivíduos de como agiriam sob certas condições. Mas ele não se sente seguro quanto a essa possibilidade.

77. Mises (1949, p. 326) não considera realista a construção walrasiana da economia circular, no entanto, ele a aceita como um instrumento de análise: “*A construção imaginária de uma economia uniformemente circular é uma ferramenta mental para a compreensão de lucros e perdas empresariais.*”

78. Kirzner (1979) enfatiza o elemento empresarial na análise de Mises.

## CAPÍTULO 4

1. As principais referências utilizadas na exposição dos aspectos biográficos de Hayek são Nishiyama & Leube (1984) e Hayek (1992).

2. Cf. Nishiyama & Leube (pp. xvii-xviii).

3. O “Círculo de Viena” congregava um grupo de intelectuais com preocupações filosóficas que se reuniam periodicamente para discutirem a filosofia e o método da ciência. Originaram um importante movimento que, no plano das idéias, procura legitimar a autoridade da ciência por meio de um método rigoroso de comprovação de suas premissas e proposições derivadas conhecido como “positivismo lógico”.

4. Hayek (1992, pp. 172-73).

5. As influências de Mach em Schumpeter são identificadas por Silva (1993).

6. Kant acredita que uma parte do mundo concreto não seria acessível ao conhecimento humano, pois ela nunca se revela por meio dos fenô-

- menos captados direta ou indiretamente pelos nossos sentidos. O mundo incognoscível seria a “coisa em si”.
7. A expressão “sensacionismo” tem sido utilizada para caracterizar a filosofia de Mach, vide por exemplo Silva (1993).
  8. Nishiyama & Leube (1984, p. xviii).
  9. O banco central dos EUA.
  10. Hutchison (1981) enfatiza que a preocupação com a questão do conhecimento humano em Hayek só aparece a partir do artigo de 1937. A interpretação mais aceita hoje em dia é a de que Hayek já estivesse preocupado com o problema do conhecimento antes desse artigo, embora o “Economics and Knowledge” seja o primeiro ensaio centralmente preocupado em explorar a questão.
  11. Para Soromenho (1994) Hayek já teria incorporado em sua teoria do ciclo a idéia de retenção subjetiva do conhecimento, o papel informacional dos preços e outros elementos epistemológicos.
  12. Embora, como vimos, o papel do experimento em Mises não seja apenas este.
  13. Hayek (1945).
  14. Kirzner (1979, p. 27).
  15. É a conhecida “metáfora do filme”.
  16. Apud. Kirzner (1979, p. 27).
  17. Hayek desenvolve essa idéia em vários trabalhos, vide Hayek 1942, 1945 e 1982a.
  18. Butos (1985, p. 335). Também no ensaio “Price Expectations, Monetary Disturbances and Malinvestments”, Hayek (1933b, p. 137) reconhece limitações quanto à aplicabilidade do conceito de equilíbrio.
  19. Hayek (1948, pp. 34-35).
  20. Hayek, *ibid.*, p. 36.
  21. Caldwell (1988, p. 529) destaca a nova perspectiva calcada no subjetivismo como sendo a grande inovação oferecida por Hayek no artigo de 1937: “agora, qualquer definição adequada de equilíbrio deve levar em conta o fato de que o conhecimento é mantido subjetivamente e é disperso.”
  22. Hayek (1948, p. 44).
  23. Hayek, *ibid.*, p. 28.
  24. Hayek (1941).
  25. *Ibid.*, p. 17.
  26. Hayek (1941, pp. 17-18).
  27. *Ibid.*
  28. Hayek (1948a, pp. 50-51). O problema da divisão do conhecimento também foi considerado por Adam Smith.
  29. Caldwell (1988, p. 514) considera um dos aspectos centrais do artigo “Economics and Knowledge” o fato de ele colocar o problema da coordenação como importante não apenas para a Economia como também em todas as demais ciências sociais.
  30. Em Hayek (1992).
  31. Hayek (1992, pp. 173-74).
  32. Hayek (1952, p. vi).
  33. Popper e Eccles (1995). Popper fornece indícios de ser interacionista quando diz: “parece que se adotarmos um ponto de vista darwiniano e admitirmos a existência de uma consciência evoluída, somos levados ao interacionismo”. Popper e Eccles (1995, p. 60). A tese do dualismo interacionista também é defendida por Eccles, co-autor da obra.
  34. Helmholtz, físico alemão, foi um dos propoñentes do princípio de conservação da energia. Gray (1998) assinala as influências de Wittgenstein e Polanyi na teoria do conhecimento de Hayek.
  35. Hayek (1952, p. v).
  36. *Ibid.*, pp. vii-viii.
  37. Hayek (1952, p. 6).
  38. Na apresentação da obra, H. Klüver - em Hayek (1952, pp. xviii-xix) - resume da seguinte maneira a interpretação de Hayek: “... a percepção sensorial deve ser considerada como um ato de classificação. O que nós percebemos nunca são propriedades únicas dos objetos individuais, mas são sempre apenas propriedades que os objetos têm em comum com outros objetos... A percepção é então sempre uma interpretação, o posicionamento de algo em uma ou muitas classes de objetos... As qualidades que atribuímos aos objetos experimentados não são, estritamente falando, realmente propriedades dos objetos mas um conjunto de relações por meio das quais nosso sistema nervoso os classificam.”
  39. Hayek (1952, p. 12).
  40. *Ibid.*
  41. *Ibid.*, p. 40.
  42. Hayek (1952, p. 16).
  43. “As conexões entre os elementos fisiológicos são assim o fenômeno primário que cria o fenômeno mental.” *Ibid.* p. 53.
  44. Hayek (1952, p. 166) .
  45. Hayek (1952, p. 34).
  46. *Ibid.*, p. 43.
  47. Hayek (1967b).
  48. Hayek (1967a).
  49. “... enquanto seria certamente desejável tornar nossas teorias tão falsificáveis quanto possível, devemos também seguir adiante em campos onde, à medida que avançamos, o grau de falsificabilidade necessariamente decresce.” *Ibid.* p. 29.
  50. Hayek (1982a, p. 23).
  51. Fleetwood (1995).
  52. “... seu trabalho [de Hayek] estende-se aproximadamente por 60 anos cobrindo uma série de mudanças; não é possível se referir a ele simplesmente como “o trabalho de Hayek”... O período até 1936... descreve o trabalho de Hayek I; o período de 1936 a 1960 descreve o trabalho de

Hayek II; e o período após 1960 descreve o de Hayek III... Embora seja lugar comum datar o Hayek II a partir do artigo de 1936, acredito que seja novidade declarar a emergência de Hayek III e marcar este ponto a partir da obra *A Constituição da Liberdade* publicada em 1960.” Ibid., pp. 3-4. Fleetwood localiza o “Economics and Knowledge” em 1936, ano que corresponde à primeira apresentação do trabalho em congresso e não à data de publicação que ocorreu no ano seguinte.

53. Fleetwood (1995, p. 6).

54. Fleetwood afirma que a “coisa em si” para Hayek pode até mesmo ser conhecida: “Hayek difere de Kant quando ele alega que a coisa em si é conhecida, embora ele enfaticamente não alegue que essa coisa possa ser conhecida no sentido aristotélico de revelação da essência.” Ibid., p. 21.

55. Fleetwood (1995, p. 18).

56. Ibid., p. 28.

57. Fleetwood (1995, p. 40).

58. “Presume-se que os agentes ajam exclusivamente com base em suas crenças subjetivas do mundo externo. Hayek evidentemente não nega a presença de um mundo externo independente da mente e possivelmente causal, ele simplesmente... alega que as propriedades das entidades que residem neste domínio estão fora do campo de interesse do cientista social”. Ibid., p. 31.

59. É obscuro, por exemplo, quando Fleetwood, *ibid.*, p. 76, escreve: “A ruptura com a ontologia empirista clássica, onde a realidade é revelada pelos eventos, leva Hayek a reconhecer que há mais a se conhecer do que o que é dado nos ‘fatos objetivos’ (1936)... Ele está buscando sobrepujar o domínio do empírico, como ele estava. Contudo, neste instante do tempo as únicas outras entidades que ele pode reconhecer são conceitos como revelado em seu fundamentalismo hermenêutico.” Ora, os fatos objetivos são os elementos acessíveis pela experiência subjetiva ou representam algo mais?

60. Fleetwood (1995, p. 77-78).

61. Ibid., p. 83.

62. Concordamos com Fleetwood, *ibid.*, p. 106, quando ele afirma: “Antes de 1960, Hayek raramente faz qualquer referência ao termo ‘regra’.”

63. Fleetwood (1995, p. 112)

64. Fleetwood, *ibid.*, p. 123, tende a concordar com essa observação: “... a mente ainda parece estar desempenhando um papel central no trabalho de Hayek III.”

65. Em certas passagens, Fleetwood, *ibid.*, p. 77, nega que Hayek, de uma fase a outra, tenha rompido completamente com os preceitos filosóficos da fase anterior ou incorporado por inteiro uma nova visão, o que enfraquece a sua própria interpretação da divisão do pensamento hayekiano em

etapas: “Para Hayek, nunca ocorreu-lhe abandonar inteiramente sua posição anterior e nem adotar inteiramente uma nova posição”.

66. Hayek (1985a, p. 36)

67. Hayek (1982a, p. 92).

68. *Ibid.*, p. 132.

69. Uma crítica marxista à interpretação hayekiana dos preços aparece em Prado (1992).

70. Hayek (1985a, p. 141).

71. Hayek (1985a, p. 148).

72. Vide também Hayek (1982b).

73. Caldwell (1994) cunhou a expressão “subjetivismo científico” para descrever a epistemologia de Hayek em contraposição ao “subjetivismo hermenêutico” de Mises e seguidores.

74. Lachmann (1971, p. 46).

75. Ebeling (1996, p. 45).

76. Lachmann (1976). Apud. Ebeling, *ibid.*

77. Hayek (1945, p. 526) (negrito nosso).

78. Hayek (1948, p. 51).

## CAPÍTULO 5

1. Menger (1871, p. 30).

2. Kauder (1957, p. 413).

3. Alter (1990, p. 328).

4. Menger (1883, p. 55).

5. Mises (1933, p. 29). Rizzo (1982, p. 53) atribui a Mises a seguinte afirmação: “Os fenômenos complexos... não podem testar teoria alguma. Tais fenômenos, pelo contrário, tornam-se inteligíveis somente através da sua interpretação em termos de teorias previamente desenvolvidas de outras fontes.”

6. Parsons (1997, pp. 178-79). Para Parsons, *ibid.*, p. 179, o fato de Mises não considerar explicitamente a que plano epistemológico ele está se referindo na praxeologia que conduziu Barrota (1996) a um equívoco de interpretação, pois o conceito fundamental de ação em Mises não seria um *a priori* para a ação do ator mas para a ciência da ação. No caso do ator, a habilidade de pensar e agir constitui uma categoria anterior ao próprio conceito de ação: “Em relação à possibilidade de agir, Mises estabelece que ‘como homens pensantes e atuantes alcançamos o conceito de ação’. Isso sugere que o ‘conceito de ação’ é algo derivado de nossas habilidades de pensar e agir, e assim as habilidades de pensar e agir são (logicamente e temporalmente) anteriores ao ‘conceito de ação’.”

7. Karl Popper também identifica o mundo 3 dos produtos objetivos da mente humana, tais como obras de arte e teorias matemáticas. Vide Popper e Eccles (1995, cap. 2).

8. Popper também considera como uma outra forma de sustentar o dualismo ontológico a negação

da existência da matéria, exemplifica tal postura com o “fenomenalismo” de Berkeley e Mach . Cf. Popper e Eccles, *ibid.*, p. 78.

9. Hayek (1952, p. 23).

10. Para que não haja dúvidas: a crítica interna considera os elementos de consistência, coesão, coerência lógica, validade dos princípios básicos, elegância etc. sempre levando-se em conta os próprios termos utilizados pela teoria em questão, bem como as suas premissas filosóficas sem procurar questioná-las em si mesmas. A crítica externa toma um referencial diferente dos próprios termos, conceitos e pressupostos da teoria sendo avaliada. A teoria é então criticada de fora, à luz de um outro sistema de idéias.

11. Chalmers (1996).

12. Nozick (1977, p. 361), importante filósofo contemporâneo, escreve que “é duvidoso que se possa assegurar na área das ciências sociais uma prova da irreduzibilidade de alguma teoria”.

13. O equilíbrio de Nash identifica uma posição ótima dentro de uma matriz de resultados em uma situação de jogo, onde o participante procura tirar proveito da situação sem contudo incorrer em grande risco. É o que na literatura de jogos se denomina estratégia de “minimização” dos piores resultados possíveis.

14. Wilson (1975).

15. Cf. Vergara (1995).

16. Exemplos de normas sociais tirados de Elster (1989b, p. 99): normas contra canibalismo ou incesto e critérios de distribuição justa (pagamentos de salários numa fábrica). Reconhecemos que, na prática, não é fácil separar normas sociais de normas morais ou legais.

17. Elster (1989b, p. 99).

18. *Ibid.* Também podemos citar outra obra de Elster (1989a, p. 105), onde ele diz que se a punição fosse o único preço a se pagar pelo crime, ninguém sentiria vergonha quando pego.

19. Elster (1989b, p. 100) “Muitas normas sociais

são simples de obedecer e seguir... A operação de normas é em grande medida cega, compulsiva, mecânica e até inconsciente... Esta proposição exagera em algo o caráter irrefletido do comportamento guiado por norma. Por fim, está suficientemente claro que as normas sociais oferecem um escopo considerável para a habilidade, a escolha, a interpretação e a deliberação.”

20. Elster (1989a): “Na ausência de um mecanismo ligando os benefícios à emergência ou perpetuação da norma nós não podemos saber se elas foram obtidas por acidentes.”

21. Elster (1989b, p. 114).

22. Vide Elster (1989a, 1989b) e Sugden (1989).

23. Para um sumário destas críticas vide Caldwell (1984, pp. 365-70).

24. Basta dizer que somente nas duas principais revistas internacionais em pensamento econômico, a “History of Political Economy” e a “Economics and Philosophy”, constatamos sete artigos específicos sobre Mises: Caldwell (1984 e 1986), Hirsch (1986), Parsons (1990), na primeira revista, e Barrota (1996 e 1998) e Parsons (1997) na segunda.

25. Caldwell (1984, pp. 368-69).

26. Nozick (1977, p. 363).

27. Conforme já comentamos no cap. 3, Mises estava ciente dessas dificuldades, embora ele tenha evitado explorá-las.

28. Por exemplo, a salivação de um animal com o toque da campainha.

29. Para Kant, segundo Barrota (1996, p. 59), as categorias servem para determinar o fenômeno da ciência: “à categoria da ação, entendida como ‘escolha consciente’, não oferece o *explanans* do fenômeno econômico, mas o próprio objeto da explicação econômica (na verdade, da maioria das ciências humanas).”

30. Barrota (1996, p. 60) cita como sistema alternativo os conceitos de “produção” e “reprodução da economia” de M. Hollis e E. Nell.

## Referências Bibliográficas

- ALTER, Max. (1982) "Carl Menger and Homo Oeconomicus: Some Thoughts on Austrian Theory and Methodology", *Journal of Economic Issues*, 16, 1.
- \_\_\_\_\_. (1990a) "What Do We Know about Menger?", in Caldwell, B.J. (ed.) Carl Menger and His Legacy in Economics, annual supplement to vol. 22, *History of Political Economy*, Durham and London, Duke University Press.
- \_\_\_\_\_. (1990b) Carl Menger and the Origins of Austrian Economics, Westview Press, Oxford.
- ARISTÓTELES. (1983) Organon: Tópicos. Em: Aristóteles, vol. I, Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (1983) Metafísica. Em: Aristóteles, vol. II, Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural.
- ASCHCRAFT, Richard. (1987) "German Historicism and the History of Political Theory", *History of Political Thought*, 7, 2.
- BARONE, Enrico. (s.d.) "The Ministry of Production in the Collectivist State". In: F.A. Hayek (ed.) *Collectivist Economic Planning*, New York, Augustus M. Kelley.
- BARROTA, Pierluigi. (1996) "A Neo-kantian Critique of von Mises's Epistemology", *Economics and Philosophy*, 12.
- \_\_\_\_\_. (1998) "Parsons on Mises and Kant: a Comment", *Economics and Philosophy*, 14.
- BIRNER, Jack. (1990) "A Roundabout Solution to a Fundamental Problem in Menger's Methodology and Beyond", in Caldwell, B.J. (ed.) Carl Menger and His Legacy in Economics, annual supplement to vol. 22, *History of Political Economy*, Durham and London, Duke University Press.
- BLAUG, Mark. (1972) "Was There a Marginal Revolution?", *History of Political Economy* 4, 2.
- \_\_\_\_\_. (1978) *Economic Theory in Retrospect*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BUTOS, William N. (1985) "Hayek and General Equilibrium Analysis", *Southern Economic Journal*, 52, 2.
- CALDWELL, Bruce J. (1984) "Praxeology and its Critics: an Appraisal", *History of Political Economy*, 16, 3.
- \_\_\_\_\_. (1986) "Towards a Broader Conception of Criticism", *History of Political Economy*, 18, 4.
- \_\_\_\_\_. (1988) "Hayek's Transformation", *History of Political Economy*, 20, 4.
- \_\_\_\_\_. (1994) "Hayek's Scientific Subjectivism", *Economics and Philosophy*, 10.
- \_\_\_\_\_. (1997) "Hayek and Socialism", *Journal of Economics Literature*, vol. XXXV.
- CHALMERS, David J. (1996) *The Conscious Mind*, Oxford.
- CRAVER, Earlene. (1986) "The Emigration of the Austrian Economists", *History of Political Economy*, 18, 1.
- CUBEDDU, Raimondo. (1993) *The Philosophy of the Austrian School*, London and New York, Routledge.
- COATS, A.W. (1972) "The Economic and Social Context of the Marginal Revolution of the 1870's", *History of Political Economy*, 4, 2.
- DEANE, Phyllis. (1980) *A Evolução das Idéias Econômicas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- EBELING, Richard M. (1986) "Toward a Hermeneutical Economics: Expectations, Prices, and the Role of Interpretation in a Theory of the Market Process". In: I. Kirzner (ed.) *Subjectivism, Intelligibility and Economic Understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday*, New York, New York University Press.

- ELSTER, Jon. (1989a) "Social Norms and Economic Theory", *Journal of Economic Perspectives*, vol. 3,4.
- \_\_\_\_\_. (1989b) *The Cement of Society: a Study of Social Order*, Cambridge.
- ENDRES, A.M. (1995) "Carl Menger's Theory of Price Formation Reconsidered", *History of Political Economy*, vol. 27, 2.
- FLEETWOOD, Steve. (1995) *Hayek's Political Economy: the Socio-Economics of Order*, London and New York, Routledge.
- GRAY, John. (1998) *Hayek on Liberty*, London, Routledge.
- HANEY, Lewis H. (1949) *History of Economic Thought: a critical account of the origin and development of the Economic theories of the leading thinkers in the leading nations*, New York, Macmillan.
- HAYEK, Friedrich A. von. (1933a) *Monetary Theory and the Trade Cycle*, Clifton, New Jersey, A. M. Kelley.
- \_\_\_\_\_. (1933b) "Price Expectations, Monetary Disturbances and Malinvestments", in: F.A. Hayek, *Profits, Interest and Investment and Other Essays on the Theory of Industrial Fluctuation*. London, Routledge & Kegan Paul, 1939.
- \_\_\_\_\_. (1941) *The Pure Theory of Capital*, London, MacMillan and Co., Limited.
- \_\_\_\_\_. (1942) "Scientism and the Study of Society", *Economica*.
- \_\_\_\_\_. (1945) "The Use of Knowledge in Society", *American Economic Review*, 35, 4.
- \_\_\_\_\_. (1948) "Economics and Knowledge", in: *Individualism and Economic Order*, Indiana, Gateway.
- \_\_\_\_\_. (1952) *The Sensory Order – An Inquiry into the Foundations of Theoretical Psychology*, London, Routledge & Kegan Paul.
- \_\_\_\_\_. (1967a) "The Theory of Complex Phenomena", in: *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1967b) "Degrees of Explanation", in: *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1968a) "The Austrian School", in Sills, D.L. (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. IV, New York, Macmillan and Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1968b) "Carl Menger", in Sills, D.L. (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. IV, New York, Macmillan and Free Press, 10.
- \_\_\_\_\_. (1973) *The Place of Menger Grundsätze in the History of Economic Thought*. In: HICKS, John R. and Weber, W. (eds.) *Carl Menger and the Austrian Economics*, Oxford, Clarendon Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. (1982a) "The Pretense of Knowledge", in: *New Studies in Philosophy, Economics and the History of Ideas*, Chicago, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1982b) "The Primacy of the Abstract", in: *New Studies in Philosophy, Economics and the History of Ideas*, Chicago, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1985a) *Direito, Legislação e Liberdade: uma Nova Formulação dos Princípios Liberais de Justiça e Economia Política*, vol. 1: Normas e Ordem, Rio de Janeiro, Visão.
- \_\_\_\_\_. (1985b) *Direito, Legislação e Liberdade: uma Nova Formulação dos Princípios Liberais de Justiça e Economia Política*, vol. 2: A Miragem da Justiça Social, Rio de Janeiro, Visão.
- \_\_\_\_\_. (1992) "Ernst Mach (1838-1916) and the Social Sciences in Vienna". In: *The Collected Works of F.A. Hayek*, vol.4 – *The Fortunes of Liberalism: essays on Austrian Economics and the ideal of Freedom*. Peter G. Klein (ed.), University of Chicago Press.
- HEATH, Eugene (1992) "Rules, Function, and the Invisible Hand: an Interpretation of Hayek' Social Theory", *Economics and Philosophy*, vol. 22, 1.
- HENNINGS, K. and W.J. Samuels (eds.) (1990) *Neoclassical Economic Theory, 1870 to 1930*, Boston, Kluwer Academic Publishers.
- HENNIS, Wilhelm. (1987) "A Science of Man: Max Weber and the Political Economy of the German Historical School", in: Mommsen, W.J. and Osterhammel, J. (eds.) *Max Weber and His Contemporaries*, London, Allen & Unwin.
- \_\_\_\_\_. (1991) "The Pitiless 'Society of Judgment': Max Weber between Carl Menger and Gustav von Schmoller – the Academic Politics of Value Freedom", *History of the Human Sciences*, 4,1.
- HIRSCH, Abraham (1986), "Caldwell on Praxeology and its critics: a reappraisal", *History of Political Economy*, 18, 4.
- HOWEY, R.S. (1972), "The Origins of Marginalism", *History of Political Economy*, 4, 2.
- \_\_\_\_\_. (1960) *The Rise of the Marginal Utility School*, Lawrence, University of Kansas Press.

- HUTCHISON, Terence W. (1953) *A Review of Economic Doctrines 1870-1929*, Oxford.
- c (1972) "The Marginal Revolution and the Decline and Fall of English Classical Political Economy", *History of Political Economy*, 4, 2.
- \_\_\_\_\_. (1973) Some Themes from Investigations into Method. In: HICKS, John R. and Weber, W. (eds.) *Carl Menger and the Austrian Economics*, Oxford, Clarendon Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. (1981) "The Politics and Philosophy of Economics: Marxists, Keynesians and Austrians", Oxford, Blackwell.
- IBISATE, Fernando M. (1994) "El Enfoque Microeconómico: Marginalismo e Neoclásicos." En: De la Iglesia, Jesús (coord.), *Ensayos sobre Pensamiento Económico*, Madrid, McGraw-Hill.
- JAFFÉ, William. (1972) "Léon Walras's Role in the "Marginal Revolution of the 1870's", *History of Political Economy*, 4, 2.
- \_\_\_\_\_. (1976) "Menger, Jevons and Walras de-homogenized", *Economic Inquiry*, 14, 4.
- \_\_\_\_\_. (1983) *Essays on Walras*, Donald A. Walker (ed.), Cambridge, Cambridge University Press.
- JEVONS, William S. (1996) *A Teoria da Economia Política*, São Paulo, Nova Cultural.
- JONSTON, William M. (1983) *The Austrian Mind: an intellectual and social history 1848-1938*, Univ. of California Press.
- KAUDER, Emil. (1957) "Intellectual and Political Roots of the Older Austrian School", *Zeitschrift für Nationalökonomie*, 17.
- KEYNES, John N. (1890) *The Scope and Method of Political Economy*, London, Macmillan, 1917.
- KEIZER, W. (1989) "Recent Reinterpretations of the Socialist Calculation Debate", *Journal of Economic Studies*, 16, 2.
- KIRZNER, Israel I. M. (1979) "Hayek, Knowledge and Market Process". In: *Perception, Opportunity and Profit*, Univ. Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1981) "Mises and the Renaissance of Austrian Economics", in John K. Andrews Jr (ed.), *Homage to Mises*, Hillsdale College Press, Hillsdale, Michigan.
- \_\_\_\_\_. (1986) "Ludwig von Mises and Friedrich von Hayek: The Modern Extension of Austrian Subjectivism", in von Norbert Leser (ed.), *Die Wiener Schule der Nationalökonomie*, Wien, Köln, Graz: Hermann Böhlau Nachf.
- \_\_\_\_\_. (1987) "Austrian School of Economics". In: *The New Palgrave, a Dictionary of Economics*, J. Eatwell, M. Milgate, P. Newnan (eds.).
- LACHMANN, Ludwig M. (1971) *The Legacy of Max Weber*, London, Heinemann.
- \_\_\_\_\_. (1976) "From Mises to Shackle: An Essay on Austrian Economics and the Kaleidic Society", *Journal of Economic Literature*, 5, 4.
- LANGE, Oscar. (1936) "On the Economic theory of Socialism", *The Review of Economic Studies*, 4, 1.
- MENGER, Carl. [1871] *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*. (Trad. port.: *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Nova Cultural, 1988).
- \_\_\_\_\_. (1883) *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften, und der politischen Oekonomie insbesondere*, Engl. Trans.: *Problems of Economics and Sociology*, Urbana, University of Illinois Press, 1963.
- \_\_\_\_\_. (1889) *Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften*, Engl. Trans.: "Toward a Systematic Classification of the Economic Sciences", in Sommer, L. (ed.) *Essays in European Economic Thought*, Princeton, Van Nostrand, 1960.
- MROWSKI, Phillip. (1889), *More Heat than Light: Economics as Social Physics; Physics as Nature Economics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MISES, L. von. [1933], *Die Grundprobleme der Nationalökonomie*, Engl. Trans.: *Epistemological Problems of Economics*, New York and London, New York University Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. (1949) *Human Action: A Treatise on Economics*, New Haven, Yale University Press.
- \_\_\_\_\_. [1922] *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, Indianapolis, Liberty Press. 1981.
- NISHIYAMA, Chiaki & Kurt R. Leube. (1984) *The Essence of Hayek*, Stanford, Hoover Institution.
- NOZICK, R. (1977) "On Austrian Methodology", *Synthese*, 36, 2.
- NUSSBAUMER, Adolf. (1973) *On the Compatibility of Subjective and Objective Theories of Economic Value*. In: HICKS, John R. and Weber, W. (eds.) *Carl Menger and the Austrian Economics*, Oxford, Clarendon Press, 1973.



- PARSONS, STEPHEN D. (1990) "The Philosophical Roots of Modern Austrian Economics: past problems and future prospects", *History of Political Economy*, 22, 2.
- \_\_\_\_\_. (1997) "Mises, the A Priori, and the Foundations of Economics: a Qualified Defense", *Economics and Philosophy*, 13, 2.
- POPPER, Karl R. e John C. Eccles. (1995) *O Eu e seu Cérebro*, Campinas, Papirus.
- PRADO, Eleutério F.S. (1992) "Valor e Coordenação: Poiésis, Práxis e Theoria, um Ensaio sobre as Teorias de Smith, Marx, Walras e Hayek, Anais do XX Encontro Nacional de Economia, ANPEC.
- RIMA, I.H. (1977) *História do Pensamento Econômico*, São Paulo, Atlas.
- RIZZO, Mario J. (1982) "Mises and Lakatos: a Reformulation of Austrian Methodology", in Israel M. Kirzner (ed.), *Method, Process and Austrian Economics*, Lexington, Mass. and Toronto, D.C. Heath & Co, Ch. 6.
- ROBBINS, Lionel. (1969) *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, London, Macmillan Press.
- ROTHBARD, Murray N. (1988) *O Essencial Von Mises*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- SCHACKLE, G.L.S. (1972) "Marginalism: the Harvest", *History of Political Economy*, 4, 2.
- SCHNEIDER, Erich. (1968) *Teoria Econômica: capítulos selecionados da história da teoria econômica*, Fundo de Cultura.
- SCREPANTI, Ernesto e Stefano Zamagni. (1995) *An Outline of the History of Economic Thought*, Oxford, Clarendon Press.
- SILVA, Fernando G. da. (1993) *Schumpeter e a Epistemologia da Economia: uma investigação sobre o instrumentalismo*, São Paulo, IPE/USP, tese de doutorado.
- SMART, W. (1891) *An Introduction to the Theory of Value on the Lines of Menger, Wieser, and Böhm-Bawerk*, reprint New York, Kelley, 1966.
- SOROMENHO, Jorge E.C. (1994) *Um Estudo sobre as Origens da Crítica de Hayek ao Conceito de Equilíbrio*, São Paulo, IPE/USP, tese de doutorado.
- SPENGLER, Joseph J. & Allen, William R. (1960) *Essays in Economic Thought: Aristotle to Marshall*, Chicago, Rand McNally & Company.
- SPIEGEL, H.W. (1971) *The Growth of Economic Thought*, Durham, Duke University Press.
- STIGLER, George J. (1937) "The Economics of Carl Menger", *The Journal of Political Economy*, 45,2.
- \_\_\_\_\_. (1950) "The Development of Utility Theory", *The Journal of Political Economy*, aug., 4, vol. LVIII.
- \_\_\_\_\_. (1972) "The Adoption of the Marginal Utility Theory", *History of Political Economy*, 4, 2.
- STREISSLER, Erich (1972) "To What Extent Was the Austrian School Marginalist?", *History of Political Economy*, 4, 2.
- SUGDEN, Robert. (1989) "Spontaneous Order", *Journal of Economic Perspectives*, 3, 4.
- VARIAN, Hal R. (1994) *Microeconomia: princípios básicos*. Ed. Campus.
- VERGARA, Francisco (1995) *Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo*, São Paulo, Nobel.
- VINER, Jacob. (1958) *The Long View and the Short - Studies in Economic Theory and Policy*, Illinois, The Free Press Glencoe.
- WALRAS, Leon. (1988) *Elementos de Economia Política Pura*, São Paulo, Nova Cultural.
- WEBER, M. (1968) *Economy and Society*, New Jersey, Bedminster.
- WHINCH, Donald. (1972) "Marginalism and the Boundaries of Economic Science", *History of Political Economy*, 4, 2.
- WHITE, Lawrence H. (1977) "Methodology of the Austrian School", Center for Libertarian Studies, Occasional Paper Series, 1, March. Rev. edn published as *The Methodology of the Austrian School Economists*, The Ludwig von Mises Institute of Auburn University, Auburn, Alabama, 1984.
- \_\_\_\_\_. (1990) "Restoring an 'altered' Menger". In: Carl Menger and his Legacy in Economics, Annual supplement to volume 22, *History of Political Economy*.
- WICKSELL, Knut. (1921) "Carl Menger", in *Selected Papers on Economic Theory*, ed. E. Lindahl, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- WIESER, F.M. (1891) "The Austrian School and the Theory of Value", *Economic Journal*, I, March.
- WILSON, Edward O. (1975) *Sociobiology: the new synthesis*, Harvard Univ. Press, Cambridge.
- WINCH, Donald. (1972) "Marginalism and the Boundaries of Economic Science", *History of Political Economy*, 4, 2.

**E**ste livro, focando três eminentes ideólogos da Escola Austríaca, faz indagações e dá respostas sobre a natureza do conhecimento e a noção de verdade. Outros argumentos, mais próximos da economia como ciência, investigam as questões de preço e valor econômico. O papel do mercado também é abordado com destaque. A obra analisa as teorias filosóficas, econômicas e sociais propostas por Menger, Mises e Hayek, de maneira integrada e dentro de uma estratégia expositiva que, ao mesmo tempo, não descuida da precisão conceitual na tradução de idéias e prima pelo conforto de um texto rigoroso, mas inteligível e direto.



**Ricardo Feijó** é formado em física pela USP. Passou depois a estudar economia na mesma Universidade, tornando-se mestre e doutor. Seu trabalho tornou-se conhecido principalmente em história do pensamento econômico, ministrando essa disciplina na USP de Ribeirão Preto. Faz parte de seu currículo também um significativo número de artigos sobre esse tema, publicados em importantes periódicos. O autor nasceu na cidade de São Paulo, em 1964.

